

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

RODRIGO OLIVEIRA DE LIMA

Brasil-FMI:

A política externa financeira no desenvolvimento internacional.

São Paulo

2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Brasil-FMI:

A política externa financeira no desenvolvimento internacional.

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, como exigência parcial para a realização de doutorado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Michalany Chaia

São Paulo

2011

Comissão Julgadora

Dr. Gesner Oliveira

Dr. Jefferson Mariano

Dra. Vera Lucia Michalany Chaia

Dr. Miguel Chaia

Dr. Ramon Casas Vilarino

—

DEDICATÓRIA

Para D. Joana, Sr. Assis e Flávia Hessel:
três ausências com múltiplas saudades.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq) pelo financiamento das pesquisas de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, com a concessão de recursos integrais para a confecção destes trabalhos, sem os quais não seria possível, a organização deste presente estudo.

Agradeço a orientação do Prof. Dr. Paulo Edgar de Almeida Resende, por tantas horas dedicadas a todos os desafios que surgiram no decorrer e transcorrer da elaboração desse estudo. Os mais sinceros agradecimentos.

Agradeço imensamente a Renata Rodrigues que, durante anos a fio dedicou e ofertou momentos de sua vida a minimização das angústias no processo criativo que envolveu este trabalho. Vão também os mais sinceros agradecimentos.

Um agradecimento especial a Eraldo Curti que, durante alguns anos auxiliou na instrumentação de ferramentas da Economia e do Direito, sempre atento a “efervescência das descobertas”, tema de muitos e produtivos diálogos e encontros.

Agradecimentos singulares a Gesner Oliveira, autor do trabalho “Brasil e o FMI: frustrações e perspectivas”, referência para os estudos deste tema, pela gentil participação no processo de defesa desse trabalho.

E, a Professora Vera Chaia, que, muito gentilmente, aceitou a orientação final desse trabalho, sou grato a oportunidade a mim dada de continuar a estudar e aprender.

RESUMO

A relação do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) guarda, uma expressiva quantidade de experiências acumuladas, bem como embates políticos sobre os modelos de desenvolvimento econômico que, suscitaram, permanentemente, a atualização dos debates nacionais no que diz respeito ao posicionamento do país nas suas relações internacionais. Para tanto, a política externa brasileira, diante de novos dilemas, ao término da Segunda Guerra Mundial, foi rearticulada em seu papel, inserção e atuação na Economia Internacional e Macroeconomia Financeira durante o período de formação das instituições de Bretton Woods. Caminhos foram construídos para a relação do Brasil com os organismos financeiros internacionais neste período de pós-guerra. Nesse sentido, o Banco do Brasil, dispôs de novas instalações para as visitas técnicas internacionais para o intercâmbio das operações financeiras. E um departamento específico foi criado pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, o Departamento de Política Financeira do Ministério das Relações Exteriores (DPF-MRE), com o objetivo de assessoramento do Poder Executivo e Ministério da Fazenda. Peremptoriamente, o DPF-MRE produziu linhas de atuação estratégica em ambiente multilateral, em resposta a Globalização Financeira em curso. O trabalho acompanhará os registros produzidos pelo DPF que, dão conta do relacionamento de autoridades brasileiras no FMI, em contendas financeiras na segunda metade do século XX. Empiricamente, a documentação obtida no Arquivo Histórico do Itamaraty, em conjunto a literatura tratará as discussões, críticas e contribuições dos autores ao tema e assunto. A narrativa percorrerá as formulações políticas e as discussões que levaram a estruturação de uma política externa financeira para o desenvolvimento internacional.

Palavras-Chave: Brasil, FMI, política externa, relações financeiras, relações diplomáticas.

ABSTRACT

The relationship between Brazil and the International Monetary Fund (IMF) holds, a significant amount of accumulated experience, and political clashes over economic development models that have raised permanently, the update of the national debates regarding the positioning of the country in their international relations. To this end, the Brazilian foreign policy, faced with new dilemmas at the end of World War II, was rearticulated in his paper, integration and performance in International Economics and Financial Macroeconomics during the formation of the Bretton Woods institutions. Roads were built for the relationship between Brazil and the international financial institutions in the postwar period. In this sense, the Bank of Brazil, the person had new facilities for technical visits for the exchange of international financial transactions. And a special department was created in the Secretary of State for Foreign Affairs, the Department of Financial Policy of the Ministry of Foreign Affairs (DPF-MRE), aimed at advising the Executive

and the Finance Ministry. Peremptorily, the DPF produced strategic lines of action in multilateral environment, in response to ongoing financial globalization. The job monitor that records produced by the DPF, aware of the relationship between the Brazilian authorities in the IMF in financial strife in the second half of the twentieth century. Empirically, the documentation obtained by the Historical Archives of the Foreign Ministry, jointly deal with the literature discussions, criticisms and contributions of the authors and the subject matter. The narrative cycle through policy formulation and discussions that led to the structuring of an external financial policy for international development.

Keywords: Brazil, IMF, foreign policy, financial relations, diplomatic relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
A Literatura sobre o desenvolvimento internacional	17
CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL DA POLÍTICA EXTERNA FINANCEIRA IMPERIAL	20
1.1 O Primeiro Reinado na formulação de política externa financeira para o desenvolvimento	21
1.2 O movimento republicano e as relações internacionais financeiras: a política externa financeira no Segundo Reinado	27
1.3 Transição do Império para a República: a crise de postulados	30
1.4 A primeira república: conservadores, liberais e as lideranças sociais	35
1.5 Getúlio Vargas: a concretização da política externa financeira	39
1.6 A modernização das instituições e as políticas de desenvolvimento financeiro: a Secretária de Relações Exteriores e a política externa financeira do Itamaraty	46
1.7 O desenvolvimento sociológico: a interligação das nações para o pós-45	51
CAPÍTULO 2 - A CONSOLIDAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL DA POLÍTICA EXTERNA FINANCEIRA DEMOCRÁTICA	57
2.1 John Maynard Keynes: a fundação do Fundo Monetário Internacional	58
2.2 O FMI: o pareamento de legislação financeira, as concessões políticas e cooperação na Carta das Nações	63
2.3 O Brasil no FMI: a política externa financeira na instituição internacional	65
2.4 Brasil e Argentina: resistências e negociações	72
2.5 O Caso Abbink: liberalismo interno e a política externa financeira	74

2.6 O nacional-desenvolvimentismo: a disposição das relações Brasil-FMI	82
2.6.1 A fundação do BNDE e a dívida brasileira: a política externa financeira na compra de moedas	82
2.6.2 O rompimento do Brasil com o FMI: a articulação política	86
2.6.3 João Goulart e o FMI: negociações e acordos	91
2.7 Balanços/O crescimento econômico mundial até o início dos anos 1960 e as suas políticas como instrumentos de transparência	93

CAPITULO 3 – A PERSEVERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL DA POLÍTICA EXTERNA FINANCEIRA MILITAR

3.1 A política externa financeira como vocação universal: Castelo Branco/ Administração das Agências de Financiamento e Crédito	97
3.2 A política externa financeira como vocação universal: Costa e Silva/ Controle e Anti-Dumping Financeiro	105
3.3 A política externa financeira como vocação universal: Médici/A crise internacional e o milagre econômico	110
3.4 A política externa financeira como vocação universal: Geisel/A absorção sistêmica de petrodólares	116
3.5. A política externa financeira como vocação universal: Figueiredo/ A inércia da política econômica e ascensão do Direito Especial de Saque	121
3.6. Balanços: <i>International Financial Playing</i> : a política externa financeira e seus interesses cooperativos na coalização de políticas internacionais	125

CAPÍTULO 4 – O LEGISLADOR NO DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL: A POLÍTICA EXTERNA FINANCEIRA REDEMOCRATIZADA

4.1 Sarney, Collor e Itamar: a securitização da dívida externa	129
4.1.1 Governo José Sarney/ Condicionalidades Internacionais	129
4.1.2 Governo Fernando Collor de Mello/Transparência Internacional	135
4.1.3 Governo Itamar Augusto Cautiero Franco/Governança Internacional	140
4.1.4 Governo Fernando Henrique Cardoso/Vigilância Internacional	145

4.1.5 O Primeiro Governo Lula: retomada de crédito e o novo papel do FMI	162
4.1.6 O Segundo Governo Lula: investimentos de títulos brasileiros	168
4.1.7 Balanços	173
4.1.7.1 O Brasil e as reformas do sistema financeiro internacional	173
4.1.7.2 As reformas do sistema financeiro internacional	174
APONTAMENTOS FINAIS	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184
ANEXOS	207
Anexo A – Processo anual, 1997, Maço/Negociações Brasil-FMI	207

INTRODUÇÃO

Brasil-FMI

A consolidação da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas instituições financeiras¹, como o FMI, Banco Mundial e os bancos de reconstrução do pós Segunda Guerra Mundial, sacralizou um espaço *ad hoc* de relações internacionais para o desenvolvimento basilar de políticas de países em desenvolvimento em fórum permanente por cooperação multilateral econômico-financeira. A sua formação foi aqui abordada como ponto de partida da jornada do Brasil² em sua campanha multilateral³ na segunda

¹ A convenção internacional, ambiente singular em que poucos países podem exclusivamente produzir legislações com a ratificação dos países membros e a *posteriori* no sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), nasceu da organização européia e com auxílio dos Estados Unidos na formação do bloco privilegiado, inviolável e permanente do *Bank for International Settlements*, o Banco Internacional de Compensações (BIS) fundado na Basileia/Suíça. A padronização das relações financeiras internacionais nasceu da dependência existente entre os mercados de capitais europeus, com financiamento e participação irrestrita dos Estados Unidos. A fundação do BIS como centro de reparação de pagamentos impostos a Alemanha, estabeleceu a interação de instituições financeiras em um mercado de capitais, com coeficiente de dividendos, balanços de pagamentos e crescimento econômico em 31 artigos ‘blindados’ contra quaisquer estratégias políticas, e mais 23 artigos determinantes em privilégios, facilidades, imunidades e liberdades de ações invioláveis nos Fundos Financeiros, Reservas e demais instrumentos para o progresso econômico-financeiro.

² A decisão do Brasil de reconhecimento do estado de guerra em 25 de outubro de 1917: fundamentou a determinação, estruturação e cobrança de mecanismos financeiros e tributos de guerra em políticas que depauperassem a Alemanha, tão logo na constituição do Tratado de Versalhes. Tal incursão no incipiente “sistema financeiro internacional” atravessou a presidência de governos de Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes e mais emblematicamente de Getúlio Vargas, subsidiando, tal política estratégica, sobretudo na aposta de uma influência sobre a França e em seus métodos de pagamentos e ressarcimentos da Grande Guerra. Essa ‘articulação’ brasileira buscou formar a “via de mão dupla” que projetaria o Brasil, como importante Player, ao lado da Tríplice Entente, especialmente ao lado da Grã-Bretanha, Estados Unidos e França; e, abriria acesso às principais economias européias. Com tal objetivo, o Decreto n° 3.361 de reconhecimento do Estado de Guerra, reconheceu e promulgou a política externa como dispositivo de Segurança Nacional. Porém, a campanha brasileira contra a Tríplice Aliança foi rechaçada veementemente pelos países da Tríplice Entente que situou o país à sua primeira retaliação que chegou com a inviabilidade de participação e permanência do Brasil na Liga das Nações. Indubitavelmente, uma crise aberta durante toda a década de 1920, e que tomou maior intensidade na também impossibilidade de participação e permanência do Brasil na composição do BIS.

³ Para Fernando P. de Mello Barreto Filho, as regras multilaterais para investimentos devem, sujeitá-los, à intervenção estatal, e ao conceito de *tratamento nacional*. Segundo o autor: “O ‘tratamento nacional’ tem sido definido com o compromisso de o Estado receptor do investimento conceder aos investidores estrangeiros tratamento tão favorável quanto o concedido aos nacionais, em situações semelhantes. Alguns instrumentos recentes incluem na cláusula de *tratamento nacional* direitos e obrigações relativos as atividades de empresas estrangeiras, tais como o direito ao estabelecimento em um país, à manutenção de posse e de propriedade, ao acesso à justiça, ao idêntico tratamento tributário, à submissão às mesmas normas trabalhistas ou de proteção ao consumidor, ao acesso às mesmas facilidades creditícias, etc. Outros instrumentos incluem ainda no *tratamento nacional* obrigações referentes a remessas de lucros ou de resultados da liquidação de ativos ou outros bens. A obrigação de *tratamento nacional* pode ser encontrada em muitos tratados antigos. Certas cláusulas não-discriminatórias (no sentido de *tratamento*

metade do século XX.

A hipótese a ser testada é a de que a multilateralização tornou propício na cooperação internacional, a existência de investimentos de títulos brasileiros, diretos, como também nos mercados financeiros, estimulados no desenvolvimento de seus ativos, pelo Poder Executivo do Brasil, alicerçado na política externa que, por sua vez, está amparada em elementos tais como a percepção, a avaliação, a ação e exame do Estado⁴. A cooperação internacional transformou-se em plataforma de investimentos e a participação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil nas negociações financeiras internacionais, adensou a produção de contraversões⁵ no FMI sobre os processos de Dívida Externa, Financiamentos Internacionais e Operações de Créditos Financeiros na multilateralização do pós-1945.⁶

nacional) se desenvolveram nos séculos XII e XII, especialmente na Liga Hanseática. O escopo da obrigação variava de um tratado a outro, aplicando-se a várias atividades, não apenas a produtos. Assim, por exemplo, uma utilização comum das obrigações de *tratamento nacional* referia-se ao processo penal, quando aplicada a cidadãos estrangeiros. (BARRETO, 1996: 21) Para Devesh Kapur, a intervenção do Estado nas finanças nacionais, ou na formação de política externa financeira se faz necessária. Segundo o autor: “A conclusão final é de que, jogando o ônus do ajuste somente sobre os países devedores, as ações do fundo aliviam qualquer pressão sobre os países credores a mantêm o *status quo*: seja a arquitetura cheia de rangidos das organizações internacionais criada há cinquenta anos, um regime de taxas de cambio cujas reviravoltas tapeiam os países mais fracos, seja a regulação cada vez mais ineficaz das finanças internacionais. Atualmente, os princípios que o FMI alega defender estão cada mais em desacordo com o modo pelo qual conduz seus próprios negócios. Ele propala as virtudes da democracia – ao mesmo tempo em que a julga impraticável, quando não absolutamente perigosa, para o governo multilateral. Ele zomba da intervenção estatal nos assuntos econômicos e a desencoraja – enquanto insiste em seu direito de reestruturar de cima para baixo as economias dos LDCs. E rejeita a necessidade de controles internacionais sobre o capital como odiosa – ao mesmo tempo em que sustenta a necessidade das classes trabalhadoras de serem óbvias”. (KAPUR, 1998: 75)

⁴ Para Ricardo Seitenfus: “Ela decorre da confrontação entre, de um lado, as aspirações internas traduzidas pelo interesse nacional e o instrumentos de que o Estado dispõe para promovê-lo e, de outro, as oportunidades e limitações oferecidas pelo sistema internacional”. (SEITENFUS, 2004: 84)

⁵ BRASEMB ISLAMABAD Recebido em: 06/07/98 07:51 Nº: 00300. SEDNET. QD BRAZEXT. PAQBREM 060751 OF00300A. DE BRASEMB ISLAMABAD PARA EXTERIORES EM 06/07/98. (LSC-7FCG55). COLEÇÃO: DPF. DESCR= ECON PAKI. CARAT=OSTENSIVO. PRIOR=NORMAL. DISTR=DAOC I/DDS/DPF/PARTE=PRIMEIRA//PAQUISTÃO. FMI. SANÇÕES POR TESTES NUCLEARES. RISCO DE MORATÓRIA. Para o tratamento de documento primário, foi utilizada a convenção da Normatização da escrita antiga, ou paleografia, realizada em 1990 na Universidade de São Paulo, em que foi fixado as seguintes diretrizes para o tratamento documental e de tratamento de acervo em arquivo: “Reproduzir o documento tal qual foi feito pelo autor; respeitar a ortografia da época do documento; não passar para a forma gráfica atual; respeitar as peculiaridades do manuscrito; respeitar o texto; conhecer a língua em que o documento foi escrito”. As recomendações são analisadas por Ana Regina Berwanger e João Eurípedes Franklin Leal em “Noções de Paleografia e de Diplomática” Rio Grande do Sul, Editora UFSM, 2008.

⁶ O processo de multilateralização do mundo produziu impacto nas políticas de desenvolvimento, nos conceitos e categorias, numa abertura ampliada de avaliações, como aponta Amado Cervo sobre a complexidade que existe no real embate entre os países (CERVO, 2001: 297) Nesse sentido, o ambiente formou cenários, que de tempos em tempos, se ajustam a conjuntura internacional, formando uma verdadeira “avalanche” de métodos políticos sobre a função do órgão. Metodologicamente, para José Honório Rodrigues os fatos históricos suscitam clarificar o ambiente da pesquisa em que pesem

A política externa financeira⁷ formou-se da importância capital da economia moderna, da projeção de crescimento econômico e conseqüentemente da função dos Mercados Financeiros, entendidos, pela diplomacia, como zona indispensável de atuação. Linhas de contraposições aos acordos financeiros internacionais, advindas do Ministério das Relações Exteriores, têm fomentado através de processos que, a competência financeira do Brasil, assim como o de outras economias emergentes é maior do que a própria capacidade do sistema financeiro internacional⁸ em defender a manutenção da estabilidade internacional. A responsabilidade sistêmica seria tão somente das economias desenvolvidas, e nesta relação à diplomacia resguardar-se-ia os entendimentos sobre Créditos, Financiamentos e demais operações financeiras através da Política Financeira, que por sua vez, opera nas seguintes condições:

características próprias como “contemporaneidade; produtividade; singularidade; irreversibilidade, impessoalidade e unicidade dentro de um processo de construção das áreas de saber, em que a complexidade e a epistemologia são analiticamente observadas operando funções das Ciências Sociais e das Relações Internacionais. (RODRIGUES, 1969: 34)

⁷ Autores como Paulo Nogueira Batista, apontaram a existência de uma área de atuação do Estado sobre os relacionamentos externos para questões financeiras. Assim a conceituação de tal área tem recebido contribuições que, segundo o autor devem permanecer sob o comando do Itamaraty: “A formulação da política econômica externa, pelas suas implicações para o direito do país de realizar seu projeto de desenvolvimento, não deve, porém ser deixada tão-somente à influência das preocupações de curto prazo, as que afligem normalmente o Ministério da Fazenda ou o do Banco Central. Exige, sem dúvida, uma presença maior do Itamaraty, uma instituição com quadros estáveis e dedicados, por vocação, à reflexão sobre os interesses nacionais mais permanentes e, por conseguinte, com melhor visão do contexto mundial e suas tendências. Uma instituição cujo papel, no terreno econômico, não deve se resumir a fazer promoção comercial – assunto que a rigor deveria ser confiado ao Ministério da Indústria e do Comércio – nem se limitar a negociar questões econômicas de grandes implicações financeiras levadas a cabo pelas autoridades monetárias com objetivos mais imediatos”. (BATISTA, 1993: 126)

⁸ Para Stuart Holland, as instituições de Bretton Woods precisariam dar repostas em nível regional. Segundo o autor: “É notório que o FMI e o Banco Mundial têm fracassado em concretizar as aspirações do Plano Keynes. Isso não só porque o Fundo não recebeu os recursos recomendados pelo autor do plano, não só devido à desvalorização do dólar em 1971, não só unicamente por causa das sucessivas crises do petróleo daquela década, mas, fundamentalmente, em razão do desenvolvimento de uma linha de pensamento contra-keynesiana, em ambas as instituições a partir da década de 1980. Neste ínterim, desde a assinatura do trato da Organização Mundial do Comércio, assimetrias estruturais no comércio entre os Estados Unidos e o Japão levaram esses países a um confronto direto. É provável que se possa chegar a medidas exequíveis dentro do plano de ação de Clinton, que demanda uma revisão multilateral do funcionamento das instituições de Bretton Woods, desde que se busque um equilíbrio entre comércio, balanço de pagamentos e investimentos, e não só entre comércio e ajustes por meio de programas de austeridade. Por outro lado, determinadas regiões da economia mundial, como a América Latina, deveriam desenvolver seus próprios mecanismos financeiros conjuntos, como o fez recentemente a União Européia. Uma alternativa ao ajuste estrutural imposto pelo Fundo e pelo Banco Mundial consiste não só em uma reforma multilateral de ambas as instituições, mas em uma decisão unilateral dos Estados soberanos de desenvolver seus próprios mecanismos financeiros conjuntos”. (HOLLAND, 1995: 47)

1. A política financeira como a espinha dorsal da economia moderna e a dependência de quase todos os outros setores econômicos dele.⁹
2. A política financeira como projeção dos crescimentos econômicos.¹⁰
3. A política financeira como área de atuação do Estado nos Mercados Financeiros.¹¹

A participação do Itamaraty nas negociações no FMI se faz presente tanto em períodos de crises financeiras internacionais como também na busca permanente por re-estilização da função do órgão.¹² Englobando diversos aspectos da natureza econômica nacional e internacional o Departamento de Política Financeira (DPF-MRE) atua sobre,

1. A *percepção* sobre o caráter global da crise financeira e de suas implicações sistêmicas, que realça a importância das economias emergentes e indica que eventuais soluções devem ser necessariamente compartilhadas pelas economias desenvolvidas;
2. A necessidade de reformar e adaptar as instituições financeiras internacionais às novas características dos mercados globais, uma vez que se provaram inadequadas para lidar de forma ágil e eficiente com a atual crise financeira internacional;

⁹ BRASEMB WASHINGTON. Recebido em: 15/04/2007 16h05min Nº: MG 00776.

¹⁰ BRASEMB WASHINGTON Recebido em: 15/04/2007 16h05min. Nº: MG 00776. Página - 1 -De: BRASEMB WASHINGTON. Recebido em 19/07/2002 21h06min Nº: MG01682Z. //Política Financeira. Brasil. Expectativas em torno das visitas de Anne Krueger e Paul O'Neill. Reações dos mercados.//Nr. 01682

¹¹ COLEÇÃO: DPF. NOTA: REPETIÇÃO PARA CORREÇÃO DO TEXTO EM 22/7/98 (MT). DESCR= EFIN/ECOSOC. CARAT= OSTENSIVO. PRIOR= NORMAL. DISTR= DPF/DNU/DPC. PARTE=ÚN ICA. RTM=SCABRA//ECOSOC. SEGMENTO DE ALTO NÍVEL//RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA DELBRASGEN. Resumo: ECOSOC. DIÁLOGO DE ALTO NÍVEL COM O FMI, BANCO MUNDIAL, UNCIAD E OMC.1218 31833. ADITEL 1135.

¹² Para Rubens Ricupero, o ativo engajamento da diplomacia brasileira no FMI visou o desenvolvimento do país sobre a direção do Estado. Segundo o autor: “Não faltava mesmo a componente de um ativo engajamento brasileiro nos foros multilaterais em favor de uma profunda reforma dos parâmetros financeiros, monetários e comerciais que caracterizavam e continuam a caracterizar até hoje a ordem econômica internacional. Tal orientação, estigmatizada depreciativamente pelos críticos conservadores de “terceiro-mundista”, conflitava com a visão do mundo imposta pelos países poderosos por meio de organizações como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o GATT, o antecessor da Organização Mundial do Comércio (OMC)”. (RICUPERO, 2010: 30)

3. A importância do conceito de prevenção de crises e a necessidade de institucionalizar mecanismos capazes de evitar o fenômeno do contágio;
4. A necessidade de estabelecer mecanismos de âmbito global para a implementação dos princípios relativos às atividades de supervisão e regulação dos sistemas financeiros nacionais;
5. A adoção do gradualismo na promoção do movimento de liberalização da conta de capitais;
6. O maior desenvolvimento do setor privado na prevenção e solução de crises.¹³

Visto que, as relações do Brasil com o FMI através das representações diplomáticas salvaguardam e visam aprimorar o desenvolvimento nacional com vistas à sua harmonização: a campanha realizada pelo MRE foi de registrar no fluxo das decisões dos países desenvolvidos, um contraponto, dos países em desenvolvimento, pobres e de toda a sorte nas relações internacionais. A alegação foi a de que o FMI, de posse da 'cartografia' do movimento capital, deveria acatar as decisões tomadas em blocos de países que, passaram a formar acordos multidirecionados¹⁴. Para o Ministério, os casos debatidos no FMI seguem esquematicamente a seguinte formatação:

1. Ativar a participação dos países em um caso.
2. Ativar a participação da região e das regiões em um caso.
3. Ativar a participação de uma representação da região em um caso.
4. Ativar a participação multilateral na sua consensualização de um caso.
5. Definir a resolução internacional cooperativamente produzida caso a caso em sanção final.¹⁵

¹³ OSTENSIVO NORMAL, EFIN FMI- BIRD, DPF/FMI - BIRD. REUNIÕES ANUAIS. CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL. SÍNTESE DE RESULTADOS. ATUAÇÃO BRASILEIRA E PERSPECTIVAS. ARQUIVO ITAMARATY. DPF/DR 15/10/1998. Reuniões Anuais, do FMI, sobre Crise Financeira Internacional.

¹⁴ A possibilidade de formação de blocos dentro da condição multilateral das instituições de Bretton Woods foi utilizada pela diplomacia brasileira nos direcionamentos de suas preferências para a formação de alianças e acordos. Nesse sentido, a expressão cumpre a função metodológica de acompanhamento dos discursos diplomáticos.

¹⁵ SENHOR OCTÁVIO PARANAGUÁ A SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. CONFIDENCIAL Nº 943/651.5 (60). 21 DE SETEMBRO DE 1949. ARQUIVO

A literatura da relação Brasil-FMI entende que há sanções oriundas das instituições internacionais, e do próprio FMI, para as relações financeiras externas que, por sua vez, precisariam estar amparadas por políticas que aumentassem o nível de distinção entre os anseios nacionais e os planos internacionais para desenvolvimento¹⁶. Tais apontamentos baseiam-se, sobretudo nas linhas de créditos *stand-by*. A abordagem marcadamente crítica a uma possível “dependência do Brasil ao mercado creditício internacional” aponta ao FMI a responsabilidade por crises financeiras nacionais e o estrangulamento de sua própria atividade econômica¹⁷. Tal caracterização distintamente aponta às políticas de estabilização macroeconômica, uma sùmula dos interesses financeiros dos países credores¹⁸. Entretanto, a regularidade histórica da relação Brasil-FMI demonstra evidências sobre as resistências dos governos brasileiros em se adequarem à planificação econômica exigida aos países membros do FMI¹⁹, justamente quando

ITAMARATY, MRE.

¹⁶ Para Antônio Cachapuz de Medeiros: “A processualística adotada pelo FMI para aprovação de um *stand-by arrangement* guarda muita semelhança com a mecânica da celebração de um tratado internacional por meio de notas reversais ou troca de notas, quando os pactuantes desdobram o acordo de vontade em textos produzidos em momentos diversos cada um deles firmado em nome de uma das partes apenas”. (CACHAPUZ, 2003: 70) Para Silvério T. Baeta Zebal Filho: “A Relação entre as nações latino-americanas e as instituições multilaterais de fomento e financiamento do desenvolvimento caracterizou-se, desde sempre, por um certo desconforto e elevado grau de desconfiança mútua incofessa. Se de um lado, os Governos nacionais sempre viram com certas reservas às duras recomendações do Banco Mundial e do FMI – em especial na primeira fase dos programas de ajustamento e estabilização apoiados pelo Fundo – de outro, a burocracia daquelas agências sempre pareceu pouco sensível a abordagens alternativas, que permitissem preservar no âmbito de tais programas, objetivos econômicos nacionais específicos”. (FILHO, 2003: 207) Para Laércio Rodrigues de Oliveira: “Os objetivos iniciais do Fundo eram de manter a estabilidade da taxa de câmbio, o livre mercado e dar assistência aos países membros com problemas na balança de pagamentos. Com o tempo a instituição passou a desenvolver a missão de gestora dos refinanciamentos aos países em dificuldades de ajustamento interno da economia em razão do crescimento do endividamento internacional”. (OLIVEIRA, 2001: 163) Para Maria de Fátima Ribeiro: “Durante algum tempo não se sabia, com clareza, a atuação efetiva do Fundo Monetário Internacional – FMI e do impacto de seus programas nas economias menos desenvolvidas e as repercussões atuais e futuras.(...) Estas economias são vistas como estruturalmente ineficientes, mesmo quando o seu potencial de crescimento tenha se revelado muito superior ao dos próprios países avançados. Conseqüentemente, o Fundo passou a impor como condição de ajuda, não apenas programas de ajustes de gastos, mas também reformas estruturais”. (RIBEIRO, 2003: 177)

¹⁷ Para Danilo Rothberg: “A lista de males atribuídos ao FMI é longa. Como se verá, eles podem ser conhecidos e explicados com clareza e coerência, restando a tarefa de exigir sua resolução. A crítica deve vir de todo cidadão global. No entanto, não é qualquer conceito de globalidade que está em jogo aqui, mas aquele dentro do qual situam-se os indivíduos imersos na dimensão financeira do fenômeno da globalização. Ou seja, todos aqueles que desejam conhecer a face do inimigo para melhor enfrentar alguém controla, em uma escala sem precedentes, a concessão as possibilidades de sobrevivência em todo o planeta. (ROTHBERG, 2005: 11)

¹⁸ Ver, Paulo Nogueira Batista Junior. O Brasil e a economia internacional: recuperação e defesa da autonomia nacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p, 76.

¹⁹ Ver, Paulo Rabello de Castro. Macroeconomia Madrasta, Microeconomia Mirrada. São Paulo: Fórum Gazeta Mercantil, 1983, pp 129-144.

considerado que a cooperação entre nações torna-se fomento à expansão monetarista, financista e creditícia entre países que tenham o mesmo propósito político para a formação de agenda comum²⁰. Tal fomento é alimentado por boa dose de manifestações diplomáticas que acabam re-estilizando as diretrizes e linhas preestabelecidas para a política externa²¹.

Ainda que, o desenvolvimento de políticas junto ao FMI seja reflexo direto da abertura aos debates internacionais que possibilitou com novos instrumentos, avaliar o nível de intervenção governamental nas finanças dos países²²: a participação do capital estrangeiro nas instituições brasileiras possibilitou o desenvolvimento de novos meios de medir o estresse das atividades econômico-financeiras em conformidade ao plano internacional.²³

A Literatura sobre o desenvolvimento internacional.

Há na literatura sobre o FMI, uma convergência bastante pontual, sobre a inevitabilidade de uma direção para o relacionamento dos países, no dever de um estabelecimento de agenda comum. Tais analistas se encontram em áreas como a Economia, o Jornalismo, nas Ciências Sociais, em perspectivas científicas²⁴, para a elucidação de questões relacionadas tanto a formação

²⁰ Para Afonso Arinos de Mello Franco: “O desenvolvimento econômico brasileiro depende, a nossa ver, de uma política, atual e futura, destinada a transformar nosso Império em Nação. É um gigantesco mas possível empreendimento, desde que fundado no estudo profundo dos dados e na coragem e lucidez das decisões, que devem ser continuadas e duradouras. Basicamente, trata-se de evitar o erro de um desenvolvimento imperial, expresso na manutenção de uma metrópole não territorial mas populacional, e na libertação econômica e social da grande maioria marginalizada, que chamamos semicolonial”. (FRANCO, 1975: 211)

²¹ Cf. Lafer, 1975, pp 78-128.

²² Ver, Marcílio Marques Moreira. *Diplomacia, Política e Finanças*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001, p, 83.

²³ Para Ricardo Sennes: “A estratégia financeira internacional do Brasil sempre foi fortemente defensiva. Minimizar danos ou possibilidades de danos tem sido a tônica das ações externas do país nesse campo. Nesse contexto, praticamente inexistente exemplo no qual o Brasil apareça como ator de relevo, seja na proposição seja nas negociações relacionadas aos regimes financeiros internacionais. A histórica vulnerabilidade financeira brasileira e o foco em administrar constantes e explosivos endividamentos externos parecem ter retirado do país boa parte de sua capacidade propositiva nesse campo”. (SENNESES, 2009:15)

²⁴ Em síntese, e elencadas em perspectivas esquematicamente organizadas, temos as seguintes perspectivas sobre o FMI: A) A cooperação dos países nas relações internacionais nas instituições

quanto a progressão macroeconômica das relações financeiras no FMI. O cenário literário que se formou foi de demonstrar o órgão como responsável por métodos de empobrecimento dos países membros, e como o principal agente econômico de preponderância sobre os países pobres.

Para Michel Chossudovsky, o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) são estruturas administrativas, órgãos reguladores do capitalismo internacional e principais reguladores de “interesses capitalistas”.²⁵ Danilo Rothberg analisou as operações do FMI, segundo os critérios da Teoria do Imperialismo, e apontou uma “convenção internacional”, na leitura da complexidade, que, entende o FMI, como “cão de guarda”²⁶ dos Estados Unidos. Nessa mesma direção há a análise do jornalista Paul Blustein sobre a atuação do FMI nas crises financeiras do século XX. O autor deu ênfase analítica à sua consideração intitulada “Vexame” a atuação do FMI nos países asiáticos nos anos 90²⁷. E o trabalho de Patrick Lenain, versou sobre perspectivas históricas e as funções do FMI em seu papel institucional²⁸.

Especificamente, para as relações Brasil-FMI, o ‘trabalho-referência’ é do economista Gesner Oliveira, que, em tese de doutoramento, analisou a instrumentalidade, funções, convergências e frustrações do Brasil com o órgão. O economista José Serra, exemplifica a importância de sua obra salientando que: “O livro de Gesner Oliveira contém elementos úteis para avaliar as relações do Brasil com o FMI e contribui para a difícil tarefa de encontrar os ingredientes necessários para a formulação de um programa econômico bem-sucedido. O autor descreve de forma exaustiva a história de planos de

multilaterais, bem como o FMI, do pós-1945, não completou o desenvolvimento de políticas socializantes para os países, que por sua vez, permanecem com projetos sociais paralisados em suas políticas públicas para desenvolvimento. B) Os planos de desenvolvimento internacional, bem como, créditos, empréstimos e planos fiscais austeros do FMI, não dirimiram, a reprodução de riquezas para os países desenvolvidos, mantendo os países em desenvolvimento e pobres em permanente, estagnação econômica. C) O FMI seria “bode expiatório” dos países ricos, desenvolvidos, e fonte permanente de disputas políticas e embates por recursos de poder; D) A “alienação institucionalizada”, (ou o controle multilateral das finanças), o poder financeiro do FMI e dos países ricos, evidenciaria a política “Imperialista” de tais países, também monopolizadores das agendas e dos debates para o desenvolvimento internacional. E) A afirmação do poder soberano; o aprimoramento de suas noções; fins, diretrizes e funções, são instrumentos preciosos para a “legitimação” dos países ricos, do cálculo de poder internacional, nas operações financeiras. Intrusão, Invasão e destruição de soberania são categorias recorrentemente usadas para tratar os acordos de empréstimos e supervisões técnicas do FMI, geralmente pelos governos nacionais. Cf. MILLET; TOUSSAINT, 2006, pp, 49-210.

²⁵ Cf. Chossudovsky, 1999, p, 11.

²⁶ Cf. Rothberg, 2005, p, 106.

²⁷ Cf. Blustein, 2002, p, 359.

²⁸ Cf. Lenain, 2003, p, 10.

estabilização do FMI no Brasil e discute as razões de suas frustrações”. (SERRA, 1993: 19) A sua proposta metodológica consiste na investigação da resistência aos programas do FMI, avaliadas nas variáveis de concentração de renda, somatizadas as problemáticas resistências por parte de autoridades brasileiras a implementação de programas de estabilização.²⁹

Ademais dos estudos sobre acordos e pacotes de ajudas financeiras do Brasil com o FMI, este presente trabalho objetivou em conjunto a produção de historiografia, ainda inexistente, indicar a formação de centro decisório de poder para a produção de capitais no Brasil. Para tanto, fora necessário estruturar a política financeira como área inteligível de conhecimento. Ao contrário, das demais políticas de Estado, bem como a política externa, a política econômica e a política fiscal: a política financeira não possui processo de avaliação, ação, atuação e/ou de ajuizamento, além daqueles resguardados pelo Itamaraty. A ausência, de dispositivos precisos nos procedimentos para negociações financeiras internacionais, ainda se mantém incólume, longe de debates e reservada em relação aos instrumentos de confrontação sobre os processos de formulação de interesse nacional, naquilo que diz respeito à captação e repasse de custos de capitais negociados internacionalmente.

Nesta direção, este trabalho seguiu apontando os óbices, inerentes, da investigação, e do conteúdo inédito que possui. Fora estruturado neste plano de trabalho, um primeiro capítulo, sobre a formação da política financeira externa atada a constituição tradicionalista dos negócios financeiros do Império até a Primeira República. Adiante, a modernização das instituições do Estado Brasileiro, Pós-Segunda Guerra Mundial, é desenvolvida já na relação do país com o FMI, e nas suas primeiras negociações estratégicas. O terceiro e o quarto capítulo, respectivamente, ocupam o desenvolvimento do caráter que marca a conservação e a competência do Estado brasileiro em sua sobreposição ao FMI.

²⁹ Cf. Oliveira, 1993, p, 157.

**CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO
INTERNACIONAL DA POLÍTICA EXTERNA FINANCEIRA
IMPERIAL.**

1.1 O Primeiro Reinado na formulação de política externa financeira para o desenvolvimento.

O século XIX foi decisivo na formação da institucionalização da política externa financeira do Brasil. Nesse período, houve na formação institucional do Estado brasileiro uma fixação de metas de arrecadação pecuniária que passou a valorizar a incipiente indústria e o comércio como fonte de captação já programada de uma agenda de desenvolvimento progressivamente sistemático e em direção de um planejamento financeiro³⁰. O Império garantiu, através do Poder Moderador, da constituição de 1824, dentre outras providências: a instituição da centralização monárquica na formação do Banco do Brasil e também na formação da representação externa das políticas financeiras e de desenvolvimento, sobretudo na concentração do Art 102, Alínea VI, em que exercita plenos poderes ao Imperador na nomeação de Embaixadores, e mais Agentes Diplomáticos, e Comerciais.³¹ Sugestivamente, o desenvolvimento do Brasil passaria invariavelmente por uma agenda internacional de relações comerciais e financeiras encaminhadas pelo Estado, demonstrando a *expertise* do Estado-Nação nas negociações internacionais a pouco mais de cem anos da ratificação do Tratado de Vestfália e seus interesses na Política Internacional³².

O controle do Império sobre as Finanças³³ e sobre o Banco do Brasil

³⁰ Segundo Amado Luiz Cervo: “As relações econômicas com o exterior nunca deixaram de interessar o Parlamento. De início, elas são vistas como um corolário das conquistas políticas; é a época do liberalismo ilimitado. O sistema dos tratados, atrelando-as aos interesses externos, sobretudo britânicos, e neutralizando o controle interno sobre as mesmas, provoca a revolta contra a ingerência prejudicial. Aos poucos, as vozes impetuosas esmorecem para assistirmos, na década de 1830, a um mal disfarçado silêncio, tendo em vista a inutilidade do debate e da reflexão sobre as relações econômicas, regulamentadas de forra: é a época do bloqueio dos espíritos. (CERVO, 1981: 191)

³¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm

³² Para Hans Morgenthau os seis princípios de realismo político determinam a Política Internacional, são eles: 1) leis objetivas; 2) interesses em termos de poder; 3) ausência de interesse em conflitos com outras nações; 4) a sustentação de princípios morais universais; 5) Identidade e aspiração moral de uma determinada nação; 6) Autonomia da esfera política. Cf. Morgenthau, 2003, pp, 4-23.

³³ As “Cartas de Lei”, documentos executórios que sancionavam as receitas e fixavam as despesas do Império, após serem expedidas pelo Imperador, eram acatadas pelos Ministros e Secretários da Assembléia Geral Legislativa que resguardavam o seu cumprimento. Ministros e Secretários de Estado dos Negócios do Império, bem como Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, João de Almeida Melo e Castro, Joaquim José Rodrigues Torres, formavam, com a participação dos Ministros das Relações Exteriores, como João Carneiro de Campos, e o Ministro da Justiça, Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso da Câmara, a classe de autoridades responsáveis pelos negócios públicos, com direito reconhecido pelo

permitiu que o fluxo de tais finanças viabilizasse a expansão dos negócios públicos, operacionalizando a formação das instituições administrativas do Estado brasileiro. Para tanto, os decretos imperiais estabeleciam aos “investidores privados”³⁴, recompensas financeiras na política de fixação de juros em que os investimentos financeiros aplicados no Banco do Brasil, instituído em 1808, seguiriam, invariavelmente, no cálculo de custeio das despesas totais do Império. Desta forma o Primeiro Reinado³⁵ configurou e consolidou a corte portuguesa no Brasil, valendo-se da tradição de suas instituições de ex-potência internacional que havia sido Portugal³⁶ do século

Imperador para a emissão de Bilhetes, Letras do Tesouro ou Apólices da Dívida Pública, ou mesmo a tomar empréstimos no exterior. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-514-28-outubro-1848-559998-publicacaooriginal-82506-pl.html>. Acesso em, 10 maio. 2010.

³⁴ A noção de investimento privado ou mesmo de comércio de dinheiro, no Primeiro Reinado, precisou de um ano para subscrever as ações iniciais do Banco do Brasil, por conta da inexistência de tais práticas no Brasil. (CALÓGERAS, 1960: 30)

³⁵ Para Roberto Simonsen, o déficit da balança comercial brasileira, neste período, relaciona-se diretamente com o tipo de endividamento do Império que, por sua vez, determinou a deteriorização cambial como saída a crise em balanço de pagamentos, aberta pelo excesso de importações. Para o autor: “A importação do Brasil sempre foi maior que a exportação de 1808 até 1846, quando a política tarifária de Alves Branco principiou atuar disciplinadamente sobre esses excessos, para cujos pagamentos não tínhamos poder aquisitivo para saldar. Como consequência de todos esses fatos, o câmbio brasileiro, após 1818 e até 1831, declinou sempre. Foi essa situação deficitária da sua balança comercial que contribuiu para o êxodo de nossa moeda metálica, nos últimos anos da era colonial e nos primeiros tempos de independência. Não foram as migalhas retiradas pela Corte, ao sair do Brasil, que nos atiraram à circulação fiduciária, como erroneamente tem sido publicado, e nós mesmos repetimos, fundados numa injusta apreciação de Armitage. O exame da natureza de nossa exportação explica grande parte de situação desvantajosa em que o Brasil se via colocado, justamente quando se registraram grandes progressos em outros povos. (SIMONSEN, 1978: 434) Para Oliveira Lima, os empréstimos imperiais em praças financeiras, sobretudo em Londres, já comprometeria a diplomacia brasileira, e a política externa do país a atuarem nesta novo campo de representação externa Para o autor: “Foi também n’aquele intuito que o *comodore* Perry realizou em 1853 a sua celebre viagem ao Japão de que data a accessão d’este Imperio á civilização occidental, e que muito antes, no começo do século actual, a joven Confederação mandára ao Mediterraneo navios de guerra a amedrontarem os Estado infieis da costa africana que, quando lhes não era pago certo tributo, sofam apressar os navios mercantes e reduzir ao captiveiro os tripolantes christãos, exercendo tão interessante industria com grande gaudio da Inglaterra, a qual lucrava com os embarços postos ao commercio das outras nações. Sem esse fim econômico a diplomacia hodierna, libertada de servir os interesses dynasticos para servir os nacionais, converte-se em sinecura odiosa. Si por inclinação natural da raça e por disposição do desenvolvimento nacional a política americana pende para essencialmente practica, quiçá n’esta orientação há tido algumas vezes que ser brutal. Aquella feição preponderante é que lhes fornece justamente porem, a ella e á britannica, o seu real valor, de forma alguma implicando o sacrificio do idealismo, que já vimos formar o reverso do character nacional, tendo até sido uma das causas mais decisivas-a razão immediata foi tão sómente a explosão do *Maine*-da guerra contra a Hespanha”.(LIMA, 1899: 371)

³⁶ Para Sérgio Danese, a relação de Brasil e Portugal demonstra traços importantes em política externa. Segundo o autor: “A história do Brasil tem uma intimidade muito específica com a diplomacia, mais talvez, do que na imensa maioria dos países. O Brasil é um dos poucos países da História universal que deve sua origem a um ato de diplomacia pura, o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 entre Espanha e Portugal, antes mesmo de que se tivessem provas concretas da extensão ou mesmo da existência dos territórios em disputa. Tordesilhas foi em grande medida um exercício genial de diplomacia preventiva: Portugal garantia direitos sobre territórios virtuais, que tinham apenas grande probabilidade de existir. Essa origem específica, puramente diplomática, da formação nacional brasileira contrasta claramente com o processo de formação da nacionalidade dos países europeus, por exemplo, a começar pelo próprio

XVI. Ainda nesse sentido, o desenvolvimento de relações comerciais e financeiras realizado por Portugal neste período possibilitou ao Brasil uma formação internacional fortemente marcada, pelo trânsito, e pela fluidez do país nas praças de negócios pelo mundo³⁷.

O primeiro empréstimo brasileiro³⁸, realizado em sete de setembro de 1824, demonstrou que as negociações de autoridades diplomáticas, militares e do Conselho Imperial de posse e controle sobre a movimentação das finanças no Banco do Brasil, passaram a operacionalizar, acordos financeiros internacionais, como protagonistas de propostas e conceitos sobre o desenvolvimento econômico para o país. No contrato de empréstimo financeiro ao Império do Brasil, é bem definido o papel plenipotenciário do diplomata Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, e de Felisberto Caldeira Brant, futuramente nomeado Marquês de Barbacena.³⁹ Este primeiro empréstimo foi abordado por Otavio Tarquínio de Sousa⁴⁰, como uma negociação do ‘governo

Portugal. Enquanto na Europa a maior parte das nacionalidades derivou de um processo de aglutinação em torno de um poder central e de uma matriz cultural – que deixou espaço para as especificidades regionais, que duram até hoje e mesmo ganham força crescente –, o Brasil foi formado a partir de um processo exógeno, de fora para dentro, organizado e imposto por uma metrópole, que concebeu e dirigiu a vocação de colônia de exploração que marcaria tão profundamente a nacionalidade brasileira. É um processo de construção da nacionalidade *a posteriori* da formação do país soberano. (DANESE, 1999: 103)

³⁷ Para Amado Luiz Cervo, o Parlamento brasileiro manifestou descontentamento em relação à diplomacia, ainda voltada para as relações com a Europa. Segundo o autor: Até então, o descrédito votado internamente à diplomacia deveu-se mais à sua suposta incapacidade de medir-se com as pretensões européias e afrontá-las. (CERVO, 1981: 91)

³⁸ Para Otavio Tarquínio de Souza “Chegava afinal a ocasião azada. Para negociar a operação foram nomeados o mesmo Caldeira Brant e Gameiro Pessoa, mais tarde visconde de Itabaiana. Martim Francisco omitiu o nome de quem lhe oferecera o empréstimo que recusou. Mas fora certamente o inglês Eduardo Oxenford, representado por John Brickwood. Os ingleses, que tinham feito de Portugal um vinhedo britânico, estavam desde os tratados de 1810 como quase senhores do Brasil. Ingleses comerciando no Rio, no Recife, na Bahia, ingleses líricos que cuidavam sobretudo de pecúnia. Um Fernando Oxenford era estabelecido na Corte, na rua da Alfadenga n°49, segundo o Almanaque dos Comerciantes para o ano de 1827. Parente de Eduardo Oxenford, autor da proposta de empréstimo repelida por Martim Francisco e estudada pouco depois por Manuel Jacinto Nogueira da Gama, quando assumiu a pasta da Fazenda, na segunda quinzena de julho de 1823. (SOUZA, 1957: 123)

³⁹ As referências podem ser encontradas no seguinte trecho: “Porquanto D. Pedro, por graça de Deus e unânime aclamação de seu povo, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, etc., com o parecer do seu Conselho de Estado, tem resolvido fazer um empréstimo na Europa de £ 3.000.000 para o serviço de seu Império, e tendo havido por bem nomear a nós, Felisberto Caldeira Brant, do Conselho de S.M. Imperial, Marechal do Exército Nacional e Imperial etc., etc., e a Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, do Conselho de S. M. Imperial etc., etc., seus Plenipotenciários para esse fim, prometendo de cumprir e preencher inviolavelmente tudo quanto nós, o dito Felisberto Caldeira Brant e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, tratarmos ou estipularmos em nome; e tendo em virtude dos plenos poderes de que somos revestidos por S.M. Imperial e para o fim acima mencionado, nós Felisberto Caldeira Brant e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, por estes presentes e em nome de S.M. Imperial, entramos nesta escritura geral, empenhada para o exato e pleno cumprimento dela a sagrada palavra de S.M. Imperial”. (GARCIA, 2008:137)

⁴⁰ Para Otavio Tarquínio de Souza, “A queda dos Andradas e a marcha das negociações para o

absoluto' que já demonstrara um "sistema de governo" para enfrentar as exigências financeiras do país.

A análise de que havia uma incompatibilidade entre a política financeira e a política econômica, ambas regidas pelas "Cartas de Lei", também evidenciaria que os custos e subsídios aceitos pelo Brasil em aduaneiras altamente tarifadas para a prática do comércio com a Inglaterra aumentaria o ônus de uma relação comercial e financeira bi tributadas⁴¹. O acirramento e queixas que circulavam contra o Império a respeito da forma e condução do

reconhecimento da independência facilitaram o ensejo da realização do primeiro da longa série de ruinosos empréstimos externos brasileiros. Na mesma carta de 12 de setembro de 1824, Martim Francisco dizia que já no tempo em que estava no governo, Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro Marquês de Barbacena, então encarregado de negócios na Grã-Bretanha, (...) sem ter ordem, escrevia ao Ministério fazendo ver à necessidade de um empréstimo. Entendia-se com os capitalistas de Londres (...)" (SOUZA, 1957: 123)

⁴¹ Segundo Calógeras: "A causa do déficit, portanto, estava certamente nas emissões; quanto às operações comerciais propriamente ditas havia um saldo de 2 856:90\$00, favorável ao Banco do Brasil. É de justiça afirmar, entretanto, que os aumentos constantes desse saldo foram devidos em grande parte às emissões. O governo, sempre em auxílio do estabelecimento de crédito, decretou que os adiantamentos pagos ao Tesouro seriam considerados dívida nacional, garantida pelo conjunto de receita, dos monopólios régios sobre metais preciosos e das pradarias da Coroa. Como prova desse confiança, mandou o Rei transportar para os cofres do Banco toda a sua prataria, convidando os súditos a seguir-lhe o exemplo. Transcorridos alguns dias, partiu D. João VI para Lisboa. Sua Corte e os cortesãos que o acompanharam levaram toda a moeda do Banco, apresentando para reembolso os títulos de que eram portadores. Em 28 de julho de 1821, o reembolso contra moeda foi praticamente suspenso, sendo substituído pela seguinte proporção: 75% pagos em cédulas de pequeno valor, 15% em moedas de prata e 10% em bilhão. O Príncipe Regente, D. Pedro, sucessor do pai e cedo proclamado Imperador do Brasil, mostrou-se animado dos mesmos sentimentos de benevolência para com o Banco, possuindo, talvez, certa veleidade de por ordem nas emissões. Não pôde resistir, entretanto, à especulação sobre o capital-ações; este, primitivamente de 1 200:000\$000, elevado a 2 400:000\$000. Não obstante todas as boas intenções de regularizar a circulação, da qual vários atos são testemunho, notadamente a Ordem Administrativa de 3 de maio de 1824; em que pese o desejo de empregar no resgate do papel-moeda o novo capital subscrito; apesar de tudo isso, os acontecimentos foram mais fortes do que as aspirações do Governo, e as emissões se processaram a jato contínuo. Montando em 11 391:000\$000, por volta de 1824, aumentaram de 1 330:000\$000 em 1825; de 2 870:000\$000 no ano seguinte; de 8 584:000\$000 em 1827; de 691:000\$000 em 1828; e de 569:000\$000 em 1829, data da liquidação do estabelecimento. Tais emissões em massa só poderiam ser feitas sob pressão do Gabinete do Rio. Correspondiam, efetivamente, às lutas separatistas nas províncias do Norte, de Pernambuco ao Ceará, reprimidas pelo General Lima e Silva em 1824; à campanha de 1825-1827, da qual resultou a independência da antiga Cisplatina, pela convenção de 27 de agosto de 1828; às expedições e medidas indispensáveis ao reconhecimento da Independência do Brasil nas províncias do Norte (1822-1823). Tal situação do papel-moeda e das relações oficiais com o Banco, quando se reuniu a primeira Câmara, em 1826. Em 1829, quando foi decretada a liquidação do Banco, o montante de papel-moeda elevava-se a 19 174:920\$00. Desse total, 18 301:097\$000 representavam a dívida do Tesouro, relativa a adiantamentos e empréstimos feitos em papel-moeda. Desde então, cumpre acentuar que os acionistas receberam, após a distribuição do ativo, aproximadamente 90% do valor nominal de suas ações. Nessa época, a dívida externa do Brasil compreendia já três empréstimos celebrados em 1824, 1825 e 1828. O de 1824, de £ 3 000, 000 nominais, a juros de 5%, fora emitido a diferentes taxas: £ 1 000, 000 a 75% e £ 2 000,000 a 85%. O de 1825 destinado a liquidar as reclamações de Portugal, ascendeu a £ 2 000,000; para contraí-lo, o Brasil, pelo art. 2º da Convenção de 29 de agosto de 1825, assinada pelos plenipotenciários dos dois países e sob a mediação da Inglaterra, tomou a seu cargo o empréstimo português realizado em Londres em outubro de 1833, que se elevará à mesma soma. O de 1828, de £ 400 000, foi emitido em Londres; seus juros eram de 5% e a taxa de emissão igual a 54%". (CALÓGERAS, 1960: 34)

país em política externa⁴², passaram a ser expostas publicamente em propostas por descentralização de poder governamental, tomando força em política interna⁴³, com o apoio dos produtores nacionais que passaram a exigir melhores condições de competição no mercado internacional, e inclusive, na expansão de créditos particulares⁴⁴. Em registros documentais, é possível acompanhar que, as províncias como a do Maranhão, denunciaram publicamente uma situação de desajuste, do desenvolvimento econômico, entre elas, como também em relação com o governo imperial, a partir do Segundo Reinado. Reivindicações como, a busca de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio no interior das províncias foram, apresentadas, como críticas ao Império, na Gazeta Oficial do Império do Brasil, em trinta de dezembro de 1846. A Província do Maranhão publicou a seguinte nota:

- Ao Secretario da Sociedade Maranhense – Appreciando como devo o nobre, e utilíssimo fim dessa benemerita Sociedade – o melhoramento moral e material da Provincia -, é muito esperado de seu esclarecimento, e verdadeiro patriotismo, tenho a maior satisfação em dirigir-me a todos os seus illustres membros, para felicitando-os por tão bello propósito, com o qual perfeitamente se accorda o primeiro empenho da Administração Provincial, invocar o seu valioso concurso em pró do assentamento da base cardeal, sobre que julga apoiar-se toda esperança do futuro, e todo o exforço do presente no conseguimento do fim commum, a que nos propomos: fallo o restabelecimento de nossa situação industrial pela mudança da actual cultura que nos arruína, para outras que alente as aspirações, e retribua as fadigas do trabalho honesto. O cultivo de algodão, ninguém mais o pode dúvidar, he hoje em nossa Provincia verdadeiro instrumento de destruição de riqueza que outr’ora produzira: cumpre pois achar hum novo agente de producção, ou antes proteger por todos os recursos da intelligencia, e da vontade esse que já propicia a ser proficuamente

⁴² A separação das Secretarias do Império e dos Negócios Estrangeiros ocorreu na promulgação do decreto de 13 de novembro de 1823 que desmembrou da Secretária de Estado dos Negócios do Império a dos Negócios Estrangeiros. Segundo o decreto: “Tomando em consideração quanto importa ao bem do serviço público que se facilite o expediente dos negócios das Secretárias de Estados, e sendo indubitável que para conseguir este vantajoso fim concorre essencialmente a ajustada divisão dos trabalhos. Hei por bem desmembrar da Repartição dos Negócios do Império a dos Estrangeiros, encarregando cada uma delas separadamente a um diferente Ministro. Francisco Villela Barbosa, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros, o tenha assim entendido, e o execute. Paço, em 143 de novembro de 1823, 2º da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade Imperial”. (VARGAS, 2008:129)

⁴³ Segundo José Murilo de Carvalho: “Até o início do Segundo Reinado, o debate político concentrava-se na imprensa e na tribuna do Parlamento. Mais na imprensa, uma vez que a tribuna se limitava ao período de quatro meses das sessões. A exceção foram os anos iniciais da Regência, quando várias associações e clubes políticos se organizaram, sobretudo na capital do Império. Mas essas sociedades, como a Militar, a Farrroupilha, a Protetora, não eram prioritariamente centros de debates. Eram antes movimentos políticos voltados, sobretudo, para a ação. De suas reuniões partia-se com facilidade para as ruas. E nas ruas não se discute, grita. (CARVALHO, 2007: 19)

⁴⁴ Ver, Marco Aurélio Nogueira. *As desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984, pp, 66-69.

ensaiado entre nós, e que em outras Províncias do Império dá tanta força, e propriedade ao movimento industrial, interno e externo; á renda particular, e pública; a realidade enfim dos commodos, e vantagens da civilização da nossa época, que toda tende á paz, e harmonia de forças para o maior desenvolvimento possível dos gosos, e melhoramentos sociaes na relação física, intellectual, e moral: ordem, ilustração, e industria productiva, e moralisadora; taes são em verdade os grandes empenhos do século em que vivemos.⁴⁵

O impulso dado à economia vindo de setores produtivos das províncias marcou a transição do Primeiro para o Segundo Reinado e no tocante à política financeira, a mudança que se verifica está na formação de uma nova classe econômica que atravessou o período Regencial combatendo a centralização do governo imperial com propostas de abertura política⁴⁶. O Parlamentarismo⁴⁷ que marcaria o cenário político nacional do Segundo Reinado aglutinou representantes nos partidos Conservador e Liberal e passou a tornar-se tônica em política interna. Já em política financeira, o tratado realizado em 20 de junho 1855 que estabeleceu os Rothschilds representantes legítimos dos negócios do governo brasileiro, estabeleceria uma “era” da família inglesa sobre os negócios exteriores do Brasil por quase 100 anos⁴⁸

⁴⁵ Gazeta Oficial do Império do Brasil quarta-feira 30 de dezembro de 1846. Arquivo do Estado de São Paulo. AESP.

⁴⁶ Para Emília Viotti da Costa: “Sob o rótulo das idéias liberais ocultavam-se aspirações distintas, como distintos eram grupos sociais que se associaram aos movimentos em prol da Independência. Embora as conspirações que antecederam a Independência tivessem envolvido principalmente representantes das camadas superiores da sociedade, elementos das populações urbanas mais desprivilegiadas aderiram com entusiasmo aos movimentos (...)” (COSTA, 1998: 34). Para Boris Fausto, “entre grupos de base social diversa, como essa burguesia cafeeira e a classe média urbana, surgia uma convicção nova. Ela consistia na descrença de que reformas descentralizadoras ou de ampliação da representação política pudessem ocorrer nos quadros da monarquia. Nascia assim o movimento republicano”. (FAUSTO, 1994: 183)

⁴⁷ Ver, Rio Branco. Com a palavra, o visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005, pp, 25-67.

⁴⁸ Ao menos, 21 contratos em decretos e leis foram aprovados pela Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, conferindo aos Rothschild a representação integral dos planos financeiros externos do Brasil. Os principais decretos e leis são: Decreto nº 5.551, de 6 de Junho de 1905 Ministério da Fazenda, contrata com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, a emissão de três milhões esterlinos. Decreto nº 7.853, de 3 de Fevereiro de 1910 Autoriza igualmente a contratar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons o empréstimo de £ 10.000.000. Decreto nº 10.197, de 29 de Abril de 1913 Contrata com os banqueiros N.M Rothschild and Sons, de Londres, empréstimo de £ 11.000.000, do juro de 5% ao anno. Decreto nº 6.664, de 28 de Setembro de 1907, o Ministro da Fazenda contrata com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, o empréstimo de £ 3.000.000. Decreto nº 7.037, de 21 de Julho de 1908, Ministro da Fazenda a contratar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, o empréstimo de quatro milhões esterlinos. Decreto nº 8.621, de 23 de Março de 1911 Ministro da Fazenda a contratar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, o empréstimo de £ 4.500.000. Lei nº 2.919, de 31 de Dezembro de 1914...celebrado pelo Governo em Londres, com os Srs. N. M. Rothschild and Sons, para pagamento de juros da dívida externa, e de juros. Lei nº 2.909, de 31 de Dezembro de 1914 Acordo de Dívida Externa com o contrato de 19 de outubro de 1914, celebrado pelo Governo em Londres, com os Srs. N. M. Rothschild and Sons, para pagamento de juros da divida externa,

1.2 O movimento republicano e as relações internacionais financeiras: a política externa financeira no Segundo Reinado.

João Pandiá Calógeras, influente político nas negociações financeiras internacionais do Brasil, observou que a formação monetária do país, no início do século XIX, necessitaria de elementos cooperativos e internacionais, em uma espécie de “sistema de parcerias” que estruturasse o incipiente sistema financeiro internacional. Seu denso estudo “A Política Monetária do Brasil” aponta que o desenvolvimento do país teria fundamentalmente de passar por uma “regulagem permanente de investimentos” com os demais países, em uma espécie de Fundo em que todos se comprometessem a contra-arrestar as

em quota especial de amortização do empréstimo externo. Lei nº 126-B, de 21 de Novembro de 1892. 42:418\$619 Juros e amortização do empréstimo contraído pelo Poder Executivo com a casa Rothschild, de Londres, e pagável no exercício. Decreto nº 9.594, de 8 de Maio de 1886 Na cidade de Londres; Nathan Meyer Rothschild, de New Court; Saint Swithins Lane...os ditos John Irving, Nathan Meyer Rothschild, Samuel Gurney, e Moses Montefiore...certificados foram assinados por Nathan Meyer Rothschild, e declaram que as mesmas ações pertencem. Decreto nº 4.879, de 7 de Julho de 1903 Títulos do empréstimo contratado com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, de acordo com o decreto nº 4839. Decreto nº 23.786, de 6 de Outubro de 1947...César Soares, Manuel Bueno da Rocha, Manuel Gentil da Silva, Moacir Ferreira Batista, Osvaldo Lioi, Pedro José Ribeiro, Rothschild Nóbrega, Sílvio da França Ribeiro, Tércio de Oliveira, Valdemar de Lima e Silva, Wilson Neves Gonzaga e Zacarias Esteves. Decreto nº 17.235, de 3 de Março de 1926 Decreto para pagamento na Casa N. M. Rothschild and Sons, agentes financeiros do Brasil em Londres, de créditos. Decreto nº 926, de 5 de Julho de 1892 Compareceram Nathan Mayer, Barão de Rothschild, presidente da Companhia de Seguros Alliance, de Londres...treze dias de dezembro de mil oitocentos oitenta e seis.- Rothschild.- R. Lewis.- Testemunhas, Carl Meyer.- H. Lloyd Wengate. Decreto nº 5.540, de 3 de Junho de 1905.O excelentíssimo Nathaniel Mayer, Lord Rothschild, em nome e representação da companhia, Decreto nº 9.814, de 8 de Dezembro de 1887Ação, três meses, pelo menos, antes da assembléia geral ou votação. XV Presidente 51. O honrado Nathan Mayer, Barão de Rothschild, o novo presidente da companhia, será e continuará a ser enquanto quiser e for um diretor da companhia, seu presidente. Decreto nº 5.553, de 10 de Junho de 1905 Empréstimos de£ 3.000.000 a que se refere o decreto n. 5551, de 6 do corrente mês, contratado com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, e autorizado pelo art. 2º, n. 4, primeira parte, da lei n. 1313, de 30 de dezembro de 1904. Decreto nº 11.182, de 3 de Outubro de 1914 17 de junho de 1914, resolve autorizar o ministro de Estado dos Negócios da Fazenda a contratar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, um empréstimo sob a forma funding, ao par, juros de 5% ao anno. Decreto nº 16.645, de 26 de Setembro de 1944...Guimarães, Pascoal Aquilão, Paulino de Almeida Costa, Pedro José ribeiro, Raquel Tourinho, Roberto Coelho da Silva, Rothschild Nóbrega, Semiramis Guimarães de Oliveira, Sofia Teresa Taveira de Sá, Sílvia Pereira Soares, Sílvio da França Ribeiro. Decreto nº 6.215, de 4 de Setembro de 1940...dispõe o art. 10 do Código de Minas, Decreta: Art. 1º Fica autorizada a cidadã brasileira naturalizada Erna Goldschmidt Rothschild a pesquisa mica numa área de quarenta (40) hectares localizada no município de Santa Maria do Araguaia do Estado de Goiás. Decreto nº 2.044-A, de 15 de Julho de 1895...de 24 de dezembro de 1894, Resolve autorizar o Ministro dos Negócios da Fazenda a contratar com os banqueiros N. M. de Rothschild and Sons, de Londres, o empréstimo de seis milhões esterlinos (6.000.000 £), para serviço da República. <http://www2.camara.gov.br/busca/?wicket:interface=:0:3:::>

deficiências/carências financeiras num sistema aberto de compensações⁴⁹. Para o autor, a crise do “balanço de contas” do início das atividades institucionalizadas financeiras do Brasil, aconteceu na relação de déficit de receita, e principalmente pela expansão das funções da moeda que, sobredeterminaria as funções do comércio⁵⁰.

O monopólio⁵¹ ainda formado sobre os planos econômicos no Brasil Imperial⁵² somatizado à falta de acesso público aos créditos financeiros⁵³, o

⁴⁹ Na virada do século XX, mais precisamente em 1910 quando foi publicado tal estudo de Calógeras, sobre o tipo de interligação dos países por busca de um meio de compensação de dívidas e transação de financeiros: as políticas monetárias dos países em âmbito internacional foram perdendo capacidade de cumprimento de metas, dada a realidade da crise em balanço de pagamentos que foi capaz de alterar o câmbio pelo governo brasileiro, como solução ao problema. Para Calógeras: “Um período de crise de balanço de contas seria, portanto, o corolário fatal da nova ordem política. Para atender às exigências da situação financeira, os direitos alfandegários foram elevados a 24%; mas as duas exceções abertas, uma para Portugal, que pagava 16%, e outra para a Inglaterra, que só pagava 15%, diminuiram o rendimento desses recursos e o rendimento de recursos fiscais. Um vício da circulação monetária, já citado, vinha agravar o estado das coisas. A relação entre o ouro e a prata era de 1:12 ½, nas peças de ouro nacionais, e de 1:13 8/9 nas coloniais; isso constituía a primeira causa da exportação da moeda nacional, de mais alto valor que sua concorrente, desde que os negócios se estabeleceram em bases comerciais comparáveis ao que se passava no resto do mundo. Tal não acontecera até 1808, por causa do exclusivismo reinante entre o Brasil e sua metrópole”. (CALÓGERAS, 1960: 21)

⁵⁰ Segundo Calógeras, “Um vício da circulação monetária, já citada, vinha agravar o estado das coisas. A relação entre o ouro e a prata era de 1:12 ½, nas peças de ouro nacionais, e de 1: 138/3, nas coloniais; isso constituía a primeira causa da exportação da moeda nacional, de mais alto valor que sua concorrente, desde que os negócios se estabeleceram em bases comerciais comparáveis ao que se passava no resto do mundo. Tal não aconteceu até 1808, por causa do exclusivismo reinante entre o Brasil e a sua Metrópole. Por outro lado, a própria moeda colonial baseava-se na valorização da prata, visto que a relação existente, de 1: 138/9, era inferior à dominante no mercado mundial de metais, a qual era de 1:15, 61, por volta de 1808. Mas, por curiosa contradição da lei de Gresham, a moeda de ouro continuava a circular, fenômeno atribuível à raridade da prata nas praças brasileiras e à falta de informações precisas sobre esses problemas financeiros. Isso representou, não obstante, simples adiamento do problema, porquanto sobreveio a ocasião em que se processou o êxodo da moeda ouro, que privou o Brasil quase totalmente da mesma. A circulação e o desenvolvimento da receita foram as duas preocupações dominantes da atividade do governo Regente. A partir de 1803, no regulamento novo das minas de ouro sugerido pela decadência progressiva de sua exploração, um artigo especial proibia a circulação do pó de ouro, ou em barras; essa ordem, permaneceu letra morta, porém, diante da impossibilidade geral de cumprir outros artigos do regulamentos. Pouco depois de sua chegada ao Rio, ordenou o Regente que as fundições de ouro fossem providas do numerário indispensável ao resgate de pó ou de barras de ouro, que continuavam a ser trocados correntemente. O estoque metálico do Tesouro Real era insuficiente para atender a uma procura da moeda. Tornou-se preciso revogar a decisão e transferir o resgate para o plano das atividades comerciais. Foi baixado decreto ordenando a criação de um banco de câmbio, com 100:000\$000 de capital, cuja missão seria receber as barras e pagá-las em moeda”. (CALÓGERAS, 1960: 23)

⁵¹ Um caso histórico e de repercussão internacional no Segundo Reinado, foi a decretação de falência do empresário Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, dono de investimentos maiores que todo o PIB brasileiro. Após sucessivas perdas financeiras durante a guerra do Brasil com o Paraguai: Mauá empréstimos negados pelo Banco do Brasil, com suspensão de créditos para o restabelecimento das atividades comerciais e principalmente financeiras das suas empresas. (CALDEIRA, 1995)

⁵² Para Eugenio Gudín, “No regime mercantilista do século XVIII, os fatores de produção era dirigidos para as atividades econômicas ditadas pela política nacionalista do Estado; a formação do artesanato orientada de acordo com o plano de produção formulado pelo Estado; o comércio exterior controlado para assegurar o acúmulo do maior “stock” possível de metais preciosos, valendo-se por que o balanço de comércio fosse sempre “favorável”; o comércio com as colônias arregimentado pelo princípio exclusivo da troca de produtos manufaturados por matérias primas, etc. Esse tipo de economia exigia evidentemente

controle da Junta de Crédito para acordos e empréstimos⁵⁴ e a ausência de lastro suficiente de moeda reorganizada em novo papel de fidúcia: fizeram parte dos planos de reformas estruturais por parte dos liberais, que incluíram também as reformas eleitorais, as leis abolicionistas e as questões militares⁵⁵.

No cenário político nacional, a formação de blocos políticos para campanhas contra a monarquia no Brasil, passou a tomar força e estruturou os debates entre o Partido Conservador e o Partido Liberal. Este último buscou desvencilhar o país das extremas obrigatoriedades e imposições do governo vigente para a realização de projetos de desenvolvimento econômico, e baseados nos princípios republicanos⁵⁶ formou as campanhas pró-república no Brasil. Tais campanhas trataram de evidenciar a multiplicidade de possibilidades mais acessíveis para o trato das questões públicas nas funções de receita e de despesa do Estado, e expôs o desejo dos produtores nacionais em acompanhar a vida financeira do Brasil.⁵⁷

uma planificação detalhada da vida econômica do país e uma ininterrupta vigilância do Estado sobre as atividades individuais. A doutrina do “laissez faire”, a cujo impacto rapidamente ruiu o sistema mercantilista, baseava-se, ao contrário, no princípio de que a riqueza da nação é a integral riqueza de seus cidadãos; de que o indivíduo, guiado pelo interesse próprio, procura empregar seu trabalho e seu capital de modo o mais proveitoso para a sua economia e, portanto, de que meio mais rápido e mais seguro de enriquecer a nação é o de deixar aos indivíduos plena liberdade de ação econômica”. (GUDIN, 1945:31

⁵³ Para Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, “O ocaso da primeira metade do Século XIX, caracterizado por importantes transformações socioeconômicas, forjou os meios necessário para que as mudanças que se operavam no país tivessem continuidade. A maneira de proceder, em face a uma realidade diferente que surgia, inovou-se. A nação parecia despertar de um sono letárgico de três séculos para uma nova era. O sistema capitalista em desenvolvimento na Europa e nos Estados Unidos refletia-se sobre aqueles mais esclarecidos que o tomavam como modelo preferencial e procuravam impulsionar um maior dinamismo a nação. (PESSOA, 1983: 37)

⁵⁴ Para Lidia Besouchet: “A parcialidade com que foi executada a lei contra Mauá, foi evidente e bastando analisar o artigo 1º que dispunha que “os bancos teriam de entregar à Junta de Crédito Público valores correspondentes à emissão, de cada um deles, em circulação; em primeiro lugar, em fundos públicos, pelo preço da última amortização, ou segundo os tipos por que haviam sido os empréstimos realizados, tendo os bancos a opção de aceitarem qualquer das bases como lhes foi declarado pela Junta de Crédito; só na falta desses títulos, tinham de entregar outros valores, à escolha da Junta. O Banco Mauá & Cia, tinha quantia superior à totalidade de suas notas em circulação com relação aos fundos internos, e com relação aos fundos externos, “o preço da última amortização realizada antes que se pensasse na lei de 4 de maio, se achava também perante o Governo, de modo irrecusável”. Mauá entregou seu protesto à legação do Brasil, e a Junta, em determinação às ordens do Governo, fez a liquidação da emissão em que o seu Banco ficou prejudicado em 13% no valor dos títulos que entregara. Novamente Mauá, tenta ressaltar seus direitos através da Legação Brasileira, que não possui prestígio suficiente para demover o Governo das execuções das medidas resolvidas contra os Bancos Estrangeiros e especialmente contra o Banco Mauá. (BESOUCHET, 1942: 232)

⁵⁵ Ver, Beatriz Westin de Cerqueira Leite. O Senado nos Anos finais do Império: 1870-1889. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978, p, 220.

⁵⁶ Ver, Dr. A. C. Tavares Bastos. Cartas do Solitário. Rio de Janeiro: Editora: Harvard College Library, 1863, p, 44.

⁵⁷ Para Oliveira Lima, a necessidade de desenvolver internacionalmente o país a partir da economia representaria exatamente o “próprio interesse nacional” que não necessitaria de nenhum tipo de intervenção ou aparelhamento centralizador do Estado. Para o autor, mesmo que fosse necessária, a

1.3 Transição do Império para a República: a crise de postulados.

O aprimoramento da noção do crédito financeiro no Segundo Reinado é importante, analiticamente, como instrumento de visibilidade do tipo de desenvolvimento que se propôs para o Brasil naquele período. Pois o desenvolvimento econômico intimamente ligado ao mercantilismo, ao comércio de matérias-primas, foi abastecido por créditos financeiros⁵⁸ durante o período da Guerra do Paraguai que, por sua vez trouxe crescimento econômico acelerado já impulsionado por tais investimentos capitais durante a expansão industrialista.⁵⁹

Este momento peculiar da história do Brasil registra a busca institucional do novo papel do Estado em relação aos compromissos internacionais por desenvolvimento⁶⁰. Entretanto também expõe que o envolvimento do país na Guerra do Paraguai⁶¹ teve profundas conseqüências na organização das instituições do Estado brasileiro⁶². A severa exaltação nacional imprimiria valor

construção de alianças políticas no Estado que interligasse administrações num típico sistema público: a luta que se travou foi de tornar o Estado brasileiro apto as contribuições democráticas; com a redução das atribuições do Conselho de Estado; em prol da garantia de liberdades de consciência, de educação de comércio, de indústria e a abolição da escravatura. Segundo o autor: Si tomarmos a vida diplomática sob um aspecto mais serio, o da defesa dos direitos nacionaes, porquanto a defesa da honra nacional compete a outra classe; ou, menos trágico, o do desenvolvimento das relações políticas que hoje significam sobretudo relações econômicas, a nenhuma parte do Brazil pode Ella interessar mais directamente do que a Pernambuco, cujo principal producto de exportação, cuja riqueza esmorece à minguia de sahida, a qual só lhe podem fornecer para o estrangeiro bem elaborados tratados de commercio. (LIMA, 1908: 41)

⁵⁸ Para Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa: “O sétimo decênio do Século XIX encontrou a nação liberta dos compromissos ligados à uma economia de guerra, responsável por um considerável aumento de suas despesas, além de outras dificuldades também vinculadas à economia. Aliaram-se e corroboraram com essas transformações internas, os “germens apenas perceptibles (...) dos monopólios no sistema capitalista. Nessa fase, os países desenvolvidos iniciaram “um nuevo imperialismo” (...) caracterizado pela exportação de capitais para serem investidos em setores promissores que apresentassem perspectivas de dividendos crescentes (...) (PESSOA, 1983: 59)

⁵⁹ Para Jose Flávio Sombra Saraiva: “Um pensamento industrialista emergiu na década de 1840 e, com a autonomia da política econômica alcançada ao término dos tratados, foi possível elevar as tarifas incidentes sobre o comércio exterior com a dupla finalidade: fiscal e protecionista. O país conheceu o primeiro surto de industrialização, e o intenso debate que se travou a cerca da indústria nacional serviu para incorporar, definitivamente, ao pensamento brasileiro, a necessidade de promover tanto o setor agroexportador tradicional quanto as atividades industriais. Foi o único país da América Latina a manter, embora com determinação variável, nos séculos XIX e XX, uma política de defesa da indústria, entendida esta como um bem nacional a buscar”. (SARAIVA, 2008: 73)

⁶⁰ Ver, Evaristo de Moraes. Da Monarchia para a República: 1870-1889. Rio de Janeiro: Editora Athena, pp,107-123.

⁶¹ Ver, Domingo Laino. Paraguai: fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Editora Global, 1979, p,

⁶² Para Luís Cláudio Vilafañe G. Santos: “O Império tinha imensas dificuldades em apropriar-se da idéia

histórico na formação das instituições da República Democrática do Brasil, e pode ser observada em “A Retirada de Laguna” de Visconde de Taunay, onde a distinção entre classes ganha convicções definidas⁶³. Dialogando, com as correntes do positivismo no Brasil que ganharam força nesse período e em conjunto ao Partido Conservador, o radicalismo liberal⁶⁴ e a preponderância de militares, como Deodoro da Fonseca: a formação de nichos de desenvolvimento setorializados em regiões, como São Paulo e Minas Gerais passou a dar maior representatividade política e econômica⁶⁵ aos futuros governantes da Primeira República⁶⁶.

A modernização do Brasil voltada à substituição de escravos por imigrantes⁶⁷ e cultivo de açúcar para uma economia cafeeira⁶⁸ deixou de acrescentar um capítulo à crise nas exportações do país naquele instante.⁶⁹ A

de nação, pois essa noção se chocava com as bases de sua própria legitimidade. Mas, de todo modo, o Estado brasileiro não podia prescindir de fórmulas que criassem uma identidade própria para o novo corpo político e servissem de base para a lealdade e apoio ao novo Estado. Esse esforço em criar uma identidade comum resultou na invenção da idéia de uma pátria brasileira que, posterior e devidamente retrabalhada serviria de base para a construção do nacionalismo brasileiro. (SANTOS, 2003: 133)

⁶³ Segundo o autor: “Trazendo a público os termos da mensagem de 12 de fevereiro de 1885 e os nomes dos seus signatários é-me sobremodo grato recordar uma demonstração de classe, de tão alto apreço e relevante significado tributada a quem, ao envergar o glorioso uniforme dos soldados do Brasil, jurara à Pátria servir, com todas as veras da alma. E no solene dizer de tantos de seus mais ilustres irmãos de armas na íntegra soubera cumprir o que prometera...” (TAUNAY, 1967: 17)

⁶⁴ Ver, Ubiratan Borges de Macedo. *A Liberdade no Império*. São Paulo: Editora Convívio, 1977, p, 40.

⁶⁵ Para Edgar Carone: A respeito da industrialização, transcrevi o artigo do *Street*, um dos seus teóricos: transparece nele a preocupação de defesa, o cuidado em explicar a posição dos industriais em face de uma série de acusações que eram responsáveis pela alta do custo de vida, que esta atividade era superficial etc. Quanto às finanças, são reproduzidos todos os planos de estabilização cambial e econômica da Primeira República, desde a tentativa de Rui de criar um mecanismo arrecadador e industrial, até o plano repetitivo de Washington Luiz. Todos eles se baseiam numa premissa ideal, esquecendo que qualquer declínio de nossa exportação abalaria a estabilidade cambial e, automaticamente, levaria ao fracasso do projeto. (CARONE, 1976: 06)

⁶⁶ Ver, Fernando Luiz Abrucio. *Os Barões da Federação*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998, p, 35.

⁶⁷ Segundo Evaldo Cabral de Mello: “Por viva que tivesse sido, a controvérsia em torno do tráfico interprovidencial não teve a acuidade da disputa acerca da imigração européia. Nem a acuidade nem o que, obviamente, é mais relevante, o impacto sobre o processo de modernização no Brasil. (MELLO, 1999: 67)

⁶⁸ Ver, Marco Aurélio Nogueira. *As desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984, p, 70.

⁶⁹ Para Delfim Netto, o mercado de café era inerentemente instável por conta de políticas governamentais e seu efeito sobre os preços, sobre a oferta e preços dos competidores, gerava também movimentos cíclicos no mercado. Para o autor: “O nosso desenvolvimento realizou-se por uma ampliação descompassada entre setores que são essencialmente interdependentes e devem crescer simultaneamente. A aceleração do nosso ritmo de industrialização se fez à custa de uma transferência de mão-de-obra do setor agrícola – produtor de alimentos, de matérias-primas e de produtos de exportação – para o setor industrial, sem um concomitante aumento da produtividade. A nossa produção somente não deixou de crescer porque, possuindo o país amplas áreas de terras virgens, foi possível substituir-se, em larga medida, a mão-de-obra que abandonava o campo por maiores recursos naturais. Essa ampliação da agricultura para terras mais férteis, entretanto, criou toda uma série de novos problemas, que estão estrangulando uma parcela dos aumentos de produtividade obtidos pela utilização de terras mais férteis. A

desregulamentação dos empréstimos capitais nas Negociações de *funding loan* com a Inglaterra até o término da Primeira República⁷⁰ passara incólume

elevação do nível de rendimento, que caracteriza o desenvolvimento, exige, entretanto, cada vez maiores quantidades de produtos agrícolas, não somente porque o nível de consumo é ainda muito baixo, como porque é preciso aumentar se os fornecimentos de matérias-primas para o setor industrial e de produtos para o setor exportador, pressionado pelas maiores solicitações de importações. Como todo o processo é voltado para dentro do País e como a criação de um enorme diferencial entre a taxa de cambial de exportação e de importação é o instrumento promotor de desenvolvimento, aos poucos a exportação vai se tornando impossível”. (DELFIM NETTO, 1981: 332)

⁷⁰ As soluções creditícias no formato Funding Loan podem ser acompanhadas a partir de 1898, ano em que o Presidente Campos Sales negociou em Londres a obtenção de uma linha de empréstimo que perduraria até o ano de 1930, conforme acompanhado em Decretos e Leis na Câmara dos Deputados. Lei nº 559, de 31 de dezembro de 1898, orça receita geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1899, e dá outras providências. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e sanciona a lei seguinte: Art. 1º A receita geral da República dos Estados Unidos do Brasil, para o exercício de 1899 é orçada em 351.114:000\$000 e será realizada com o pro ducto do que for arrecadado dentro do mencionado exercício, sob os títulos designados. Lei nº 652, de 23 de Fevereiro de 1899, Fixa as despesas gerais da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1900, e dá outras providências. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sancionou a lei seguinte: Art. 1º As despesas gerais da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1900 é fixada em 36.973:646\$021, em ouro, e 263.162:276\$044, em papel, assim distribuídos pelos respectivos Ministérios, na forma especificada nos artigos seguintes: Art. 2º O Presidente da República é autorizado a despender pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 15.896:964\$799. Lei nº 741, de 26 de Dezembro de 1900, Orça a receita geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1901, e dá outras providências. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional a lei seguinte: O Congresso Nacional decreta: Art. 1º A receita geral da República dos Estados Unidos do Brasil, para o exercício de 1901, é orçada em 286.082:200\$ papel e 58.869:741\$ ouro, e será realizada com o pro ducto do que for arrecadado dentro do mencionado exercício, sob os títulos abaixo designados, incluídos os recursos provenientes da emissão do funding loan, de acordo do com o contrato de 15 de junho de 1898, e mais 25.820:000\$ papel, destinados ao fundo de resgate e 9.026:667\$, ouro, do fundo de garantia. Decreto nº 7.782, de 31 de Dezembro de 1909, Providencia para que as amortizações de empréstimos externos suspensos em virtude do acordo do Funding Loan sejam restabelecidas dentro do exercido de 1910. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Considerando que as circunstâncias excepcionais da vida econômica e financeira do país em 1898 determinaram o acordo Funding Loan, em virtude do qual ficou suspenso serviço de amortização da nossa dívida externa por 13 anos a findarem em junho de 1911; Considerando que esse acordo, garantindo nossa possibilidade de reconstrução das finanças nacionais, pela valorização crescente, do meio circulante e pelo desenvolvimento progressivo das rendas, permitiu á administração publica realizar obras de melhoramentos de portos e de ampliação das redes ferroviárias existentes, além da construção de novas, e bem assim permitiu a reconstituição necessária do nosso aparelho militar; Considerando que si os sacrifícios impostos á nação pela imperiosa necessidade de consolidar seu credito foram largamente compensadas por tais melhoramentos, só possíveis, entretanto, com o recurso a empréstimos, que aumentaram a dívida externa e interna, indispensável se torna cuidar-se, logo que seja oportuno, de reduzir os seus encargos; Considerando que a condição presente das finanças publica asseguram ao Governo os fundos precisos para a antecipação do pagamento da amortização da dívida externa de que resultará certamente a vetorização do nosso credito. NILO PEÇANHA. Leopoldo de Bulhões. Lei nº 3.089, de 8 de Janeiro de 1916, Fixa a despesas geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1916. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1916.* Art. 1º A despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil, no exercício de 1916, é fixada em 84.365:086\$786, ouro, e 405.266:062\$188, papel e a com aplicação especial em 4.584:700\$, papel, na forma especificada nos artigos seguintes. Art. 2º O Presidente da República é autorizado a despender pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 21:565\$200, ouro, e a de 44.804:716\$377. Nilo Peçanha. DECRETO N. 3.785 – DE 2 DE OUTUBRO DE 1919, Autoriza o Presidente da República a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o credito especial de 484:047\$542, ouro, para legalizar as despesas feitas até 31 de outubro de 1918, com os

ao “vácuo governamental” que se formou durante a transição para a República. Revelando que a crise de paradigmas⁷¹ e os conflitos ente conservadores e liberais⁷² não incluíram os acordos de empréstimos, créditos e demais

pagamentos das taxas do imposto de renda relativas aos scrips do funding loan de 1914. Art. 1º Fica o Presidente da República autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o credito especial de 484:047\$542, ouro, para legalizar as despesas feitas, até 31 de outubro de 1918, com os pagamentos das taxas do imposto de renda francesa e inglesa relativas aos scrips do funding loan de 1914. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario. Epitácio Pessoa, Homero Batista. DECRETO N. 13.784 – DE 2 DE OUTUBRO DE 1919, Abre, ao Ministério da Fazenda, o credito especial de 484:047\$542, ouro, para legalizar as despesas feitas, até 31 de outubro de 1918, com os pagamentos das taxas do imposto de renda relativas aos scrips do funding loan de 1914. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 1º do decreto legislativo n. 3.785, de hoje datado, resolve abrir, ao Ministério da Fazenda, o credito especial de 484:047\$542, ouro, para legalizar as despesas feitas, até 31 de outubro de 1918, com os pagamentos das taxas do imposto de renda francesa e inglesa relativas aos scrips do funding loan de 1914. Epitácio Batista e Homero, Baptista. Decreto nº 21.113, de 2 de Março de 1932, autoriza operações de crédito para regularizar o pagamento dos juros de determinados empréstimos externos, o pagamento de títulos sorteados e liquidar outros compromissos inclusive os decorrentes da sentença do Tribunal de Haya. O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, de acordo com o art. 1º do decreto n. 19.398, de 1 de novembro de 1930 e considerando que a situação financeira internacional aliada às condições atuais do comércio exterior do país, impossibilita o pagamento em moeda estrangeira dos serviços dos empréstimos de responsabilidade do Governo Federal. <http://www2.camara.gov.br/busca/?q=funding+loan&x=14&y=7>

⁷¹ No período de transição para a república, Nabuco de Araújo realizou discurso contra o levante republicano. Para o autor: “Não espero com as minhas opiniões modificar as vossas. Não sei mesmo se deveria fazel-o. Sois joven; não podeis guiar, deveis acompanhar a fortuna do vosso paiz. Mais tarde, porem, aquellas opiniões vos poderão talvez ser úteis em alguma futura forma que a vossa República possa tomar. Na forma presente ella mal pode continuar; antes, porém, da sua resolução final há de passar, como disse um dos nossos poetas, por grandes variedades de existência nunca ensaiada e em suas transmigrações poderá ser purificada pelo fogo e pelo sangue”. (NABUCO, 1936: 413)

⁷² Segundo Heitor Lira: “A Conciliação durou praticamente até a queda de Abaeté, em agosto de 1859, quando Ângelo Ferraz (Barão de Uruguaiana), organizou o seu Gabinete. Mas seus efeitos se fizeram ainda sentir entre os dois grandes partidos constitucionais. No seio dos conservadores deu-se a celebre cisão, originada de divergências com Caxias, então Chefe do Gabinete, e em virtude da qual Sinimbu, Nabuco, Zacarias, Saraiva, Paranaguá e outros chefes conservadores formaram, sob a égide de Olinda, a chamada *Liga*. A Liga não foi, em suma, senão a ponte que permitiu àqueles estadistas passarem, com armas e bagagens, para as fileiras liberais. Uma defecção tão séria, sobretudo pelo valor pessoal de cada um deles, não podia deixar de abalar a estrutura do Partido Conservador. De fato, este se desarticulou, e teria por isso de sofrer um ostracismo de bem seis anos. Durante esse tempo, o domínio dos liberais foi absoluto. A Liga perderia a sua razão de ser, porque os antigos conservadores que a haviam formado se aliaram definitivamente, sob o rótulo de liberais progressistas, aos liberais da velha guarda, intitulados os históricos. Históricos e progressistas pelejariam juntos, ainda algum tempo, sem contudo se confundirem num só e único partido. Os conservadores só conseguiram volta ao Poder em 1968, quando Zacarias, incompatibilizado com Caxias, pretextou a escolha de Sales Torres-Homem (Inhomirim), feita pelo Imperador para uma cadeira do Senado, e retirou-se do Governo. Em rigor, não havia um motivo político para apeiar os liberais do Poder uma vez que a Câmara lhes era francamente fiel, numa proporção de 85 para 10. Mas o Imperador, cuja atenção estava voltada, nessa época, para a terminação da guerra com o Paraguai, entendeu dever poupar as susceptibilidades de Caxias, comandante-chefe, e filiado ao Partido Conservador. Chamou assim para o Governo o partido do Marechal, na pessoa do Visconde de Itaboraí. Os liberais, naturalmente, protestaram. Mas tiveram que ir mesmo para a oposição. Foi quando, num movimento de defesa – *l’union fait La force* – uniram-se as duas facções do partido, progressistas e históricos, em volta de uma só bandeira, para poderem melhor combater a situação conservadora que se iniciava. Desse conagração de forças foi que resultou a reorganização do Partido Liberal ou, melhor dizendo, o novo Partido Liberal, que, salvo as dissidências passageiras de 1880, por ocasião da eleição direta, e de 1884, por causa da libertação dos escravos sexagenários, iria conservar-se mais ou menos unido até o fim do Império. Por ocasião da união dos progressistas com os históricos, destacou-se um pequeno grupo de liberais radicais, que, com outros elementos de fora, passou a formar o Partido

operações financeiras do país, e postergaram a função da política financeira do Brasil.

Tavares Bastos, deputado do Partido Liberal expôs na Câmara a centralização do poder político sobre as finanças do Brasil pelo Visconde de Itaborahy e o não cumprimento das leis de restrição emissão de papel moeda que passou a se tornar um problema fiduciário no Brasil do Segundo Reinado. Segundo Bastos,

O que desejo demonstrar é que na circulação há maior somma de notas do banco do que devêra existir. Com effeito, a emissão do banco e das caixas filiaes era, a 12 de setembro, 87, 086:320\$. A 13 de abril era 70, 733:465\$. A diferença é 16, 352:933\$, isto é, inferior em 13, 260:945\$ é a somma de notas que devêra ter sido resgatada. Isto é evidente. A lei não foi cumprida.⁷³

O Visconde de Itaborahy rebateu as críticas asseverando o Poder Moderador da Constituição como único e principal instrumento de promoção e desenvolvimento financeiro do Brasil. Segundo o Visconde,

O que censurei com esta denominação, e censuro ainda, e sinto não ter força sufficiente para censurar mais violentamente... não direi violentamente, porém o mais vehementemente, e mais energicamente que me fosse possível, foi a emissão de papel-moeda, porque entendo que é obrigação das câmaras legislativas, é de absoluta necessidade para a existência desse Império manterem-se as instituições representativas, a constituição que jarámos. Não se viola a constituição em ponto tão importante e de modo tão escandaloso; não se mostra tanta falta de respeito e de veneração pela santidade de seus preceitos, sem correr o grande risco de vermo-la destruída.⁷⁴

Republicano – partido que, durante o resto todo do Reinado seria antes uma facção, sem grande ou quase nenhuma influência, politicamente falando, na consciência partidária do país”. (LIRA, 1977: 297)

⁷³ Annaes do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Srs Deputados: Primeiro Anno da Décima-Terceira Legislatura. Sessão de 1867. Tomo 1. **TEXTO - PUBLICAÇÃO ORIGINAL**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1871, Página 3 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1587-28-junho-1869-552307-norma-pl.html>. Acesso em: 12. setembro, 2009.

⁷⁴ Op cit, p, 3.

1.4 A primeira república: conservadores, liberais e as lideranças sociais.

A Comissão de Finanças⁷⁵, equipe formada por autoridades escolhidas pelo governo Imperial⁷⁶ continuou a operar durante a Primeira República, o nacionalismo como identidade cultural brasileira⁷⁷ preservada como estrutura da representação política⁷⁸. Ainda assim, João Pandiá Calógeras classificou os desníveis e desajustes econômico-financeiros do Brasil sumamente atrelados aos negócios externos pelos conservadores⁷⁹, e também ponderou que o levante ideológico que passou a influir nas classes trabalhadoras, dificultava a participação das demais regiões do país na composição da nação numa maior abrangência: ou ainda, as demais regiões e seus produtores estariam de fora do centro decisório do país na constituição de uma convenção Federal⁸⁰. Tentando equalizar o nível de atividade produtora interna com os fluxos de exportação e importação, foi proposto, pelo autor, o desenvolvimento da iniciativa privada assistida no Brasil nas suas relações internacionais⁸¹ e na sua

⁷⁵ Ver, Fernando Antonio Faria. Arquivo de Sombras: a privatização do Estado brasileiro nos anos iniciais da Primeira República. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1996, p, 83.

⁷⁶ Para Renato Lessa: “Meu tratamento do legado imperial procurou combinar duas estratégias distintas de exposição. Por um lado, importava demonstrar que a ordem imperial possuía respostas claras para os principais problemas macropolíticos, tais como: a geração dos atores coletivos, as relações entre Legislativo e Executivo e a interação entre Poder Central e poderes regionais. Por outro, evitei aderir à sensação de que a experiência política do Império foi imune ao absurdo. Por isto procurei apresentar o legado reformista do segundo reinado a respeito de questões ligadas à estrutura da representação política. O resultado, creio, foi a descoberta de um padrão absurdo no qual a despeito da obsessão por leis eleitorais verdadeiras, o Poder Moderador aparecia como único instrumento capaz de evitar que uma facção circunstancialmente majoritária erradicasse a minoria. De qualquer forma, para o restante do livro a importância da análise sobre o legado monárquico foi a de melhor mensurar o vazio institucional provocado pela aventura republicana”. (LESSA, 1988: 165)

⁷⁷ Ver, Lucia Lippi Oliveira. A questão nacional da Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p, 189.

⁷⁸ Cf. Lessa, 1988, p, 165.

⁷⁹ Cf. Calógeras, 1960, p, 499.

⁸⁰ Cf. Idem, 1960, p, 502.

⁸¹ Para Rubens Ricupero, o panamericanismo e a cooperação das relações econômicas propostas pelo Barão do Rio Branco nesse momento fixou paradigmas nas relações do Brasil com a América Latina e os Estados Unidos. Segundo autor: “Não se devia deduzir disso tudo que Paranhos encarasse o bom relacionamento com os Estados Unidos como incompatível ou em oposição com a diplomacia dirigida aos latino-americanos. Seu desejo maior era, na verdade, ajudar a aproximar e harmonizar a política norte-americana e a da América espanhola, como havia tentado, sem sucesso, promover, junto com a Argentina e o Chile, o endosso e a legitimação da Doutrina Monroe na Quarta Conferência dos Estados Americanos em Buenos Aires (1909). Era sincero seu desejo de estimular relações de amizade com os países do continente e genuína sua adesão ao Panamericanismo como movimento hemisférico para

política externa financeira. No relatório que foi preparado especialmente para a Terceira Conferência Internacional Americana, que justamente estudava o sistema monetário de cada país em 1906, como base para um desenvolvimento cooperativo internacional, Calógeras produziu, a pedido do Barão do Rio Branco, o então relatório como meio de expor à comunidade internacional as deficiências do incipiente sistema monetário nacional e a sua relação internacional. Dessa forma, o autor propôs como integração econômica e a cooperação internacional: a liberalização de produção, assim com melhor fluxo em comércio entre os países que possibilitasse a economia estabelecer pareamentos tanto no balanço de pagamentos, como também no nível geral de preços e custo de vida. Ampliando a oferta e procura que incidiria justamente nos custos básicos da manutenção da vida republicana, segundo o autor:

As alterações lentas nos preços da mão-de-obra far-se-ão paralelamente às do custo de vida, de sorte a não produzirem qualquer perturbação na economia operária. Nesse sentido, abre-se um campo de ação quase virgem à iniciativa privada dos produtores, de sorte a evitar para todos, proprietários e operários, os golpes desastrosos dos saltos bruscos do valor da circulação. Mas trata-se de zona a cujo ingresso está proibida a intervenção oficial, ao passo que é naturalmente reservada aos interesses privados. É mais do que tempo de cessar, em semelhante matéria, a doutrina do Estado-Providência. Os interesses particulares que se organizem, lutem e se defendam. Além disso, como falar em crise de salários ou falta de trabalho e desemprego operário num país em que a mão-de-obra é a tal ponto procurada que o Governo Federal, como a de vários Estados, faz os maiores sacrifícios pecuniários para estabelecer e manter de modo permanente uma larga corrente imigratória, com a dupla finalidade de atender à procura local de braços e de fixar no país novos fatores de povoamento?. A ação combinada de interesses pode e deve aliar-se à dos governos. Trata-se de todo um programa de colaboração fecunda de instituir, partindo do velho axioma: *ajuda que eu te ajudarei*. Agirem de acordo com a iniciativa privada e o apoio oficial e não descansar a primeira exclusivamente na onipotência governamental”. (CALÓGERAS, 1960: 499)

Contudo, uma série de crises sociais advindas de movimentos operários⁸² no do Rio de Janeiro e São Paulo; a Guerra do Contestado em

“substituir a desconfiança e o ressentimento infudados por uma crescente amizade entre todos os povos americanos” (...). Tampouco se deve esquecer que algumas de suas atitudes que nos parecem hoje chocantes era, na época, largamente disseminadas não só no Brasil como também nos demais países latino-americanos. (RICUPERO, 1996: 40)

⁸² Os conflitos sociais que culminaram, determinadamente, para o tipo de ‘contra-reforma’ advindas de reivindicações dos trabalhadores e que precipitaram na formação da República no Brasil, uma grande agitação e manifestação trabalhista, é apontada por Edgar Carone em “A Primeira República” da seguinte maneira: “Preliminarmente é necessário ficar bem entendido que os industriais estão de perfeito acordo com a conveniência e mesmo a necessidade de uma legislação que regule do melhor modo possível a situação recíproca do operariado e do patronato nas suas relações com o trabalho nacional”. (Carone,

1912 que abriu a discussão sobre a questão agrária; a formação dos sindicalismos e a sua relação com o Partido Comunista Brasileiro⁸³: demonstraram a dificuldade de regularização da República no Brasil, relacionada, com problemas de coordenação e formação do poder republicano⁸⁴. O cenário político nacional, de verdadeira batalha administrativa pela tomada de governo no Brasil evidenciou, nos movimentos sociais⁸⁵ e movimentos comunistas⁸⁶, a clara oposição conflituosa com o sistema capitalista, agudizada na relação com as oligarquias agrárias: tais posicionamentos aprofundaram o debate sobre o tipo de desenvolvimento econômico para o Brasil.⁸⁷

Para Eugenio Garcia Vargas,

A década de 1920 foi prodiga em fato e em transformações que, se apreciados com espírito crítico, contém ensinamentos que convidam à reflexão dos Estadistas de hoje. A diplomacia *ancién regime* das oligarquias, elitistas e enclausuradas em si mesma, estava fadada a acompanhar a decadência do regime que e encontrava nos seus estertores. Se a política externa deve atender às aspirações das diversas camadas da

1976: 303)

⁸³ Ver, John W. F. Dulles. Carlos Lacerda: a vida de um lutador. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, pp, 31-72.

⁸⁴ Ver, Moniz Bandeira, “Presença dos Estados Unidos no Brasil”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 211. Ver também, Moniz Bandeira, Estado Nacional e Política Internacional na América Latina. São Paulo: 1993 p. 24.

⁸⁵ Ver, Décio Saes. Classe Média e Sistema Político no Brasil. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1985, pp, 27-70.

⁸⁶ Para Helio Jaguaribe, o comunismo internacional empregou seus meios de ação na América Latina, porém sem monopólio. Segundo o autor: “O comunismo internacional deixa de ser uma ideologia operante e expansiva e o internacionalismo operário, de há muito convertido em mito, cede passo às exigências das nacionalidades e dos Estados. Os países do bloco soviético, a despeito dos vínculos efetivos que os unem, se distinguem entre si e particularmente em relação à Rússia, cuja liderança do campo socialista não se processa mais sem compromissos ou sem o exercício de uma pura política de poder, fundada na dominação militar dos satélites. Por seu lado, a União Soviética, na luta do poder com os Estados Unidos, conforme se consolidava sua posição de grande potencia mais, da manipulação dos diversos partidos comunistas para o emprego de seus próprios meios de ação. (JAGUARIBE, 1958: 231)

⁸⁷ Para Eugênio Garcia Vargas: “A hegemonia ideológica do pan-americanismo no pensamento diplomático brasileiro vigorava grosso modo desde 1889. O pan-americanismo era o princípio organizador que dava unidade conceitual ao discurso diplomático e informava a visão do meio internacional que possuíam as elites dirigentes da época. A crença na natureza distinta (e superior) da América em relação à Europa e ao resto do mundo era de certo modo instrumental como dispositivo retórico para a política externa brasileira, pois: a) colocava a aproximação com os Estados Unidos em plano mais elevado que o mero alinhamento; b) embasava a cordialidade com os países vizinhos e o apaziguamento com a rival Argentina; e c) servia para elevar as credenciais do Brasil na Europa ou, alternativamente, para negar o Velho Mundo quando a oportunidade para tanto se apresentasse. À parte a influência marcante da retórica pan-americanista, o pensamento diplomático brasileiro também espelhava de alguma forma a cultura política predominante no país. O estudo da política externa brasileira nos anos vinte apontou para a existência de padrões de comportamento na diplomacia das oligarquias. Pôde-se observar, mediante consulta às fontes primárias e análise de autores daquele período, que existem traços comuns ao pensamento dessas oligarquias, ligados ao patronato político e à ética do “amigo”, cujas raízes no plano interno remontam ao século XIX (...). (VARGAS, 2006: 579)

população e estar em contato direto com a opinião pública e os setores organizados da sociedade, aquela era uma forma de conduzir a diplomacia que, com certeza, não cabia mais no Brasil moderno que estava nascendo. (VARGAS, 2008: 601)

A partir da quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929 que imporia ao mundo a necessidade de encontros, de diálogos com vistas a elucidar os problemas existentes de um capitalismo que se auto-regulava; a habilidade dos grandes investimentos e a participação dos governos no mercado internacional financeiro: a política financeira do Brasil sofreria com a crise internacional do preço do café⁸⁸, em posição e situação desfavorável, somatizada à deposição do Presidente Washington Luís Pereira de Sousa⁸⁹.

Ainda assim, a revolução de 1930⁹⁰ propiciou uma nova relação com o capital financeiro.⁹¹ As instituições de controle sobre o capital e seus investimentos, a promulgação de leis trabalhistas que passaram a amparar os operários em relação aos empregadores⁹² e a progressiva caminhada para a institucionalização das relações internacionais foi determinante para que

⁸⁸ Para Pedro Cezar Dutra Fonseca: “Quando Vargas tomou posse como Chefe do Governo Provisório, a 3 de novembro de 1930, o Brasil há mais de um ano já se encontrava mergulhado em profunda crise econômica. O café, nosso principal produto de exportação, responsável pelo menos por 70% do valor de nossa pauta ao final da década de 20, mesmo antes da deflagração da crise internacional passava por problemas: já entre 1927 e 1929 as exportações conseguiram absorver, apenas, dois terços das quantidades produzidas (...) A política governamental de manutenção de preço, ao longo dos anos 20, seria de estímulo ao aumento da produção, enquanto no mesmo período as quantidades exportadas mantinham-se praticamente constantes. (FONSECA, 1989: 150)

⁸⁹ Circular do Ministério das Relações Exteriores, dirigida às Missões Diplomáticas e aos Consulados brasileiros no exterior, sobre a instalação do novo Governo Provisório. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1930. Tenho a honra de comunicar, que tendo sido deposto o Presidente da República, Senhor Washington Luís Pereira de Souza, em virtude do movimento revolucionário vitorioso, ficou constituída uma Junta Governativa provisória, composta dos Senhores Generais de Divisão Tasso Fragoso, Presidente, e João de Deus Menna Barreto, e Vice-Almirante Isaias Noronha. A ordem pública acha-se assegurada nesta capital e em todo país, não correndo risco algum os bens e pessoas dos estrangeiros. Foram nomeados Ministros: da Guerra, General Leite de Castro; da Marinha, Vice-Almirante Isaias de Noronha; das Relações Exteriores e interinamente da Justiça, o abaixo assinado. A Junta Governativa espera que os Corpos diplomático e consular brasileiro não lhe faltarão com a dedicação e zelo patrióticos de que já têm dado provas. Assumi, ontem, a direção desta pasta. Queira transmitir aos Consulados nesse país. Afrânio de Mello Franco. (VARGAS, 2008, 407)

⁹⁰ Ver, Thomas Skidmore. Brasil: De Getúlio a Castelo. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2007, p. 21.

⁹¹ Ver, Pedro Cezar Dutra Fonseca. Vargas: o capitalismo em construção: 1906-1954. São Paulo: Editora Brasileira, 1989, pp. 252-263.

⁹² Para Aspásia Camargo: “A pressão dos trabalhadores que, vinha se ampliando, embora irregularmente, desde as greves de 1917, tendia a crescer com crise. Ester era um fenômeno que atingia praticamente todos os países do mundo, inserindo na ordem do dia a prioridade para a política social. tanto nos regimes de frente popular, no keynesianismo do New Deal, quando nos modelos corporativistas do nazi-fascismo, a idéia predominante era a de que cabia ao Estado intervir no mercado, criar empregos, proteger o trabalhador e debelar a crise, em contraposição às teses do liberalismo ortodoxo que persistiam em defender o jogo do mercado para melhor ajustar a produção ao consumo. Cabia, portanto, ao Estado, segundo a tendência geral, restabelecer o equilíbrio social entre as classes, dando aos interesses coletivos.

propostas de desenvolvimento financeiro viabilizassem a inserção do Brasil em debates⁹³ em prol da modernização. Nesse sentido, decretos passaram a regular o funcionamento das sociedades de capitalização que tiveram grande impacto nas relações internacionais financeiras do pós-45.

1.5 Getúlio Vargas: a concretização da política externa financeira.

Durante os primeiros anos da década de 1930, Getúlio Vargas se dedicou a regulação das soluções creditícias do formato *funding loan*, em um sistema administrativo, com vistas a sua equalização nas relações internacionais financeiras⁹⁴, com controle dos nichos de investimentos capitais, e de envios de investimentos financeiros para fora do Brasil, em uma série de Leis e Decretos; parte de suas medidas de centralização governamental⁹⁵ fizeram parte dos planos de controle sobre o mercado de capitais que apresentam o problema endêmico da devastação financeira da Grande Depressão.

A Grande Depressão, na tese de Milton Friedman, ocorreu por conta da expansão de créditos concedidos aos mercados pelo Federal Reserve Bank (FED) dos Estados Unidos que adotou a política conhecida como “Policy Makers” na administração da circulação livre de capital, responsável em transferir progressivamente a função fiduciária da moeda ao controle e poder das autoridades de política econômica⁹⁶. O declínio do dinheiro, e assim, do valor moeda, gerou uma corrida jamais vista por troca de títulos para a

⁹³ Ver, Sonia de Deus Rodrigues Bercito. O Brasil na Década de 1940: autoritarismo e democracia. São Paulo: Editora Ática, 1999, p, 79.

⁹⁴ Ver, Francisco Luiz Corsi. Estado Novo: política externa e projeto nacional. São Paulo: Editora UNESP, 1999, pp, 21-37.

⁹⁵ Ver, Eli Diniz. A Progressiva Subordinação das Oligarquias Regionais ao Governo Central. In: Getúlio Vargas & a economia contemporânea. São Paulo: Editora Hucitec, 2004, pp 38-47.

⁹⁶ Ver, Milton Friedman. A monetary history of the United States : 1867-1960 .New Jersey: National Bureau of Economics Research, Princeton University Press book, 1963, pp, 299-422. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=Q7J_EUM3RfoC&printsec=frontcover&dq=A+monetary+history+of+the+United+States+:+1867-1960&hl=pt-BR&ei=-8vHTbOPFYrn0QGduOGYCA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCoQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 10 maio. 2010.

conversão imediata da economia real, como meio de compra que garantissem sobrevivência diante da ruína e o caos econômico que mundo mergulhou nos anos 30. A desestabilização econômica que surgiu na relação financeira internacional do comércio do café, no caso brasileiro, foi responsável por grandes transtornos financeiros, suficientemente capazes de precipitar as contas de balanços de pagamento do país a um caos intermitente⁹⁷. As primeiras considerações de Getúlio, sobre essa situação das contas do Brasil, aparecem em suas memórias, ainda nos 1930, com forte apelo à necessidade de transformação do 'sistema financeiro nacional'.

Segundo Getúlio Vargas, em suas memórias, nos dias 6 e 7 de novembro de 1930,

Começam as medidas de ordem administrativa, o balanço das repartições, o exame da situação do Tesouro e do Banco do Brasil. Tudo deixa uma impressão de abandono, de desmando, de falta de escrúpulo no manejo dos dinheiros público. (VARGAS, 1995: 23)

O desafio em combater o “descaso público” foi determinante para a criação de “planos financeiros” no Brasil por Getúlio Vargas⁹⁸. Objetivos para as finanças do país foram delineadas com linhas direcionadas pelo presidente que coadunou a necessidade de administração delas com o mercado interno, e

⁹⁷ Decreto nº 19.504, de 1930: “Manda que na liquidação do exercício financeiro de 1930 se observem as disposições do Código de Contabilidade e seu regulamento. O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando os poderes que lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro último, e considerando que os últimos sucessos políticos de outubro próximo findo determinaram a anormalidade das transações comerciais e a paralização dos processos de liquidação das contas de material e respectivos pagamentos pelas repartições públicas; e considerando, ainda, que até 31 do mês corrente não, será possível tornar-se efetiva a liquidação de todas as dívidas, DECRETA: Artigo único: Na liquidação do exercício financeiro de 1930, se observarão todas as disposições do Código de Contabilidade e seu regulamento, sem as alterações da lei n. 5.426, de 7 de janeiro de 1928. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1930, 109º da Independência e 42º da República. GETULIO VARGAS. José Maria Whitaker. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19504-1930-514602-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 10 maio. 2010.

⁹⁸ Para Pedro Cezar Dutra Fonseca: “Entre os primeiros defensores do caráter dual da economia brasileira, Vargas entendia a industrialização como forma de superá-lo. Este mesmo desenvolvimento industrial, em sua percepção, levaria a extinguir no “dualismo” no plano internacional, entre nações adiantadas e atrasadas. Em certo sentido, reproduziu no debate sobre a economia interna o raciocínio polar das análises sobre a economia mundial, marcada pela divisão do trabalho: daí a expressão “imperialismo interno”, corrente em seus discursos. A ambas, apontava-se-lhes a mesma solução: o desenvolvimento capitalista via industrialização levaria o Brasil à igualdade com as demais potências, e extinguiria dentro dele o antagonismo entre riqueza e pobreza, entre progresso e atraso. (FONSECA, 1989: 327)

na relação com os produtores e comerciantes de café⁹⁹. Tal política fez parte do processo de substituição de importações¹⁰⁰ e também visou a retomada da confiança internacional¹⁰¹ das relações financeiras,¹⁰² especialmente na sua relação com o presidente dos Estados Unidos Franklin Delano Roosevelt¹⁰³.

No início da década de 1930, Getúlio passou a empreender ações combinadas com os mercados financeiros internacionais, utilizando como negociadores, os banqueiros de conhecida experiência no exterior. Dessa forma, o presidente enviou em missão internacional, o banqueiro Numa de Oliveira para reiterar posições financeiras do Brasil com a Inglaterra e com a família Rotchilds. Em suas memórias o presidente apresenta a relação com os banqueiros e com o sistema financeiro em vigência, como meio de interação necessária para as atividades produtoras do Brasil, concentradas na produção de café. Essa missão teria um caráter especial para as reformas que ele empreenderia ainda nos anos de 1930. Segundo o autor:

A missão do banqueiro Numa de Oliveira à Europa está dando benéficos resultados. Seguiu discretamente, sem que o público tivesse conhecimento, pois o próprio governo não tinha certeza do êxito, e o comentário antecipado poderia prejudicar. Começam a chegar as primeiras notícias das medidas econômicas e financeiras do governo, através do seu ministro da Fazenda. Entendimento com os banqueiros ingleses sobre a compra do stock de café, sobre as novas idéias do governo a respeito do assunto, indicação de *sir* Otto Nyemeyer como técnico do Banco da Inglaterra para vir ao Brasil auxiliar-nos na reforma do Banco do Brasil, que deve ser transformado em banco central de emissão e de redesconto. (VARGAS, 1995: 42)

⁹⁹ Ver, Vavy Pacheco Borges. Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, pp, 131-185.

¹⁰⁰ Ver, Edgar Carone. A Terceira República: 1937-1945. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1976, pp, 302-349.

¹⁰¹ Ver, Antonio Pedro Tota. O Imperialismo Sedutor. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000, pp, 9-39.

¹⁰² Para Roberto Gambini: “A partir de 1930 desaparece a segurança que anteriormente caracterizara os investimentos estrangeiros na América Latina. A nova política financeira deixava de lado os empréstimos a curto prazo, passando a dar prioridade aos empréstimos orientados, para o desenvolvimento. Nesse período surgem três formas principais de investimento: a) investimentos baseados em interesses econômico-militares; b) “acordos de estabilização” visando a manutenção de um sistema monetário (como os realizados entre o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e as autoridades monetárias do México e do Brasil); c) operações caracterizadas pela entrega de mercadorias, conhecidas como operações de Empréstimo e Arrendamento (Lend-Lease)

¹⁰³ Ver, Roberto Gambini. O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: influência Americana e Alemã no Estado Novo. São Paulo, 1977, pp, 43-71.

Em 1933, o decreto¹⁰⁴ de número 22.456, de 10 de fevereiro de 1933 passou a regular as sociedades de capitalização. Elas passaram a ser controladas pelo Governo Federal, com elementos de fiscalização definidos pelo presidente. Essas agências de capital no Brasil precisariam fazer exposição de seus balanços de pagamentos para o governo e para tal, foi montado um sistema de cobrança da emissão de balanços públicos atualizados como obrigação de funcionamento¹⁰⁵. Os depósitos financeiros passaram a ser autorizados pelo Governo Federal que regularizou a entrada e saída de investimentos com monitoração dos capitais através de balanço de operações anuais conforme apresenta a letra da lei¹⁰⁶.

O reajustamento do coeficiente de importação com o de exportação para o desenvolvimento interno da indústria, como chamou à atenção, Celso Furtado em “Formação Econômica do Brasil”, foi importante para a relação que

¹⁰⁴ A transformação histórica da estrutura financeira do Brasil não conta com muitas análises, justamente por conta dos poucos documentos de época. A institucionalização da política externa financeira do Brasil pode ser acompanhada na promulgação de uma série de decretos localizados na Câmara dos Deputados em Brasília que, subsidiam principalmente o período do governo Vargas.

¹⁰⁵ Decreto nº 22.456, de 10 de Fevereiro de 1933, Regula as sociedades de capitalização e dá outras providências. O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições contidas do art. 1º do decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, DECRETA: Das sociedades de capitalização CAPÍTULO I CONDIÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO: Art. 1º A exploração das operações de capitalização sómente pôde ser exercida no território brasileiro por sociedades anônimas nacionais, constituídas em fôrma legal, mediante prévia autorização do Governo Federal e de acôrdo com o presente decreto. Paragrafo unico As unicas sociedades que poderão usar o nome de Capitalização serão as que, autorizadas pelo Governo, tiverem por objetivo oferecer ao público, de acôrdo com planos aprovados pela Inspetoria de Seguros, a constituição de um capital minimo perfeitamente determinado em cada plano e pago em moeda corrente em um prazo, maximo indicado no dito plano, á pessôa que subscrever ou possuir um título, segundo clausulas o regras aprovadas a mencionadas no mesmo titulo.

¹⁰⁶ Em lei: “Parágrafo único: As únicas sociedades que poderão usar o nome de Capitalização serão as que, autorizadas pelo Governo, tiverem por objetivo oferecer ao público, de acordo com planos aprovados pela Inspetoria de Seguros, a constituição de um capital mínimo perfeitamente determinado em cada plano e pago em moeda corrente em um prazo, máximo indicado no dito plano, á pessoa que subscrever ou possuir um título segundo cláusulas ou regras aprovadas e mencionadas no mesmo titulo. III, a publicar, anualmente, no Diário Oficial, da União, quando tiverem sede na Capital Federal e, no jornal oficial dos respectivos Estados, quando ai tiverem sede, até a véspera da assembléia geral ordinária anual, o relatório de que trata o presente decreto, assim como o balanço das operações em trinta e um de dezembro do ano anterior, como o balanço das operações em trinta e um de dezembro do ano anterior, com a conta de lucros e perdas; Art. 15. O capital de responsabilidade das sociedades será de livre aplicação nas seguintes modalidades: - Depósitos nos bancos nacionais ou estrangeiros autorizados a funcionar no Brasil e fiscalizados pelo Governo Brasileiro: em apólices da dívida pública federal, estadual ou municipal do Distrito Federal; títulos que gozem da garantia da União, dos Estados ou do Govêrno do Distrito Federal, hipotecas sôbre imóveis até o máximo de cinquenta por cento do valor das propriedades urbanas, e até trinta e cinco por cento do valor das propriedades rurais. situadas no território da República, aquisição de imóveis, e, com prévia autorização da Inspetoria de Seguros, ações ou "debentures" de bancos ou companhias com séde no Brasil ou que possuam no Brasil a quase totalidade de seus bens e tenham, pelo menos, três anos de existência”.
Fonte:<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=413955&seqTexto=1>

se estabeleceu entre o endógeno e o exógeno no Brasil¹⁰⁷ e, sobretudo: nas transformações do Brasil dos anos 30 nesse campo de leis financeiras. Dessa forma, bastante particular, a ponto de não despertar maiores conflitos com as elites¹⁰⁸ e nem com o próprio povo¹⁰⁹: as leis de regulamentação de capitais foram sendo implantadas paulatinamente em momentos específicos e cruciais do Estado Getulista. A primeira foi promulgada em 1933, e passou a exigir a prestação de contas das sociedades de capitalização atuantes no Brasil.

A segunda lei de 1934 ratificou a lei de 1933, tratando da criação de uma Companhia Nacional para monitoramento das atividades financeiras do Brasil e suas relações diversificadas do capital do país. Segundo o decreto:

Aprova, com alterações, os novos estatutos da "Prudência -Capitalização" - Companhia Nacional para Favorecer a Economia, bem como o aumento do seu capital, adotados pela assembléia geral extraordinária dos seus acionistas a 16 de outubro de 1933.¹¹⁰

Este decreto de nº 24.059, de 28 de março de 1934, expõe que as condições do funcionamento dessa Companhia estariam sob as disposições dos seguintes artigos:

O Chefe do Govêrno Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, atendendo ao que requereu a sociedade anônima "Prudência-Capitalização" - Companhia Nacional para Favorecer a Economia, com sede na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, e autorizada a funcionar, pelo decreto nº 19.380, de 22 de outubro de 1930, em operações de capitalização de economias, resolve aprovar seus

¹⁰⁷ Para o autor: “Para corrigir esse desequilíbrio, as soluções que se apresentavam eram essas: desvalorizar substancialmente as moeda, ou introduzir uma série de controles seletivos das importações. A decisão de adotar a segunda dessas soluções teve profunda significação para o futuro imediato, se bem que foi tomada com aparente desconhecimento de seu verdadeiro alcance. (FURTADO, 1969: 228)

¹⁰⁸ Para Luciano Martins, deve haver a preponderância das elites sobre o poder estatal. Segundo o autor: “Não estou afirmando – e gostaria de dizer isso – que o movimento de ascensão de um “país emergente” no presente contexto internacional não o dota de melhores condições para a realização de seus interesses. O que estou afirmando, para dizer de forma sumária, é que a ascensão da maioria desses países pode trazer-lhes, pelo menos num futuro imediato, uma melhor, posição na escala econômica ou de prestígio, mas não necessariamente na escala de poder. Como jogar o complexo jogo político e diplomático necessário para fazer com que as posições nessas duas escalas tendam a coincidir é o maior desafio que enfrentam as elites locais desses países. inclusive (ou sobretudo) porque a aceitação da submissão do poder estatal à lógica privada que comanda a globalização, com conseqüente diminuição de sua capacidade decisória em face das questões sociais e do crescimento econômico (e estas, sim, permanecem nacionais) pode retirar a legitimidade interna de que tais elites carecem para exercerem o poder político. (MARTINS, 1998: 87)

¹⁰⁹ Ver, R. S. Rose. Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil/1930-1954. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000, pp, 34-197.

¹¹⁰ <http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=413955&seqTexto=1>

novos estatutos, bem como o aumento do seu capital, de 1.500 :000\$ (mil e quinhentos contos de réis) para 2.250:000\$ (dois mil duzentos e cinquenta contos de réis), adotadas pela assembléia geral extraordinária dos respectivos acionistas, realizada a 16 de outubro de 1933, mediante as seguintes condições: I - A Companhia continuará sujeita integralmente às leis e regulamentos vigentes, ou que vierem a ser promulgados, sobre o objeto da sua autorização.¹¹¹

A Companhia Nacional para a supervisão da área financeira do país, com vistas ao desenvolvimento nacional, com sede própria e com seus próprios estatutos, do mesmo aporte público e político que recebeu as três Companhias, como a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941; a Companhia Vale do Rio Doce, 1942 e a Petrobrás, 1953 foi um marco em termos de influência nos mercados de capitais que, nascida durante as relações do Brasil com os Estados Unidos e o panamericanismo: consolidou a proposta de cooperação entre estes países através da autorização aos bancos americanos sobre depósitos financeiros no país, promulgado no Decreto-Lei nº 3.786 de 1º de Novembro de 1941¹¹².

¹¹¹ O texto segue dimensionando o funcionamento da Companhia Nacional em seus aspectos mais pormenorizados. Segundo a lei: "II - Os novos estatutos são aprovados com as seguintes alterações: "O sorteio para reembolso antecipado dos capitais prometidos efetuar-se-á no último dia útil de cada mês, na sede social, e poderá ser assistido por quaisquer pessoas. Em caso de impossibilidade de se realizar o sorteio no lugar e dia acima referidos, outro lugar e outra data serão designados pela diretoria, com anúncio público no jornal oficial do Estado e em outro, de grande circulação, com a antecedência mínima de quinze dias e feito mais de uma vez."Substitua-se a primeira parte do art. 7º pelo seguinte: "O capital social, as reservas matemáticas e de garantia, e outras que tiverem de ser estabelecidas, só poderão ser aplicadas com inteira observância da regulamentação vigente sobre operações de capitalização, em:" Elimine-se o parágrafo único do mesmo art. 7º Acrescente-se ao art. 8º o seguinte:"Parágrafo único. As reservas matemáticas e de garantia deverão ser constituídas pela forma estabelecida nas leis e regulamentos vigentes e, na sua falta, as matemáticas segundo os planos aprovados pelo Governo, e a de garantia pela acumulação de uma cota anual de 3%00 (três por mil) das contribuições totais recebidas em cada exercício financeiro até que o valor da reserva alcance 5% (cinco por cento) do total das reservas matemáticas, e daí por diante por uma cota igual à metade daquela até que a reserva atinja 10 % (dez por cento) das matemáticas."Substitua-se o art. 9º pelo seguinte:Deduzidas da receita as reservas matemáticas e de garantias, as despesas e gastos gerais e a parte destinada aos subscritores de títulos, conforme os planos aprovados pelo Governo, dos lucros líquidos se deduzirão as somas necessárias à constituição de todas as reservas suplementares e amortizações que a assembléia geral julgar conveniente estabelecer. O saldo remanescente será, distribuído aos acionistas a título de dividendo. "III - As alterações consignadas na cláusula precedente deverão ser aprovadas em assembléia geral extraordinária, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste decreto. Rio de Janeiro, 28 de março de 1934, 113º da Independência e 46º da República. GETÚLIO VARGAS Joaquim Pedro Salgado Filho.

Fonte:<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=515131&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>

¹¹² O Decreto-Lei nº 3.786 de 1º de Novembro de 1941, prorroga, com relação às Repúblicas Americanas, o prazo para transformação de bancos de depósito à que se refere o Decreto-Lei nº 3.182, de 9 de abril de 1941. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, tendo em vista o art. 145 da Constituição e usando da atribuição que lhe confere o art. 180; CONSIDERANDO os princípios de solidariedade manifestados pelas Repúblicas Americanas nas Conferências panamericanas em que têm tomado parte,

Os anos 1930¹¹³ são importantes quando consideramos que há uma articulação internacional de combate as práticas prejudiciais às relações financeiras dos países e que culminaram nas propostas de institucionalização internacional das políticas financeiras governamentais para 1945. Este é um grande momento para a política de desenvolvimento econômico que encontrará forte respaldo na decisão de Franklin Delano Roosevelt no lançamento do *New Deal*¹¹⁴. O plano passaria a fiscalizar, controlar e supervisionar o movimento financeiro das grandes fortunas, justamente na intenção de planificar e planejar a economia dos Estados Unidos a saírem do estado de crise permanente, em que os cidadãos eram castigados todos os dias com a falta de emprego, alimento, e submetidos a condições péssimas de moradia e de bem estar social por conta do atrofamento de recursos financeiros do Estado e da iniciativa privada¹¹⁵. Essa foi uma combinação fundamental para o planejamento das políticas financeiras internacionais organizadas

com o objetivo de serem encontradas, sobretudo para seus problemas econômicos e financeiros, soluções inspiradas no mais franco espírito de cooperação internacional; CONSIDERANDO que o Brasil sempre se manifestou favorável a esse sistema de cooperação, e que para tal fim tem encaminhado sua política econômica dentro dos moldes mais convenientes à realização dos referidos princípios; CONSIDERANDO que a prorrogação do prazo a que se refere o art. 1º do decreto-lei n. 3.182, de 9 de abril do corrente ano, pelo qual ficou estabelecido que a partir de 1º de julho de 1946 somente poderão funcionar no país os bancos de depósito cujo capital pertença inteiramente a pessoas físicas de nacionalidade brasileira, seria uma medida que se justificaria em face daqueles mesmos princípios, DECRETA:

Art. 1º Ficam os bancos americanos de depósito autorizados a operar no país além do prazo a que se refere o art. 1º do decreto-lei n. 3.182, de 9 de abril do corrente ano.

Art. 2º Consideram-se prorrogadas, de acordo com o artigo anterior, as autorizações concedidas aos referidos bancos de depósito.

Art. 3º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1941, 120º da Independência e 53º da República. GETÚLIO VARGAS A. de Souza Costa.

¹¹³ Em 1935, Getúlio Vargas decretou também operações de crédito com Inglaterra num acordo firmado entre os dois países. No decreto de Lei nº 129, de 7 de Dezembro de 1935, ficou autorizado “o Poder Executivo a entrar em acordo com os credores norte-americanos para a liquidação das dívidas comerciais atrasadas”, Segundo o texto: “Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a acordar com os credores norte-americanos ou seus representantes, a liquidação das dívidas comerciais em atraso, prevista na clausula I da carta de 2 de fevereiro de 1935, que o embaixador do Brasil em Washington, dirigiu ao secretário de Estado dos Estados Unidos da América e que acompanha o Tratado de Comércio celebrado, na mesma data, entre o Brasil e aquele nação. Art. 2º O acordo não excederá de trinta milhões de dólares americanos e as suas condições não serão, para o Tesouro Nacional, mais onerosas do que as do acordo financeiro celebrado aos 27 de março de 1935, entre o Governo Brasileiro e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte”.¹¹³

¹¹⁴ Cf. Gambini, 1977, p, 49.

¹¹⁵ Ver, Milton Friedman. A monetary history of the United States : 1867-1960 .New Jersey: National Bureau of Economics Research, Princeton University Press book, 1963, pp, 299-422. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=Q7J_EUM3RfoC&printsec=frontcover&dq=A+monetary+history+of+the+United+States+:+1867-1960&hl=pt-BR&ei=-8vHTbOPFYm0QGduOGYCA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCoQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 10 maio. 2010.

demonstrarem que os Estados Unidos estiveram posicionados em prol das relações de cunho social. Roosevelt expressou de maneira clara as suas posições sobre a riqueza. Para o então presidente “grandes acumulações de riqueza não se justificam com o argumento de segurança pessoal e familiar”. (JENKINS, 2005: 104) A consolidação que Roosevelt legou aos Estados Unidos foi de mantê-los na rota e busca por desenvolvimento, como apontou Lord Jenkins, autor da biografia de Roosevelt¹¹⁶, que interligasse o bem-estar social ao potencial econômico-financeiro, estratégia em matéria de Política Internacional¹¹⁷ e que se mostrou com grande capacidade de influência no Brasil do período Getulista¹¹⁸.

1.6 A modernização das instituições e as políticas de desenvolvimento financeiro: a Secretária de Relações Exteriores e a política externa financeira do Itamaraty.

A modernização das instituições nas políticas de desenvolvimento do Governo Getúlio Vargas¹¹⁹ impulsionou as grandes inovações no setor

¹¹⁶ Lord Roy Jenkins, aristocrata inglês e autor da crítica biografia de Roosevelt apontou sobre o *New Deal*, que: “O mundo em que vivemos ainda é o de Franklin Roosevelt, embora mais fragmentado, com o dobro da população, com armas e comunicações em profunda revolução, um mundo perigoso em novos aspectos, mas reconhecível em sua essência. Para o bem ou para o mal, os Estados Unidos estão em seu centro, onde vieram a estar nos tempos dele, e a presidência está no centro do governo dos Estados Unidos, posição que Roosevelt restaurou e consolidou”. (JENKINS, 2005: 198)

¹¹⁷ Para Hans Morgenthau, a busca por equilíbrio de poder com desejo de paz está nas relações de desenvolvimento econômico somatizadas as políticas sociais internacionalizadas na Política Internacional. Segundo o autor: “Na maioria das vezes, contudo, e especialmente quando lidamos com o presente e o futuro, a resposta só pode ser de natureza tentativa e sujeita a qualificações. Os fatos de que deve depender a resposta são essencialmente ambíguos e sujeitos a mudanças contínuas. Para todos os que sustentam uma visão diversa, a história só ensinou falsas analogias. Sempre que tais homens forem responsáveis pelas políticas externas de seus países, nada produziram senão desastres. Guilherme II e Hitler nada aprenderam com o que aconteceu a Napoleão, pois consideravam que aquele episódio nada tinha a ensinar-lhes. Aqueles que elevaram os conselhos de Washington à condição de dogma a ser seguido cegamente, acabaram errando tanto quanto aos outros que preferiram desprezá-los completamente”. (MORGENTHAU, 2003: 36)

¹¹⁸ Ver, Paulo Fagundes Vizentini. *Relações Internacionais do Brasil: De Vargas e Lula*. São Paulo: Perseu Abramo, 2008, p 11.

¹¹⁹ Ver, André Carrazoni. *Getulio Vargas*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1939, pp, 291-295.

industrial¹²⁰, no desenvolvimento de empresas estatais¹²¹, em benefícios sociais aos trabalhadores¹²² e uma posição de vantagem nas relações comerciais com uma política externa financeira de saldos positivos internacionalmente se contarmos exemplos tais como a aproximação, supervisão e requalificação das suas relações com o banco de exportação e de importação dos Estados Unidos, o Eximbank¹²³, na estabilização da internacionalização financeira do Brasil.

O redesenho institucional permanente dos anos 40, durante a Segunda

¹²⁰ No Congresso Brasileiro da Indústria de 1944, o Sr. Euvaldo Lodi tratou que: “Desde a prioridade dos problemas e a planificação industrial brasileira, com os limites do intervencionismo do Estado, para assegurar todo o apoio à iniciativa privada, verdadeira fonte de todas as riquezas; a geografia industrial e as indústrias de base ou as indústrias de transformação, considerados os fatores da planificação, com sua ordenação no espaço e no tempo; a mão de obra, a legislação social e a fiscal, a energia, os combustíveis, os transportes e a organização do crédito; o reajustamento da produção industrial às necessidades do período de após guerra; os fatores de encarecimento e as medidas para baixar o preço de custo; até as questões transcendentais das normas de política indústria, em harmonia com os interesses das demais produtoras e com as necessidades de consumo, tudo foi ventilado, examinado, discutido em plenário, onde todas as opiniões se manifestaram livremente, por forma a se constituir este Congresso, conforme foi honrosamente classificado, como limiar histórico que abriu uma nova era para o Brasil, a da sua definitiva libertação econômica. (CARONE, 1976: 317)

¹²¹ Ver, Edgar Carone. A Terceira República. São Paulo: Editora Difel, 1976, pp, 175-196.

¹²² Ver, Robert. M. Levine. Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998, p, 96.

¹²³ Acordos financeiros com o Eximbank foram tratados por Decreto-Lei que regularizaram a relação do Brasil com os Estados Unidos e selaram compromissos de desenvolvimento de infra-estrutura do país. Segundo o Decreto-Lei nº 5.514, de 24 de Maio de 1943 o "*Acordo Financeiro*" firmado com o *Export-Import Bank of Washington*, de que tratou o "*Decreto-Lei nº 4.824, de 12 de outubro de 1942* Decretando em Art. 1º Fica aprovado o acordo que a este acompanha, firmado nesta Capital aos 18 dias do mês de março do ano de 1943, sendo partes contratantes, de um lado o, Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce S. A. e de outro o Export-Import Bank of Washington, para concessão de um crédito de quatorze milhões de dólares (US\$ 14.000.000,00), destinado ao aparelhamento das minas de ferro de Itabira, no Município de Presidente Vargas, no Estado de Minas Gerais, e à reconstrução e reaparelhamento da Estrada de Ferro Vitória-Minas. ARTIGO IX. *PAGAMENTO AO EXIMBANK* Até que se, vençam ou sejam pagas antecipadamente todas as notas promissórias emitidas em virtude deste Acordo, a Companhia manterá escrituração especial e livros de contabilidade diversos de quaisquer outros por ela mantidos, demonstrando em detalhe todos os dados relativos à venda de minério das Minas e transporte pela Estrada de Ferro de minério proveniente de quaisquer fontes. Até o dia 10 de cada mês, posteriormente ao adiantamento inicial feito pelo Eximbank, a Companhia apresentará ao Eximbank uma relação de todas as vendas de minério das Minas, e de todo o minério proveniente de quaisquer fontes, transportado pela Estrada de Ferro durante o mês anterior. Tal relação obedecerá à norma satisfatória ao Eximbank, e conterà detalhes suficientes indicando: (a) relativamente a cada venda, a data respectiva, comprador, número de toneladas e preço por tonelada na base F.O.B. Vitória, e (b) relativamente ao transporte de minério pela Estrada de Ferro, o número de toneladas transportadas por dia e a fonte ou fontes de tal minério, com indicação do número de toneladas de cada fonte. A relação inicial abrangerá somente a parte do mês anterior subsequente à emissão da primeira nota promissória. Concomitantemente com a apresentação de cada relação, a Companhia pagará ao Eximbank todas as quantias que se tenham vencido durante o mês anterior, de conformidade com as disposições das alíneas (a) ou (b) e (c) do art. VII, Para efeito de fixação do equivalente do cruzeiro em dólares, segundo os termos das alíneas (a), (b) e (c) do art. VII, prevalecerá a taxa oficial de compra do cruzeiro a data do pagamento ao Eximbank.” Disponém em: <http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=415576&seqTexto=1&PalavrasDestaque=Eximbank>. Acesso em: 04 jan. 2010.

Guerra Mundial foi determinante para inserir cultural e politicamente a nação brasileira na relação com a política externa. A Secretaria das Relações Exteriores foi instituída em 1943 por Oswaldo Aranha e trouxe em sua constituição, elementos para a interlocução da diversidade e pluralidade dos agentes da nação num diálogo permanente com o Executivo.

A habilitação do Itamaraty no desenvolvimento de políticas específicas, bem como a qualificação na Política Internacional sobre o amplo diálogo da “necessária” supervisão do capital por políticas sociais, na relação e inserção mais ampliada da nação nos debates com os organismos financeiros internacionais contribuiu, para que as suas relações fossem avalizadas pelo caráter político-público: estabelecida na agenda de discussões de política externa sobre os conflitos na Política Internacional de modelos de desenvolvimento que oscilavam entre a criação de riqueza e a sua distribuição.

No Ministério das Relações Exteriores foram criados além da Secretaria de divisões administrativas para emissão de passaportes e demais expedientes consulares, três divisões especificadamente para competência de política externa cultural, política e financeira. As três divisões de política para economia, finanças e para cooperação intelectual¹²⁴ seriam:

1. Divisão de Política e Diplomática (D.P.D.).
2. Divisão Econômica e Comercial (D.E.C.).

¹²⁴ A instituição da Divisão de Cooperação Intelectual, D. C. I. no MRE, reforçaria o intercâmbio cultural e atuaria nas relações entre nações para a produção de artes, num intercâmbio de fomento ao ambiente cultural entre povos. Como aponta a Divisão e Cooperação Intelectual do MRE e segundo o decreto, a divisão operaria as seguintes funções: “I - o estudo das questões de cooperação intelectual, especialmente das relativas ao intercâmbio literário, artístico e científico entre o Brasil e os países estrangeiros; II - a representação do Ministério, pelo respectivo chefe da Divisão, na Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual; III - a obtenção de dados e informações sobre a cultura brasileira para a sua divulgação no exterior; IV - o incremento do intercâmbio intelectual com os centros culturais estrangeiros; V - a negociação de atos internacionais sobre assuntos relativos à cooperação intelectual; VI - a elaboração das exposições de motivos concernentes a esses atos; VII - a vigilância da fiel execução dos mesmos; VIII - a organização de fichas dos intelectuais brasileiros, das associações culturais do Brasil e dos institutos congêneres que, no exterior, se interessam por assuntos brasileiros; IX - a organização de bibliotecas brasileiras oferecidas a universidades e institutos culturais estrangeiros; X - o intercâmbio de professores e alunos das universidades e outros estabelecimentos de ensino nacionais com os países estrangeiros; XI - a criação de bolsas de estudo e sua fiscalização; XII - a organização de conferências de caráter cultural a serem realizadas no Palácio Itamaraty; e XIII - a divulgação de informações relativas ao movimento intelectual entre o Brasil e os países estrangeiros.

Disponível em:

[http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=459002&seqTe](http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=459002&seqTexto=1&PalavrasDestaque=exteriores)
[xto=1&PalavrasDestaque=exteriores](http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=459002&seqTe). Acesso em: 03 agosto. 2010.

3. Divisão de Cooperação Intelectual (D.C.I)

O DPD cuidaria das relações estrangeiras do Governo brasileiro para desenvolvimento de políticas para as relações de negócios e investimentos e também na vigilância da execução dos mesmos. O DEC desempenharia o braço de ação política junto aos acordos internacionalmente firmados pelo Brasil em comércio e em financeiros. O DEC funcionaria concomitantemente ao Departamento de Política Financeira, o DPF, que seria instituído em 1945. Portanto, o DEC antecedeu o DPF do Itamaraty.

O DPF ficaria habilitado, como aponta o Art. 7º À D. E. C., às seguintes competências:

- I - o estudo das questões de caráter comercial, econômico e financeiro e o seu encaminhamento aos órgãos competentes da administração brasileira;
- II - os estudos preparatórios à negociação de ajustes internacionais em matéria econômica; a vigilância da sua fiel execução; a apresentação de sugestões relativas à conveniência da sua renovação, correção ou denúncia;
- III - a elaboração das exposições de motivos concernentes a esse atos;
- IV - o exame das reclamações de ordem comercial, econômica e financeira dos Governos estrangeiros ao Governo brasileiro e vice-versa;
- V - a elaboração de instruções e questionários sobre os assuntos da sua competência, para os agentes diplomáticos e consulares; a coordenação, o encaminhamento e a divulgação eventual das informações deles recebidas;
- VI - a transmissão àqueles agentes dos pedidos de ação ou informação dirigidos ao Ministério por particulares, Governos estaduais e demais órgãos da Administração brasileira;
- VII - a publicação de um boletim mensal sobre os assuntos da sua competência;
- VIII - o estudo das questões internacionais relativas à organização do trabalho;
- IX - o estudo de assuntos referentes a comunicações aéreas, marítimas, fluviais, ferroviárias, telegráficas e rádio-telegráficas, salvo quando, a juízo do Secretário Geral, for confiado à D. P. D.¹²⁵

Como aponta a letra do decreto, a natureza dos trabalhos estaria sumamente atrelada ao estudo das questões intimamente atadas ao desenvolvimento do país, representada em política externa e que serviria como subsídio para as ações do Poder Executivo. O estudo, a elaboração, a transmissão e supervisão do trânsito financeiro e comercial do Brasil,

¹²⁵ Disponível em:

<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=459002&seqTexto=1&PalavrasDestaque=exteriores> Acesso em: 12 jan. 2009

constituiriam temas para reflexões dos diplomatas¹²⁶ no assessoramento da Presidência.

Tais propostas de desenvolvimento implantadas no Itamaraty deveriam contribuir:

1. Apontado à nação que há déficit e ônus em relação ao esforço de internacionalizar o intercâmbio institucional do país por tecnologia e a importante tarefa de eliminar a dependência externa nessa área.
2. Apontando politicamente a colaboração de recursos do Estado, em recursos financeiros para a implantação de novas ciências para um tipo de desenvolvimento em que se produzam nas relações internacionais a agenda de discussão e negociação entre os países no interior de um sistema.
3. Apontando a inevitabilidade de intercâmbio internacional de cultura dentro do ambiente de cooperação. Em que as necessidades do Estado dividam-se nas necessidades da nação e sejam acionadas pelos governos para a solubilidade de questões concernentes ao desenvolvimento humano internacional.

O período da Segunda Guerra mundial além de determinante para a estruturação de políticas institucionais de relacionamento entre países marcou também a ascensão da sociologia como instrumento de análise e interlocução

¹²⁶ Para Paulo Roberto de Almeida, as reflexões fundamentam a diplomacia econômica brasileira. Segundo o autor: “Tanto do ponto de vista da noção anglo-saxã *the making of*, popularizada em ensaios de historiografia e ciência política, como em função do equivalente germânico *Bildungsprozefs*, aplicado em estudos ou romances centrados na formação de personalidades, segundo os padrões de linearidade histórica. Parafraseando o ensinamento de Landes, os argumentos que sustentam a exposição realizada neste livro podem ser considerados como um *comércio de idéias*, mas à diferença da perspectiva sincrônica implícita ao intercâmbio de mercadorias, trata-se aqui de uma interação diacrônica com idéias de um passado hoje distante, no caso com meus antecessores do século XIX. Ao refletir sobre os desafios colocados ao Brasil no cenário econômico internacional, senti a necessidade de, previamente à elaboração de uma análise sobre os problemas da diplomacia no limiar do século XXI, buscar os *fundamentos* de nossa inserção econômica internacional na própria época da formação da nação, mais especificamente nas fases de construção do Estado brasileiro e no decorrer do regime monárquico. Uma visão histórica de longo prazo parece-me essencial para um correto entendimento das dimensões reais desses desafios, que no plano do sistema multilateral de comércio, que no contexto dos blocos regionais em formação, como o Mercosul, quer ainda no que se refere a algumas das fragilidades mais evidentes do sistema econômico e tecnológico brasileiro, como por exemplo no caso das patentes de invenção ou a dependência crônica do financiamento externo”. (ALMEIDA, 2001: 22)

nas negociações do mundo. Academicamente, uma “Sociologia das Relações Internacionais”¹²⁷, registra-se importante no desenvolvimento de conceitos dentre as perspectivas sumamente sociais potencializadas no pós-45. Desta forma, o ambiente de cooperação, por exemplo, ambienta-se em análises sociológicas como meio de integração e conagração de políticas públicas internacionalizadas.

1.7 O desenvolvimento sociológico: a interligação das nações para o pós-45.

O Brasil integrou-se categoricamente ao desenvolvimento internacional na interlocução das intenções mais diversificadas de seu povo e de sua população na ampliação de encontros e possibilidades sócio-desenvolvimentista para o pós-45. Uma prova factível da internacionalização sociológica nas relações internacionais brasileira foi a construção de instrumentos de cooperação que passaram a imperar na relação política dos países institucionalmente numa grande central de relacionamento em várias frentes, inclusive de aspirações, interesses e interligações entre nações.¹²⁸

¹²⁷ Para Marcel Merle, a sociologia das relações internacionais requer estudo prévio de suas diversas concepções. Segundo o autor: “Por concepções das relações internacionais entendemos tanto os sistemas de pensamento quanto os métodos de investigação, através dos quais os fatos da vida internacional podem ser percebidos e analisados”. (MERLE, 1981: 15)

¹²⁸ Para Lincoln Gordon: “As condições sociais do Brasil apresentam, ao contrário de sua estrutura econômica, uma imagem fortemente negativa, com deficiências muito maiores em relação às médias do Primeiro Mundo. As dimensões econômica e social se sobrepõem. Desigualdades de renda e de pobreza são preocupações sociais, mas mensuráveis em termos econômicos. Seguro-desemprego e outras medidas de seguridade são classificadas tanto como de caráter social quanto econômico. A educação melhora os seres humanos sob todos os aspectos, mas também pode, sob ótica mais estreita, ser considerada um benefício econômico, um investimento de capital em capacitação, produtividade e capacidade remunerativa. Em muitas circunstâncias, como demonstraram a Coreia e seus vizinhos, a educação pode ser o tipo de capital mais produtivo. É também um benefício social, pois habilita indivíduos e comunidades a ampliar os horizontes e melhorar sua qualidade de vida. A assistência à saúde também combina aspectos sociais e econômicos. Medidas de saúde pública, entre elas o saneamento e o abastecimento de água potável, são o fator principal para a redução das enfermidades, aumentando a expectativa e vida e ajudando a elevar a produtividade. Assim, as medidas sanitárias preventivas podem ser consideradas uma espécie de investimento capital, o que acontece bem menos com aquelas que visam meramente remediar. A qualidade da moradia os recursos comunitários também combinam elementos sociais e econômicos. Por outro lado, questões como relações raciais, observância religiosa, criminalidade e violência, abandono e instabilidade da família são essencialmente preocupações sociais, ou

Caracteristicamente, o Brasil possui em suas diversas regiões, formas diferentes de relações sociológicas com o Estado brasileiro se considerarmos, que: o nordeste brasileiro e o homem nordestino podem ser observados na tradição que se perpetua pela civilização ibérica e que conseqüentemente continua a desenvolver a busca por tecnologias e meios de vida mais compatíveis com a modernidade, sem abrir mão dos seus costumes; faz observar a forma congênita de relação da população do sul do país com seus patrícios europeus; faz observar a diversificação de povos do mundo no sudeste numa vida cosmopolita; faz observar os índios brasileiros com os índios sul-americanos em suas fronteiras flexíveis do Amazonas ao Centro-Oeste brasileiro e faz observar os negros: a amálgama e coração da formação do povo brasileiro.¹²⁹

É nessa direção que a formação do povo brasileiro também segue a princípios internacionalmente vívidos do ideal de desenvolvimento que potencializou a presença e permanência desses diversos povos no Brasil em seu mais pleno envolvimento e trocas de técnicas para a produção.¹³⁰

Há no aprimoramento de técnicas e tecnologias de trabalho uma espécie

sociopolíticas, ainda que todas tenham conseqüências econômicas”. (GORDON, 2002: 177)

¹²⁹ Para Fernando Henrique Cardoso: “Nas condições atuais da expansão capitalista no Brasil, a centralização dos capitais, cuja base de operação abarca o espaço nacional, prescindiu das articulações locais. Como a Amazônia se incorporou à economia nacional a partir de um elevado patamar de acumulação – as empresas oligopólicas -, a ligação entre a região e o mercado nacional (e internacional) passou a depender daquelas empresas e do Estado. Até a década de 1940 não houve um povoamento destinado precipuamente à colonização tendo em vista os interesses dos colonos, como ocorreu por exemplo com os *pioneers* americanos. O povoamento tão pouco envolveu a apropriação da terra e sua utilização com a finalidade de permitir que o colono obtivesse bens básicos de subsistência e vendesse o restante, à semelhança do que ocorre em economias organizadas com base na produção simples de mercadorias. A terra apropriada se, e somente se, houvesse nela algum produto natural que pudesse ser trocado; então, povoa-se; mas esgotada a razão do povoamento – a demanda externa da economia extrativa – os “mais fortes” emigravam e os demais aguardavam a próxima onda mercantil que demandasse produtos do mesmo gênero. Passada a alta do ciclo do produto em exploração, matinhavam-se núcleos de ocupação organizados à base do auto-abastecimento. Esta base era assaz flexível; a qualquer nova solicitação do mercado, os “povoadores” atiravam-se à coleta como trabalhadores diretos para o atendimento da demanda gerada pelo novo fluxo mercantil-extrativista”. (CARDOSO, 1978: 11)

¹³⁰ Para Otavio Ianni: “Dadas as transformações geo-históricas em curso no século XX, são bastante evidentes os desenvolvimentos da transnacionalização, mundialização ou, mais propriamente, globalização. São transformações que não só atravessam a nação e a região, como conformam uma realidade geo-histórica de envergadura global. Uma realidade emergente, mas já bastante evidente e, simultaneamente, carente de categorias interpretativas. Estas são algumas categorias do pensamento político que parecem desafiadas pelos dilemas e horizontes que se abrem com a globalização: sociedade civil, estado, partido político, sindicato, movimento social, opinião pública, povo, classe social, cidadania, soberania e hegemonia, entre outras. Na medida em que essas e outras categorias foram elaboradas com base na dinâmica da sociedade nacional, com emblema por excelência das ciências sociais, provavelmente elas pouco ou nada respondem às exigências da reflexão sobre a dinâmica de sociedade mundial”. (IANNI, 2003: 17)

de “ponte” interligando necessidade do *status quo* à “periferia de todo o sistema” e que se apresenta como tônica para as relações comerciais, econômicas e políticas entre os países no “levante social” como base para o encontro aos princípios culturais e étnicos internacionais na convenção do sistema. Arrazoadas nos princípios econômicos e comerciais, a relação social também se configura como uma necessidade de vida que ora se apresenta puramente cultural como instrumento de transformação social, ora pela configuração ética na função pública no que se convencionou a chamar de Bem Estar. Estas duas posturas, conceituais e terminológicas do desenvolvimento compõem a leitura de ‘cooperação internacional’ no formato cultural dos povos como meio de integrá-los a uma função internacional. A convicção que segue permanecendo nas relações internacionais é de que há possíveis espaços entre os países e entre os povos do globo para níveis mais altos de aceitação da produção para comércio de mercadorias como metodologia de desenvolvimento.¹³¹

O mote da questão se fixa da seguinte forma: é preciso de uma instituição para o aprimoramento de tecnologia sob o conceito de integração para a cooperação internacional? Como a cooperação internacional poderá contribuir na produção de mercadorias no século XXI? Ou ainda qual o capitalismo do século XXI?

Possivelmente, esteja no sistema ou no *establishment* uma necessidade tida como “vital” em fomento por relações cordiais entre as nações; na promoção de evolução social; melhores padrões de vida e direitos humanos. Contudo tais estruturas também contribuem no aprimoramento do capital, advindas da capacidade de países, como os Estados Unidos ou países da Europa Central, sobre o domínio e progresso dos mercados.

Em “As Américas e a Civilização”, de Darcy Ribeiro é apontado um tipo de desenvolvimento social e criticamente ao capitalismo que, estariam operando de forma desigual nas relações dos povos latinos com o sistema global. Para o autor:

¹³¹ Para Ladislau Dowbor: “No centro está a tecnologia. Com todo o respeito por Weber e pela força de certas de ideologias, é preciso reconhecer que quando Adam Smith (divisão de trabalho) ou Marx (forças produtivas) colocaram a evolução das técnicas como motor das transformações sociais, estavam rigorosamente certos. Hoje vivemos uma profunda revolução tecnológica”. (DOWBOR, 2003: 10)

O elemento fundamental desta conscientização é a própria concepção do subdesenvolvimento como produto do desenvolvimento de outros povos, alcançado mediante a espoliação dos demais e como efeito de apropriação dos resultados do progresso tecnológico por minorias privilegiadas dentro da própria sociedade subdesenvolvida. É, por fim, a *percepção* de que essa situação de atraso só pode ser rompida revolucionariamente. E, que, em conseqüência, a missão crucial dos cientistas sociais das sociedades subdesenvolvidas é o estudo da natureza da revolução social e a busca dos caminhos pelos quais ela possa ser desencadeada para dar lugar a uma aceleração evolutiva (RIBEIRO, 2007: 43).

No entanto, a aceleração evolutiva de Darcy Ribeiro continua a reproduzir um encontro fidedigno entre ciência e tecnologia. A fidedignidade de readaptações da vida do ser humano em sociedade constantemente se apresenta em progresso físico na sua relação com o Estado, e dialoga no espaço social na intermitente produção de tecnologia que nasce da *práxis*.

Para o economista Michal Kalecki a tecnologia e a inovação¹³² estão na produção do desenvolvimento no ambiente social. Estudioso dos teóricos, como Rosa Luxemburgo e Karl Marx sobre a função do Valor Trabalho e da Mais-Valia, para o autor: “Para sustentar um movimento de ascensão a longo prazo se requer fatores de desenvolvimento específicos. Entre estes temos assinalado que as inovações em sentido mais geral são o promotor mais importante do desenvolvimento.” (KALECKI, 1995: 164).

É sugestivo acompanhar como o conceito de desenvolvimento vai agregando funções, conotações e denotações numa gama cada vez diversa de autores cientistas na observação e experimentação de elementos da ação do capital nas relações entre classes e entre classes nas relações externas.

O aparelhamento do desenvolvimento científico no Estado vivifica perenemente a “necessidade de evolução” que estaria na “periferização do sistema”¹³³ e sugere também a fidedignidade com o conflito que se localiza no *intermezzo* de justaposições. A defesa da manutenção de poder¹³⁴ faz parte do

¹³² Ver, Glauco Arbix. Inovar ou Inovar. São Paulo: Editora Papagaio, 2007. P. 109.

¹³³ O estruturalismo econômico e a interpretação estruturalista do subdesenvolvimento constituíram a teoria dos estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em que figuraram economistas como Raul Prebisch, Celso Furtado dentre outros eminentes autores que versaram a evolução histórica como o ponto de atrito entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos. Ver, Ricardo Bielschowsky. Formação Econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2009/50anosformacaoeconomicabrasil/09_cap02_Ricar.do.pdf. Acesso em: 20 maio, 2011.

¹³⁴ Para Hans Morgenthau, a essência do poder nacional emana do indivíduo. Para o autor: “Já dissemos que pela palavra “poder” designamos a força de um homem sobre as mentes e as ações de outros homens,

processo da Idade Moderna que apresentou peremptoriamente paradigmas de identidade e modelos. Teorias desejosas de seu melhor aprimoramento entabulam essências ou intersecções científicas em suas perspectivas evolutivas e que estão sujeitas ao dilema do próprio movimento civilizatório e do aprimoramento e progresso tecnológico.

O formato de identidade nacional¹³⁵ é o grande debate no pós-45 e se encontra de forma muito convicta não apenas nas relações econômicas internacionais, mas no desenvolvimento científico para as relações entre países. E, o empreendimento que os países convencionaram foi de tentar equalizar o macro-poder que continua nascendo das relações de micro-poder das representações políticas de esquerda ou de direita no encontro das apresentações dos conflitos científicos ideológicos que seguem contribuindo substantiva, qualitativa e quantitativamente para o soerguimento de “adaptabilidade”, categoria construída por Max Weber para exaltar diferenças entre classes.

A perspectiva tecnológica do sistema internacional econômico segue dinamizando o *status quo* e qualificando com certo efeito as relações administrativo-financeiras internacionais como farol das relações entre as nações a partir da construção universalista da perfectibilidade de um multilateralismo seguramente econômico: as distensões, conflitos e lutas ainda sim seguirão produzindo efervescências de juízos de todos os tipos neste ambiente. É no pós-45 que todo cidadão se tornará um cidadão pró-ativo internacionalmente e seja em comunidades, em classes e/ou em regimes de governos: ainda sim se comprometem invariavelmente com o princípio de

fenômeno esse que pode se encontrado sempre que seres humanos vivem em contanto social uns com outros. Já falamos “do poder de uma nação” ou do “poder nacional”, como se esse conceito dispensasse explicação ou pudesse ser esclarecido de modo adequado pelo que já dissemos sobre o poder em geral. No entanto, embora se possa entender facilmente que indivíduos busquem o poder, como deveremos explicar as aspirações de poder nas coletividades chamadas nações? O que é uma nação? Que queremos dizer quando atribuímos a uma nação aspirações e ações? Uma nação como tal não é, obviamente, uma coisa empírica. Uma nação como tal não pode ser vista. O que pode ser observado de modo empírico são exclusivamente os indivíduos que formam um nação”. (MORGENTHAU, 2003: 199)

¹³⁵ Para o historiador Leon Pomer: “O que é o nacional? Para nós, uma identidade acima de todas as diferenças, conquistada no transcorrer de um processo histórico em que as diferenças acabaram por subordinar-se a um elemento comum: a identidade. Nada mais? Poderíamos continuar largamente sobre o tema. Apenas diremos isso: a constituição do nacional concorre, com peso distinto, todas as criações que o homem é capaz de produzir em sociedade: a religião, a tradição, a cultura, a economia, etc. Concorrem se mesclam, se influem e dão uma resultante que jamais será o nacional em abstrato. As identidades o são porque diferenciam entre si as comunidades humanas e porque cada uma daquelas é produto de uma articulação diferente de componentes básicos”. (POMER, 1984: 16)

desenvolvimento que vem norteando as relações internacionais para o século XXI.

Finalmente, o que se verifica no pós-45 e no caso do Brasil é que o país constituirá duas representações para os seus projetos de desenvolvimento: a primeira representação é diplomática para o trato das intenções do país, e aí do Estado nas relações exteriores e a segunda de representação civil que irá reproduzir as intenções do governo vigente¹³⁶. Ambas se constituíram nas missões para desenvolvimento do país nos órgãos internacionais, na formação da Organização das Nações Unidas e também na formação das instituições de Bretton Woods.

¹³⁶ Para Karl Popper o sentido de analisar a essência econômica que existe na diversidade das conjecturas e refutações está na apresentação de soluções às decisões de governos que vão se aglutinando no sistema internacional. Para o autor: “O contraste entre o pessimismo e otimismo epistemológicos pode ser considerado o mesmo que existe entre o tradicionalismo e o racionalismo epistemológicos. (Estou utilizando o último termo no seu sentido mais amplo, de maneira a opô-lo ao irracionalismo e a fazê-lo abarcar não só o intelectualismo cartesiano, mas também o empirismo). De fato, podemos interpretar o tradicionalismo como a crença de que, na ausência de uma verdade objetiva e discernível, temos a escolher entre a autoridade da tradição e o caos; enquanto o racionalismo, obviamente sempre reivindicou o direito da razão e do empirismo de criticar e rejeitar qualquer tradição e qualquer autoridade, considerando-as baseadas na irracionalidade mais completa, no preconceito ou em circunstâncias acidentais. É inquietante observar que mesmo um estudo abstrato como a epistemologia pura não é, na verdade, tão puro quanto se pensa...” (POPPER, 1972: 34)

**CAPÍTULO 2 - A CONSOLIDAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL DA POLÍTICA
EXTERNA FINANCEIRA DEMOCRÁTICA.**

2.1 John Maynard Keynes: a fundação do Fundo Monetário Internacional.

Após encerrarem as discussões, em solo britânico, sobre a possibilidade da fundação da União de Compensação¹³⁷, uma instituição na Inglaterra que possibilitasse uma forma de compensação financeira que, fosse capaz de diminuir o impacto das perdas econômicas com a Primeira Guerra Mundial e recolocasse os ingleses em atividade econômica compatível com os países comercialmente aliados¹³⁸: o economista John Maynard Keynes, formulador destas propostas, passou a sustentá-las nos Estados Unidos, com o intuito de arregimentar as relações internacionais financeiras e monetárias do pós-guerra em numa regulação pelo Estado para as finanças internacionais com vistas a uma melhor posição da Inglaterra no novo no sistema internacional¹³⁹.

No processo de promoção e defesa desses interesses e através de

¹³⁷ Segundo John Maynard Keynes: “Meu nobre amigo Lorde Addison, indagou se um arranjo desses poderia ser orientado de tal maneira que determinados mercados viessem a ser fechados às exportações britânicas. Posso garantir-lhe com firmeza que nenhum das propostas monetárias o fará, desde que, se tivermos um saldo de divisas junto a um país onde preferirmos não gastá-las, possamos livremente remetê-las alhures para comprar bens num outro país. Não haverá nenhuma imposição sobre nós, e se escolhermos fazer um negócio específico no país em que dispomos de recursos, isto ficará inteiramente sob nosso arbítrio. Em terceiro lugar, as engrenagens do comércio deverão ser lubrificadas pelo que, na realidade, constitui um grande acréscimo ao estoque mundial de reservas monetárias, distribuído, além do mais, de maneira razoável. As quotas não são tão grandes quanto no caso da União de Compensação, e Lorde Addison chamou a atenção para isso. Mas, elas são substanciais e podem ser aumentadas posteriormente se houver necessidade. O total para o mundo fixado provisoriamente e 2,5 bilhões de libras. Nossa parte nisso, ou seja, a nossa propriamente dita e as colônias da Coroa, as quais, posso assinalar, são tratadas para todos os fins como parte do sistema monetário britânico (o que em si já constitui um recolhimento útil), será de 325 milhões de libras – uma soma que facilmente poderá dobrar, ou mais do que dobrar, as reservas que, de outra forma, teremos no final do período de transição. As diferentes quotas do restante da área da libra representarão outro grande acréscimo a isso”. (KEYNES, 1984: 211)

¹³⁸ Ver, David P. Calleo. Keynes and the ‘Pax American’. In: *The End Of The Keynesian Era: essays on the disintegration of the Keynesian political economy*. London: The Macmillan Press LTD, 1977, p, 95.

¹³⁹ Para Pierre Delfaud, as “receitas de Keyenes”: “Foi com este título, vagamente irônico, que foram acolhidas as recomendações keynesianas, primeiro com uma certa irritação por causa do TIM panfletário que as acompanhava, depois com uma perplexidade não menos certa após o estudo da Teoria Geral, finalmente com uma unanimidade aparente à saída da crise, embora não destituída de reservas; o liberalismo clássico, de facto, nunca desarmou. É cômodo distinguir, nas políticas keynesianas, o conjunto de medidas para utilização interna e as medidas de carácter externo. Foi com as segundas que Keynes adquiriu mais notoriedade de regresso ao padrão-ouro, plano apresentado à conferência monetária de Bretton Woods. Mas, na realidade, elas são secundárias aparece apenas como permissivo das primeiras. A política de Keynes destina-se, com efeito, acima de tudo, a uso interno, não isenta mesmo de uma certa dose de “nacionalismo econômico”, como testemunha a admiração ostensiva de Keynes pelo mercantilismo. (DELFAUD, 1977: 65)

discursos que contemplassem um comum acordo de política externa financeira para todos os países em ambiente comum¹⁴⁰, a teoria de Keynes aguçou o interesse dos países a participarem nesta área econômica - que receberia posteriormente o termo de macroeconomia – para o desenvolvimento do componente estratégico nas relações internacionais de política para finanças dos Estados¹⁴¹; Keynes observou oportuno momento durante a Segunda Guerra, quando os países, diante de ameaças externas, coordenavam planos de Defesa Nacional, para propor a supervisão econômico-financeira aos países aliados¹⁴². Com vistas a uma conseqüente planificação da Economia Internacional para os mercados, numa clara demonstração que o mundo deveria supervisionar e monitorar a escala progressiva dos fluxos de investimento de capital¹⁴³.

Os discursos e estudos keynesianos¹⁴⁴ para naturalizar a imagem de que os países devessem ser reguladores e regentes financeiros internacionais foram suficientemente hábeis para formar uma instituição¹⁴⁵ responsável por tais transformações políticas. E, que estariam voltadas para o desenvolvimento de investimentos para o consumo¹⁴⁶, através de mecanismos e instrumentos de um sistema que viabilizasse as autoridades governamentais a regulação do

¹⁴⁰ Ver, Dudley Dillard. A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1984, p, 98.

¹⁴¹ Para Pierre Delfaud: “A renovação da política econômica no Reino Unido foi muito menos espetacular, o que poderia levar-nos a pensar que, até a guerra, Keynes tece pouca influência directa sobre seu próprio Governo. Contudo, o abandono do padrão-ouro em 1931 podia permitir, enfim, a aplicação da política de baixas de taxas de juro por ele preconizada desde 1923. E, com efeito, uma taxa de desconto mantida à volta dos 2% ia ser acompanhada de uma recuperação do investimento interno, sem que, aliás, fosse possível tirar conclusões sobre a sua influência real. Tudo de passa como se, tendo enfim renunciado ao seu papel de líder mundial, o Reino Unido, voltando-se para si mesmo, descobrisse margens de crescimento internas em vez de as ir sistematicamente procurar além-mar. O “nacionalismo econômico” que Keynes provava ser benéfico era sem dúvida partilhado pelos meios de negócios perante a dura experiência e o desabar da sua fé nas virtudes do internacionalismo sistemático. (DELFAUD, 1977: 79)

¹⁴² Ver, Pierre Defaud. Keynes e o keynesianismo. Portugal: Editora Publicações Europa-América, LDA, 1977, p, 80.

¹⁴³ Ver, Elton Eustáquio Casagrande. As teorias keynesianas do investimento. São Paulo: Editora UNESP Cultura Acadêmica, 2002, p, 33.

¹⁴⁴ Ver, Tamas Szmrecsanyi. John Maynard Keynes: economia. São Paulo: Ática, 1984, p, 15.

¹⁴⁵ Guihon Albuquerque em seu estudo sobre as instituições trataria da seguinte maneira: “De fato, numa das vertentes, o discurso que *faz* a lei é objeto de uma luta política em que está em jogo a apropriação do poder de dominação que autoriza a dizer o que faz a lei. Como, num aparelho político, os efeitos não-repressivos são subordinados ao efeito de dominação, um dos resultados da luta pela apropriação do poder de fazer a lei é a apropriação da imagem do direito transmitida no discurso”. (Albuquerque, 1980: 64)

¹⁴⁶ Ver, Dudley Dillard. A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1984, p, 35.

livre mercado de capitais¹⁴⁷ entre os países, formando, finalmente, a cooperação internacional.¹⁴⁸

As economias do pós-guerra se reorganizaram no sentido de desenvolver riqueza¹⁴⁹ pelo comércio regulado, industrialmente contido e financeiramente pautado pela ortodoxia keynesiana¹⁵⁰. O esforço de Keynes foi evitar/tardar ou até não permitir o esfacelamento e colapso do comércio

¹⁴⁷ Para Gilberto Dupas, o discurso hegemônico do livre mercado se baseia na vulnerabilidade dos grandes países da periferia do sistema. Segundo o autor: “As empresas transnacionais norte-americanas, tal como suas ancestrais mercantis, desempenharam papel fundamental na ampliação e manutenção do poder dos Estados Unidos. Mas elas se revelaram instrumentos de poder muito menos maleáveis e muito mais autônomos do que as companhias de comércio e navegação. Basta comparar a incorporação da Europa pelo sistema de poder norte-americano, depois da Segunda Guerra, com a anexação do subcontinente indiano pelo sistema de poder britânico, no início do século XIX. Embora implementado pelo próprio governo, o sistema de corporações americanas, em pouco tempo, adquiriu dinâmica própria, contrariando muitas vezes interesses estratégicos dos Estados Unidos. A apropriação das rendas estrangeiras, por exemplo, não o foi em benefício direto dos Estados Unidos. Tais rendas sempre puderam fugir diretamente para os mercados internacionais em momentos de crise. Essa fuga maciça do capital norte-americano acabou fazendo desmoronar o sistema Bretton Woods e não consegue atualmente resolver o imenso déficit externo americano. As recentes análises sobre a natureza desse déficit, muitas vezes provocado pela imensa dispersão da atividade produtiva das empresas sediadas no país – que exportam mais a partir de suas filiais externas que de sua sede continental – é um excelente exemplo dessa contradição. Não é alí, por outra razão que o comércio internacional cresceu nas suas últimas décadas do século XX quase duas vezes mais que o PIB mundial dos países. Radicalmente fracionada pela nova lógica das cadeias globais – que vai buscar nas mais diferentes localizações a mais favorável composição dos fatores de produção – e atraída pelas vantagens da proximidade dos mercados finais de consumo, a produção global de bens e serviços submeteu-se a uma verdadeira diáspora. O caso dos Estados Unidos, atual país hegemônico, é paradigmático”. (DUPAS, 2002: 151)

¹⁴⁸ Para John Keynes: “Existe outra vantagem para a qual chamaria a atenção especial dos senhores. Uma participação adequada na responsabilidade de manter o equilíbrio na balança de pagamentos internacionais é firmemente atribuída aos países credores. Este é um dos principais progressos do novo plano. Os norte-americanos, que provavelmente são os mais atingidos por isto, ofereceram-nos, por sua livre vontade, uma fórmula protetora, de longo alcance, contra uma repetição da principal causa da definição durante os anos entre as duas Guerras – a saber, a drenagem de reservas do resto do mundo para pagar um país que obstinadamente vinha emprestando e exportando. Sob a Cláusula VI do plano, um país se compromete, de fato, a impedir que essa situação surja novamente, mediante a promessa de que, se malograr, libertará outros países de qualquer obrigação de comprar suas exportações ou, se as compras, de pagá-las. Não posso imaginar que esta sanção chegue de vez a ser posta em prática. Se não por outros meios além de empréstimos, o país credor sempre terá de descobrir uma forma de ajustar suas contas por razões imperiosas de seu próprio interesse. Porque não terá mais o direito de ajustar essas contas extorquindo ouro do resto do mundo. Aqui temos um empreendimento voluntário, oferecido de maneira autêntica, tanto no espírito do bom vizinho e, eu deveria acrescentar, de auto-interesse esclarecido, para não permitir uma repetição da seqüência de fatos que, entre as Guerras, contribuiu, mais do que qualquer outro fator isolado, para destruir o equilíbrio econômico do mundo e para preparar uma sementeira de ervas daninhas. Trata-se de uma enorme ampliação da cooperação internacional para boas finalidades. Peço aos senhores que atentem para a sua importância”. (KEYNES, 1984: 212)

¹⁴⁹ Segundo Pierre Delfaud: “Está aqui o cerne da análise keynesiana: numa economia monetária (...), o rendimento global distribuído na atividade de produção não é necessariamente gasto quer em procura em bens de consumo quer em procura de bens de investimento e os empresários não baseiam as suas previsões na procura potencial que deveria corresponder-lhe, mas sim na *procura efetiva*, que resulta dos comportamentos concretos de despesa dos agentes econômicos. (DELFAUD, 1977:39)

¹⁵⁰ Ver, Peter Lilley. Two Critics of Keynes: Friedman and Hayek. In: The End Of The Keynesian Era: essays on the disintegration of the Keynesian political economy. London: The Macmillan Press LTD, 1977, p. 25.

internacional e assegurar que a Inglaterra não perdesse abruptamente o seu desenvolvimento pelo comércio internacional, e assim fosse retirada do cenário internacional como importante país.¹⁵¹

A teoria keynesiana¹⁵² contribuiu para que a teoria de desenvolvimento em comércio, mas e, sobretudo pelo domínio das praças financeiras, além de viável era perfeitamente aceitável e possível, desde que os países se organizassem em torno de uma conversibilidade geral da taxa de juros¹⁵³, e

¹⁵¹ Segundo John Maynard Keynes: “Meus senhores: faz quase exatamente um ano que as propostas de uma União de Compensação foram discutidas nesta Casa. Espero persuadi-los de que esse ano não foi desperdiçado. É verdade que desapareceram alguns traços de elegância, clareza e lógica do plano da União de Compensação. Eu, pelo menos, lamento muito isso. Como resultado, entretanto, deixou de existir qualquer necessidade de nova unidade monetária internacional. Os senhores recordar-se-ão como os nomes propostos nos desagradavam – bancor, unitas, delfim, bezante, darico** e sei lá mais o quê. Alguns dos senhores tomaram a gentileza de se unir ao esforço em busca de algo melhor. Lembro-me a propósito da história de uma paróquia de aldeia, no século passado, na qual era costume batizar as crianças com nomes bíblicos – Amos, Ezequiel, Obadiah, e assim por diante. Precisando de um nome para um cão, depois de procurar longa e inutilmente nas Escrituras, chamaram-no de “Alémdisso”. Como não encontramos uma solução tão boa, quem morreu foi o cão. Sua perda não precisa ser excessivamente lamentada, embora ainda se pense que ele foi um animal mais bem alimentado do que este que se originou de um casamento misto de idéias. Todavia, como talvez ocorre às vezes, esse novo cão de origem mista constitui um animal mais modorrento e prestimoso, e se mostrará não menos leal e fiel aos propósitos para os quais foi engendrado. Eu recomendo o novo plano aos senhores, como sendo, sob alguns aspectos importantes (aos quais voltarei mais adiante), um considerável progresso em relação a ambos os progenitores. Gosto deste novo plano e creio que funcionará em nosso proveito”. (KEYNES, 1984: 208)

¹⁵² Para Kenichi Ohmae: “Para John Maynard Keynes, o grande profeta do pensamento econômico moderno, as leis que, em última instância, teriam de ser obedecidas eram leis que definiam as relações inevitáveis entre as atividades econômicas dentro de um Estado-Nação. Se a demanda aumentasse, o mesmo se daria com o nível de emprego. Se a economia necessitasse de estímulo, taxas de juros mais baixas e maiores gastos governamentais dariam conta do recado. Se a economia precisasse ser desaquecida, taxas de juros mais altas eram prescritas. Na prática, é claro, o problema estava sempre nos detalhes e nem sempre era fácil determinar o grau preciso em que esse ou aquele botão de política econômica levaria ao resultado desejado”. (OHMAE, 1996: 35)

¹⁵³ Para John Maynard Keynes, a teoria geral da taxa de juros: “Talvez seja esta uma forma útil de indicar os exatos pontos de divergência entre a teoria da taxa de juros, exposta em minha Teoria Geral do Emprego, do Juro e a Moeda, e que considero como sendo a teoria ortodoxa a respeito. Começemos por quatro proposições que, embora possam ser inusitadas na forma, não são inconsistentes com a teoria ortodoxa e que, até onde posso ver, ela não teria razões para rejeitar. A) O juro em relação ao dinheiro significa precisamente o que os livros de aritmética afirmam que ele quer dizer; isto é, trata-se apenas do prêmio que pode obter pelo dinheiro à vista em relação ao dinheiro a prazo, de modo que ele mede a preferência marginal (para a comunidade como um todo) de conservar o dinheiro em mãos, ao invés de só poder recebê-lo mais tarde. Ninguém pagaria esse prêmio, a menos que a posse do dinheiro tivesse alguma finalidade, isto é, alguma eficiência. Portanto, podemos dizer que o juro reflete a eficiência marginal do dinheiro tomada como unidade (...) em função de si mesmo. B) O dinheiro não é o único a ter uma eficiência marginal medida em função de si mesmo. Estoques excedentes de mercadorias e outros ativos de capital *, que representem um excesso de capacidade, podem na verdade ter uma eficiência marginal negativa em função de si mesmos; mas, normalmente, os ativos de capital de todos os tipos apresentam uma eficiência marginal positiva, medida em função de si mesmos. Se conhecemos a relação entre os preços atuais e os preços esperados de um ativo qualquer em termos de dinheiro, podemos converter a medida de sua eficiência marginal em função de si mesmo, numa medida de eficiência marginal em termos de dinheiro, através de uma fórmula que apresentei em minha Teoria Geral. C) O esforço para obter o melhor proveito da posse da riqueza estabelecerá uma tendência de conversibilidade dos ativos de capital, numa posição de equilíbrio, por valores proporcionais à sua eficiência marginal em função de

assim estabelecer a Inglaterra como centro financeiro¹⁵⁴. Entretanto, tais propostas foram sendo desbaratadas por conta da realidade do pós-guerra. Conferências sobre a Convenção dessa União de Compensação foram, ao longo dos últimos anos de Segunda Guerra, perdendo fôlego na Grã-Bretanha. A escalada progressiva dos Estados Unidos como uma potência mundial faria com que Keynes e suas propostas teóricas atravessassem o Atlântico em direção a Washington para o processo de adaptação da União de Compensação em discussões e fóruns internacionais.

As questões discutidas na Conferência eram sobretudo técnicas e provavelmente muitas delas não chamaram atenção dos representantes da imprensa. Entretanto, algumas tiveram grande importância, sobretudo as tendentes em estabelecer uma dominação financeira mundial pelos países anglo-saxões, dominação não somente de fato, mas também do ponto de vista legal”. Encerra-se a matéria com a observação do então Secretário de Estado dos EUA, Hans Morgenthau, sobre a instrução à cooperação em solo norte-americano, aos países que comporiam o Fundo, já sob a égide dos princípios de liberdade e democracia do seu povo; assim observa que: “todos tiveram que fazer nela (Conferência) concessões uns aos outros. (O Estado de São Paulo, 08/08/1944).

Ainda que as principais praças financeiras estivessem em Londres, a ascensão dos Estados Unidos como potência democrática internacional fundamentou a instalação da cooperação financeira internacional; a promoção da cooperação monetária global; a fixação de uma estabilidade financeira: com vistas a promoção de crescimento econômico integrado. A “profissionalização”

uma unidade comum. Isto significa dizer que, se r é a taxa nominal de juros ** (isto é, a eficiência marginal do dinheiro em função de si mesmo), e y é a eficiência marginal de um ativo de capital, A em termos de dinheiro, então A será conversível em dinheiro, a uma preço que tornará $y = r$. D) Se o preço de procura de nosso ativo de capital A , determinado dessa maneira, não é menor que seu custo de substituição, haverá um novo investimento em A , cuja escala dependerá da capacidade disponível para a produção de A – isto é, da sua elasticidade de oferta – e da taxa pela qual y , sua eficiência marginal, declinar à medida que aumenta a quantidade de investimento em A . Numa escala de novo investimento em que o custo marginal da produção de A é igual a seu preço de procura como acima, resultante das relações entre as eficiências marginais de diferentes ativos de capital, inclusive o dinheiro medidos em função de uma unidade comum, determina a taxa agregada do investimento. (KEYNES, 1984: 160)

¹⁵⁴ Segundo Keynes, a transformação da União de Compensação em Fundo Monetário Internacional, planos recorrentemente discutidos pelo Parlamento Britânico, constituiria em estratégia para a Inglaterra, tanto em relação à Grã-Bretanha, tanto em relação aos países credores. Para o autor: “Posso empregar melhor o tempo disponível examinando os principais benefícios que este país pode esperar obter do plano; e mostrar se existem salvaguardas adequadas contra possíveis desvantagens. Sairemos da Guerra com uma vitória mais sólida sobre nossos inimigos, uma amizade mais duradoura com nossos aliados, e um respeito mais profundo pelo mundo em geral, do que, talvez em qualquer ocasião de nossa História”. (KEYNES, 1984: 209)

das relações internacionais lançou bases para o estabelecimento das instituições de 1945 no sistema ONU e a instituição do Fundo Monetário Internacional extravasaria os encontros políticos da teoria de Keynes¹⁵⁵. Como alternativa de cunho democrático para todos os países naquela ocasião a promoção da cooperação monetária global, a fixação de uma estabilidade financeira, com vistas ao comércio internacional e a promoção de crescimento econômico de todo o mundo tornaram-se a realidade para o pós-1945¹⁵⁶.

2.2 O FMI: o pareamento de legislação financeira e as concessões, políticas e a cooperação na Carta das Nações.

A teoria de Keynes mostrou a União de Compensação como a formação do próprio Fundo Monetário Internacional após as sucessivas discussões sobre a implantação do ambiente comum de trocas para o desenvolvimento internacional¹⁵⁷. E, o Brasil atuou permanentemente na construção de tal órgão e tal agenda sempre em frente aos princípios que norteariam os novos rumos das relações internacionais financeiras com sólidas manifestações de apoio por parte das suas representações diplomáticas.¹⁵⁸

¹⁵⁵ Para Santiago Fernandes, Em verdade, por força dos interesses britânicos (como ele próprio deixou claro), Keynes, em 1944, como chefe da Delegação da Grã-Bretanha à Conferência de Bretton Woods, não hesitou em dar apoio à criação do Fundo Monetário Internacional que homologava a definição de moedas dos países membros desse organismo em termos de uma quantidade de ouro. Desse modo, ao invés de atacar ajudou a fortalecer a cidadela das ortodoxias clássica e marxista, que considerou essencial destruir, para por abaixo sobretudo os fundamentos ricardeanos do marxismo. (FERNANDES, 1967: 186)

¹⁵⁶ Para Sérgio Besserman Vianna, “Os dez anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra foram de forte expansão do PIB e de pressões inflacionárias. A taxa de investimento média da economia também se elevou, refletindo o avanço do processo de industrialização e a expansão de investimentos públicos no setor de infra-estrutura. As exportações e importações, que cresceram a taxas médias anuais de dois dígitos durante o Governo Dutra, perderam fôlego entre 1951-55, no contexto de queda das receitas de café e de avanço do processo de substituição de importações, com a economia crescentemente voltada para dentro. As transformações por que passou a economia na década não são imediatamente captadas pelos dados de repartição do PIB por classes de atividade econômica: de fato, entre 1947 (primeiro ano para o qual se dispõe de estatísticas consolidadas das contas nacionais) e 1955, a participação da agropecuária do Produto subiu, de 21, 4% para 24, 3%, ao passo que o peso do setor industrial passou de 26% para 26,6% no total. (VIANNA, 2005:40)

¹⁵⁷ Ver, Lauro Campos. A crise da Ideologia Keynesiana. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1980, pp, 31-46.

¹⁵⁸ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA. **RECEBIDO.** DA

A ação cooperativa que o Brasil empreendeu na abertura dos trabalhos no FMI foi de instrumentalizar em seu câmbio, o movimento de pareamento internacional, que logo no primeiro ano de funcionamento do órgão, revelou-se desafio à economia brasileira. Sua execução, atendendo a necessidade de ajustamento de legislação financeira na relação macroeconômica rumou com os demais países para o pareamento de câmbio entre eles França, Holanda e a China, que juntos, reivindicaram o pareamento inicial em reembolsos a sua taxa de contribuição para a abertura do FMI. Antecedendo o sistema de cotas que viria mais tarde ser o tipo de relacionamento entre os países no órgão e iria se configurar tecnicamente na formação do estado da arte das instituições internacionais.¹⁵⁹

Contudo, o palco existente entre política interna e as relações internacionais institucionalizadas toma-se importante, quando observado que o incremento na Carta das Nações Unidas de concessões e espaços políticos aos signatários, permaneceria *a latere* do Conselho Permanente dos países ratificadores. A confirmação da Carta em 24 de outubro de 1945 em São Francisco contemplou o reconhecimento entre as cinco potências: Inglaterra; Estados Unidos; URSS; China e França: à liberdade; direito; igualdade; paz; segurança; progresso social-público. Reivindicações recorrentes dos países em

EMBAIXADA EM WASHINGTON.EM/13/14/XII/46. CONFIDENCIAL. DE/651.5(00). Comunicado do Fundo Monetário Internacional. 909 - SEXTA FEIRA - 17hs30 - A pedido do Sr. Gutt, Diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, peço transmitir ao Sr. Francisco Alves dos Santos Filho, o seguinte texto do comunicado confidencial que o Fundo pretende divulgar a 18 do corrente, à noite. Para ser publicado a 19 pela manhã: "O Fundo Monetário Internacional dará início a suas transações cambiais a 1º de março do próximo ano. Estas transações serão realizadas nas bases de paridade iniciais, determinadas pelo acordo sobre o Fundo Monetário. A paridade para cada moeda está indicada no quadro abaixo. O Brasil, a China, a República Dominicana, a Grécia, a Polônia, a Iugoslávia, a França relativamente à Indo-China Francesa e a Holanda relativamente às Índias Neerlandesas, de conformidade com o artigo XX, seção IV, do acordo, solicitaram mais tempo para determinação da paridade inicial das respectivas moedas, tendo o Fundo concordado

¹⁵⁹ COPIA. CONFIDENCIAL-URGENTE. DE/743/651.5(04). Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. O Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores cumprimenta atenciosamente o seu colega dos Negócios da Fazenda e tem a honra de passar às mãos de Sua Excelência, em anexo, cópia do relatório do Doutor Francisco Alves dos Santos Filho, representante brasileiro no Conselho de Governadores do Fundo Monetário Internacional e no Conselho de Governadores do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, sobre os trabalhos da Conferência Monetária Internacional, realizada na cidade de Savannah, Geórgia, Estados Unidos da América.2. Depois de tecer considerações de grande interesse acerca da posição atual do Brasil no seio daqueles organismos, manifesta o Doutor Santos Filho o desejo de que o Governo brasileiro transmita a orientação que deve adotar na designação do seu substituto como Diretor Executivo do Fundo Monetário. 3. Anexos acham-se, igualmente, duas coleções de documentos, uma referente ao mencionado Fundo e outra ao Banco Internacional, que o Doutor Santos Filho enviou ao Itamaraty por intermédio da Embaixada do Brasil em Washington. Rio de Janeiro em 5 de setembro de 1946.

desenvolvimento e países pobres.¹⁶⁰ Este foro abrandou/arrefeceu os ânimos das potências que estavam em guerra, mas, sobretudo conseguiu sustentar pela instituição um desenvolvimento à base cooperada e de princípio público: um espaço permanente de discussões e também de resistências que aplacaria indeterminadamente os anseios políticos e distintamente econômico¹⁶¹ de todos os países desejosos de reconhecimento e de legitimação internacional. Especialmente, a Carta das Nações Unidas foi o elo que fundamentou os alicerces interligados e instituídos da ONU ao FMI por meio de suas cláusulas e principados da constituição e convênio existentes em ambas com diretrizes *ad hoc*.¹⁶²

2.3 O Brasil no FMI: a política externa financeira na instituição internacional.

O FMI nasceu sob a missão de manter as políticas econômicas dos países ratificadores e também signatários da Carta das Nações em consulta permanente. Sendo assim, o processo de implementação do FMI nos Bancos

¹⁶⁰ FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL E BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E FOMENTO. I. A conferência Monetária Internacional teve lugar entre os dias 8 e 18 de março, 1946, na cidade de Savannah, Geórgia, no Hotel General Oglethorpe, Wilmington Island.

¹⁶¹ Para Damien Millet e Éric Toussaint: “De forma oposta a uma instituição democrática, o FMI foi dotado de um modo de funcionamento semelhante ao de uma empresa. Cada país que se torna membro tem a obrigação de pagar um direito de adesão denominado “subscrição”. O membro tornar-se dessa forma acionista do FMI, uma vez que contribui para o seu capital. Essa subscrição não é livre: é calculada em função da importância econômica e geopolítica do respectivo país. Vinte e cinco por cento da subscrição devem ser pagos em DES ou em qualquer outra divisa que o componha (ou em ouro até 1978); os 75% restantes são pagos na moeda local do país. O FMI é assim importante detentor de ouro, pois muitos países pagaram a sua subscrição com metal precioso”. (MILLET&TOUSSAINT, 2006: 77)

¹⁶² A Carta das Nações em seu Capítulo I no artigo 1º. Alínea 3 tem aprovado e ratificado pelos países, “Realizar a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de caráter econômicos, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. Disponível em: <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter1.shtml>. Esta cláusula se funde com a primeira cláusula de Fins e Diretrizes, precedente do Convênio Constitutivo do FMI, e que mantém como no projeto original as mesmas insígnias da Carta das Nações, tal qual celebra, “I) Fomentar a cooperação monetária internacional por meio de uma instituição permanente que proporcione uma organização para consultas relativas a questões monetárias internacionais; II) facilitar a expansão e o desenvolvimento equilibrado do comércio internacional, contribuindo dessa maneira para a manutenção de um alto nível de trabalho e renda real, que deve ser o objetivo precípuo ao política econômica. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/aa/aa01.htm>. Acesso em: 04 jan. 2008.

Centrais e Ministérios Financeiros¹⁶³ foi paulatinamente aplicado conforme se reequilibravam as finanças dos Estados no pós-guerra e também sob o compromisso de cooperação dos países envolvidos. E, o Brasil, em cooperação, não demandou esforços para que as instalações do Banco do Brasil e Ministério da Fazenda pudessem estar compatíveis à instalação das novas ‘técnicas’ advindas das Nações Unidas.¹⁶⁴ A participação nos princípios preestabelecidos entre os países rendeu nota da diplomacia brasileira, como expõe o Embaixador Octávio do Nascimento Brito, designado às conversações, aí já nas primeiras ocupações e expedientes do FMI, sobre a importância de regularização permanente de controle de câmbio¹⁶⁵. Para Brito,

Pela primeira vez grande número de nações submete sua taxa de câmbio à consideração internacional. Iniciando uma nova era em cooperação monetária. A significação máxima desse acontecimento não consiste no anúncio da taxa cambial, mas no fato de que as nações participantes acabam de estabelecer um regime pelo qual se comprometem a promover a estabilidade cambial: a não modificarem a paridade de suas moedas, exceto de conformidade com o acordo sobre o Fundo, a de auxiliarem mutuamente a consecução dos objetivos da mesma organização.¹⁶⁶

¹⁶³ Para Michel Chossudovsky: “O FMI acompanha de perto e provê recursos para a reestruturação do Banco Central. A chamada “independência do Banco Central em relação ao poder político” é exigida por ele “como um remédio contra a propensão inflacionária dos governos. Na prática isso significa que o FMI, e não o governo, controla a emissão de moeda. Dito de outro modo, o acordo assinado entre ambos impede o financiamento das despesas do governo e a concessão de crédito pelo Banco Central através da emissão de moeda, isto é, o FMI, em nome dos credores, está na posição de virtualmente paralisar o financiamento do desenvolvimento real. Incapaz de usar uma política monetária própria para mobilizar seus recursos internos, o país torna-se cada vez mais dependente das fontes de financiamento internacionais, o que traz a consequência adicional de aumentar o nível de endividamento externo. Outra importante condição imposta pelo FMI é que “a independência do Banco Central seja mantida também em relação ao Parlamento”, ou seja, uma vez nomeados, os altos funcionários do Banco Central não de prestar contas nem ao governo nem ao Parlamento. Eles estão cada vez mais subordinados às IFIs. Em muitos países em desenvolvimento, são mesmo antigos integrantes dos quadros dessas instituições e dos bancos de desenvolvimento regionais. Além disso, é freqüente que recebam “suplementos salariais” em moeda forte financiados por fontes multilaterais”. (CHOSSUDOVSKY, 2002, p 50)

¹⁶⁴ O Ministério da Fazenda publicou no jornal O Estado de São Paulo (OESP) de 24 de abril de 1944 que: “As amplas discussões sobre os problemas de cooperação monetária internacional, que forem realizadas em seu aspecto técnico, justificam uma declaração de princípios. Na opinião generalizada dos técnicos das Nações Unidas e associadas que participaram das citadas discussões, o meio mais prático de assegurar uma cooperação monetária internacional reside no estabelecimento de um fundo monetário internacional”. (OESP, 25/04/1944).

¹⁶⁵ CONFIDENCIAL – URGENTE. DE/1148/651.5(00). Comunicação do Fundo Monetário Internacional. O Ministro de Estado das Relações Exteriores cumprimenta atenciosamente o seu colega dos Negócios da Fazenda e tem a honra de levar ao conhecimento de Sua Excelência, a seguinte comunicação recebida pelo Itamaraty da Embaixada do Brasil em Washington: O Senhor Gutt, Diretor Gerente do Fundo Monetário Internacional solicitou que esta Embaixada transmitisse ao Senhor Francisco Alves dos Santos Filho, o texto abaixo, do comunicado confidencial que pretende divulgar a 18 do corrente à noite, para publicar a 19, pela manhã: “As transações cambiais do Fundo Monetário Internacional terão início a 1º de março do ano próximo. Tais transações realizar-se-ão nas bases de paridade iniciais, estabelecidas pelo Acordo sobre Fundo Monetário”.

¹⁶⁶ Octavio do Nascimento Brito a Francisco Alves do Santos Filho (MRE). Telegrama. Washington ao

O regime, como expôs o Embaixador, é o ponto concêntrico das pretensões do Brasil à inauguração de uma nova “era de resoluções” sobre os problemas monetários internacionais na perspectiva multilateral e que, mais tarde subsidiaria as discussões financeiras do Brasil neste plano, com marcante presença do Itamaraty. Há aqui duas questões prementes, que são:

1. A diplomacia para relações financeiras do país;
2. A atuação diplomática na intersecção construída entre as nações no plano internacional para o tratamento das questões de desenvolvimento econômico.¹⁶⁷

Octávio do Nascimento Brito, Embaixador encarregado das primeiras conversações do Brasil no FMI, salientou que frente a problemas vindouros de desregulação ou descompasso de desenvolvimento dos países como o Brasil na relação com os países ricos no interior do FMI: haveria, então, a necessidade premente de recorrer a transformação e readaptação das relações de desenvolvimento no órgão. Ou seja, o incremento político em novas propostas passaria a estimular a transformação do *status quo* conforme as necessidades dos países. Nesse caso, situações como déficit de balanço de pagamentos, deficiências econômicas e crises financeiras teriam de ser primeiramente convergidas em soluções no próprio sistema internacional. Ainda segundo Brito,

MRE, 14 dez. 1946, conf. n° 909.

¹⁶⁷ O ativismo diplomático entre os países em desenvolvimento já pode ser visto operacionalizado, neste momento, quando a cooperação na agenda multilateral passou a privilegiar as operações “sistêmicas” em uma tabula rasa em princípios convergentes: a organização dos países em desenvolvimento se consolidou como medida preventiva às relações internacionalizadas para área financeira, como pode ser acompanhado nas primeiras negociações para as representações da Junta de Governadores do FMI. **Confidencial.** Excelentíssimo Senhor Gastão Vidigal, Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda. Conforme este Ministério já levou ao conhecimento de Vossa Excelência, deverá realizar-se, entre 8 e 20 de março próximo, a primeira reunião da Junta de Governadores do Bando de Reconstrução e Fomento e do Fundo Monetário Internacional, criados pelos acordos de Bretton Woods. Dos 12 Diretores Executivos com que contará o Fundo Monetário, 2 deverão ser obrigatoriamente eleitos pelas repúblicas latino-americanas. O Banco Internacional terá igualmente, 12 Diretores executivos, mas, destes, 5 serão designados pelos países com mais número de ações: Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, China, França, e Índia. Os 7 restantes serão eleitos por simples maioria. Em face disso, a Embaixada do Chile nesta capital vem de consultar o Governo brasileiro, através de memorandum confidencial dirigido ao Itamaraty, qual o lugar por que o Brasil se interesse: se o de Diretor executivo do Banco ou do de Diretor executivo do Fundo Monetário Internacional. Salientou a referida Embaixada que o Chile apoiará um nome brasileiro para qualquer daqueles organismos, mas, de (651.6(4))

Quando isso ocorrer, o Fundo terá que fazer face a novos problemas de adaptação e terá de reconhecer as circunstâncias especiais em que as paridades iniciais foram determinadas.¹⁶⁸

A *percepção* diplomática, no funcionamento das instituições multilaterais, sob seu entendimento tratou que os assuntos financeiros internacionais coadunavam-se em oportunidades para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores¹⁶⁹. O interesse de cooperação do Brasil na instituição e na institucionalização política dos mercados financeiros desvendou que o país poderia se ocupar em propostas de política externa financeira na estratégia do Itamaraty aos demais países do sistema multilateral¹⁷⁰. Os princípios expostos por Octávio do Nascimento Brito ajustaram-se e apresentaram-se em perfeita simetria as diretrizes políticas da ONU para o exercício e produção maciça de política externa como fornecedora de investimentos e como método de cooperação das nações envolvidas.

¹⁶⁸ Idem, telegrama, Washington MRE, 14 dez. 1946, conf. n° 909

¹⁶⁹ Rio de Janeiro, 12 de março de 1946. CONFIDENCIAL. 651.5 (04) 651.6 (04). Excelentíssimo Senhor, Doutor João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores. Meu prezado colega e amigo: Recebi a carta CEC/SPE/651.6(00), de 20 de fevereiro último, em que teve a gentileza de solicitar a minha opinião sobre a candidatura a ser apresentada pelo Brasil, para a constituição das diretorias do Fundo Monetário Internacional e do Banco de Reconstrução e Fomento, criados pelos acordos de Bretton Woods. Em resposta, tenho o prazer de comunicar-lhe que este Ministério apóia a indicação do Dr. Francisco Alves dos Santos Filho para ser o candidato brasileiro à eleição destinada a escolher os diretores do Fundo Monetário Internacional. Conquanto não sejam, como afirma Vossa Excelência, muito ponderáveis as possibilidades de êxito, penso não deveríamos abdicar para uma das sete vagas de Diretor-Executivo do Bando de Reconstrução e Fomento podendo escolha recair no próprio Dr. Francisco Alves dos Santos Filho, uma vez que a cumulação seja permitida. Apresento ao ilustre colega os protestos da minha alta estima e consideração. a) Gastão Vidigal. COPIA

¹⁷⁰ Para Amado Luiz Cervo: “Este estudo sobre velhos e novos paradigmas de relações internacionais da América Latina sugere uma conclusão. Em vez de transitar o Estado desenvolvimentista para o Estado normal, a racionalidade do processo histórico demandava, diante do fenômeno da globalização, um outro desfecho paradigmático. Admitindo-se como inelutável o fim do Estado desenvolvimentista para o Estado logístico. Com efeito, todo o avanço no sentido do domínio de tecnologias, da criação de grandes empresas com notável produtividade, do provimento das necessidades do mercado, da expansão do emprego e da renda foi obra do paradigma desenvolvimentista. Ao ostentar tais resultados, robusteceu o poder regional em escala mundial. O modo como os regimes neoliberais reagiram diante da nova interdependência global correspondeu à disposição de desconstruir esse patrimônio. A todos os títulos, correto seria o esforço que tomasse como desafio, no ponto do avanço atingindo, a expansão de alguns setores mediante uma integração produtiva regional, em uma primeira fase, e sistêmica-global, em uma segunda fase. (CERVO, 2007: 231).

Entretanto, o paradigma desenvolvimentista, com suas críticas específicas de defesa de interesse, estratégias, cálculos e choque com a Política Internacional, tende a considerar que o Brasil jamais assumiu quaisquer riscos na relação do sistema com a América Latina. O que pudemos ver foi que o Brasil atuou junto ao FMI sempre realizando políticas convenientes a sua atuação internacional. Vistas específicas sobre a América Latina e “necessidades especiais” de atenção aos países pobres da África.

A instalação de instrumentos de acompanhamento e de dispositivos de monitoração de economia pelos técnicos da ONU no Ministério da Fazenda foi pragmaticamente uma tarefa já corroborada com o Ministério das Relações Exteriores que inclusive coordenou a candidatura do Brasil a primeira Diretoria Executiva do FMI sob os auspícios de uma liderança da América Latina. Nesta primeira eleição, o Brasil foi escolhido para tal liderança da primeira Diretoria Executiva do FMI, indo de pleno encontro ao protagonismo que sempre apontou possível¹⁷¹. Segundo Francisco Alves, ministro da equipe do DPF designado para as relações Brasil/FMI em comunicado ao Ministro interino das Relações Exteriores em 1946:

A situação do Brasil é de primazia com o maior poder de votos entre os países para o cargo seletivo. Foi perfeitamente fixada, e isto nos dará grande prestígio e força aritmética pela votação na Diretoria do Fundo. Por todos foi julgado favorável o resultado e a expressiva vantagem obtida pelo Brasil e pela América Latina. Demonstraram os países desta, um alto espírito de cooperação, de lealdade no cumprimento das obrigações assumidas, dando assim uma forte contribuição para a política deste hemisfério. Os Estados Unidos receberam com grande satisfação esta prova que muito prestigia, e as nações surpreenderam-se admirada. Nas conversações latino-americanas dois pontos graves foram considerados principalmente pelas nações menores: primeiro que os lugares possíveis para América Latina no Fundo e no Banco deveriam ser rotativamente, pela ordem de importância, ocupados por todos os países da América Latina. Segundo, que não havendo disposição estatutária em contrário, deveriam em países ocupantes dos cargos, convidar para "Alternantes", os representantes dos países da América Latina não ocupantes. Evidentemente qualquer das duas pretensões não conviria nem ao Brasil nem aos outros países de maior importância mas é certo também que num ambiente de cooperação que se estava preparando, qualquer recuo, ou dúvida de nossa parte, tudo podia comprometer.¹⁷²

Os documentos que narram o processo de escolha da Diretoria do FMI em 1945¹⁷³ relatam a relação do Brasil com os demais países da América

¹⁷¹ CONFIDENCIAL. FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL E BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E FOMENTO. COPIA. Ministério/DE/COI/DPo/1081/651.6(04)/1947/2.a) Raul Fernandes. No Brasil, recebi dos Senhores Ministros do Exterior e da Fazenda as seguintes instruções: "O Brasil pleitearia um lugar de Diretor executivo no Fundo Monetário - que eu também reputo de maior importância - devendo também auxiliar o Chile na sua pretensão a uma cadeira do Diretor Executivo do Banco. O poder de voto dos dois países seria, pois, permutado, visto que cada um tinha pretensões diversas. Posteriormente recebi, por intermédio da Embaixada de Washington, instrução de que deveria auxiliar Chile e Perú, que pretendiam cadeiras no Banco. Mas esta instrução era de certo modo impraticável, pois que o total de votos de que um país dispõe é indivisível. Por isso me dispus a votar pelo Chile e a secundar, apenas, as pretensões do Perú. Assim foi feito. Desde logo se estabeleceu na Conferência um ambiente de cooperação entre as Nações Latino Americanas que iniciaram entre si contatos e conversações".

¹⁷² Dr. Francisco Alves Filho ao Ministro de Estado interino das Relações Exteriores. Relatório. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1946, nº DE/743/651.5 (04).

¹⁷³ CONFIDENCIAL. FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL E BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E FOMENTO. COPIA. Ministério/DE/COI/DPo/1081/651.6(04)/1947/2. Procedures

Latina em uma perspectiva estratégica e não tão somente diplomática.¹⁷⁴ O relatório de Francisco Alves, diplomata encarregado das negociações da primeira Diretoria do FMI, assume o caráter interveniente do Brasil sobre os demais países em desenvolvimento.

No Brasil, recebi dos senhores Ministros do Exterior e da Fazenda as seguintes instruções: o Brasil pleitearia um lugar de Diretor Executivo no Fundo Monetário Internacional – que eu também reputo de maior importância – devendo também auxiliar o Chile na sua pretensão a uma cadeira de Diretor Executivo do Banco Mundial. O poder de voto dos dois países seria, pois, permutado, visto que cada um tinha pretensões diversas. Posteriormente recebi, por intermédio da Embaixada de Washington, instrução de que deveria auxiliar Chile e Perú, que pretendiam cadeiras no Banco. Mas esta instrução foi de certo modo impraticável, pois que o total de votos de que um país dispõe é indivisível. Por isso me dispus a votar pelo Chile e a secundar, apenas, as pretensões do Peru. Assim foi feito. Desde que se estabeleceu na Conferência um ambiente de cooperação entre as Nações latino-americanas que iniciaram entre si contatos e conversações. Como sempre acontece em tais circunstâncias, os países principais do grupo que já são conhecidos como “Caribbean Countries” assumem os riscos da iniciativa, sendo que o Brasil tradicionalmente as mantém em posição de discreto apoio¹⁷⁵.

Valendo-se dos dispositivos estatutários do Fundo, tais como o de “cooperar para a facilidade dos pagamentos multilaterais e transações

Committee, presidida diretamente pelo secretário do Tesouro Americano, da qual fariam parte os principais países representados, e tendo como objetivo geral, orientar politicamente a conferência. Foram esses países: Estados Unidos, Inglaterra, França, China, Índia, Canadá, Bélgica, Holanda, Polônia, Egito, México e Brasil. IV Estas comissões estiveram em trabalho relativamente árduo cerca de uma semana, segundo a natureza dos assuntos. A de Membership recomendou a inclusão da Dinamarca para Fundo e Banco, estudando e propondo sua quota de U.S.\$ 68.000.000 para o Fundo e a mesma quantia para o Banco, importâncias essas que foram aceitas. Outrossim foi recomendada e aprovada a prorrogação do prazo para inclusão definitiva dos países participantes da conferência de Bretton Woods que ainda não haviam aprovado o acordo. Foi dilatado para o fim do corrente ano. Também houve propostas sobre o processo de inclusão de novos membros. Essas resoluções foram acolhidas pela comissão de regulamentos.

¹⁷⁴ MEMORANDUM. PERÚ:- O Diretor Brasileiro no Fundo Monetário sempre defendeu com êxito as diversas questões espinhosas suscitadas pela política cambial do Peru, sobretudo no caso da queixa apresentada oficialmente ao Fundo, pelo Banco da Inglaterra, a respeito das cotações da libra (gross rates”) no Peru. Além disso, e apesar das disposições dos Estatutos do Fundo, conseguiu que o Governo Peruano pudesse abandonar a paridade da sua moeda sem fixar imediatamente uma nova paridade. Trata-se de uma questão de grande importância, pois somente assim é que o sol peruano poderá encontrar a sua posição de equilíbrio. Por ocasião da visita do Dr. Paranaçuá ao Sr. Althaus, Presidente do Banco Central do Peru, no mês de junho passado, referindo-se ao êxito com que tem defendido os interesses peruanos no Fundo, declarou espontaneamente o Sr. Althaus que opinava pela reeleição do Diretor Brasileiro, para que continuasse a defender os interesses do Perú. a) Raul Fernandes. CONFIDENCIAL. FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL E BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E FOMENTO. COPIA. Ministério/DE/COI/DPo/1081/651.6(04)/1947/2.

¹⁷⁵ Idem.

correntes entre os países participantes, e negociar as restrições cambiais¹⁷⁶, que dificultem o desenvolvimento do comércio mundial”¹⁷⁷: os agentes diplomáticos brasileiros convergiram em empreendimentos e ações à combinação da política econômica do Brasil às oportunidades em voga do sistema financeiro internacional, sobredeterminando a América Latina¹⁷⁸. Conforme poderá ser visto, tais políticas fundamentaram, inclusive, a resistência diplomática, a entrada da Argentina no Fundo Monetário Internacional.

¹⁷⁶ Ainda na segunda metade da década de 40, a abertura da política econômica do governo Dutra aos auspícios da regulamentação internacional do fluxo de cambiais, comércio, industrialização e regulação do investimento de capitais estrangeiros possibilitou um expansionismo da economia brasileira em ritmo de crescimento, que para Celso Furtado: “É essa uma condição essencial para que a política econômica se permita visar ao duplo objetivo de defesa do nível de emprego e do ritmo de crescimento”. (FURTADO, 1969: 247). Este “expansionismo” do desenvolvimento interno do Brasil, que tratou Furtado, completou-se nas políticas internacionais adotadas pelo país e delas na complementaridade de políticas para o FMI. Então, os interesses internos entabularam-se favoravelmente a um momento internacional propício que foi caracteristicamente marcada por liquidez nos mercados financeiros dos países em desenvolvimento e também por conta dos pagamentos recebidos das exportações aos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Trata-se, então, de uma performance do Brasil que revelou a respeito das desvalorizações cambiais sucessivas na virada da década de 40 para 50: uma coesão de ação do Poder Executivo com resistências por parte do Ministério das Relações Exteriores. Sobre as desvalorizações e controle de câmbio, o Diplomata Octavio Paranaguá apontou que, “Em relação ao Brasil, o Governo não pretendia desvalorizar o cruzeiro, mas que, em todo caso, podia ver-se forçado a tomar medidas corretivas destinadas a diminuir os efeitos da nova situação criada. Acrescentou ainda que, qualquer dificuldade que sobreviesse para a exportação dos países latino-americanos, levaria os mesmos a estudar a necessidade de uma verificação de suas taxas e controle de câmbio. Embaixada do Brasil em Washington. Senhor Octavio Paranaguá à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Doc. Confidencial. N° 943/651.5 (60). 21 de setembro de 1949.

¹⁷⁷ Disponível em: <http://www.imf.org/external/index.htm>. Acesso em: 14 ago. 2010.

¹⁷⁸ Para o diplomata de carreira, José Luiz Machado e Costa, o Brasil tem um papel estratégico na construção de uma visão sul-americana. Segundo o autor: “A presença marcante do Brasil na América do Sul, por sua dimensão territorial, populacional e econômica, bem como sua tradição de país voltado para a paz e defensor das normas do direito internacional, permite-lhe atuar como importante articulador do espaço sul-americano, um verdadeiro *regional balancer*, que, por meio de uma política externa com propostas claras objetivas, tem sempre trabalhado no sentido de reduzir tensões e aproximar os países vizinhos. Há mais de 120 anos sem qualquer tipo de conflito armado com seus vizinhos, o Brasil, como defensor das normas do direito internacional, tem favorecido consensos que se traduzem, como no processo de paz. Equador-Peru, em ações de preservação de paz e da solução pacífica de controvérsias. Merecedor da credibilidade internacional, obtida por meio da cooperação e pela renúncia de qualquer tipo de postura hegemônica, o País reúne suficientes credenciais para atuar como promotor da visão sul-americana de defesa, que estenderia ao plano militar as realizações e avanços verificados nas demais áreas de integração regional” (COSTA, 1999: 89)

Ver, Sérgio Danese. Brasil e América do Sul: uma convergência. São Paulo, Revista Política Externa: Paz e Terra, 2001, Vol. 09 N°4, pp 65-71.

2.4 Brasil e Argentina: resistências e negociações

Ao contrário do Brasil, a Argentina não participou da fundação do FMI. A sua proposta de entrada no órgão foi apresentada em 1947¹⁷⁹ e foi amplamente debatida pelo Brasil. O interesse em participar do sistema internacional de financeiros pela Argentina ocorreu no momento em que a economia mundial crescia a um ritmo expressivo e suficientemente atrativo para as economias dos países¹⁸⁰. A Argentina já havia conquistado melhores condições de cotas, votos e créditos em relação ao Brasil, junto ao FMI, ainda durante estas negociações para a sua entrada no órgão. Entretanto, tais propostas foram duramente rechaçadas pelo Brasil que visou situar a sua importância exportadora, econômica e territorial como instrumentos persuasivos e de contraponto à melhor vantagem da Argentina no FMI. De acordo com o Embaixador Raul Fernandes, da equipe DPF-MRE, ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda em 28 de novembro de 1947:

Informaram confidencialmente de que a Argentina está realizando gestões a fim de obter ingresso no Fundo Monetário e no Banco Internacional. A importância do caso reside na possibilidade de lhe serem atribuídas nos dois institutos quotas superiores às do Brasil, o que é sem dúvida inconveniente. Tendo em vista a ação que convém ser tomada na ocorrência, rogo instruções com urgência. Como Vossa Excelência não ignora, o montante das quotas a que se refere a comunicação acima tem importância fundamental e, já por ocasião da Conferência de Bretton Woods, cada país procurou resguardar seu prestígio internacional obtendo, através de uma maior quota, maior poder de voto e maiores possibilidades de crédito. O processo de fixação de quotas finalmente estabelecido, baseia-se essencialmente no potencial econômico dos países interessados, determinado por uma fórmula empírica cujos elementos incluem percentagem sobre a renda nacional, sobre o valor médio de importação no período de 1934 a 1938, sobre máximos de variação de exportação naquele período, etc... Entretanto, certos aspectos políticos bem como o potencial demográfico dos candidatos têm sido também tomados em consideração, o que permitiu fossem fixadas para o Brasil quotas bastante elevadas.¹⁸¹

¹⁷⁹ TELEGRAMA. RECEBIDO. DA EMBAIXADA EM WASHINGTON. EM 21/21/XX/47. CONFIDENCIAL. COI/DPo/DE/602.(04) Ingresso da Argentina no Fundo Monetário e Banco Internacional. 409 - SEXTA FEIRA - 16hs.30 - Santos Filho, Diretor Executivo do Fundo Monetário Internacional, pede transmitir: Fui informado, em caráter confidencial, de a Argentina está iniciando gestão a fim de obter ingresso no Fundo Monetário e no Banco Internacional. A importância do caso está na possibilidade de serem as quotas atribuídas ao mesmo país com os dois Institutos superiores às do Brasil, o que é sem dúvida inconveniente, tendo em vista a ação que convém ser tomada na ocorrência desse fato, rogo a Vossa Excelência instruções com urgência. CARLOS MARTINS PEREIRA E SOUZA.

¹⁸⁰ Ver PERDIA, Roberto Cirilo; NARVAJA, Fernando Vaca. Plano Austral: nova estratégia do FMI. São Paulo: Editora Tchê, 1986, pp 25-32.

¹⁸¹ Confidencial-Urgente. DE/COI/DPo/1081/651.6 (04) 651.5/(04). Ingresso da Argentina no Fundo Monetário e no Banco Internacional. "A Sua Excelência o Senhor Pedro Luiz Correa e Castro, Ministro

Essas divergências seguiram reproduzindo-se em uma série de entraves nas relações Brasil-Argentina¹⁸², demonstrando o ambiente cada vez mais complexo para as atuações diplomáticas¹⁸³. A opção da Argentina em retomar os diálogos democráticos em ambiente internacional e a possibilidade de uma real convergência sistêmica, com a sugestão da criação especial de vigilância constituída por membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) para o monitoramento de atividades comunistas: evidenciou e expôs publicamente as divergências na América Latina sobre o modelo de desenvolvimento na região¹⁸⁴.

Ainda assim, nas relações bilaterais, diversos acordos foram firmados entre Brasil e Argentina e Brasil e Estados Unidos¹⁸⁵ dando continuidade aos acordos comerciais, financeiros e de cooperação técnica intelectual entre os países da região. O jornal Última Hora publicou em 27 de março de 1953, o acordo comercial que o Brasil assinou com a Argentina demonstrando que no segundo governo Vargas¹⁸⁶, o não prosseguimento de divergências com a

de Estado dos Negócios da Fazenda”. 28/11/47. Arquivo Itamaraty.

¹⁸² Ver, Luiz Felipe Seixas Corrêa. Diplomacia e História: uma aliança estratégica para a integração Brasil-Argentina. In: Brasil-Argentina: a visão do outro. Brasília: FUNAG, 2000, 387.

¹⁸³ CONFIDENCIAL-URGENTE. Em 28 de novembro de 1947. DE/COI/DPo/1081/651.6(04) 651.5(04) Ingresso da Argentina no Fundo Monetário e no Banco Internacional. Senhor Ministro, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, abaixo transcrita e recebida por intermédio da Embaixada do Brasil em Washington, uma comunicação do Senhor Santos Filho, Diretor Executivo do Fundo Monetário Internacional: Informaram-me confidencialmente de que a Argentina está realizando gestões a fim de obter ingresso no Fundo Monetário e no Banco Internacional. A importância do caso reside na possibilidade de lhe serem atribuídas nos dois institutos quotas superiores às do Brasil, o que é sem dúvida inconveniente. Tendo em vista a ação que convém ser tomada na ocorrência, rogo instruções com urgência”. Como Vossa Excelência não ignora, o montante das quotas a que se refere a comunicação acima tem importância fundamental, e, já por ocasião da Conferência de Bretton Woods, cada país procurou resguardar seu prestígio internacional obtendo, através de uma maior quota, maior poder de voto e maiores possibilidades de crédito. A Sua Excelência o Senhor Pedro Luiz Corrêa e Castro, Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

¹⁸⁴ Ver, “Carta de Frondizi a Kennedy com propostas para a Conferência da OEA”. OESP (09/01/1962)

¹⁸⁵ Assistência Técnica – No Itamaraty foi assinado um suplemento ao Acordo celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos em 23/10/1952, através do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e o Instituto de Assistência Interamericana da Administração da Corporação Técnica respectivamente. Foram plenipotenciários: pelo Brasil, o Embaixador Mario de Pimentel Brandão, Ministro das Relações Exteriores interino, e Sr. João Goulart, Ministro do Trabalho; pelos Estados Unidos: Sr. Walter Walmsley Jr. Encarregado de Negócios, e Sr. Merwin Bohan. Em virtude de este Acordo suplementar, o governo dos Estados Unidos, por intermédio do Instituto de Assistência Interamericana, depositará, a crédito do Escritório Técnico da Produtividade, durante o período a terminar em 31/12/1953 a quantia de 135 mil dólares, em moeda americana. Durante este período, o Governo do Brasil depositará a crédito do mesmo Escritório a quantia de 7 milhões de cruzeiros, em moeda brasileira. Estas contribuições representam um acréscimo às contribuições que as Partes Contratantes, por força de acordos anteriores, concordaram em depositar a crédito do Escritório Técnico de Produtividade. Fonte Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)

¹⁸⁶ Para Monica Hirst, a política externa do segundo governo Vargas: “Apoiava-se em duas idéias

Argentina contribuiu para a atuação de ambos nas relações financeiras e monetárias internacionais e o prosseguimento das relações se dariam sempre no intuito de consensualizações para o desenvolvimento em nível macroeconômico.¹⁸⁷

Para Ana Maria Stuart, as intervenções do Itamaraty marcaram a política externa do Brasil com a Argentina. Segundo a autora,

Nesse período a Argentina experimentou uma política externa que defendia a permanência estratégica ao bloco ocidental sem, no entanto, exercer uma política de alinhamento automático com os Estados Unidos. Procurou assim agir com a máxima autonomia possível dentro da aliança estratégica, como ficou demonstrado pelo reinício das relações com a União Soviética em 1946. Em 1951 apresentou-se uma proposta de integração regional ao Brasil e ao Chile, numa retomada da política de aproximação entre os três países nas primeiras décadas do século. As negociações, no entanto, avançaram com o Chile, mas críticas internas dentro do seu próprio governo o inibiram de prosseguir. O fracasso dessa tentativa deixou seqüelas sérias. A publicação na Tribuna da Imprensa do discurso do Perón acusando o Itamaraty de “instituição supergovernamental” que insistia numa “política imperial de zonas de influência” e colocava obstáculos para uma verdadeira “união” entre o Brasil e a Argentina, acirrou a campanha da oposição contra o governo Vargas e aproximou seu fim. Perón, também enfraquecido internamente, tentou uma aproximação com os Estados Unidos, mas nada impediu o golpe militar que o derrubou em 1955. (STUART, 2001: 31)

2.5 O Caso Abbink: liberalismo interno e a política externa financeira.

Um caso de bastante repercussão na segunda metade dos anos de 1940, mais precisamente em 1948 foi o caso ou “missão Abbink”. Este acontecimento consistiu em uma série de acordos de cooperação econômica que envolveu o Ministério da Fazenda em negociações diretas com investidores norte-americanos no governo Eurico Gaspar Dutra com intenções

básicas: a primeira de que as relações econômicas externas deveriam contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento econômico brasileiro; e a segunda de que fosse mantido o alinhamento político e militar aos “princípios de solidariedade do mundo ocidental”. De acordo com as duas premissas assinaladas, o discurso e a prática da política externa brasileira tiveram seu conteúdo definido pelas ênfases específicas que seus principais atores procuraram destacar. (HIRST, 1996: 211)

¹⁸⁷ Para Luis Lindenberg Sette, “a diplomacia econômica brasileira concentrou-se no campo multilateral, único em que as autoridades responsáveis pelas decisões econômico-financeiras lhe deixavam em aberto espaço para ação. Mesmo aí, aquelas autoridades guardavam zelosamente dentro da esfera de sua competência órgãos como o FMI, o BIRD e o BID. Não se sugere que o Itamaraty e os diplomatas devessem participar em decisões sobre assuntos fora de sua alçada legal e, na maioria dos casos, além de seus conhecimentos técnicos. Mas parece ao autor que foram desdenhados, com prejuízo, a habilidade negociadora, o conhecimento de mundo exterior e das condições políticas e psicológicas ali prevalentes, que eram apanágio do corpo diplomático brasileiro”. (SETTE, 1993: 264)

de investimentos capitais e estímulo a alguns setores da economia do Brasil.

Como visto, a segunda metade dos anos 40 foi marcada, no FMI, como um período em que as principais economias do mundo buscavam uma planificação e/ou estabilização devido aos altos gastos e demasiadas despesas com a Segunda Guerra. Havia dificuldades para operações financeiras¹⁸⁸. A agenda cooperativa internacional voltada à estabilidade dos países em ambiente multilateral tomou consistência, e neste momento, o governo Dutra¹⁸⁹, seguiria implantando instrumentos de desenvolvimento financeiro conjuntamente a proposta do norte-americano John Abbink. Nesse conjunto, a equipe de Octavio Gouvêa de Bulhões, produziu uma diretriz econômica que visou estabelecer parcerias, em capitais, que beneficiassem setores econômicos das relações do Brasil com EUA.

Em entrevista ao Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), o economista Octavio Gouvêa de Bulhões tratou do caso e comentou sobre a equipe da seguinte maneira:

Recebi o Abbink e devia prestar-lhe todas as informações, trabalhar com ele na elaboração de recomendações sobre a economia brasileira. Essas pessoas mencionadas cooperavam, mas não eram pessoas que conhecessem bem a situação econômica nacional e internacional. Acompanhavam, não resta dúvida, mas era necessário apelar para os outros assessores de modo a formular o relatório final, que foi assinado pelo Abbink e por mim.

A tentativa de versar, a abertura de novos setores da economia do país financiados por investimentos estrangeiros diretos¹⁹⁰, e a obtenção de créditos

¹⁸⁸ Na Resenha sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos e os desdobramentos da visita do Presidente Eurico Gaspar Dutra aos Estados Unidos, o Chanceler Raul Fernandes, tratou que: “Missões econômicas e financeiras norte-americanas, que nos visitaram, depois de estudar a fundo as possibilidades do Brasil, adquiriram a certeza de que os investimentos de capitais aqui será bem recompensados. (GARCIA, 2008: 470). Desvalorizações de moedas também foram comuns nesse período. É o caso da peseta e da libra esterlina. SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA. 6669. RECEBIDO. DA EMBAIXADA EM MADRID. EM/9/13/8/49. EM/842.31(84)(42). 651.5(84). 821.2(42)(84). CONFIDENCIAL.

¹⁸⁹ Ver, Osvaldo Trigueiro do Vale. O General Dutra e a Redemocratização de 45. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, p, 33.

¹⁹⁰ Para Raul Prebisch: “Não queria terminar estas considerações, sem mencionar dois pontos que exigem atenção, pois o seu desconhecimento costuma reforçar tendências inflacionárias. Um diz respeito aos investimentos em capital circulante, e outro à exigência de cobrir com poupança do país a parte interna dos investimentos. Quanto ao primeiro, até que os insistem na necessidade de cobrir com poupança nacional ou estrangeira os investimentos em capital fixo, costumam admitir que o sistema bancário expanda o crédito para cobrir o aumento das necessidades de capital circulante dos donos de empresas, que traz consigo o crescimento econômico. Se o sistema bancário contar com um incremento correlativo

para o desenvolvimento econômico e por melhorias no rol político sobre movimentos financeiros: corroborou decisivamente para trazer uma série de complicações em política interna, para a política externa e assim à própria estabilidade política do Brasil. A resistência ao acordo com os Estados Unidos, se intensificou, prontamente, no parlamento.¹⁹¹

A participação de créditos estrangeiros no financiamento do balanço de pagamentos do Brasil foi tema de debate entre os Deputados Federais Pedro Pomar e Aliomar Baleeiro. Na discussão no Parlamento, pode-se regatar da Missão Abbink, as seguintes posições:

Senhor Presidente, a Casa é chamada a decidir sobre o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 para ocorrer às despesas das comissões de estudos sobre as necessidades e recursos do Brasil. Trata-se, aliás, da Comissão Mista Brasileiro-Americana, isto é, chamada Missão Abbink. Sou contrário a esse crédito por vários motivos: quando aqui esteve a missão inglesa Niemeyer, em 1931, o New York Times insistiu em que, contrariamente às notícias propaladas, Sir Otto Niemeyer não foi convidado pelo Governo Provisório mas enviado ao Brasil para salvaguardar os interesses dos Rothschilds. Ora, Sr, Presidente, não podemos dizer hoje a mesma coisa da Missão Abbink? Evidentemente. Depois da missão de Sir Otto Niemeyer no Brasil, como a de outros, a do Sr. João Abbink. Essa última, combinada quando da viagem do Sr. Snyder, Secretário do Tesouro americano, ao Brasil, é contudo, de toda, a mais atentatória dos interesses nacionais.

Aliomar Baleeiro: O Senhor Otto Niemeyer veio ao Brasil a pedido do então Ministro Whitaker, que se dirigiu a esse banqueiro com o objetivo de orientar o Governo sobre problemas técnicos da organização de Bancos. E foi necessário ainda por via diplomática, o Governo brasileiro se entendesse com o Banco da Inglaterra, porque o Sr. Otto Niemeyer, um dos diretores daquela instituição era técnico de reputação mundial.¹⁹²

de depósitos de poupança, não haverá conseqüências inflacionárias. Mas, se assim não for, ou se o aumento desses depósitos for absorvido pelo financiamento de investimentos de capital fixo, essas conseqüências sobrevirão inevitavelmente”. (PREBISCH, 1968: 191)

¹⁹¹ Para o Deputado Federal Coelho Rodrigues: “A Missão Abbink mencionou que o manganês deveria se encaminhar para a América do Norte. E sem que tomássemos conhecimento, os contratos foram se firmando e, hoje, os americanos já estão com o manganês do Brasil, perfeitamente controlado. Assim vai suceder com os demais minérios. O titânio já está sendo controlado. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&txPagina=963&Datain=17/02/1950&seq=9100 P ara Pedro Pomar: “Sr. Presidente, corre nesta Casa um projeto que concede quatrocentos milhões de cruzeiros para ocorrer às despesas com a Comissão Mista Brasileiro-Americana, ou é mais conhecida, Missão Abbink. Fiz por intermédio da Mesa um requerimento de informações ao Senhor Ministro da Fazenda, solicitando esclarecimento a respeito de determinados pontos da matéria que íamos votar. Soube, por outro lado, Sr. Presidente, que a imprensa já conhece o teor do Relatório da Missão Abbink. Além disso, diz-se que 150 cópias, tiradas em “multilite”, foram distribuídas a certas pessoas, ligadas a círculos de capitalistas brasileiros, interessadas no Relatório da referida Missão. Pergunto, então a V. Exa. Quando teremos, para a discussão esses créditos. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&txPagina=2338&Datain=31/03/1949&seq=6813. Acesso em: 13 julho. 2010.

¹⁹² http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&txPagina=5012&Datain=14/06/1949&seq=7328

Os propósitos dessa discussão¹⁹³, bem como a inabilidade do Governo em relação aos Bancos e a participação diplomática decisória sobre os financiamentos externos ao Brasil, reforçaram, em tese, a versão da política externa financeira aos investimentos financeiros estrangeiros por “compensações de outra natureza”,¹⁹⁴ como defendeu o encarregado das representações do Brasil no FMI, o Diplomata Octávio Paranaguá. Nestas mesmas discussões, sobre o financiamento dos balanços de pagamentos dos Brasil, a representação do Itamaraty no FMI, apontou segundo Paranaguá que,

Parece muito claro que nos encontramos diante de um verdadeiro plano de desvalorizações destinado a proporcionar maiores mercados na América Latina para os produtos da área da libra e dos demais países a ela ligados. Declarei, então, que o aludido plano não poderia ser executado sem que os países latino-americanos obtivessem compensações de outra natureza e que lhes fosse reconhecido o direito de tomar medidas para contrabalançar a mudança de sua posição nos mercados mundiais.¹⁹⁵

Entretanto, o problema enfrentado pelo Governo Dutra foi o congelamento de créditos em pesetas e libras esterlinas¹⁹⁶. Estas divisas

¹⁹³ Nesta discussão sobre a participação da iniciativa privada em investimentos públicos, Octavio Gouvêa de Bulhões, tratou que: “Devo ter tomado parte, mas não me lembro. Redigi o relatório, que depois saiu publicado em livro. Agora, quanto aos que combatiam... No fundo, nunca me impressionei pela oposição às minhas idéias. Eu dava as idéias e se dessem certo estava muito bem e se não dessem também. Nunca discuti muito. Pode aparecer esquisito, mas é um sistema de defesa própria, para poder viver sossegado”. (BULHÕES, 1990: 60)

¹⁹⁴ Certamente, a principal contenda financeira entre os países está nas desvalorizações de moeda. O problema das desvalorizações é tema recorrente na documentação consultada. Casos como a da moeda da Índia (nesse período já independente da Grã-Bretanha) do Canadá e da Grã-Bretanha em 1949 que construíram no FMI, meios e formas de “blindar suas moedas”. Segundo o relatório: “No decurso das discussões havidas na Junta de Diretórios do Fundo Monetário Internacional sobre a proposta do Governo britânico para desvalorizar a libra de \$ 4,03 para \$ 2, 80, o Senhor Paranaguá declarou concordar com esta desvalorização, mas que desejava que ficasse entendido que somente agora é que começava o verdadeiro período de transição mencionado no artigo 14 do Article of Agreement do Fundo Monetário. No definir do período de transição diz a seção 7 do artigo XIV que o Fundo reconhecerá nas suas relações com os países membros que o período de após-guerra será de mudanças e reajustamentos e que as suas decisões serão sempre inspiradas em favor dos países membros em caso de dúvida”. Octávio Paranaguá ao Senhor Embaixador Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Washington, 26 de setembro de 1949. Documento Confidencial. N° 943/650 (60)/1949/Anexo 1.

¹⁹⁵ EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. COPIA. CONFIDENCIAL. N° 943/651.5(60). Desvalorização da libra. A Embaixada do Brasil em Washington cumprimenta a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e, em aditamento às comunicações datadas de 17 e 18 do corrente, tem a honra de remeter-lhe, em anexo, a informação que, sobre o mesmo assunto, foi fornecida pelo Senhor Octavio Paranaguá. Washington, em 21 de setembro de 1949. COPIA. Emb. em Washington/n°943/650(60)/1949/Anexo 1. A 17 de setembro começou o Fundo Monetário a receber pedidos de vários países para desvalorizar as suas moedas: Grã-Bretanha, África do Sul, Austrália, Noruega, Índia, Dinamarca e Egito.

¹⁹⁶ COPIA. CONFIDENCIAL-URGENTE. DE/46/651.5(84). Em 18 de novembro de 1949. Cafés do DNC vendidos à Espanha. Senhor Encarregado de Negócios, com referência à CT de Vossa Senhoria, N° 89, tenho a honra de remeter-lhe, em anexo, cópia das informações prestadas pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S/A, relativamente às negociações com o Governo espanhol para a proteção dos créditos do extinto Departamento Nacional do Café. Como Vossa Senhoria se servirá verificar, a opinião da

indispensáveis do comércio internacional do café brasileiro foram cobradas pelo Ministério da Fazenda e pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil¹⁹⁷ como absolutamente indispensáveis para a estabilidade financeira nacional. Internacionalmente foi através do programa de desvalorizações multilaterais¹⁹⁸, proposta alternativa aos desequilíbrios monetários internacionais que foi estabelecido providências, bem como proteção de crédito, a garantia de saldos congelados e mesmo a importação de produtos internacionais como medidas preventivas e que foram apresentadas ao então Encarregado de Negócios do Itamaraty, Vasco Leitão da Cunha.¹⁹⁹

Ainda que o Plano Salte²⁰⁰, plano de desenvolvimento econômico do Governo Dutra tenha sido por vezes modificado, e tenha contado com a participação efetiva dos ministros interinos da Fazenda durante a sua execução:²⁰¹ o governo saneou os empréstimos exteriores e desenvolveu consistente programa de estruturação financeira.

referida Carteira, que é a mesma do Ministério da Fazenda, é a de que qualquer depreciação que porventura se verifique na moeda espanhola em relação ao dólar acarretará prejuízos ao Departamento Nacional do Café, daí decorrendo a necessidade de obter-se uma garantia de reajustamento da parte do Governo espanhol para uma tal eventualidade. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os protestos da minha perfeita estima e consideração. Em nome do Ministro de Estado: (Moacyr Briggs) Chefe do Departamento Econômico e Consular.

¹⁹⁸ CÓPIA. SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA. INTERNATIONAL MONETARY FUND. WASHINGTON 25. D.C. EXECUTIVE DIRECTOR CABLE ADDRESS. INTERFUND. CONFIDENCIAL. 26 de setembro de 1949. 651.5(60). Desvalorização da libra esterlina. Senhor Ministro, na qualidade de Diretor Executivo do Fundo Monetário Internacional e em vista da grande importância de que se reveste o movimento generalizado de desvalorizações não só para o mundo como especialmente para as economias dos países deste continente, desejo dar conhecimento a Vossa Excelência, em detalhe, da atuação que desenvolvi na Junta de Diretores quando se discutiu a desvalorização da libra esterlina e das moedas que a ela se seguiram.

¹⁹⁹ MINISTÉRIO DA FAZENDA. S.C. 211.473/49, AVISO, Em 31 de outubro de 1949. Senhor Ministro: Em referência ao aviso nº DE/338/651.5, de 8 de setembro findo, no qual V. Exa. solicita informações que possibilitem o início de negociações com o Governo da Espanha, visando à proteção dos créditos do extinto Departamento Nacional do Café, que se acham congelados naquele país, tenho a honra de transmitir a V. Exa. por cópia, os esclarecimentos prestados a respeito pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos da minha alta estima e distinta consideração. Ao Exmo. Sr. Dr. Raul Fernandes, DD. Ministro de Estado dos Negócios das Relações Exteriores. EDT/MJ.

²⁰⁰ O Plano Salte, formatou no período quinquenal todas as despesas e receitas, incluindo empréstimos e operações financeiras do Estado através do Governo Dutra, vinculadas, exclusivamente a Lei, nº 1.102, de 18 de maio de 1950.

²⁰¹ Respectivamente e por ordem cronologia, são eles: 01/02/1946 a 15/10/1946 José Pires do Rio; 15/10/1946 a 21/10/1946 Onaldo Brancante Machado (*Interino*); 21/10/1946 a 10/06/1949 Pedro Luís Correa e Castro; 17/01/1947 a 24/01/1947; Oscar Santa Maria Pereira (*Interino*); 15/09/1947 a 21/11/1947 José Vieira Machado (*Interino*); 27/09/1948 a 05/11/1948 Ovídio Xavier de Abreu (*Interino*); 10/06/1949 a 31/01/1951 Manoel Guilherme da Silveira Filho. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros.asp#República>. Acesso em: 12 março. 2010.

ADIVDA EXTERNA DO GOVERNO DO RJ
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADIVDA EXTERNA FEDERAL; POSIÇÃO DE EMPRÉSTIMOS NAS PRÁTICAS SINGLES E AMERICANA

S	EMPRÉSTIMOS VALOREM LIBRA ESTERLINS	TAXA JUCS	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO
			1946	1947	1948	1949	1950
			Libra esterlina				
	Melhoramento de vias férreas e abastec. D'água da Capital	4½%	1.285.550-0-0	1.236.400-0-0	1.185.450-0-0	824.550-0-0
	Construção e prolongamento de estradas de ferro federais	4½%	2.065.750-0-0	1.996.800-0-0	1.931.350-0-0	1.482.550-0-0	1.394.900-0-0
	Conversão de empréstimos de 1865, 1871, 1875 e 1886	4-½%	11.509.700-0-0	11.405.400-0-0	11.309.000-0-0	7.638.450-0-0	7.420.700-0-0
	Ca. Oeste de Minas - e Garantia do Tesouro Nacional	5-½%	4.361.250-0-0	4.308.800-0-0	4.259.100-0-0	3.525.150-0-0	3.445.150-0-0
	1º Funding-Loan	5-½%	4.154.021-9-9	3.971.749-0-0	3.782.773-0-0	3.455.885-9-9
	Resgate de títulos das estradas de ferro encampadas	5-½%	5.630.940-0-0	5.472.770-0-0	5.331.320-0-0	3.392.560-0-0
	Obras do Porto do Rio de Janeiro	5-½%	5.730.420-0-0	5.714.160-0-0	5.637.660-0-0	4.955.560-0-0	4.841.640-0-0
	Conversão e Resgate de títulos da E.F. Oeste de Minas	4-½%	5.605.600-0-0	5.554.550-0-0	5.507.800-0-0	3.886.150-0-0	3.766.200-0-0
	Lôde Brasileiro	4-½%	230.850-0-0	193.000-0-0	155.000-0-0	55.900-0-0
	Rêde Viação Cearense	4-½%	1.594.000-0-0	1.504.400-0-0	1.417.600-0-0	665.450-0-0
	Obras do Porto do Rio de Janeiro	4-½%	1.238.880-0-0	1.245.520-0-0	1.234.160-0-0	712.450-0-0
	Obras dos Portos de Pernambuco, Pararaguá e Curitiba	5-½%	6.236.640-0-0	6.226.420-0-0	6.159.320-0-0	3.417.950-0-0	3.264.900-0-0
	2º Funding-Loan	5-½%	10.396.538-0-0	10.224.316-0-0	10.057.534-0-0	7.611.544-0-0
	Consolidação da Dívida Flutuante	6½%	7.118.020-0-0	7.067.240-0-0	7.020.400-0-0	3.838.880-0-0	3.660.120-0-0
	3º Funding-20 anos	5-½%	1.238.228-0-0	1.132.736-0-0	1.038.956-0-0	733.400-0-0	590.488-0-0
	3º Funding-40 anos	5-½%	5.547.608-0-0	5.404.772-0-0	5.273.812-0-0	3.511.036-0-0
	dos empréstimos ingleses.....	74.104.045-9-9	72.660.033-9-9	71.266.265-9-9	49.720.425-9-9	28.394.038-0-0

S	EMPRÉSTIMOS VALOREM DÓLARES	TAXA JUCS	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO
			1946	1947	1948	1949	1950
			Dólar	Dólar	Dólar	Dólar	Dólar
	Resgate de Obrigações do Tesouro.....	8-½%	20.460.400,00	19.725.300,00	18.624.900,00	17.343.500,00	16.024.700,00
	Eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil.....	7-½%	11.288.600,00	10.817.800,00	10.264.600,00	9.564.900,00	8.914.400,00
	Consolidação da Dívida Flutuante.....	6½%	37.838.100,00	35.918.500,00	34.534.600,00	31.811.400,00	29.697.200,00
	Consolidação da Dívida Flutuante.....	6½%	25.990.000,00	24.979.500	23.668.600,00	22.036.000,00	20.479.500,00
	3º Funding-Loan- Títulos de 20 anos.....	5-½%	14.476.946,00	13.837.725,00	13.074.365,00	12.184.305,00	11.280.845,00
	dos Empréstimos americanos.....	110.074.045,00	105.278.825,00	100.167.065,00	92.940.105,00	86.366.645,00

(continua)

RECAPITULAÇÃO

Pagamento anual da dívida externa federal na praça inglesa durante a administração do General Eurico G. Dutra

Pagamento anual da dívida externa federal na praça americana durante a administração do General Eurico G. Dutra

ANOS	PAGAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS	ANOS	PAGAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS
1946	4.268.374----0----0	1946	6.881.440,00
1947	1.444.012----0----0	1947	4.795.220,00
1948	1.393.748----0----0 Valor em libra esterlina	1948	5.111.760,00 Valor em dólar americano
1949	21.545.860----0----0	1949	7.226.960,00
1950	21.336.327----0----0	1950	6.543.460,00
TOTAL 5 ANOS	49.988.321----0----0	TOTAL 5 ANOS	30.558.840,00

OBSERVAÇÃO

Este quadro apresenta a dívida externa durante o período do Governo Eurico Gaspar Dutra nas praças inglesas e americanas. Foram Ministros da Fazenda os Srs. Gastão Vidigal, Correia e Castro e Dr. Guilherme da Silveira, dos quais, este permaneceu até último dia do seu Governo. Observa-se que sua Administração não descuroou os nossos compromissos externos. O presente quadro mostra que, de ano para ano, S. Exa, apesar do desgoverno e da desgraça do mundo, não deixou de pagar nossas dívidas. Peço a atenção dos estudiosos e patriotas para a minha demonstração quanto aos empréstimos ingleses. Recebeu o Presidente Dutra a dívida com a Inglaterra, em 31 de dezembro de 1945, no montante de £ 78.372.419--9--9. Em 1950, reduziu-a para £ 28.384.098, o que importa em dizer, que durante os cinco anos de seu Governo os nossos compromissos para com os ingleses foram diminuídos de quase 50 milhões esterlinos. Quanto aos empréstimos com os E.E.U.U. o Presidente Eurico G. Dutra recebeu os nossos compromissos em 31 de dezembro de 1945, ao assumir o Governo, na importância de 116.955.485,00 dólares. Ao terminar o seu Governo, em 1950, deixou a nossa dívida no valor de 86.396.645,00 dólares. Quer dizer, durante os cinco anos da sua administração reduziu os nossos compromissos para com os americanos de 30 milhões e meio de dólares.

Fonte – Dados Reproduzidos a partir de (OLIVEIRA: 1956)/ Contadoria Geral da República /Jornal do Brasil, 4 -11-51. Valério Coelho Rodrigues

Os problemas se acentuaram progressivamente com o levante de manifestações de cunho nacionalista²⁰² que armaram contraposição às manifestações dos liberais radicais. Ambas ajudaram a dar vazão aos debates políticos sobre a bipolaridade da Guerra Fria e sobre os rumos da política externa brasileira²⁰³. O processo eleitoral que culminou na ascensão de Vargas suscitou a possibilidade de ameaça no continente americano, vinda comunismo internacional²⁰⁴. Para Helio Jaguaribe, o Brasil deveria manter a posição de neutralismo nas relações internacionais que, constituiria um ponto de equilíbrio dos seus interesses na região e poderia tratar a negociação internacional, como ponto concêntrico em que as propostas nacionalistas e liberais se organizassem de acordos com os anseios políticos daquele dado

²⁰² Ver, Paulo Edgar de Almeida Resende. Igreja Católica na Ordem Internacional. Disponível em: http://www.pucsp.br/nures/revista7/nures7_paulo.pdf. Acesso em: 13 maio. 2011.

²⁰³ Ver Albert O. Hirschman. Será o fim da guerra fria um desastre para o “Terceiro Mundo”? São Paulo: Revista Política Externa, Vol. 1 N°4, 1993, pp, 11-16.

²⁰⁴ Ver Lincoln Gordon. A Segunda Chance do Brasil. São Paulo: Editora Senac, 2002, p, 31.

contexto²⁰⁵.

Ainda assim, houve forte crescimento econômico no Brasil que alicerçou o governo²⁰⁶, a refletir na sua política externa²⁰⁷ o interesse em construir soluções em matéria de política fiscal, com cortes que ajudariam a manter um ritmo de crescimento médio²⁰⁸ e, assegurar maior estabilidade macroeconômica com garantias em política interna.

Contudo, o período que compreende entre o término do Governo Dutra e o início do regime militar desvela uma série de encontros e desencontros dos governos brasileiros com o FMI. Há nesse período uma visível adaptação do país, em posturas financeiras de relacionamento em linhas *stand-by* muito definidas; todos os presidentes que ascenderam ao poder neste período fizeram empréstimos junto ao FMI²⁰⁹, ainda assim, graves conflitos políticos internos fizeram caracterizar o FMI como uma instituição em prol do desenvolvimento norte-americano²¹⁰ e tornou o debate discórdia na opinião

²⁰⁵ Cf. Jaguaribe, 1958, p, 292.

²⁰⁶ Para Maria da Conceição Tavares: “Embora reconheçamos que o processo de substituição de importações traz dentro de si uma série de tensões inflacionárias, originadas quer no próprio estrangulamento externo, quer nos desajustes da estrutura de produção interna, a transformação dessas pressões em inflação aberta se realiza através dos mecanismos de financiamento do processo de desenvolvimento e não pode ser estudada sem fazer a análise do que ocorre com o centro nevrálgico do setor capitalista, o seu sistema financeiro e monetário, o que foge por completo aos objetivos deste estudo. Apesar disso, não nos parece que outras tivessem sido as nossas conclusões a respeito das linhas gerais da evolução do processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento da economia brasileira, se tivesse ocorrido em condições de estabilidade. Mesmo sem desequilíbrio financeiro, dificilmente se teria conseguido obter taxas de crescimento mais elevadas que as do período 1956/61 e uma maior aceleração e diversificação industriais e tampouco se teria evitado os desequilíbrios estruturais atrás apontados (exceto nos serviços básicos sob o controle do setor público), a menos que o modelo histórico de desenvolvimento fosse inteiramente diferente”. (TAVARES, 1975: 115)

²⁰⁷ Para Edmar Bacha “A taxa de câmbio é talvez o mais importante instrumento de promoção de exportações e substituição de importações, mas está longe de ser único, especialmente em países em desenvolvimento onde há uma tradição de ativo envolvimento do governo nos assuntos econômicos. Existem muitas medidas e instrumentos aos quais um país pode recorrer para alterar o seu desempenho comercial, ao mesmo tempo em que cumpre suas obrigações com a comunidade internacional nos termos dos acordos com o FMI e com o GATT. A situação não é muito diferente do caso dos déficits orçamentários, para cuja redução o governo dispõe de inúmeras alternativas políticas. O Fundo sempre fez questão de não se imiscuir na “microeconomia” das finanças do governo. (BACHA, 1987: 110)

²⁰⁸ Ver, Raul Velloso. Por que o Brasil não é um país de alto crescimento? São Paulo: Editora José Olympio, 2006, p, 40.

²⁰⁹ Cf. Oliveira, 1996, p, 36.

²¹⁰ Para Robert Wade: “Os Estados Unidos têm um forte interesse na manutenção e na expansão a livre movimentação de capitais por todo o mundo. A liberalização do comércio fez grandes progressos durante a última década, a ponto de a liberalização do capital tê-la substituído como o principal ponto da agenda de uma política econômica internacional dos Estados Unidos. Em primeiro lugar, os Estados Unidos precisam ganhar acesso à poupança dos demais países, o que é muito mais fácil se os mercados financeiros forem altamente integrados. A taxa de poupança norte-americana é extremamente baixa, se comparada aos padrões internacionais. A razão entre sua poupança interna bruta e seu produto interno bruto (PIB) é a menor (justamente com a da Grã-Bretanha) de todos os grandes países industriais; a taxa de poupança familiar a partir da renda disponível é, de longe, a mais baixa. Para manter seus altos níveis

pública nacional.

2.6 O nacional-desenvolvimentismo: a disposição das relações Brasil-FMI.

2.6.1 A fundação do BNDE e a dívida brasileira: a política externa financeira na compra de moedas.

A saída de Eurico Gaspar Dutra e a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República marcaram um capítulo importante nos embates políticos brasileiros²¹¹. No segundo Governo Vargas, a decisão de alterar a legislação financeira nacional foi realizada concomitantemente ao processo de desvalorização das moedas dos países em desenvolvimento, já com baixo lastro em ouro e divisas, da circulação nominal, com dívida pública consolidada e flutuante²¹². O nacional-desenvolvimentismo, movimento político do início dos

de consumo e de investimento, os Estados Unidos têm tomar emprestado do resto do mundo. A alternativa – financiar os investimentos através de uma poupança interna mais elevada – exigira um forte corte no consumo (para permitir a economia adicional), causando recessão maciça. Além disso Wall Street e as firmas de corretagem querem ampliar suas vendas fazendo negócios com os mercados emergente, os quais, até a crise cresciam em um ritmo mais acelerado que o mercado interno. Mas o controle sobre os capitais e uma série de outros obstáculos existentes nesses mercados vêm colocando empecilhos a essa expansão. Não é de surpreender que as empresas americanas queiram a remoção desses obstáculos. Por detrás das firmas de Wall Street, há poupadores e pensionistas que desejam ter certeza de que suas poupanças estão sendo aplicadas onde quer que o retorno seja mais alto”. (WADE, 1999: 23)

²¹¹ Para Boris Fausto: “A UDN tentou sem êxito impugnar a eleição, alegando que só poderia ser considerado vencedor o candidato que obtivesse maioria absoluta, ou seja, metade mais um dos votos. Essa exigência não existia na legislação da época. Desse modo, os liberais punham a nu sua contradições. Defensores, em princípio da legalidade democrática, não conseguiram atrair o voto da grande massa, nas eleições mais importantes. A partir daí, passaram a contestar os resultados eleitorais com argumentos duvidosos ou, cada vez mais, a apelar para a intervenção das Forças Armadas”. (FAUSTO, 1994: 406) Para Celso Lafer: “Em contraste com a República Velha, onde a política foi claramente de cúpula e limitada à elite, no período que vai de 1945 a 1964 e que pode ser denominado de República Populista, a política, devido ao processo de extensão de cidadania, conferida, pela ampliação do voto, foi mais abrangente”. (LAFER, 1975: 62)

²¹² Países como o Brasil, a Argentina e o México optaram em desvalorizar suas moedas como medida paliativa de equalização de saldos de balança de pagamentos. Tais países, durante os processos de negociação de desvalorização de suas moedas, apresentaram ao FMI, propostas de empréstimos *Stand-by* que consubstanciariam endividamento ao longo de toda a década de 1950. COPIA. Buenos Aires, em 30 de maio de 1951. CONFIDENCIAL. Nº 402/651.5(41). Situação da moeda argentina. Senhor Ministro, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência os recortes dos jornais La Nación e Buenos Aires Herald, de 16 e 17 do corrente, que contém notícias sobre a queda do peso argentino nas diversas praças estrangeiras.2.Se bem já esteja devidamente informada a Secretaria de Estado do movimento de contínua

anos de 1950²¹³ contou com a participação do Itamaraty para o beneficiamento de países latinos mais resistentes aos planos de estabilização macrofinanceira²¹⁴. Nesse ínterim, Getúlio Vargas decretou a Lei nº 1.628 que instituiu o Banco Nacional de Desenvolvimento, BNDE, com o objetivo de capitalizar o seu governo através da emissão de títulos da dívida pública ao portador que seriam utilizados para o reaparelhamento econômico do Tesouro Nacional como trata a letra da lei.²¹⁵

A escalada de disparidades cambiais entre países em desenvolvimento, a formação de taxas múltiplas de câmbio e a conseqüente redução de exportações que foram suficientes para disparar a inflação no Brasil com a imediata deteriorização do balanço de pagamentos: formou a política para finanças do Segundo Governo Vargas, que passou então a regularizar a compra de dólares contra depósitos em cruzeiros no FMI sob o princípio de não alteração da taxa oficial do dólar, operada pela instituição e de acordo com a instrução 70 da SUMOC²¹⁶. Os leilões da moeda brasileira foram aprovados pelo FMI que operacionalizou a “troca de moeda” que consistiu em alternar a moeda primeiramente por dólares, e posteriormente a regularizar a compra de libras esterlinas também por cruzeiros. Uma operação cambial que marcou marcante participação do câmbio brasileiro na valorização de moedas estrangeiras, e que foi operacionalizada pela política monetária de Osvaldo Aranha que visou recursos para o desenvolvimento de políticas originalmente

depreciação da moeda deste país, é dever desta Missão informar que, nos recentes dias, o ritmo de queda do peso se acelerou de tal modo que a situação chegou às bordas do pânico, tomando volume insistentes rumores de nova desvalorização oficial, conforme em tempo informado por telegrama.

²¹³ Ver, Lucio Flavio Rodrigues de Almeida. Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. São Paulo: Editora UFSC, 2006, pp, 147-183

²¹⁴ A articulação do Itamaraty neste processo em que as desvalorizações se tornaram um consenso entre países em desenvolvimento da América Latina, pode ser vista no Telegrama do Embaixador de Washington, Mauricio Nabuco à Secretaria de Relações Exteriores a pedido do então Ministro da Fazenda Horácio Lafer. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. TELEGRAMA . 4687. RECEBIDO. DA EMBAIXADA EM WASHINGTON. EM/12/12/IX/51. CONFIDENCIAL. DE/DPo/Conferência Monetária Internacional.408 - QUARTA FEIRA - 19hs 30 - A pedido do Ministro Horácio Lafer transmito: “Chegando a Washington, entrei em atividade intensa, conferenciando com as personalidades mais importantes do país sobre os nossos planos. O Secretário Snyder, considerado em Washington como o maior opositor a empréstimos para outros países, tornou-se meu mais eficiente colaborador no sentido de desfazer dúvidas. Estou confiante em que com o auxílio de Snyder, Martin, Miller e do Secretário de Estado chegaremos a bom termo. Noto ambiente de grande simpatia pelo Governo do Presidente Getúlio Vargas, o que explica as distinções da imprensa, em todos os setores, dispensadas a mim. Informarei o que houver. Abraço amigo”.MAURÍCIO NABUCO

²¹⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/1950-1969/L1628.htm>. Acesso em: 10 maio. 2011.

²¹⁶ Ver, Maria Celina Soares D’Araujo. O Segundo Governo Vargas: 1951-1954. São Paulo: Editora Ática, 1992, p, 103.

nacionais. A discussão foi registrada da seguinte forma:

Em 30 de julho de 1953 o Fundo resolve não levantar objeções à proposta do Brasil no sentido de alterar de 18.38 e 18.72 para 18.36 e 18.82 as taxas de compra e venda de dólar, respectivamente. Em 24 de agosto de 1953 a Diretoria aprova nova compra de dólares pelo Brasil, contra depósitos em cruzeiros, no montante, de 15, 75 milhões. Em sessão de 9 de outubro de 1953 a Diretoria aprova as consultas anuais relativas a 1953, que se haviam realizado em Washington após a reunião anual dos Governadores e tiveram assistência do Diretor Brasileiro. Essa decisão foi considerada em suspenso no dia 11 de outubro seguinte, em vista das alterações de véspera haviam sido introduzidas no regime cambial do Brasil e dependiam de aprovação do Fundo. Em sessão de 23 de outubro de 1953 o Fundo aprova a instituição do novo regime cambial nos termos da Instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito. Na mesma data o Fundo aprova a compra de 10 milhões de libras esterlinas, mediante depósito em cruzeiros.²¹⁷

A concentração de operações em moedas estrangeiras como método de captação de recursos se mostrou opção delicada por conta da expansão monetária que passou a auto-regular perdas com pouco domínio do governo. A desvalorização progressiva das moedas dos países em desenvolvimento se tornou o “cavalo de batalha” do nacional-desenvolvimentismo, em relação a países como México e Colômbia que se recusaram a aceitar o Brasil como negociador no FMI de políticas financeiras²¹⁸. A não compatibilidade e

²¹⁷ Atuação do Diretor Brasileiro no Fundo Monetário Internacional, Dr. Octavio Paranaguá, como representante dos países latino americanos que votaram pela eleição para o período de novembro 1952/1954. Washington nº 1159/651.6 anexo 1. Arquivo Itamaraty. MRE. Brasil.

²¹⁸ A recondução de Otavio Paranaguá a Diretoria do FMI foi apoiada por países como Equador e República Dominicana, porém rechaçada pela Colômbia e o México que exigiram a alternância no cargo. A Secretaria de Relações Exteriores conduziu às negociações, sempre destacando, a importância comercial do Brasil em relação aos países replicantes, renovando a exegese política e protagônica do Brasil. Ainda assim, México e Colômbia não aceitaram a recondução de Otavio Paranaguá à reeleição ao cargo de Diretor do FMI. COPIA. M.R.E./DE/COI/13/651.5(04)/1950/Anexo 1. MEMORANDUM. EQUADOR: - Nas eleições de Diretores do Fundo, em setembro de 1948, o representante do equador não votou no candidato brasileiro. Os seus votos foram dados ao candidato apresentado pela Venezuela. Depois das eleições, o Sr. Peres Chiriboga, representante do Equador, procurou o Dr. Paranaguá e pediu-lhe que continuasse a defender os interesses do Equador no Fundo Monetário. Nos últimos dois anos, - e ainda recentemente, - o Diretor Brasileiro tem recebido, em várias ocasiões, telegramas do Sr. Chiriboga, Gerente-Geral do Banco Central, solicitando o auxílio da sua defesa. O Diretor Brasileiro tem defendido com êxito os interesses do Equador no Fundo, não só porque o sistema de câmbios desse país foi estabelecido com a sua colaboração mas também porque o Diretor venezuelano, eleito com o apoio dos votos do Equador, não está habilitado a assumir essa defesa e, além disso, desautorado pelo próprio governo venezuelano, não goza de prestígio na Junta de Diretores do Fundo Monetário. Seria conveniente que o Embaixador do Brasil em Quito falasse com o Sr. Perez Chiriboga, Gerente Geral do Banco Central do Equador, a respeito das eleições de Diretores do Fundo, fizesse ver a conveniência da reeleição do Diretor brasileiro e pedisse que informasse a respeito do seu Governo. COPIA. M.R.E./DE/COI/26/651.5(04)/1950/Anexo 1. COPIA. CONFIDENCIAL-URGENTE. DE/COI/26/651.5(04). Em 7 de agosto de 1950. Fundo Monetário Internacional. Recondução do Senhor Octávio Paranaguá. Senhor Embaixador, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro está interessado na recondução do Senhor Octavio Paranaguá ao cargo de Diretor Executivo do Fundo Monetário Internacional, quando das eleições a se realizarem em

pareamento da moeda brasileira às demais moedas internacionais foi suficiente para concentrar no cruzeiro uma grande valorização, dando em divisas desfavoráveis às exportações. O Brasil passou a aumentar velozmente seu ritmo de importação e tornou o FMI agenciador de crédito e regulador de seus financiamentos.²¹⁹

A deteriorização no balanço de pagamentos do Brasil evoluiu com notável rapidez com a crise de moedas como o marco, a libra esterlina e o franco²²⁰, tornaram problema grave, crescente e cumulativo ao longo da segunda metade dos anos de 1950.²²¹

meados de setembro do corrente ano, durante a reunião da Junta dos Governadores da mencionada Agência. 2. Não existindo impedimento estatutário à reeleição em apreço e considerando que a atuação do Senhor Paranaguá mereceu amplos elogios por parte das autoridades peruanas, muito agradecerá a Vossa Excelência o obséquio de gestionar no sentido de que o voto desse Governo seja favorável àquele representante brasileiro, como já sucedeu em 1948. 3. Como elemento informativo para a gestão ora confiada a Vossa Excelência, segue junto uma exposição, elaborada pelo Senhor Paranaguá, sobre os antecedentes e possíveis problemas ligados à candidatura em apreço. 4. Vossa Excelência encontrará igualmente em anexo dois quadros relativos à distribuição dos votos apurados nas eleições em 1948 para o Fundo Monetário Internacional e para o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e distinta consideração. Em nome do Ministro de Estado: a) A. B. Bueno do Prado. Chefe do Departamento Econômico e Consular. Emb. Bogotá/E77/1950.

²¹⁹ A partir do ano de 1958, o Brasil passa a realizar uma série de acordos de empréstimos no FMI, caracterizados como créditos especiais do programa de expansão de créditos ao país. Sob a revisão do Itamaraty, tal programa viabilizou o adiamento de pagamentos devidos ao Fundo Monetário Internacional. SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA RECEBIDO. 9882. DA EMBAIXADA EM WASHINGTON. EM/19/20/XIX/58. CONFIDENCIAL. DOr/DAm/DEA/651.5(04). Fundo Monetário Internacional SUJEITO A RETIFICAÇÃO. 651 - SEXTA-FEIRA - 19HS00 - A Junta Diretora do Fundo Monetário Internacional aprovou, na sessão de ontem, dia 18, o pedido do Brasil formulado pelo Ministro da Fazenda em recente visita a esta cidade para adiar o pagamento de US\$ 20.250.000,00 (vinte milhões e duzentos e cinquenta mil dólares) devidos ao Fundo até 31 de dezembro do ano corrente. . ERNANI DO AMARAL PEIXOTO

²²⁰ A desestabilização dessas moedas abriu um período de crise financeira para os países em desenvolvimento durante os anos de 1950. Pois, diante de seus próprios programas de desvalorização cambial, os países em desenvolvimento passaram a sofrer com a escassez de reserva de mercado de suas moedas, como é possível acompanhar nos telegramas à Secretaria de Relações Exteriores numa quantidade expressiva de pedidos de instruções e comunicações de agentes diplomáticos dos países envolvidos. SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA RECEBIDO. 5497. DA EMBAIXADA EM WASHINGTON. EM/9/10/VIII/57. Substituição CONFIDENCIAL. DCal/DE. Desvalorização da moeda francesa. 222 - SEXTA-FEIRA - 19hs15 - Estou informado com segurança de que o Governo francês desvalorizará o franco em 20%. Dei notícia por telefone ao Ministro da Fazenda. ERNANI DO AMARAL PEIXOTO.

²²¹ Os pedidos de alteração de cotas para o Brasil tomam grande volume a partir da segunda metade dos anos de 1950 no FMI. O objetivo de aumento era de dobrar de 150 para 300 milhões de dólares a quantia de saque do país, conforme previra os plano de Juscelino Kubitschek nas negociações de empréstimos. SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA RECEBIDO. 9697. DA EMBAIXADA EM WASHINGTON. EM/12/13/XII/58. URGENTE-CONFIDENCIAL. DAm/Dor/DEA/651.5(04). Fundo Monetário Internacional. Política financeira Quota para o Brasil.

2.6.2 O rompimento do Brasil com o FMI: a articulação política.

O período que se segue ao suicídio de Vargas, com o conseqüente agravamento do cenário da política nacional foi responsável em produzir uma série de entraves e problemas para o desenvolvimento do Brasil nas suas estruturas institucionais que sofreriam com a crise ocasionada por diversos levantes sociais, greves e manifestações públicas que agregaram também a participação expressiva de militares na formação de um ambiente indefinido e permanentemente de tensões.

Após o processo de nomeação do interregno Café Filho como sucessor de Getúlio e as eleições que empossaram de maneira tumultuada a vitória de Juscelino Kubitschek: a política nacional rumou para os trilhos da estabilidade parlamentar, com a formação de governo através dos partidos PSD, PTB e UDN que possibilitou num primeiro momento a estabilidade política. Porém, a crise entre a aliança PSD/PTB²²² fez insurgir de dentro do governo: a distensão nacional que culminou na desarticulação da estabilidade e formou novamente um ambiente de divergências agudas sobre o rumo do desenvolvimento do Brasil.

Esta desarticulação passou a se tornar mais visível em 1958-59²²³ momento em que foi verificado também um aumento expressivo de emissão de papel moeda²²⁴. A somatização das divergências políticas e dificuldades

²²² Para Maria Victoria de Mesquita Benevides: “A convergência dos interesses, começando a desmoronar no final do período, constituiu um fator de instabilidade futura, na medida em que, com o crescimento eleitoral do PTB, este passa a pleitear – e a conseguir no Governo Goulart – um papel hegemônico que era do PSD, ao nível de governo forçando a “identidade ideológica” entre PSD e UDN e dissolvendo a relevância da estrutura partidária nos diversos níveis”. (BENEVIDES, 1976:109)

²²³ Ao longo dos anos de 1958-1959 as desvalorizações de moedas internacionais transformaram-se num novo processo de conversibilidade de moedas no FMI. A conversibilidade possibilitou maior oferta de moedas aos países que seguiram adotando este processo como modelo para as operações financeiras internacionais. SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA RECEBIDO. 9983. DA EMBAIXADA EM WASHINGTON. EM/26/26/XII/58. URGENTE-CONFIDENCIAL. DEA/Dor/DAm/651.5(85). Fundo Monetário Internacional. Desvalorização do franco francês.

²²⁴ O Estado de São Paulo, 11 de outubro de 1959, capa: “A emissão de papel moeda ultrapassou, em setembro, a cifra dos 15, 5 bilhões de cruzeiros, contra cerca de 13 bilhões de em igual período em 1958. Se considerado, todavia o significativo acréscimo do custo decorrente quer de reajustamentos salariais, quer cambiais, os quais passaram a influir na formação dos preços e no volume das despesas e dos negócios, será lícito concluir que, em comparação com exercícios anteriores, a emissão de papel moeda vem apresentando este ano crescimento porcentual que reflete o esforço cada vez maior do governo no

financeiras que o Brasil enfrentou durante a segunda metade dos anos 50 foi determinante para os desentendimentos ocorridos nas relações Brasil-FMI sobre o pleito de um empréstimo de 300 milhões de dólares²²⁵.

O primeiro sinal de desentendimento com o Fundo Monetário Internacional aparece na imprensa em 6 de junho de 1959, no jornal O Estado de São Paulo, que noticiou em seu caderno político: “Malograram os Entendimentos entre o Brasil e o FMI”. A respeito do assunto, o jornal evidencia as exigências do FMI para a concessão de um novo empréstimo. Conforme os relatórios anuais do governo brasileiro, em 1958 o balanço de pagamentos foi desfavorável à economia do Brasil. O *déficit* gerado nesse ano, aliado ao desequilíbrio no ingresso de divisas e à valorização do cruzeiro foi contabilizado como problemático à sua economia. Com as finanças neste constante *déficit*, o Brasil pleiteou esse novo empréstimo em conjunto aos empréstimos contraídos nos anos anteriores²²⁶. A combinação de alta de custo de vida e taxa múltipla de câmbio formavam à parte o desenvolvimentismo acelerado do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek²²⁷.

Diante de tais dificuldades que despontavam frente à solicitação deste novo empréstimo, pois o FMI não avaliou favoravelmente a sua concessão: a administração brasileira procurou informar-se sobre a possibilidade de resgate de empréstimos cuja concessão não transitasse pelos corredores do FMI e sim fosse realizado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos²²⁸. O FMI

sentido de minorar seus desequilíbrios financeiros (OESP, 11/10/1959)

²²⁵ O processo de negociação do empréstimo de 1958 que, culminou na declaração de rompimento do Brasil como o FMI, iniciou-se em com o interesse de renovação de cotas do Brasil por parte de autoridades governamentais que instruíram o Itamaraty a obter apoio de países como a França, a Itália e a Inglaterra. Posteriormente esclarecido, o objetivo da revisão de cotas visava, também, a expansão de empréstimos ao Brasil. SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA. RECEBIDO. DA EMBAIXADA EM WASHINGTON. EM/14/14/5/58. SECRETO DE/DCal Fundo Monetário Internacional. Pretensão brasileira. 203 - QUARTA-FEIRA - 14hrs30 - Estou informado de que o Ministro da Fazenda solicitou ao Itamaraty que obtenha o apoio da França, Itália e Inglaterra para a pretensão do Brasil no Fundo Monetário Internacional. Encareço a necessidade de ser obtido, igualmente, o apoio da Alemanha, Bélgica, Canadá e Países Baixos.ERNANI DO AMARAL PEIXOTO

²²⁶ O então Sub-Secretário de Estado Roy Rubottom, criticou severamente a política econômica do Brasil em discurso na Casa Branca. Para Rubottom: “O Brasil promete fazer reformas para evitar a inflação se receber um grande empréstimo. Todavia, recebe o empréstimo e continua do mesmo modo, sem prestar atenção ao que prometeu. Se isto é verdade, não gosto. O Brasil faltou mais que qualquer nação ao cumprimento das condições estabelecidas para a concessão de empréstimos ao exterior”. Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Itamaraty, Telegramas, Pasta Junho de 1959.

²²⁷ Ver, Miriam Cardoso Limoeiro. Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977, p. 73.

²²⁸ Segundo o OESP: “Antes das negociações em Washington, o Brasil realizou consultas informais a respeito da possibilidade de empréstimos nos Estados Unidos, antes de recorrer ao FMI. Como resposta,

esteve tendo uma atitude intransigente quanto ao cumprimento do termo de responsabilidade político/econômico e o Brasil elucidou tal perspectiva procurando novas formas de obter os 300 milhões de dólares. Novas instituições de crédito norte-americano poderiam salvar o governo da crise dos balanços de pagamentos. Entretanto, Juscelino Kubitschek anunciou publicamente os desentendimentos em nove de junho de 1959 no Palácio das Laranjeiras. Na residência presidencial, JK, durante um almoço com treze de seus senadores, anunciou enfaticamente a interrupção das negociações do empréstimo de 300 milhões de dólares e ordenou ao Ministro da Fazenda – Governador da Assembléia geral do Fundo - que:

Informasse ao FMI que o Brasil não enviará nenhuma delegação ou representação para continuar a tratar daquele problema. (Última Hora, UH, 10/06/1959).

Ainda em seu discurso, JK tratou que as negociações no plano técnico não seriam mais admitidas, pois o Governo brasileiro optaria pela negociação de um empréstimo com o Governo dos Estados Unidos de forma direta. A cobertura do jornal carioca Última Hora (UH) no processo de rompimento foi ampla e marcou toda a trajetória do evento que se tornou uma verdadeira “comoção nacional” com apoio dos estudantes, da oposição política e da opinião pública. Entretanto, o UH, analisou o processo de rompimento e publicou que em face dos desentendimentos havia um forte componente ideológico estruturando o debate, que por sua vez, era de caráter técnico e pragmático da economia do Brasil²²⁹.

A Embaixada em Washington, por sua vez, emitiu nota sobre a falta de

informou-se ao Brasil que, caso não fosse conseguido um empréstimo no FMI, as solicitações de crédito dirigidas aos institutos de crédito norte-americanos seriam “consideradas com simpatia”. (OESP 06/06/1959)

²²⁹ Jornal Última Hora de 9 de junho de 1959, capa: “Em verdade, não houve propriamente, como se divulgou uma ruptura completa das negociações com o Fundo Monetário Internacional, mas o colapso em que as mesmas caíram, decorreu de dois fatores: 1) As negociações vinham sendo conduzidas, até então, por funcionários subalternos de um e outro lado, sem maior autoridade para qualquer decisão, segundo expressão de um representante do Ministério da Fazenda. As negociações não passaram, assim, do nível de simples gerentes de Carteiras de Bancos, não tendo sido ainda discutidas pela alta direção do FMI. 2) As condições que vinham sendo impostas pelos funcionários do FMI, embora algumas delas sejam aceitáveis, são inteiramente inadmissíveis em vários casos, pois não se limitam ao campo financeiro, invadindo a aérea Política”.

instrução quanto à existência de um rompimento com o FMI, ou mesmo, de um desentendimento. O Embaixador interino que substituía Ernani Amaral Peixoto, Henrique Rodrigues Valle, em telegrama notificando o Itamaraty sobre os comentários do *New York Times* a respeito dos desentendimentos entre Brasil e FMI ponderou da seguinte forma:

Peço vênia para lembrar a Vossa Excelência que a Embaixada até agora não recebeu qualquer pronunciamento oficial sobre a notícia em apreço, nem sequer o texto da declaração da Presidência da República.²³⁰

Após o reconhecimento de que havia desentendimentos e a ocorrência de agitadas manifestações políticas de apoio e também de oposição ao seu governo, Juscelino optou por não mais se manifestar a respeito; delegando a tarefa a porta-vozes do governo ou mesmo ao Ministro da Fazenda, quando questionado diretamente e evitava comentários que pudessem complicar mais as relações Brasil-FMI. A informação transmitida pelo Ministério da Fazenda sobre o início do processo de exportação de mercadorias pelo livre mercado, quando estaria iminente a promoção da unificação das taxas de câmbio, evidencia mais uma capitulação do governo às exigências do Fundo. A unificação das taxas de câmbio constituía-se numa das prerrogativas básicas do ajuste econômico preconizado pelo Brasil no FMI. Nesse sentido, o país dera início à aplicação das medidas corroboradas no órgão, descaracterizando, dessa forma, o rompimento. E, em 23 de junho de 1959, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou as declarações do Embaixador interino em Washington Henrique Rodrigues Valle alegando a inexistência de ruptura entre Brasil e FMI. Segundo a nota:

Sr. Henrique Valle, encarregado de negócios do Brasil nos Estados Unidos, conferenciou hoje com o presidente da República e com o ministro das Relações Exteriores. À imprensa declarou que as autoridades do FMI consideram que não houve

²³⁰ MRE, Arquivo Itamaraty Rio de Janeiro, relatórios anuais, junho de 1959. A Embaixada do Brasil em Washington, em agosto de 1959, enviou novo memorando sobre a necessidade de mais informação sobre o rompimento com o FMI. Até a presente data a Embaixada não tinha sido notificada formalmente sobre o rompimento e acompanhava o caso através dos jornais. Em texto: “A Embaixada do Brasil nesta capital informou hoje que não recebeu instruções para prescindir ao Fundo Monetário Internacional e negociar diretamente com o governo dos Estados Unidos, para obter ajuda financeira”. (MRE, Arquivo Itamaraty Rio de Janeiro, relatórios anuais, agosto de 1959)

“ruptura” dos entendimentos que vinham sendo mantidos pelo Brasil para a obtenção do empréstimo de 300 milhões de dólares, mas apenas uma fase de “estagnação”, a qual deverá ser removida em conversações ulteriores”. (OESP, 23/06/1959)

O fio condutor da negociação com o Fundo Monetário Internacional esteve na atuação de Walter Moreira Sales que já havia sido diretor da Carteira Geral de Crédito do Banco do Brasil em 1948, Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito em 1951; integrante da IV Conferência de Consulta dos Chanceleres Americanos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e Embaixador em Washington em 1952 e passou a substituir Ernani Amaral Peixoto na Embaixada de Washington, novamente assumido o posto após o rompimento do Brasil com o FMI. A posição do Ministro Sales foi de replicar²³¹ as propostas de “mundo livre” dos Estados Unidos, apresentando a Operação Pan Americana como contraproposta de desenvolvimento regional, e rejeitando propostas do “Development Loan Fund”, programa destinado à oferta de créditos advindos das nações industrializadas como reconhecimento da parcela de responsabilidades sobre os países necessitados, entre eles o Brasil²³².

²³¹ EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Washington, em 14 de julho de 1959.456/650(00). Discurso de Dillon em Harvard. Desenvolvimento econômico das áreas atrasadas do mundo livre. Senhor Ministro, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência, em anexo, cópia do discurso pronunciado em 11 de junho último, na Universidade de Harvard pelo Secretário de Estado em exercício, Embaixador D. Douglas Dillon. 2. A palestra em questão assume especial significado por ter sido proferida perante a mesma audiência escolhida há doze anos atrás pelo General Marshall para lançar as bases do programa que, habilmente “cobrado” pelos maiores estadistas da Europa, viria a tornar-se o Plano que traz o nome daquele General. E o Sub-Secretário de Estado Dillon acentuou este mesmo fato, comparando a tarefa que visa ao desenvolvimento das áreas atrasadas do “mundo livre” na Ásia, África, Oriente Médio e América Latina àquele plano, com a diferença de que o novo esforço exigirá a dedicação de maiores energias e recursos, e a serem empregadas num período mais longo. 3. A tese defendida pelo Embaixador Dillon traz uma marcante semelhança com aquela lançada pelo Brasil como base da Operação Pan-Americana. Há trechos mesmos que decididamente lembram o discurso do Presidente Kubitschek proferido em 20 de junho do ano passado. De fato, diz o Senhor Dillon a certa altura: “Seu objetivo (o da iniciativa tendente ao desenvolvimento econômico das áreas subdesenvolvidas no mundo livre) não é só o da restauração de uma área devastada ao prévio estado de progresso, mas a radiante meta de ajudar um bilhão de seres humanos a se descartarem de seus velhos vínculos com a pobreza e a ignorância. A consecução desse objetivo é essencial a nossa sobrevivência. Nós não podemos esperar manter nosso modo de vida entre um mar de miséria. Os povos menos privilegiados estão lutando pelo crescimento econômico com uma determinação quase desesperada. Nós precisamos ajudar-lhes a achar o caminho em paz e liberdade”.

²³² SEGUIU CÓPIA POR VIA AÉREA. EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Washington, em 23 de outubro de 1959.740/822.3(22) Nova política de empréstimos do “Development Loan Fund”. Senhor Ministro, em aditamento a minha CT 275 e ao ofício N° 728.

2.6.3 João Goulart e o FMI: negociações e acordos.

O governo João Goulart seguiu adotando o ciclo de acordos de empréstimos adotados pelo governo Jânio Quadros²³³ como medida paliativa para equacionamento do balanço de pagamentos. A política econômica organizada pelo então Ministro da Fazenda, Clemente Mariani, consistia em protelação dos pagamentos de dívidas²³⁴, e ausência de um programa anti-inflacionário²³⁵, parte do plano do nacional-desenvolvimentismo que trocara experiências em matéria de saneamento monetário, expressão cunhada em Cuba, para sancionar a moeda confeccionada pelo regime revolucionário de Fidel Castro e notificado a Mariani pela Embaixada do Brasil naquele país como medida de controle sobre os movimentos financeiros internos e externos.

236

²³³ Após a renúncia de Quadros o FMI negociou diretamente com o governo Jango à execução em conjunto com os demais acordos realizados com o Banco de Exportação e Importação, Eximbank, em uma missão técnica do FMI mantida sob sigilo²³³ no Rio de Janeiro. O Estado de São Paulo 23 de janeiro de 1962, capa: “Mantida sob rigoroso sigilo as negociações da missão do FMI com o nosso governo”.

²³⁴ O então Embaixador em Washington, Roberto de Oliveira Campos notificou a Diretoria do FMI sobre a postergação do pagamento da parcela de dívida do Brasil com o órgão. SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA. RECEBIDO. 11073. DA EMBAIXADA EM WASHINGTON. EM/23/24/IX/63. SECRETO. G/SG/DPF/DAS/651.5(04). Fundo Monetário Internacional. Pagamentos brasileiros. 590 - SEGUNDA-FEIRA - 12hs45 - Diretor-Gerente Fundo Monetário Internacional circulou à Diretoria documento em que recomenda a postergação do pagamento vinte e seis e meio milhões de dólares, vencíveis em trinta corrente. Caso diretores não levantem objeções até quarta-feira 25, a postergação será considerada aprovada. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS.

²³⁵ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA. RECEBIDO. 11632. DA EMBAIXADA EM WASHINGTON. EM/4/4/X/63. SECRETO. G/SG/DPF/DAS/651.5(04). Fundo Monetário Internacional. Pagamentos brasileiros. 643 - SEXTA-FEIRA - 17hs30- Em aditamento à minha comunicação telegráfica de ontem. O ministro Carvalho Pinto esteve, hoje, em visita aos senhores David Bell e Teodoro Moscoso, a quem expôs o quadro da situação econômica e financeira do Brasil, que já mencionei em comunicações anteriores, acrescentando que o Governo espera poder chegar ao fim, dentro dos limites do déficit orçamentário previsto nos acordos de março. Fez referência à relativa melhoria da situação cambial e reafirmou sua decisão de continuar empregando todos os esforços no disciplinamento financeiro do país. O senhor Bell declarou que o governo norte-americano está disposto a iniciar negociações com as autoridades brasileiras, logo que o Ministro da Fazenda o julgar conveniente, à luz da situação interna. Mencionou o interesse com que o Departamento de Estado guarda o resultado dos trabalhos do Ministro das Minas e Energia no relativo à questão das concessionárias estrangeiras de serviços públicos, problema de grande sensibilidade nas relações entre executivo e legislativo norte-americanos, e para o qual desejaria se encontrasse solução tão rápida quanto possível. O senhor Moscoso definiu a posição do governo deste país com relação à assistência ao Brasil, afirmando que continuaria o auxílio através de financiamento de projetos específicos, não se podendo contar, entretanto, com a assistência programática até que o Brasil estivesse em condições de aplicá-las coordenadamente com um enérgico programa anti-inflacionário, que assegurasse a melhor utilização desses recursos. O Ministro Carvalho Pinto partiu esta tarde para Nova York, de onde seguirá hoje, ainda, para o Brasil. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS

²³⁶ COPIA PARA CONHECIMENTO DO SENHOR DOUTOR CLEMENTE MARIANI

A política econômica do governo João Goulart²³⁷ aliou o projeto de financiamento do programa de desenvolvimento econômico e social da Aliança Para o Progresso, proposta do Presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy, para os países americanos como fonte de captação de recursos para o Brasil²³⁸. Tal cooperação para o desenvolvimento econômico e social das Américas visou retomar índices seguros de democracia na região com o fito de inter-relacionamento internacional de expansão dentro da estabilidade.

Entretanto, durante a sucessão dos Ministros da Fazenda Walter Moreira Sales, Francisco de Paula Brochado da Rocha e Hermes Lima acordos foram sendo firmados com diversas instituições financeiras que operaram múltiplos empréstimos e o reescalonamento das dívidas do Brasil²³⁹. O compromisso de políticas fiscais austeras, por conta destes sucessivos empréstimos, acabou colidindo com as propostas de um desenvolvimento “voltado para dentro”. A

BITTENCOURT MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA DE COMUNICAÇÃO RECEBIDA DA EMBAIXADA DO BRASIL EM HAVANA. EM/11/8/1961. CONFIDENCIAL-URGENTE. Reforma monetária em Cuba.651.5(24h). Foi promulgada, a 4 de agosto corrente, pelo Conselho de Ministros, uma lei dispendo sobre a troca do papel moeda em circulação até aquela data, por notas de nova emissão, impressas em um país socialista europeu. Foi assegurado pela referida lei, aos chefes de família, ou responsáveis por um grupo pertencente a famílias diversas, a prerrogativa de trocar ao par, de imediato, até um montante máximo de 200 pesos, por notas da nova emissão.

²³⁷ Ver BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961:1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p 88.

²³⁸ O Estado de São Paulo de 1962, capa: “Realizou-se hoje, no gabinete do ministro da Fazenda, mais uma reunião da Comissão Interministerial encarregada de examinar os projetos a serem encaminhados para financiamento pela “Aliança Para o Progresso”. (OESP, 23/01/1962)

²³⁹ Em 23 de janeiro de 1962, o jornal O Estado de São Paulo expôs algumas perspectivas para os acordos discutidos com o FMI por parte do governo João Goulart. Segundo o OESP: “Durante todo o ano passado, as compras de divisas do Banco do Brasil teriam totalizado quase um bilhão e 300 milhões de dólares, em todas as moedas, para vendas que pouco ultrapassaram um bilhão e 200 milhões. Por outro lado, as negociações com o FMI, realizadas em maior do ano passado, previam duas operações: prorrogação de saques a repor, no total de US\$ 139,9 milhões e um novo saque, de US\$ 160 milhões. Estas negociações abrangeram, ainda, três operações com o Eximbank, no total de 472, 7 milhões de dólares; US\$ 170 milhões de empréstimos do Tesouro dos Estados Unidos e US\$ 48 milhões de dólares de bancos privados, além de prorrogação de divisas na Europa no total de US\$ 300 milhões e mais US\$ 110 milhões de créditos de emergência. As operações com o Eximbank, totalizando US\$ 473,7 milhões, destinavam-se: 212,6 à consolidação de saldos devedores do Brasil naquele organismo; US\$ 178 milhões seriam para a cobertura de atrasados comerciais e US\$ 92,1 milhões para pagamento de financiamentos de projetos específicos brasileiros, financiamentos estes concedidos anteriormente, pelo próprio Eximbank. Dos cento e setenta e oito milhões de dólares concedidos pelo Eximbank, para cobertura de atrasados comerciais, oitenta e quatro milhões já foram liberados e o restante ficou decidido que seria em parcelas de dez milhões, o que tem ocorrido. O empréstimo de setenta milhões de dólares do Tesouro dos Estados Unidos ficou dividido em três operações distintas: a uma parcela de trinta e cinco milhões, liberada em fins de setembro último; b: trinta e cinco milhões, a serem liberados em quatro parcelas juntamente com as últimas quatro parcelas de dez milhões de dólares do FMI, de janeiro a abril, depende portanto, do que decidir o FMI agora; c: cem milhões de dólares a serem entregues através da Associação Internacional Para o Desenvolvimento dos quais, em dezembro último, o Brasil já recebeu cinqüenta milhões de dólares. Os empréstimos aos Bancos privados no total de 40 milhões de dólares, através do Manhattan Chase Bank e do The First National city Bank, foram já liberados”. (OESP, 23/01/1962)

falta de margem de manobra para operar um desenvolvimento sumamente nacional e sustentável pelo comércio de commodities, combinadamente ao déficit em balanço de pagamentos, bem como baixas reservas internacionais atreladas à paridade ouro-divisa: acrescentou um capítulo a mais à convulsão política no país com a instalação do regime militar e a deposição de João Goulart da presidência da República.

2.7. Balanços/O crescimento econômico mundial até o início dos anos 1960 e as suas políticas como instrumentos de transparência.

Os múltiplos empréstimos realizados pelos governos do nacional-desenvolvimentismo foram significantes para o recrudescimento de políticas fiscais que passariam ser operadas nos anos posteriores concentrados no regime militar no Brasil em 1964. A reforma constante que o FMI empreendeu em relação aos países membros, nesse período, procurou ampliar a credibilidade internacional de todos os países como caminho para a redução de riscos e possíveis desvios dos acordos acertados em declarações de princípios de transparência que passaram a lastrear todo o sistema de comércio, finanças e de políticas monetárias internacionais e foi instalada no FMI, como gestão de diretrizes. O desenvolvimento econômico mundial dos primeiros 25 anos de funcionamento do FMI é uma referência de progressão e crescimento financeiro ²⁴⁰. Os países passaram a se desenvolver dentro do Direito Especial de Saque e dentro da revisão geral de cotas no reforço da capacidade financeira do FMI.

Os principais instrumentos políticos desenvolvidos para o progresso do desenvolvimento financeiro internacional na Sessão da Assembléia Geral, Segunda Comissão, Item 12 da Agenda de Reforma do Sistema Monetário de 30 de outubro de 1974 foram:

²⁴⁰ Ver ROUBINI, Nouriel. *Political Cycles and the Macroeconomy*. Massachusetts Institute of Technology, 1997, pp 185-207

1. Necessidade de reafirmar o caráter desenvolvimentista que deve ter a regência do sistema monetário internacional.
2. Conveniência de se prestigiarem os mecanismos de ajuste do FMI.
3. Oportunidade na recomendação específica contra o incremento de restrições comerciais e de pagamentos para fins de equilíbrio de balanço de pagamentos.
4. Necessidade de se resguardarem em qualquer hipótese não somente de um eventual sistema monetário reformado, mas também e especialmente, durante a fase de transição e ajustes os interesses específicos dos países em desenvolvimento. A este último contexto, oportunidade de **apelo aos países industrializados para que não imponham restrições às exportações dos países em desenvolvimento**, para que facilitem o acesso por parte destes últimos aos seus mercados financeiros. Para que acelere a implementação das metas de IDS para transferências financeiras e para que procedam de igual forma em relação às medidas comerciais em favor dos países em desenvolvimento.
5. Conveniência em reiterar a necessidade do pronto estabelecimento do “link” entre os direitos especiais de saque e o financiamento do desenvolvimento.
6. Interesse em assegurar alguma forma de cooperação entre órgãos prioritariamente voltados para a problemática do desenvolvimento econômico e comercial conjuntamente a ECOSOC e a UNCTAD, no âmbito do sistema das Nações Unidas, e também o GATT - e o novo Comitê de desenvolvimento do FMI e do BIRD, de maneira a estabelecer fórmulas de coordenação e de mútuo apoio²⁴¹.

A participação de países em desenvolvimento e no caso o Brasil do sistema financeiro internacional é de reconhecida limitação²⁴². Ainda assim, o trabalho que é exercido institucionalmente demonstra graves disparidades localizadas na ausência de uma definição clara de objetivos em matéria de desenvolvimento financeiro para o Brasil. Cabe notar que a política externa financeira do Brasil no FMI é incisivamente atuante e concentra esforços para o desenvolvimento internacional com vistas a uma economia regionalizada que apresentou muita evolução nas décadas que se seguiram pós-45²⁴³. Linhas de “desenvolvimento estratégico”, como foram apresentadas ao longo dos primeiros anos de FMI pelo Itamaraty, tipificaram um modelo de relacionamento, bastante conflitante com os países desenvolvidos, desvendando as determinações e preferências da diplomacia brasileira em ambiente multilateral. Nesse sentido, Oliveira Viana aponta a existência de ruptura entre a vida política do Brasil e a vida produtiva de sua sociedade como

²⁴¹ DELBRASONU NOVA YORK, Confidencial-Urgente. DPF/DPC/DAU XXIX. Sessão da Assembléia Geral. Segunda Comissão. Item 12 da Agenda. Reforma do Sistema Monetário Internacional. 30/10/1974. Arquivo Itamaraty

²⁴² Ver, Vicente Marotta Rangel. Do conflito entre a Carta das Nações Unidas e os demais acordos internacionais. São Paulo, 1954.

²⁴³ Harry White sobre o sobre o período trata que “(...) o êxito foi muito grande durante um longo período porque, com as moedas estáveis, o comércio internacional se desenvolveu extraordinariamente nos decênios de 40, 50 e 60”. (BULHÕES, 1990: 50).

o fator que leva ao isolamento da classe política a dois erros: “Primeiro, um erro de técnica. Porque não há lei perfeita sem colaboração dos técnicos, dos profissionais, dos práticos no negócio. Segundo um erro de psicologia política. Porque nenhuma lei vinga, nenhuma lei é eficiente sem a adesão moral do povo.” (VIANA, 1947: 197)

**CAPITULO 3 – A PERSEVERAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL DA POLÍTICA
EXTERNA FINANCEIRA MILITAR.**

3.1 A política externa financeira como vocação universal: Castelo Branco/Administração das Agências de Financiamento e Crédito.

Após o golpe militar e a partir de 1964, o Brasil convergiu categoricamente, ao desenvolvimento econômico nacional e internacional, em uma aliança, construída a partir da alteração legislativa, do decreto Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964 que aboliu definitivamente a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC); fundou o Sistema Financeiro Nacional (SFN); formou o Conselho Monetário Nacional (CMN); e, redesenhou institucionalmente o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), que se tornou uma empresa mista, de caráter público-privado, destinada a captar recursos para o desenvolvimento e fomento das atividades empresariais do Brasil durante o regime militar.²⁴⁴

A fundação da CMN, com a regularização das instituições financeiras privadas e públicas como importantes reguladoras, dos fluxos de capitais no Brasil, teve no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), desenvolvida por Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto de Oliveira de Campos: o status de “soberania econômica”, termo que foi produzido no período, para designar a nova posição do Brasil na suas relações exteriores para comércios e finanças.²⁴⁵

A relação do Brasil com o FMI passou a ser ditada, por políticas de alargamento das funções econômicas dos países em desenvolvimento no sistema financeiro internacional.²⁴⁶ A operação consistiu em requalificar, os

²⁴⁴ Ver, Argelina Cheibub Figueiredo. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993, p, 187.

²⁴⁵ Ver Roberto Campos. Antologia do Bom Senso. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1996, pp, 21-146.

²⁴⁶ A deteriorização da situação política e econômica de países como a Colômbia, por exemplo, passaram a ser concitadas pelo regime militar brasileiro a uma maior inserção no desenvolvimento internacional, como pode ser visto no Telegrama da Embaixada do Brasil em Bogotá ao Embaixador em Washington, Vasco Leitão da Cunha. COPIA. EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. CONFIDENCIAL. Bogotá, 13 de julho de 1965. Nº 281. Deterioração da situação política e econômica. Senhor Ministro, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, em aditamento ao ofício Nº 252 e a outras comunicações sigilosas sobre o assunto, que a situação política e econômica deste país apresenta características de deterioração progressiva, sem que existam perspectivas de melhoria a curto prazo.² Ademais dos manifestos das classes produtoras, mencionados em minha CT-43, há que

instrumentos do FMI, bem como o DES, o GAB e as cotas de participação acionária para a expansão capitalista do Brasil, com vistas à reprodução de créditos, para dar novo impulso às exportações através da revitalização do próprio sistema financeiro internacional²⁴⁷.

Duas, das principais estruturas do sistema financeiro internacional, foram questionadas, requalificadas e reorganizadas pelo Brasil:

1. O “Financiamento Compensatório” do FMI, aos países em desenvolvimento, foi transformado em “Financiamento Suplementar”. A alteração consistiu em possibilitar o permanente refinanciamento de dívidas, através de dispositivos de *refund* que alargariam a capacidade financeira dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, o Brasil cobrou financiamentos que estivessem acoplados ao comércio exterior, tendo como base o fluxo de exportações como o principal avalista de seus créditos junto ao FMI.
2. A revisão da paridade ouro-divisa, que onerava em duas instâncias os países em desenvolvimento: a) na adequação de suas reservas, ao ouro em seu estoque internacional; b) na própria produção de ouro, como unidade de paridade conversível, que tornara intransitável, aos países em desenvolvimento, suas operações para o crescimento econômico.²⁴⁸

considerar, nesses últimos dias, os seguintes pronunciamentos: a) da Conferência Nacional de Cafeicultores, reunida em Manizales, cujo comunicado final afirma que “a atual conjuntura econômica com suas manifestações no campo monetário, fiscal e cambial, tem que conduzir à inquietação geral”.

²⁴⁷ A correspondência entre Vasco Leitão da Cunha e Octavio Gouvêa de Bulhões tratou de comunicar o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Douglas Dillon, sobre o encerramento das operações de swaps de ouro contra dólares realizados pelo Brasil. COPIA. CONFIDENCIAL-URGENTE. Em 6 de abril de 1964. DPF/DAS/88/651.5(22). Denúncia dos acordos de ‘swaps’ com os Estados Unidos da América. Senhor Ministro, em aditamento ao aviso Nº 87 de 6/IV de 1964, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência haver o Encarregado de Negócios do Brasil em Washington recebido carta do Secretário do Tesouro, em que esta autoridade deu-lhe ciência de que os acordos de “swaps” ouro contra dólar terão, consoante a cláusula pertinente, vigência terminada em 8 do corrente mês. 2. Acrescento que tão logo a carta em apreço chegue à Secretaria de Estado, apressar-me-ei em encaminhá-la a Vossa Excelência. 3. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e distinta consideração. a) Vasco Leitão da Cunha. A Sua Excelência o Senhor Octávio Gouveia de Bulhões, Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda. COPIA. CONFIDENCIAL-URGENTE. DPF/DAS/87/651.5(22). Denúncia dos acordos de “swaps” com os Estados Unidos da América. Senhor Ministro, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, em decorrência da solicitação que me fez em 20 de março último Sua Excelência o Senhor Waldir Borges, Ministro interino dos Negócios da Fazenda, a Embaixada do Brasil em Washington endereçou ao Departamento do Tesouro dos Estados Unidos da América a carta do seguinte teor, relativa à denúncia dos acordos de “swaps” de ouro contra dólares: “March 24, 1964. The Honourable C. Douglas Dillon, Secretary of the Treasury of the United States of America. Dear Mr. Secretary, I have the honour to inform you that the Government of Brazil has decided to terminate the four swap agreements consisting of sales of gold to the United States, as set forth in your letters of December 5th, 1962, December 21, 1962, March 22, 1963 and September 27, 1963. The present letter serves accordingly as notice of termination, pursuant to the provisions set forth in the final part of paragraph 2 in your letters of December 5th, 1962, March 22 and September 27, 1963, and of paragraph 3 in your letter of December 21, 1962. With the renewed assurance of my highest consideration, I remain sincerely yours - Jorge de Carvalho e Silva - Chargé d’Affaires, A. I. of Brasil”, 2. A Embaixada em Washington informa, outrossim, para governo de Vossa Excelência, que, de acordo com os dados fornecidos pelo Departamento do Tesouro em 24 de março último, as operações com base nos referidos “swaps” montam a US\$ 135,840,04852. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração. a) Vasco Tristão Leitão da Cunha

²⁴⁸ COPIA. CONFIDENCIAL. DPF/DPC/DEOc/DOA/141/651.5(00). Revisão do Sistema Monetário

Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente do regime militar, organizou a política externa financeira do Brasil, através de um planejamento, marcadamente, avesso ao nacional-desenvolvimentismo dos governos anteriores. Substituiu tal modelo por uma espécie de “nacional-economicismo”, que transferiu para um plano de desenvolvimento econômico expressivamente radical, unilateral no sentido do rígido controle do governo sobre as contas do país, e com austero controle da política fiscal, com o objetivo de quitação de dívidas e de demorção da inflação dos patamares altíssimos em que se encontravam para adequação aos padrões macroeconômicos.

A formação do primeiro governo militar contou com intelectuais escolhidos, significativamente, por conta da suas tradições políticas e tradições em círculos financeiros, bem como Pedro Aleixo; Ranieri Mazzilli; Amauri Kruehl; Olimpio Mourão; José Maria Alkmim; homens que compuseram as políticas militares para o desenvolvimento, inconfundivelmente progressista e com pouco vínculo ao quadro nacional-social²⁴⁹.

Certamente, a contribuição mais expressiva para o desenvolvimento do Brasil foi o investimento no nordeste, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que, mobilizou recursos para aparelhar através do desenvolvimento de infra-estrutura: empregos, comércio e assim meios de captação de receita da região, sempre visando, através de intervenções econômicas o estabelecimento de diretrizes socioeconômicas. A administração de João Gonçalves, escolhido de Castelo Branco para o comandando da instituição, obteve crescimento de 7% no biênio 67-68 (FILHO: 1975), fruto de uma intensa batalha travada com o Ministério da Fazenda e com Roberto Campos: autor de muitos crivos e intervenções nas áreas de investimento do governo na SUDENE.

A forte concentração na União, de muitas obrigações dos Estados e

Internacional. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada no Brasil em Londres e, com referência às CTs 287 e 360, tem a honra de remeter, em anexo, um exemplar de trabalho “International Monetary Reform, Commodity Trade and Economic Development” de autoria do Embaixador O.A. Dias Carneiro. 2. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores acrescenta que o relatório da reunião de especialistas, realizada em Nova York, será apreciado na sessão do Comitê de Financiamento e Invisíveis da Junta de Comércio e Desenvolvimento, ora em realização, razão pela qual deixa de enviá-lo. Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1965.

²⁴⁹ Ver, Jacob Gorender. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Ática, 1999, p 286.

Municípios, formou interventivamente, interesses regionais, regidos financeira, política e constitucionalmente, como se verificou, na emenda na Constituição de 1969, artigo 57 e caput único, aprimorado pelo então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Aliomar Baleeiro, que se posicionou naquele instante, salientando que:

A observação dos debates parlamentares, no Brasil, depois de 1946, revelou que os partidos nacionais, quando na votação dos orçamentos, eram impotentes para contenção das aspirações regionais que se compõe entre si por cima das fronteiras partidárias ou ideológicas, a fim de que Estados e Municípios alcancem obras e dotações de peculiar interesse local. Daí as restrições de poder de emenda de 1969". (BALEIRO: 1978:406-7).

Nesse sentido, o rígido controle, pela União, dos desígnios de sua vida produtiva ampliou o poderio empresarial do país, constituindo capital de Estado. O pragmatismo do governo com a vida empresarial do país; a cultura de desenvolvimento que consistiu em tornar cada brasileiro um empresário em potencial, como método de aceleração e de crescimento de riquezas: formou a plataforma dos governos militares, iniciado no governo Castelo Branco, discussões que levariam a construção do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (Cebrae), síntese e sistema de diversos programas de fomento à pequena e média empresa, realizados no BNDE, bem como o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (Fipeme) e o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec), atual Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que futuramente se tornaria o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O desenvolvimento de propostas "político-empresariais" influiu na ampliação de créditos para financiamento do fluxo de exportação pelo FMI²⁵⁰,

²⁵⁰ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA RECEBIDO. 468. DA EMBAIXADA EM WASHINGTON . EM/12/12/I/65. SECRETO. DPF/DPC/DOA/DAS/651.5(04). Pedido de "stand-by" do Brasil ao F.M.I. 125 milhões de dólares. 59 - TERÇA-FEIRA - 17hs00 - A Diretoria Executiva do Fundo Monetário Internacional deverá considerar amanhã o pedido de "stand-by" do Brasil, de US\$ 125 milhões, que se espera venha a ser aprovado. Não haverá contratação, mas apenas anúncio da operação, uma vez aprovada a mesma. O Doutor Mauricio Bicalho, Diretor pelo Brasil no FMI, já entrou em entendimentos com a SUMOC a respeito do primeiro saque, no montante equivalente, a US\$ 50 milhões, a ser realizado poucos dias após a aprovação do "stand-by" possivelmente ainda esta semana. É indispensável que não haja divulgação desta notícia antes de aprovado o acordo pela Diretoria Executiva do Fundo, na sessão que se inicia amanhã às 10 hora da manhã, hora local, e cujo resultado informarei prontamente a Vossa Excelência. JURACY MAGALHÃES. CRIP :ROSITO CLASS :M. NEUZA DAT :MARIA AMELIA CONF :BIA EM/13/I/65.

já calculado, em perspectivas traçadas pelo governo brasileiro²⁵¹. Desta forma, Roberto de Oliveira Campos, ainda como Embaixador de João Goulart²⁵², definia como absolutamente “certo”, os rumos de um desenvolvimento internacional dentro de *refund*, ou ainda, dentro de reembolsos internacionais em um ciclo de investimentos dentro do FMI, com resgate permanentemente ininterrupto, como auto-gestão da atividade industrial, comercial e financeira do Brasil no mundo e na convergência automática das iniciativas de desenvolvimento do mundo dentro do Brasil²⁵³. Nesse sentido, o país seguiria atuando, como uma espécie de “*hub*” internacional, com o objetivo precípuo de expansão de liquidez²⁵⁴ que viabilizasse os investimentos.

²⁵¹ TELEGRAMA. RECEBIDO. 3885. DA EMBAIXADA EM WASHINGTON. EM/11/11/III/1966. SECRETO. DPF/DOA/DAS/651.5(04). FMI. Entrevista com o Secretário-Executivo. 398 - QUINTA-FEIRA - 19:30 - Visitei hoje o Secretário-Executivo do Fundo Monetário Internacional o qual me declarou que, embora satisfeitos com os resultados das medidas tomadas pelo Governo brasileiro, ele e seus colaboradores ficaram preocupados com notícias hoje recebidas do Brasil, segundo as quais teria ocorrido uma evasão de divisas da ordem de 50 milhões de dólares. Teme assim o Secretário do Fundo que o Brasil não consiga manter-se nos limites dos tetos fixados pelo Ministro da Fazenda em seu compromisso para a obtenção do recente crédito “stand-by”. Rogo informar urgentemente o Senhor Ministro da Fazenda. VASCO LEITÃO DA CUNHA. CRIP: Sérgio CLASS : Esther, DAT : Maria Alice, CONF : Dina EM/11/III/1966.

²⁵² EMBAIXADA DE WASHINGTON. 04/10/1963. SECRETO. G/SG/DPF/DAS/651.5 (04) FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL. PAGAMENTOS BRASILEIROS. SECRETARIA DE RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS. DOC 11634.

²⁵³ É comum, nas discussões sobre a ampliação de créditos aos países em desenvolvimento, geralmente por instituições como o FMI a expressão de “dependência”, categoria elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, ainda nos anos 70, para explicar o domínio dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento, na relação cultural, econômica, política e institucional. Entretanto, o Brasil tem na sua relação com o órgão, a condição *sine qua non* que, forma o programa ‘inabalável’ de projetos empresariais que o país propõe à instituição, como inter-conector de negócios internacionais, sem necessariamente formar seu próprio crédito regateado e pendentemente negociado, junto ao sistema financeiro internacional: como *player* financeiro.

²⁵⁴ O aumento de liquidez mundial figurou como proposta de desenvolvimento entre os países membros do FMI, nas primeiras propostas de Reforma Monetária Internacional, apoiado, em princípio, pelo Brasil. SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA. RECEBIDO. 19.967. DA EMBAIXADA EM WASHINGTON. EM/12/13/IX/67. CONFIDENCIAL - URGENTEDPF/DOA/DAS/APP/DEOC/651.5(00)651.5(04). 900.1(00) Reforma Monetária Internacional. 1617 - TERÇA-FEIRA - 22hs15 - O Secretário-Geral pede transmitir: “Encerraram-se hoje as Reuniões de Planejamento Político sobre as quais estou preparando relatório. Antecipo, no entanto, um ponto levantado durante as conversações que poderá ter relevância imediata, tendo em vista a próxima Reunião do Fundo Monetário Internacional. Refiro-me à recente conclusão de entendimentos no âmbito do “Grupo dos Dez”, sobre novo sistema monetário mundial que propiciaria aumento de liquidez mundial. Os Representantes do Departamento de Estado manifestaram grande satisfação pelo Acordo de Princípio obtido e que deverá ser homologado na Reunião do FMI, no Rio de Janeiro. Contudo, manifestaram surpresa pela ausência de interesse dos subdesenvolvidos pelo esquema que consideram de excepcional relevância. Assinalaram, ainda, que o esquema acordado entre os “dez” é favorável aos subdesenvolvidos mas que se trata de um entendimento preliminar ainda frágil e que foi possível graças ao recente desgaste do General De Gaulle, especialmente após as declarações de Quebec. Os subdesenvolvidos, na opinião do Departamento de Estado, deveriam agora apenas apoiar o esquema tal como está e preparar-se para pleitear um tratamento preferencial dentro do mesmo, o que poderia ser feito na regulamentação futura do Acordo de Princípio a ser obtido no Rio. Submeto a sugestão do Departamento de Estado a Vossa Excelência para oportuna consideração pela Delegação do Brasil à

A Delegação do Brasil na IV Sessão do Grupo Intergovernamental de Financiamento Suplementar realizou em Genebra de 21 a 25 de outubro de 1968, na representação de Sergio Paulo Rouanet, como delegado Permanente em Genebra e os delegados suplentes Secretário Jório Dauster Magalhães e Silva, da Embaixada de Praga, e o Secretário Paulo Roberto Barthel-Rosa da delegação Permanente em Genebra: a apresentação da agenda adotada e aprovada com o FMI para a demissão de 'inconvenientes', em relação às Agências Administradoras dos financiamentos internacionais, dos financiamentos compensatórios e demais políticas, no trânsito e acessos a créditos.

Esquemáticamente foram apresentados, da seguinte forma, os interesses do Brasil:

- a) A criação de ativo de reserva pelo estabelecimento de direitos especiais de saque (Special Drawing Rights SDR) a serem distribuídos pelo FMI que os administrará completamente desvinculados das transações normais dos países membros junto ao Fundo;
- b) Tecnicamente, a criação de nova liquidez para os países que aderirem ao esquema, será pela alocação de direitos de sacar, sobre determinadas moedas conversíveis mediante a entrega de suas moedas nacionais. Desta forma, a criação destes ativos consistem em verdade na ampliação de moedas que cumprirão a função de moedas de reservas, virtualmente limitado no momento ao dólar;
- c) A escolha das moedas contra as quais serão emitidos os direitos dependerá da posição de reserva e de balanço de pagamentos dos respectivos países, não se obrigando qualquer país a conceder moedas de seu país para tal fim em nível superior a 2 vezes a quota que lhe couber dentro do sistema;
- d) A distribuição desta nova reserva obedecerá a uma taxa percentual fixada para períodos básicos (quinqüênios) com a possibilidade de reajustamento inter-periódicos, sendo esta taxa uniforme para todos os participantes e baseada nas respectivas quotas junto ao FMI;
- e) Estas novas reservas têm sua aplicação limitada aos casos de atender a desequilíbrios no balanço de pagamentos ou a determinadas variações nos níveis das reservas totais e não com o propósito de alterar a composição das reservas (embora o mecanismo faculte a um país comprar a sua moeda em poder de outro, com a aquiescência destes);
- f) Os novos ativos de reserva têm a característica básica de serem recursos postos à disposição dos países membros, em troca de suas moedas nacionais. Nesse sentido, o esquema prevê uma espécie de criação de moeda internacional. Tecnicamente, este fato é fixado pelo tratamento dos SDR identicamente aos das tranches ouro dos países junto ao FMI. Não obstante, prevê-se, que o uso médio, líquido dos novos direitos de saque não poderá exceder em cada período quinqüenal, a 70% dos montantes líquidos atribuídos no mesmo período. Ultrapassado este limite, o membro será obrigado a reconstituir sua posição;
- g) Quanto ao processo decisório, fixa-se que decisões relativas às épocas de criação das reservas taxas de criação e a distribuição dos direitos especiais de saque será tomadas por maioria de 83% dos votos participantes, com o

objetivo prático de conferir o poder de veto aos países da CEE.²⁵⁵

O planejamento da legislação financeira internacional durante o governo de Castelo Branco, ademais da retirada de óbices e entraves do financiamento do país, contou com a produção de condições especiais para operações de créditos, com a finalidade de rediscussão do poder de veto. Tal articulação, com o objetivo de dar condições mais favoráveis, para o desenvolvimento dos planos e planejamentos do Governo Castelo Branco, bem como o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi estruturada em relações multidirecionadas que, corroboraram para a instrumentalização de recursos²⁵⁶ para a produção nacional, e como método de combate ao subdesenvolvimento. Tal agenda se estabeleceu em parcerias *a latere*²⁵⁷, e em relações em que o Brasil se comprometeu, com países como os Estados Unidos²⁵⁸, a produzir

²⁵⁵ CONFIDENCIAL. RELATÓRIO DA DELEGAÇÃO DO BRASIL À IV SESSÃO DO GRUPO INTERGOVERNAMENTAL DE FINANCIAMENTO SUPLEMENTAR. GENEBRA, 21 DE OUTUBRO DE 1968. ARQUIVO ITAMARATY, MRE, DOC 551.

²⁵⁶ Nesse ínterim, a diplomacia brasileira realizou pedido de revisão e reestruturação orçamentária do Itamaraty. Tal pedido consistiu na construção de uma agenda de alterações, de acordo com a variação do câmbio naquele período para o pagamento de dividendos do governo ao Ministério das Relações Exteriores. COPIA. MEMORANDUM PARA O SENHOR CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO. Em 5 de maio de 1966. CONFIDENCIAL. DO/72/651.5(00) 303. Alteração da taxa de conversão. No Memorandum confidencial DO/38, de 3 de março de 1966, dirigido ao substituto de Vossa Excelência, a Divisão do Orçamento alinhou algumas considerações sobre os efeitos ocasionados nas disponibilidades orçamentárias do Itamaraty, em moeda estrangeira, pelas constantes modificações na taxa de conversão aplicada às dotações distribuídas à Delegacia do Tesouro em Nova York.

²⁵⁷ A delegação do Brasil na IV Sessão do Grupo Intergovernamental, nas negociações paralelas à reunião de definição da reforma do sistema monetário, alguns países se manifestaram em acordo com as propostas de alteração do sistema de regulação de taxas múltiplas. Segundo o relatório: “O único resultado concreto da reunião, sol-disant Programa de Trabalho, decorreu dos trabalhos de um pequeno grupo, criado pela iniciativa da Delegação brasileira. Este pequeno grupo, embora aberto à participação de todos os membros do Grupo Intergovernamental, reuniu apenas os Delegados do Brasil, Gana, Índia, Paquistão, Reino Unido, República Federal da Alemanha e Estados Unidos da América, sob a direção informal do Relator, Delegado da Suíça”. CONFIDENCIAL. RELATÓRIO DA DELEGAÇÃO DO BRASIL À IV SESSÃO DO GRUPO INTERGOVERNAMENTAL DE FINANCIAMENTO SUPLEMENTAR. GENEBRA, 21 DE OUTUBRO DE 1968. ARQUIVO ITAMARATY, MRE, DOC Nº 551

²⁵⁸ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA. RECEBIDO. 28.222. DA EMBAIXADA EM WASHINGTON. EM/18/18/XII/67. CONFIDENCIAL. DPF/DAS/651.5(22). Diminuição das reservas de ouro dos Estados Unidos. 2248 - QUARTA-FEIRA - 14:15 (DPF-DAS) - Aditamento ao telegrama 2226. Os meios financeiros americanos continuam a manifestar a sua preocupação diante do relativo enfraquecimento do dólar causado pelo contínuo déficit do balanço de pagamento e ilustrado pelo recrudescimento da procura internacional de ouro. Sexta feira o ‘Journal of Commerce’ comunicava a iminência de uma modificação das regras do comércio internacional do ouro. Tal modificação consistiria em restringir a compra e venda do ouro por 35 dólares às operações dos Bancos Centrais criando um mercado paralelo do ouro entre particulares. Já no sábado o ‘Washington Post’ anunciava a criação de um pool do ouro de 1 bilhão de dólares de que participariam

novos acessos às reservas internacionais. Anos antes do primeiro choque do petróleo em 1973, Castelo Branco²⁵⁹ já agira interventivamente no estabelecimento de liquidez no sistema financeiro internacional, através da compra de moedas européias²⁶⁰, numa contraversão à formação do poderio capitalista da Europa, e na prevenção de uma nova escassez de capitais, mais tarde verificados na formação da Organização de Países Exportadores e Produtores de Petróleo (OPEP).

Nesse ínterim ocorreram continuas desvalorizações das moedas dos países em desenvolvimento, bem como o Peru, Uruguai e o Egito²⁶¹. E como medida de prevenção às desvalorizações: o Brasil passou a regularizar

sete Bancos Centrais e que se destinaria a enfrentar a atual onda especulativa. Em troca das quantias depositadas no pool os Bancos Centrais receberiam “certificados de depósito” que seriam considerados como parte de suas reservas de ouro. No domingo, porém, já estava desmentido o plano da véspera. O Secretário do Tesouro, Sr. Fowler anunciava o compromisso assumido pelos Bancos Centrais dos Estados Unidos, Reino Unido, Bélgica, Alemanha, Itália, Holanda e Suíça de lançar suficiente ouro no mercado de Londres para manter o preço do nível de 35 dólares por onça, trata-se apenas de novo compromisso. Destinado a desencorajar especuladores, do pool de ouro de 1961 a parcela Americana, após a saída da França, representa 59% do total. Não se cogita mais dos “certificados de depósito” anunciados no sábado. O conjunto da imprensa americana considera, contudo, que será difícil defender a longo prazo a atual posição do dólar em relação ao ouro caso continue o atual quadro de déficit do balanço de pagamentos e da pressão inflacionária. VASCO LEITÃO DA CUNHA. PROTOC: DANIEL, CLASS : MALUH, CRIP : NEIVA, DAT : SELMA ANDRADE, CONF : MALUH, XEROX : EM/19/XII/67.

²⁵⁹ O regime militar avançara no autoritarismo de Estado, e concentrara na Lei Decreto 200 toda a administração do país, beneficiando, em grande medida, a equipe econômica, que, por sua vez, auxiliou a promulgação de tal lei, dando ampla margem e espaço privilegiado a Roberto Campos e Otavio Gouveia de Bulhões. Tal marcha, estabeleceu o recrudescimento do regime militar, que promulgou os Atos Institucionais 1 e 2, que esvaziaram a participação política da vida do país; e o AI-3, esterilizou os partidos políticos na sua organização e participação no Poder Executivo, dando ao Ato Institucional-4, disposição, excepcional para cassações de mandatos e direitos políticos e a eleição dos futuros presidentes.

²⁶⁰ COPIA. Bruxelas, em 20 de junho de 1967. CONFIDENCIAL. Nº 297. Reforma do sistema monetário internacional. Senhor Ministro, em cumprimento às instruções contidas no despacho telegráfico a propósito da projetada reforma do sistema monetário internacional, tive uma entrevista com o Senhor Cecil de Stryker, Diretor da “Banque Nationale”, onde é basicamente formulada a política financeira externa da Bélgica. Nesse encontro, e complementarmente, em declarações públicas significativas do pensamento oficial do Governo deste país, foram colhidas as informações que adiante tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, acerca da posição belga com respeito à reforma indicada. (A.B.L. Castello Branco)

²⁶¹ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. CARTA-TELEGRAMA. RECEBIDA. DA EMBAIXADA EM LIMA. EM/22/26/IX/67. CONFIDENCIAL. DAM/DIPROC/DPF/650.(35). 651.5(35). Situação econômica do Peru. Desvalorização cambial. Influência sobre importações financiadas. PARA TOMAR CONHECIMENTO E DEVOLVER AO SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA. RECEBIDO. 24.501. DA EMBAIXADA EM MONTEVIDÉU. EM 6/6/XI/67. CONFIDENCIAL-URGENTÍSSIMO. DAM/DPF/DPC/DAS/DPB/DEOc/651.5(44) 651.5(04). 811.(74) (44). 822.1(44) (22). Desvalorização do peso uruguaio. SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. CARTA – TELEGRAMA. RECEBIDA. 10907 DA EMBAIXADA NO CAIRO. EM/23/XI/5/XII/67. CONFIDENCIAL. DEOC/DOP/DPF/ 651.0(60) 651.5(60). Desvalorização da libra esterlina. Rogo retransmitir ao Banco Central. RAUL FERNANDO BELFORD ROXO LEITE RIBEIRO

comissões financeiras²⁶², como rota alternativa, para a regulação do sistema financeiro internacional.

A primeira fase da articulação dos países árabes no controle do preço do petróleo foi pauta da agenda do desenvolvimento econômico do governo Costa e Silva.

3.2 A política externa financeira como vocação universal: Costa e Silva/Controle e Anti-Dumping Financeiro.

À medida que o governo militar seguia produzindo mais endurecimento no regime, recrudescendo pela concentração de poder nas mãos de militares e civis organizados²⁶³, na campanha nacional de desenvolvimento econômico, linhas mais intensas para o desenvolvimento das relações internacionais financeiras foram sendo traçadas, com o objetivo de tornar o Brasil um *player* definitivo das relações internacionais do sistema ONU.

O protecionismo que se formou nos anos de 1968-1969²⁶⁴, período

²⁶² SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA RECEBIDO. DA EMBAIXADA EM PARIS. EM 10/10/II/67. CONFIDENCIAL. DEOc/DPF/550/(85). 651.5(00) Comissão Mista Brasil - França.83 - Sexta-feira - 13HS00 - Referência telegrama N° 79, relativo à Missão do Ministro da Indústria e Comércio. Na entrevista que teve com o Ministro Paulo Egydio Martins, o Senhor Chambrun salientou a necessidade de o Brasil compreender o ponto de vista francês sobre a reforma do sistema monetário internacional, oferecendo-se para programar, se o Brasil o aceitasse, uma entrevista minha com o Ministro Debreh e um seminário para debate do tema por peritos franceses e brasileiros. Muito agradeceria instruções de Vossa Excelência sobre a conveniência e modalidade do início de diálogo bilateral franco-brasileiro sobre o assunto. A proposta do Ministro Chambrun prevê duas fases: contato inicial com o Ministro da Economia e Finanças, posteriormente, seminário cuja organização seria, possivelmente, debatida por ocasião desse primeiro contato. Seria necessário, portanto, que, ao iniciar o diálogo, esta Embaixada estivesse instruída sobre a substância do assunto, com informações sobre a posição brasileira relativamente às teses, bem como sobre a forma e foro para eventuais debates de que participaria o Brasil. A Embaixada está documentada sobre a posição francesa e o ponto de vista inglês. Estou solicitando à Embaixada em Washington informações sobre a posição americana. Acredito que o contato franco-brasileiro possa eventualmente conduzir a torná-la mais aceitável aos países em desenvolvimento. OLAVO DE BILAC PINTO

²⁶³ Ver, Ricardo Silva. *A ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. São Paulo: Editora Argos, 2004, p. 325.

²⁶⁴ O ano de 1968 foi marcado pelo surgimento de uma crise financeira internacional que alastrou aos demais países do sistema financeiro a partir das desvalorizações permanente do franco. A crise financeira, oriunda da França ocupa a agenda de todos os esforços macroeconômicos no biênio de 1968-1969, produziu análises no Pravda, e a declaração de Robert Macnmara sobre a necessidade de planejamento

incomum para a Política Internacional²⁶⁵, por conta das acentuadas manifestações sociais de repúdio a Guerra do Vietnã por parte dos jovens norte-americanos; o movimento feminista na luta pelo sufrágio universal; o assassinato de Robert Kennedy e Martin Luther King; a Primavera de Praga; o massacre de Tlateloco; a eleição presidencial que elegeu Richard Nixon presidente dos Estados Unidos; o conflito na Rua Maria Antonia, e a decretação do AI-5, no Brasil: formaram a reordenação dos “rumos” e dos parâmetros de crescimento econômico a médio e longo prazo, com redefinição da agenda de compromissos os países com o FMI, bem como a estabilização dos preços dos produtos de base, parte integrante do financiamento compensatório na Reforma do FMI no ano de 1970.²⁶⁶

familiar como parte das políticas de desenvolvimento mundial. SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 285. TELEGRAMA. RECEBIDO. DA EMBAIXADA EM PARIS. EM 19/20/III/68. CONFIDENCIAL. DPF/DAS/DEOc/651.5(00). 651.5(22). Crise do Ouro. Repercussões da Reunião de Washington. 137

²⁶⁵ Ver, Arnaldo Abílio Godoy Barreira Cravo. A Política Internacional da Revolução: 1964-1985. São Paulo, 2003, p, 89.

²⁶⁶ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES À EMBAIXADA EM WASHINGTON. CONFIDENCIAL-URGENTE. DPF/DPB/DPC/DAS/651.5(04). 651.6(04) Em 26 de setembro de 1968. Reunião Anual FMI-BIRD. Estabilização de preços de produtos de base. Aditamento ao telegrama Nº 1082. Para fins de assessoramento do funcionário dessa Embaixada ao Chefe da Delegação do Brasil à próxima Reunião Anual Conjunta FMI-BIRD, seguem comentários sobre o estudo do secretariado sobre estabilização de preços de produtos primários, com base em exame da versão preliminar do documento, mencionada no telegrama acima: 1) Observações de ordem geral: a) o fato mesmo da realização do estudo é positivo, na medida em que representa a primeira tentativa, por iniciativa própria, de participação direta das mais importantes instituições financeiras internacionais nos esforços multilaterais de estabilização de preços desses produtos. b) nessas condições, é digna de estímulo a atenção do FMI-BIRD sobre o assunto, ainda que, a curto prazo, disso resulte apenas o surgimento de um foro adicional para a ação reivindicatória dos países em desenvolvimento com relação aos problemas de produtos de base; segundo os princípios e a filosofia da UNCTAD; c) a primeira parte do documento, analítica e geral, descreve de forma bastante satisfatória os problemas do mercado internacional de produtos primários segundo a perspectiva tradicionalmente adotada em organismos internacionais para o trato técnico da questão. Nesse sentido, a menção explícita aos problemas de restrição do acesso a mercados e dos obstáculos ao comércio desses produtos, impostos pelos países desenvolvidos, é aspecto positivo do trabalho. e) o diagnóstico do problema geral da instabilidade dos mercados de produtos de base, no entanto, não chega a suas últimas conseqüências: os resultados das políticas protecionistas dos países desenvolvidos, as distorções provocadas por regimes de comercialização inadequados em vários países produtores, os efeitos nocivos da ação especulativa em bolsas, os ajustes do “trade” privado para divisão de mercados e depressão dos preços, são, entre outros, aspectos fundamentais do problema ignorados pelo documento; f) essas deficiências do diagnóstico se acrescenta a limitação decorrente da premissa básica, adotada no relatório, de que a ação a ser desenvolvida não deve implicar em alteração dos estatutos vigentes do Fundo, que, de um modo geral, sabidamente carecem da flexibilidade necessária à implementação de esquemas estabilizados de mercado, de natureza alegadamente “consessional”, do ponto de vista dos países desenvolvidos pelo menos; g) em conseqüência, a parte segunda do documento, ao sugerir as diretrizes da participação do Fundo e do Banco Mundial em programas de estabilização de preços, praticamente se cinge a apresentar uma única inovação, e assim mesmo de caráter doutrinário, a saber, o reconhecimento do princípio de que o Fundo pode e deve conceder financiamento para o estabelecimento de estoques reguladores; h) a este respeito, por exemplo, é relevante a alegada limitação estatutária segundo a qual o Fundo não pode conceder empréstimos às organizações administradoras de acordos de produtos de base, mas sim apenas diretamente aos Membros do Fundo, no contexto de suas

A indicação de Antonio Delfim Neto para o Ministério da Fazenda, pela equipe de Roberto Campos e Bulhões, e a escolha por Artur da Costa e Silva para Presidente da República e Pedro Aleixo Vice-Presidente redefiniu a política externa financeira de Castelo Branco, no sentido de retirá-la da agenda diretamente estabelecida com os Estados Unidos, para torná-la nacionalmente vertida e organizada para o desenvolvimento de metas acordadas no “padrão FMI”.

Nesta formação de governo, o Brasil abriu distância em relação aos países em desenvolvimento, em crise financeira, como o Paraguai e a Argentina no primeiro e segundo semestre do ano de 1968 e também em relação a países europeus, como a França e a Alemanha.²⁶⁷

Ainda que tal política de concentração de desenvolvimento econômico, não tenha minorado o agravamento das crises sociais, e a radicalização do autoritarismo na promulgação do quinto Ato Institucional que em 1969, tenha concentrado maior repressão, multiplicando a luta armada no país: a política externa financeira do Brasil consolidou no poder financeiro internacional o “milagre econômico brasileiro” neste mesmo ano.

No relatório preparado por Nelson Rockefeller em sua viagem pelo Hemisfério Ocidental, “As Condições de Vida Nas América” o então governador de Nova Iorque sugere ao presidente Richard Nixon a cooperação financeira integral aos países do continente. Segundo Rockefeller,

Os Estados Unidos deverão cooperar, apoiando integralmente as organizações regionais entre as nações do Hemisfério Ocidental. Recomendações para Providências: a) Quando solicitados, os Estados Unidos devem encorajar as organizações regionais, prestando assistência financeira e técnica, bem como apoiando os programas relativos ao desenvolvimento industrial, agrícola, educacional e científico. B) A fim de facilitar essa cooperação, os Estados Unidos devem indicar

relações normais, com o que poderia estabelecer-se um vínculo de condicionalidade entre a aprovação pelo Fundo das políticas internas de produtos de base dos Membros e a concessão a estes dos empréstimos em causa; 1) em suma, as premissas adotadas não permitem que o relatório atinja as causas estruturais da instabilidade de preços de produtos primários, limitando-os a medidas paliativas de re-equilíbrio a curto prazo das flutuações de receitas derivadas dessa instabilidade.

²⁶⁷ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. CARTA-TELEGRAMA. RECEBIDA. 12965. DO CONSULADO GERAL EM ASSUNÇÃO. EM/7/9/II/68. CONFIDENCIAL. DAM/DPF/DPO/651.5(43). Desvalorização do Guarani. CT - 42 - QUARTA-FEIRA - 9,30 HORAS - Soube ontem, de fonte militar, que o guarani muito provavelmente será desvalorizado pouco depois das eleições presidenciais que se realizam domingo próximo, dia 11, devendo o valor oficial do dólar passar de 126 para 150 guaranis. MELLILO MOREIRA DE MELLO. PROTOC: EDITN. CLASS: EDITH.DAT:SILEDA. Argentina. Medidas Econômico-Financeiras. Desvalorização do Peso.

SECRETÁRIOS ASSISTENTES DOS ASSUNTOS DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL para as nações do CCA, da ALALC e para as nações do Caribe. Como toda cooperação efetiva depende essencialmente de contatos pessoais mais freqüentes, facilidades adequadas de transporte aéreo para Secretários-Assistentes e líderes na região contribuíram para melhores relações e entendimentos. (ROCKEFELLER, 1969: 57)

A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), concluiu que a participação dos países da região, no plano internacional, contribuiria estruturalmente, para a ampliação de comércio e finanças, em rumo e diretriz para os debates sobre o desenvolvimento destes países. A “Cooperação Monetária Latino-Americana”, na Reunião do Comitê Técnico Especial de 10 de julho de 1969, salientou que:

1. Os déficits dos balanços de pagamentos dos países latino-americanos não são do tipo que se possa esperar, ou seja, reversíveis a curto e médio prazo.
2. Todos os países da área estão no processo de desenvolvimento, apresentando, assim, hiatos de recursos e balanço de pagamentos que exigem a contribuição dos países desenvolvidos para que se acelere o progresso econômico em cada um deles.
3. Sobre o primeiro argumento, permite-se lembrar que a reversibilidade dos déficits a curto e médio prazos, mesmo se no caso de países sub-desenvolvidos, é a premissa em que se baseia o funcionamento do FMI. Se os déficits dos países latino-americanos não fossem reversíveis a curto e médio prazo, seria forçoso reconhecer que seria impraticável recorrer ao FMI para atender tais déficits não transitórios de balanço de pagamentos. Nesse caso, maior ainda seria a necessidade de se criarem mecanismos regionais, com recursos regionais, para atender tais dificuldades de pagamentos.
4. Ao se levantar esse primeiro argumento contra qualquer contribuição dos países latino-americanos para compor o montante necessário à operação de um mecanismo destinado a atender a déficits dos balanços de pagamentos, se teve em tendência de longo prazo, características das deficiências estruturais dos países em desenvolvimentos, as quais certamente não poderão ser mitigadas por nenhum mecanismo monetário.²⁶⁸

Políticas de desenvolvimento do Brasil contam com a participação e apoio de alguns países latino-americanos, e outros países parceiros no sistema multilateral, visto que são referendadas como questão de Segurança Nacional, como pode ser visto na Reunião do FMI no Rio de Janeiro em 1967²⁶⁹. A

²⁶⁸ CHEFE DA DIVISÃO DA ALALC. 10 DE JULHO DE 1969. CONFIDENCIAL-URGENTÍSSIMO. DOC 651.5 (20) COOPERAÇÃO MONETÁRIA LATINO-AMERICANA. REUNIAO DO COMITÊ TÉCNICO ESPECIAL. PREPARAÇÃO DE INSTRUÇÕES.

²⁶⁹ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. MEMORANDUM para o Sr. Chefe do Departamento Consular e de Imigração. Em 9 de agosto de 1967. CONFIDENCIAL. URGENTE. DPp/85. Reunião do Fundo Monetário Internacional, do BIRD e organismos afins, no Rio de Janeiro.

iniciativa brasileira da reforma do sistema financeiro internacional demonstra a flexibilidade dos dispositivos para a produção de investimentos, e evidenciam o compromisso do Brasil em se organizar, ao longo de ciclos, na convergência, rearticulação e reforma da organização do poder financeiro internacional, e dele na formação de 'compromissos internacionais' sempre ordenados no princípio da vocação universal, ponto nevrálgico das instituições brasileiras²⁷⁰.

A aprovação do Decreto-Lei nº 581, com a rubrica de Costa e Silva, Antonio Delfim Neto e José Magalhães Pinto, que sancionou a Emenda do Convênio Constitutivo do FMI, autorizando o funcionamento, de diretrizes cambiais, a negociação de moeda estrangeira²⁷¹, e as normas para Balanço de Pagamentos reforçou o funcionamento da legitimidade intergovernamental, que induziria o Brasil na epopéia do grande crescimento e poder financeiro que logo se formaria no início dos anos 70, do milagre econômico e que ficou registrado em letra de lei, da seguinte forma:

1. Fica autorizado o depósito junto ao Fundo Monetário Internacional de um instrumento pelo qual o Governo declara aceitar tôdas as obrigações que caibam aos participantes da Conta Especial de Saque e que tomou as medida legais necessárias a tornar efetivos no seu próprio território os princípios estabelecidos na Emenda de que trata o Artigo 1º dêste Decreto-lei, bem como a permitir o cumprimento das obrigações acima referidas.
2. As distribuições de Direitos Especiais de Saque que venham a caber ao Brasil e os demais recebimentos ou receitas, a qualquer título, em Direitos Especiais de Saque que o Brasil venha a auferir serão creditados em conta aberta no Banco Central do Brasil, à qual serão debitados os cancelamentos, os pagamentos, e as entregas de Direitos Especiais de Saque que o Brasil venha a fazer.
3. Fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto a compra e venda de ouro e quaisquer operações em Direitos Especiais de Saque e em moeda estrangeira.

Muito agradeceria a Vossa Excelência habilitar-me a responder à consulta que me foi feita pelo Senhor Hugo Brasil Cantanhede, Coordenador da próxima Reunião Conjunta do BIRD, do Fundo Monetário Internacional, da Corporação Financeira Internacional e organismos afins, a realizar-se em setembro vindouro nesta capital, no tocante à concessão de visto a delegados e outros participantes desse certame que hajam nascido em países da Cortina de Ferro e em Cuba.

²⁷⁰ Ver, Raymundo Faoro. Os Donos do Poder. São Paulo: Editora Globo, Publifolha, 2000, pp, 361-368.

²⁷¹ Na fase inicial do milagre econômico, moedas européias como o franco e o marco continuavam em franca desvalorização e as políticas de expansão monetária da França e da Alemanha tomaram a agenda dos países desenvolvidos para a necessidade de reforma monetária internacional a partir dos anos de 1970. SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. CARTA-TELEGRAMA. RECEBIDO. 15.154. DA EMBAIXADA EM PARIS. EM/29/XI/68. CONFIDENCIAL. DPF/ 651.5 (85) 651.5(85). Crise do franco. Controle cambial, CT - 148 - DEOc/DPF

4. Ser depositário das reservas oficiais de ouro de moeda estrangeira e de Direitos Especiais de Saque e fazer com estas últimas tôdas e quaisquer operações previstas no Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional.
5. Atuar no sentido de funcionamento regular do mercado cambial, da estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos, podendo para esse fim comprar e vender ouro e moeda estrangeira, bem como realizar operações de crédito no exterior, inclusive as referentes aos Direitos Especiais de Saque, e separar os mercados de câmbio financeiro e comercial.²⁷²

3.3 A política externa financeira como vocação universal: Médiçi/A crise internacional e o milagre econômico.

A combinação dos saldos positivos do pragmatismo da política externa, bem como a recepção do desejo do Equador a Diretoria do FMI²⁷³; a apresentação da proposta da Romênia em fazer parte do Banco Mundial ainda com dívidas com a União das Repúblicas Soviéticas Socialistas²⁷⁴; a

²⁷²Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0581.htm>. Acesso em: 15.mai.2011

²⁷³ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. CARTA-TELEGRAMA. RECEBIDA. 13.690. DA EMBAIXADA EM QUITO. EM/5/18/1969. CONFIDENCIAL. DPF/DAN/651.5(04). 651.6 (04). Candidatura equatoriana à diretoria do FMI e do BIRD pelo sistema de rotatividade. CT-117/DPF/DAM - O Senhor Joaquim Zevallos Menendêz, Gerente do Banco Central, anunciou à imprensa que o seu país pleiteará a eleição de um equatoriano para o posto de Diretor Executivo do Fundo Monetário Internacional ou do Banco Mundial, em representação dos países com os quais forma chave naqueles organismos. No FMI, o Equador participa do grupo constituído pela Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai, enquanto no Banco Mundial, seus parceiros do bloco são o Brasil, Colômbia, República Dominicana e Filipinas. Segundo declarou o Gerente do Banco Central, há muito tempo o Equador vem-se abstendo pela adoção de um sistema de rotatividade para a designação dos Diretores Executivos e Alternos perante os organismos financeiros e internacionais. Essa aspiração, que contaria com o apoio de muitas nações nas Américas do Sul e Central e das Filipinas, teria sido incluída na agenda da reunião dos Governadores realizada em São Domingos e aprovada, em princípio, apesar “das resistências de vários países”. Restaria agora, segundo a mesma fonte, realizar as necessárias gestões junto às Chancelarias dos países integrantes das chaves que faz parte o Equador para que se possa concretizar uma candidatura equatoriana nas eleições que terão lugar em 1970. O entrevistado considerou o sistema anterior como injusto para os países de menor poder econômico, condenados a um permanente afastamento das responsabilidades dirigentes dos órgãos financeiros mundiais. Como exemplo dessa marginalização, citou o fato de que somente no período de 1950 a 1950, este país foi autorizado a designar um Diretor Executivo do Banco Mundial, na pessoa do então Gerente do Banco Central, Senhor Guillermo Pérez Chiriboga. RUBENS RICUPERO. PROT/ESTER SANTOS. CLASS/ESTER SANTOS. DAT/PAULINO. CONF/DINA. XEROX/CLAUDIR. EM/18/XI/1969. SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. CARTA-TELEGRAMA. RECEBIDA. 13.690. DA EMBAIXADA EM QUITO EM/5/18/969/PAG. 2

²⁷⁴ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA. RECEBIDO. 19.955. DA EMBAIXADA EM WASHINGTON. EM/29/VIII/4/IX/69. CONFIDENCIAL. DPF/DOR/651.5(04)Candidatura da Romênia ao Banco Mundial. 1557 - SEXTA-FEIRA - 16:15 - Aditamento ao telegrama número 1523. Segundo informação prestada informalmente por funcionário do Banco Mundial a funcionário desta embaixada, a Romênia também manteria contatos

interlocução da estabilidade econômico-financeira do Peru²⁷⁵; somatizados aos ajustes da política econômica nos anos de 1960²⁷⁶: encaminhou para um gradual emaranhamento, a relação do Brasil com o Fundo Monetário Internacional²⁷⁷. Com a melhora da situação externa do Brasil no fim dos anos

regulares com o Banco Mundial com vistas à sua inscrição. O Governo Romeno teria manifestado interesse em tornar-se membro do Banco ET FMI, mas o principal obstáculo residirá na dificuldade política de fornecer estatísticas sobre comércio exterior conforme exige o regulamento do Banco. A publicação de tais estatísticas acarretaria problemas políticos para o Governo Romeno, na medida em que tornaria pública a extensão da dívida externa soviética com a Romênia. MARIO GIBSON BARBOSA. NOTA: ESTE TELEGRAMA CHEGOU TRUNCADO E FOI PEDIDO REPETIÇÃO, QUE SÓ CHEGOU HOJE, SEGUIU CÓPIA ANTECIPADA PARA A DPF. PROT: MARIA JOSÉ, CLAS: MALUH, CRIP: FLAVIA, DAT: GISELDA, CONF: DINAXEROX: SALVADOR. EM/4/XI/69
²⁷⁵ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. CARTA-TELEGRAMA. RECEBIDA. 6457. EMBAIXADA EM LIMA. EM/30/V/4/VI/69. CONFIDENCIAL-URGENTE. DAm/DPF/650.(35) 651.5(4) 651.(35). Política econômico-financeira peruana. CT-111. O representante do Fundo Monetário Internacional no Peru, Senhor Waldemar de Moraes de nacionalidade brasileira, segue hoje para Washington, chamado para consultas. O referido Senhor, em caráter absolutamente confidencial, disse ao Chefe do Setor Comercial desta Missão que muito provavelmente o Peru não se utilizará de nova quota do acordo de “stand-by” com FMI e que ele até agora não havia sido recebido pelo Ministro da Fazenda, General Morales Bermudez. Acrescentou, ainda, não encontrar explicação para tal atitude do Ministro da Fazenda, pois a política econômico-financeira que vem ele adotando “é mais conservadora do que a que recomendaria o Fundo”. ANTONIO CARLOS DE ABREU E SILVA. PROTOCOL – MARLI, CLASSIF. – VALQUIRIA, DATILOG - FOURAUX, CONF - DINAXEROX – SALVADOR. EM/4/VI/69

²⁷⁶ Roberto Campos sobre a década de sessenta, tratou que: “Se meu papel de ideólogo liberal abrangeu quase duas gerações, meu tempo efetivo de exercício do poder de mudar acontecimentos foi bastante limitado: na construção do BNDE, nos governos Vargas e Café Filho, no planejamento e execução das metas do governo Kubitschek, e sobretudo no governo Castello Branco (1964-1967). Foi neste último que se deslanchou um processo de reestruturação econômica e institucional que, se perseguido sem desfalecimentos, ter-nos-ia lançado numa trajetória de desenvolvimento rápido e auto-sustentado. CAMPOS, Roberto de Oliveira. “*A lanterna na Popa*”. Rio de Janeiro. Editora Topbooks. 1994.p. 21. Bresser Pereira sobre a recuperação econômica dos anos 60 tratou a sua maneira e da seguinte forma: “Vimos que a taxa de crescimento da renda, que se mantivera em níveis extremamente elevados até 1961, começou cair verticalmente a partir de 1962. O período de 1963 a 1965 foi de grave crise econômica. A renda *per capita* brasileira cresceu a taxas negativas nesses três anos. De um modo geral, o desempenho da economia brasileira, entre 1962 e 1967, é bastante desfavorável. Especialmente a partir de 1968, porém, entramos em uma fase de decidida recuperação econômica. Nesse ano, em 1969 e 1970 a renda cresceu às elevadas taxas de 8,4%, 9% e 9, 5%, respectivamente”. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “*Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1983*” São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 189.

Maria da Conceição Tavares, sobre o mesmo período, revelou que: “O capitalismo brasileiro, após uma importante ruptura em seu esquema político, parece haver conseguido tirar maior proveito de seu poder de controle sobre as variáveis-chave da acumulação e modernização, conseguindo, além disso, alcançar um lugar modesto, embora relativamente privilegiado, no novo esquema de divisão do mercado regional e internacional que se vem processando através das corporações multinacionais”. In SERRA, José. *América latina: Ensaios de Interpretação Econômica*. São Paulo. Editora Paz e Terra (1979). P. 248.

Mário Henrique Simonsen em “*Ensaios Sobre Economia Política e Política Econômica: 1964-1969*” observou que: “É bem verdade que, em 1969, o Governo desenvolveu sérios esforços no sentido de conter seus déficits e de abrandar a expansão monetária, e que os resultados desses esforços, foram parcialmente frustrados pelas más safras – um fator aleatório que amiúde perturba os melhores programas de estabilização. Tudo indica porém, que 1970 será um ano bastante favorável em matéria de expansão do produto agrícola. É de se esperar que, com essa condicionante favorável, o país consiga descer novo degrau na taxa de inflação, livrando-se daquela faixa de 20 a 25% ao ano que, por mais eufórica que se possa mostrar a curto prazo mina os melhores esforços de crescimento a prazo longo”.

²⁷⁷ A cooperação em nível técnico fundamentou o cumprimento de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e pelos demais países latino-americanos e serviu de base para o estabelecimento de diretrizes políticas do FMI. COPIA. CHEFE DA DIVISÃO DA ALALC. 10 de julho de 69.

60 e começo dos 70: tornaram os acordos com o FMI complexos, logo na inicial fase do apogeu econômico (1969). O milagre econômico brasileiro formou responsabilidade sob uma série de compromissos que se tornaram basilares do modelo implantado por Delfim Neto, com a mão-de-ferro²⁷⁸ de Emilio Garrastazu Médici e a determinação nacionalista do então Ministro de Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa capazes de impulsionar o Brasil a “cruzar por dentro” a crise financeira internacional de 1969²⁷⁹.

Cinco ajustes, entre Decretos e Leis²⁸⁰, foram promulgados por Médici, Gibson Barbosa e Delfim Neto, no intuito de fortalecimento da resistência financeira do Brasil. Inicialmente, a articulação econômico-industrial dos países da região do Prata, com o Tratado do Prata que, selou o compromisso de pacificação de investimentos para Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia foi acompanhado de um ciclo de novos decretos que estabeleceram, prioritariamente, um orçamento plurianual. Este orçamento foi apresentado e

CONFIDENCIAL-URGENTÍSSIMO. DALALC/ Cooperação monetária latino-americana. Reunião do Comitê Técnico Especial. Preparação de instruções.

²⁷⁸ Para Cíntia Vieira Souto, a diplomacia do interesse nacional foi conduzida por Médici que conciliou o desenvolvimento nacional com o capitalismo internacional. Segundo a autora: “A política externa do governo Médici, denominada diplomacia do interesse nacional, teve caráter próprio não completamente assimilável a nenhum outro dos governos militares. Os articuladores dessa política externa resolveram, de certa forma, o impasse criado pelas diretrizes diplomáticas dos dois primeiros governos militares. Rejeitando a interdependência que cerceava a soberania nacional e o terceiro-mundismo reivindicatório, problemático no contexto do sistema capitalista, Médici conciliou a idéia de um desenvolvimento com o capitalismo, do qual pretendia participar como um importante protagonista. (SOUTO, 2003: 121)

²⁷⁹ O câmbio negro em Israel por conta do déficit do comércio exterior e a conseqüente diminuição das reservas de divisas; a tentativa de paridade e revitalização do marco durante as eleições alemãs e as continuas desvalorizações do franco francês formaram os principais eventos da crise internacional, insistentemente comunicada por Embaixadores como Paulo Nogueira Batista. SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. CARTA-TELEGRAMA. RECEBIDO. 7318. DA EMBAIXADA EM TEL-AVIV. EM/18/24/VI/69. CONFIDENCIAL. DOP/DPF/651.5(55a). Câmbio do dólar em Israel. CT - 132 - DOP -

²⁸⁰ Esquemáticamente, os decretos foram estabelecidos na seguinte ordem: 1) Decreto nº 67.084, de 19 de Agosto de 1970. Promulga o Tratado da Bacia do Prata, selando o desenvolvimento harmônico de atividades econômico-industriais na região, das partes contratantes: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. 2) Lei nº 5.753, de 3 de Dezembro de 1971. Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1972/1974, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 60 da Constituição e com o artigo 5º do Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969. 3) Decreto nº 69.948, de 17 de Janeiro de 1972. Estabelece normas de execução orçamentária, disciplina a programação financeira do Tesouro Nacional no exercício financeiro de 1972 e dá outras providências. 4) Decreto nº 70.506, de 12 de Maio de 1972. Promulga a Convenção com a França para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento. 5) Decreto-Lei nº 1.313, de 28 de Fevereiro de 1974. Reajuste do funcionalismo do Executivo. Art. 1º São majorados em 20% (vinte por cento) os atuais valores de vencimento, salário, provento e pensão do pessoal ativo e inativo, dos Ministros de Estado, dos Membros da Magistratura, do Tribunal de Contas da União, do pessoal civil docente e coadjuvante do magistério do Exército e dos pensionistas, decorrentes da aplicação do Decreto-lei nº 1.256, de 26 de janeiro de 1973, ressalvados os casos previstos nos artigos 2º, 6º e 8º deste Decreto-lei, bem como o atual valor do soldo de que trata o artigo 148 da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972.

aprovado em 1971, e constituiu a espinha dorsal do milagre econômico. As operações de crédito com o FMI foram somatizadas aos recursos do Tesouro, dando ao crescimento econômico, o desconto da discriminação de despesas capitais por parte dos Ministérios, que por sua vez foram taxados no cumprimento de prevenção de evasão fiscal em matéria de impostos, recebendo para tanto: 20% de reajuste no seu funcionalismo público no limiar entre o governo Médici e Governo Geisel como aponta a letra dos Decretos, Leis e Decretos-Lei do Orçamento Plurianual.

Tal incremento na atividade econômica no país repercutiu favoravelmente ao Brasil e a manutenção de um crescimento econômico, da vez, entre os players mundiais, consolidou, no quadro administrativo montado no FMI a possibilidade em se ter a conversibilidade do cruzeiro²⁸¹ nas relações monetárias internacionais: ainda que a crise financeira e monetária da Argentina, estabelecida entre o ano de 1971 a 1973 tenha trazido muitos transtornos com as permanentes desvalorizações do peso argentino, com o aumento do custo de vida com dependência de produtos e bens amparados pela ALALC e com a crise do dólar e da economia norte-americana comunicada pelo então Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira²⁸².

Ainda assim, o Departamento de Política Financeira do Itamaraty (DPF-MRE) entendeu sobre a crise financeira de 1971 que,

Agravam o problema com a disparidade de situações nos diversos países da CEE - Comunidade Européia -, alguns dos quais como a França e a Itália, que organizaram monopólios estatais, enquanto outros mantêm o regime de livre comércio. Quaisquer progressos nas negociações nesse setor exigiriam previamente harmonização dos diferentes regimes fiscais aplicados pelos países membros da CEE. Quanto a formação de áreas de tratamento tarifário preferencial da NCE, países Associados da África é possível de ampliação nos países da EFTA, considerada discriminatória e Neo-Colonialista pelos americanos, afirmou Von Braun que tiveram de “engolir” o argumento segundo o qual jovens nações independentes da África, desprovidas da “proteção” das metrópoles, “cairiam no vácuo que seria rapidamente preenchido por outras potências se os países europeus não lhes assegurassem um mínimo de vantagens comerciais, assistência técnica e financeira”.²⁸³ Os choques de doutrina, de ambições pessoais, de

²⁸¹ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. A BRASEMP PARIS. CONFIDENCIAL. Em 10 de 9 de 1970. DPF/551.5. Telegrama nº 389. Conversibilidade do cruzeiro. Conversações entre Ministério da Fazenda e FMI. Resposta ao seu telegrama 327. Não tenho conhecimento de conversações entre o FMI e o Ministério da Fazenda a respeito de plena conversibilidade do cruzeiro. EXTERIORES.

²⁸² SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA RECEBIDO. 9.308. DA EMBAIXADA EM BUENOS AIRES. EM/30/VI/1/70. CONFIDENCIAL. DPF/DALALC/DBP/651.5(41) Desvalorização do Peso argentino. Mensagem do Ministro Economia.

²⁸³ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA RECEBIDO. 00386. DA EMBAIXADA EM BONN. 14.01.1972. CONFIDENCIAL. DPF/DPC/DEOC/DAS.

lutas de personalidade que, no partido dominante de coalizão, se fizeram desde logo evidentes, deixaram a uma interpretação à primeira vista maliciosa, mas eventualmente legítima, de que aquela omissão de justificativa pela esperança de que a crise, pelas suas seqüelas, viria a fortalecer, por via oblíqua, os setores que, fielmente, impuseram a solução de flutuação cambial.²⁸⁴

Entretanto a flutuação cambial na Europa nasceu da expansão comercial, financeira e monetária da Alemanha que adotou unilateralmente²⁸⁵ o sistema de flutuação do marco pela RFA contrariamente e frontalmente a política comunitária de união econômica e monetária da Europa. Tal medida foi responsável por um grande afluxo de dólares em relação ao marco, expandindo a inflação interna e alargando as margens do crescimento econômico independente²⁸⁶. Esta vantagem trouxe melhores posições competitivas da indústria alemã no mercado mundial.²⁸⁷ Contudo, a

SITUAÇÃO MONETÁRIA INTERNACIONAL POSIÇÃO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.

²⁸⁴ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA, RECEBIDO. 60300. BRASEMB-WASHINGTON. 25.05.1971. CONFIDENCIAL. DPF/DPC/DEOC/DAS. A CRISE MONETÁRIA E AS SUAS REPERCUSSÃO SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA, RECEBIDO. 14.082. DA EMBAIXADA EM BONN. EM/11/11/V/71. CONFIDENCIAL. G/SG/AAE/DPF/651.5(41) Situação cambial. Paridade do marco. 328-3-16:45 - Aditamento ao meu telegrama 322. A cotação oficial do dólar no mercado de Frankfurt baixou, ontem, no curso de algumas transações. A mais de 5 % com referência à paridade de 3,63 antes prevalecente. Ao encerrar-se o dia, alcançou 3,52, o que equivale a uma revalorização do marco da ordem de 3%. Esta, conforme informei, é a margem mínima de flutuação do dólar que o Governo alemão pareceria, no momento, disposto a tolerar. O Ministro Schiller reafirmou, em declaração à imprensa, a interinidade do sistema de flutuação de câmbio e constituir objetivo de Bonn voltar à paridade anteriormente existente. Com a finalidade de estimular a saída de capitais especulativos, o Governo alemão decidiu, aliás, proibir o pagamento de juros sobre contas de não residentes em Bancos alemães. As transações de dólar entre Bancos se fizeram, contudo, a taxas inferiores àquelas verificadas no mercado oficial. Nos Guichets bancários e das agências de viagem, o dólar manual chegou a 3,40. As medidas do Governo alemão não estão sendo interpretadas nos meios financeiros como capazes de promover, pelo menos a curto prazo, a saída dos capitais especulativos. A expectativa dominante, nesses círculos, é ainda de uma revalorização formal do marco. Prova-o abundantemente, a entrada de mais de bilhão de dólares no mercado alemão no dia de ontem. Hoje, pela manhã, a cotação oficial do dólar subiu ligeiramente para 3,55, mas nesse mercado, somente foram transacionados 10 milhões de dólares. Declarações do Presidente do Banco Central, Sr. Klasen, reclamando esta manhã medidas suplementares do Governo alemão na luta pela estabilização da moeda, vem de certo modo, confirmar as expectativas dos que confiam na fixação de uma nova paridade. Segundo o Senhor Klasen, sem medidas suplementares de controle, será difícil voltar, através da flutuação, à paridade anterior. FRAZÃO. NOTA DA DCo: Seguiu cópia antecipada para GBB

²⁸⁵ A convenção estabelecida no FMI, em *Paridades* determina nas obrigações referentes a regimes de câmbio a decisão por maioria das condições econômicas do sistema financeiro internacional em paridades estáveis e ajustáveis, com o objetivo de criar *zonas de liquidez capital* Article IV - Obligations Regarding Exchange Arrangements, Section 1. General obligations of members. Fonte: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/aa/aa04.htm#4>

²⁸⁶ Durante essa crise, Paulo Nogueira Batista, da Embaixada em Bonn, creu que a, “Intervenção do Banco Central no mercado de divisas, através da venda moderada, e paulatina de dólares, de modo a provocar a queda de valor daquela moeda em relação ao marco e a conseqüente evasão das enormes reservas de dólares especulativos e inflacionários, foi seguida, depois de um período prolongado de flutuação, da volta à antiga paridade”. Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA. DA EMBAIXADA EM BONN, 15463. EM 21.05.71.CONFIDENCIAL.URGENTE.DHP/DPF. QUESTÃO CAMBIAL. PAULO NOGUEIRA BATISTA.

²⁸⁷ SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA, RECEBIDO.

desestabilização do sistema financeiro internacional dos anos anteriores ampliara o excesso de liquidez que, impulsionou o grande crescimento econômico mundial, suficientemente capaz de dar mais valorização a moedas como o franco suíço²⁸⁸ e a formar nos países em desenvolvimento a atividade econômica aquecida que beneficiou o consumo e as demandas.

Mesmo que o domínio do Xá Reza Pahlevi no Irã²⁸⁹ sobre a oferta de petróleo tenha revertido os baixos preços, em aumentos substanciais desse óleo, a expansão de liquidez gerada com o aporte de capitais para a manutenção das demandas de petróleo foi revertida em financiamento via sistema financeiro internacional aos países em desenvolvimento²⁹⁰ como o Brasil que se beneficiou dos fartos créditos repassados pelos países desenvolvidos que, por sua vez desbarataram o poder dos petrodólares repassando-os ao sistema, apregoando a necessidade de renovação de combustíveis como peça-chave da política de desenvolvimento global, como inclusive expôs Ernesto Geisel na apresentação do II PND, Plano Nacional de

13.863. DA EMBAIXADA EM BONN. EM/7/8/V/71. CONFIDENCIAL. GSG/AEE/DPF/651.5(81a) Paridade do marco. 322-6-18:45 - Aditamento às comunicações sobre o assunto. O Governo alemão adiou a decisão a respeito da crise monetária para depois da reunião de Ministros da comunidade, a realizar-se amanhã, em Bruxelas, por iniciativa, ao que transpirou, da Holanda. Reuniu-se esta manhã o gabinete, com a presença do Presidente do Conselho do Banco Central, para acertar as posições que a República Federal da Alemanha defenderá em Bruxelas. O Porta-Voz oficial do Governo revelou que o Ministro da Economia VG Professor Karl Schiller, favorece a solução flexibilidade cambial, enquanto o Presidente do Conselho do Banco Federal, apoiado pela indústria, preferiria medidas de controle cambial, através da aplicação da lei de estabilização da economia.

²⁸⁸ SECRETARIA DE ESTADODAS RELAÇÕES EXTERIORES. À DELEGAÇÃO EM GENEVRA. CONFIDENCIAL-URGENTE. Em 12 de maio de 1971. DO/651.5(89). Revalorização do Franco Suíço. Reajustamento da Remuneração dos funcionários. Refseutel 463. Assunto está sendo examinado pelo Itamaraty em conjunto com o Ministério da Fazenda levando em conta não apenas o caso da Suíça, mas também de outros países que tiveram suas moedas valorizadas. EXTERIORES.

²⁸⁹ Ver, Mauricio Tragtenberg. O Xá está Frio. In: A falência da Política. São Paulo: Editora UNESP, 2009, 345-348.

²⁹⁰ Os países em desenvolvimento neste período contaram com a fortuna de um crescimento econômico sem reservas de mercados, e a guisa de nichos e zonas de capital financeiro puderam seguir recebendo, oferecendo e desenvolvendo créditos extraordinários junto ao sistema financeiro internacional. Antonio Francisco Azeredo da Silveira chamou à atenção sobre o esvaziamento de sentido econômico para o desenvolvimento dos países, ainda durante esta crise de 1971. A desestabilização no Governo de Alejandro Agustín Lanusse já teria se espalhado para a política interna, e convulsionado o país a uma crise sobre a sua própria condução política. Segundo Azeredo da Silveira: “Na realidade, à medida que a crise econômico-financeira se agrava e que continua a inexistir uma orientação de política econômica definida e clara – seja liberal, desenvolvimentista ou nacional-populista – não restam ao governo Lanusse, se mantidas as premissas do “acuerdismo”, muitas alternativas a sua condução atual de buscar compromissos episódicos entre as diferentes correntes de pensamento político-econômico, conduta esta que, embora possa ser rendosa no plano da política pode tornar-se progressivamente insustentável no campo da economia”. Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. TELEGRAMA. DA EMBAIXADA EM BUENOS AIRES, 074078. EM 10.12.71.CONFIDENCIAL.URGENTE.DHP/DPF ARGENTINA POLÍTICA CAMBIAL. A.F. AZEREDO DA SILVEIRA.

Desenvolvimento para o Brasil, em que taxou tal política de financiamento como “irracional e destruidora”²⁹¹.

3.4 A política externa financeira como vocação universal: Geisel/A absorção sistêmica de petrodólares.

Ainda que a centralização de poderes ministeriais estivesse sob os desígnios do Presidente escolhido pelas Forças Armadas, General Ernesto Geisel²⁹², o processo paulatino dado à abertura política²⁹³ rumou concomitantemente à assinatura do acordo nuclear com a Alemanha²⁹⁴, às

²⁹¹ Para Ernesto Geisel: “A tarefa de planejamento, nos dias de hoje, tornou-se extraordinariamente árdua e difícil, em face das grandes perplexidades de um mundo que ainda não soube se refazer do complexo de crises que o assaltaram ao mesmo tempo, quase que inopinadamente: crise do sistema monetário internacional, crise de energia e de matérias-primas essenciais, crise de uma inflação epidêmica, crise no comércio exterior, deteriorando os balanços de pagamentos, crise de confiança na estabilidade do futuro fomentando a inquietação social e surtos de violência irracional e destruidora. Cumpre, pois, aos responsáveis, em todos os escalões de chefia ao longo do multiforme processo de desenvolvimento nacional, compensar os pecados iminentes a um planejamento tal, inserido como se vê num clima todo de incertezas, pela ação pronta e ágil, sábia no aproveitamento de oportunidades novas que se ofereçam, e capaz de atingir, a despeito de obstáculos imprevistos que não deixarão de ocorrer, os objetivos prefixados para a marcha ininterrupta do País aos destinos que lhe almejamos”. GEISEL, Ernesto. Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General ERNESTO GEISEL, na reunião ministerial de 10 de setembro de 1974. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1974. Endereço Eletrônico: http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/5bd/2br/3plans/1974II-PND/pdf/II-PND.pdf

²⁹² Segundo Walder Goes: “Sob Geisel, os princípios gerais de triagem no Palácio do Planalto se mantêm, mas a inexistência de um sistema descentralizado de decisões, polarizado por ministros fortes, que não existem, concentrou número excessivo de papéis e preocupação no gabinete presidencial. A Casa Civil, coordenando os ministérios civis, cuida dos aspectos legais das decisões (elaboração de leis), dos assuntos políticos, da oportunidade das decisões e da relação eventual entre os assuntos propostos e outros em tramitação no governo. Comparando-se o desempenho de Leitão de Abreu e Golbery do Couto e Silva, porém, verifica-se ter ocorrido uma quase inversão de processo de trabalho. Leitão, recebendo ministros em despacho, decidia mais do que Golbery decide. Decidindo mais Leitão excluía maior número de assuntos da agenda das audiências dos ministros com Médici. Golbery, embora realize tarefas de triagem, decide menos. Ele parece preferir a fazê-lo como instância decisória”. (GOES, 1978: 24)

²⁹³ Para Boris Fausto: “O governo Geisel se associa ao início da abertura política que o general presidente definiu como lenta, gradual e segura. Na prática, a liberalização do regime, chamada a princípio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos. Isso se deveu a vários fatores. De um lado, Geisel sofria pressões da linha-dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha-dura se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo. A estratégia da distensão foi formulada pelo presidente e pelo General Golberri, que voltou ao governo como chefe do gabinete civil da presidência. Após 1967, Golberri se dedicou a atividades na empresa privada, primeiro como consultor e depois como presidente para o Brasil da multinacional Dow Chemical. Essa vinculação o expôs à ira dos nacionalistas e da linha-dura”. (FAUSTO, 1994: 490)

²⁹⁴ Para André Stumpf e Merval Pereira Filho: “A política externa começou a conflitar com as linhas de

dificuldades de relacionamento constitucionais entre civis e militares²⁹⁵ e o início da crise do milagre econômico²⁹⁶. A busca por maior diversificação das reservas internacionais começou, mostrar, de forma dramática, a corrida por outros meios creditícios para a manutenção do balanço de pagamentos, principalmente pelos países em desenvolvimento no interior do sistema financeiro internacional. A possibilidade de uma crise financeira internacional sem precedentes já figurara nas discussões no FMI e a necessidade de alteração, controle, intervenção e regras para a flutuação de câmbio tornou-se proposta central, após os bancos comerciais abortarem os créditos diretos aos países a partir do biênio 1973-1974²⁹⁷.

A intercessão do FMI, nesse caso, foi de tornar o Direito Especial de Saque o “link” da nova linha para financiamentos para absorção das disparidades financeiras gestadas entre importação e exportação, e para a manutenção do crescimento econômico dos países. Sua principal função seria de conversão de créditos, caracterizados como investimentos “descontaminados”, dos distúrbios em moeda nacional, das desvalorizações advindas de altos patamares de inflação – alterações atadas aos programas e estratégias em política econômica - no duelo ao aumento do preço do petróleo como método no sistema financeiro de medidas de absorção de petrodólares pelas instituições financeiras internacionais. Dessa forma, o caminho acordado

política interna e, sobretudo, com seu cronograma. O “pacote de abril” não aconteceu antes porque logo após a posse de Carter desembarcou em Brasília o Sr. Warren Christopher, subsecretário de Estado para tentar renegociar o acordo nuclear que o Governo brasileiro havia assinado com a Alemanha Ocidental. Antes, o vice-Presidente Walter Mondale havia ido até Bonn para tentar extrair dos alemães algum compromisso de recuo no seu tratado com os brasileiros”. (STUMPF&FILHO 1979: 87)

²⁹⁵ A definição constitucional inadequadamente formulada sobre o papel das Forças Armadas foi corrigida por um alínea complementar que se encontra em exame no Senado, aprovada anteriormente pela Câmara dos Deputados. Em todo caso, ao menos do ponto de vista legal, a subordinação da instituição militar à autoridade política encontra-se definida. Os componentes mais difíceis da questão são de natureza política. O debate em torno dos temas militares na Constituinte e a atuação da Comissão de Defesa, além da ausência de doutrina política dos partidos sobre defesa, apontam para um despreparo do Legislativo que não condiz com as necessidades do regime democrático. (OLIVEIRA, 1994: 331)

²⁹⁶ Para Amaral Viera: “Em face da crise tiveram as autoridades econômicas, na ordem, duas posições que a visão do tempo mostraria serem insatisfatórias. A primeira foi a insistência em ignorá-las, por vivíamos o final do boom da economia. Para o respeitável público dizia-se, na linguagem triunfalista da época, que o Brasil era, e assim permaneceria, uma ilha de desenvolvimento em um mundo conturbado por crises econômicas e comoções sociais. Quando o clima de alienação robinsoniana não mais pôde ser mantido – freqüentemente a realidade objetiva espanta as elucubrações teóricas – impõe-se o reconhecimento do desarranjo interno. Mas, mesmo aí, procurava-se na crise da economia internacional, de particular atropelos derivados da correção dos preços do petróleo, a justificativa para a emergência de nossos problemas”. (VIEIRA, 1987: 03)

²⁹⁷ Cf. Baldacci, Emanuele. Assessing Fiscal Stress. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2011/wp11100.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2011.

com o FMI foi o de tornar o Direito Especial de Saque uma ‘reserva’ de re-investimento e crédito aos países em desenvolvimento da seguinte maneira:

- a) A reforma do sistema monetário internacional propicia a oportunidade de dotar os DES de um objetivo adicional, a saber, transferir recursos para os países em desenvolvimento. Este novo objetivo dos DES daria substância ao consenso geral de que é necessário um maior fluxo de recursos financeiros para os países em desenvolvimento, e poderia ser alcançado sem que os DES perdessem sua finalidade inicial de criar liquidez. Visto que, no passado, a criação de reservas envolveu transferências para os países produtores de ouro e países centros de reserva. Seria apropriado, num sistema reformado, que a maior parte do benefício derivado da criação de reservas sob a forma de DES fosse canalizado para os países em desenvolvimento.
- b) Os recursos assim utilizados não seriam suficientes a todas as necessidades dos países em desenvolvimento. Contribuiriam, entretanto, em considerável proporção, para o aumento do fluxo que lhes é destinado. O “link” significaria transferir recursos financeiros em maior quantidade e em bases multilaterais; disso resultaria mais do que provável um aumento de quantidade global de ajuda ao desenvolvimento;
- c) Os recursos financeiros transferidos através do “link” tenderiam a aperfeiçoar a qualidade média dos fluxos de ajuda, especialmente porque não haveria prescrições que vinculassem os recursos do “link” a despesas em qualquer país em particular;
- d) O “link” promoveria o desenvolvimento econômico, ou seja, diretamente, através do provimento de recursos financeiros, seja, indiretamente, através da promoção do comércio; a promoção do comércio e do desenvolvimento, juntamente com a estabilidade, e um princípio básico para o atual e para o futuro sistema monetário internacional;
- e) Finalmente, o “link” contribuiria para suavizar o funcionamento do processo de ajuste dos balanços de pagamentos, desde que ao capacitar os países em desenvolvimento a evitar maiores déficits em conta corrente dos seus balanços, tenderia a abrandar as tensões que ocorrem na procura, por parte de alguns países desenvolvidos, de superávits em conta corrente.²⁹⁸

A utilização do DES como reserva internacional para os países em desenvolvimento possibilitou uma progressiva estruturação, no FMI, das políticas econômicas voltadas à expansão de consumo e produção de demandas. Para o Brasil, a utilização do DES no Governo Geisel, viabilizou uma série de desentranças para a produção industrial possibilitadas em oportunidades de operações em particular entre países, bem como o refinanciamento de petrodólares diretamente pelo Brasil com o Kuwait, como foi apresentado na reunião de 1974 no FMI em que o então Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen: “reagiu favoravelmente à idéia. Lembrando-se que na eventualidade do acordo via BNDE traria perspectivas favoráveis no campo hidrelétrico²⁹⁹.”

²⁹⁸ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. ÀS MISSOES DIPLOMÁTICAS CONFORME RELAÇÃO ANEXA. CONFIDENCIAL CIRCULAR POSTAL NÚMERO 2483. DPF/DPO/651.5 (00) 651.5 (018) NEGOCIAÇÕES MONETÁRIAS. ACOMPANHAMENTO PELO ITAMARATY.

²⁹⁹ GABINETE DO MINISTRO DA FAZENDA. ASSESSORIA INTERNACIONAL.

Esse sistema DES, permite sempre um reescalonamento e rolagem de dividas que são adquiridas, compradas, trocadas e até mesmo quitadas, conforme a estabilidade da moeda que, por sua vez desenlaça consensos sobre os “planos de desenvolvimento financeiro e creditício” fórum permanente do sistema multilateral responsável pela produção de novos ciclos de negócios. A função do DES é de clarificar recursos e acompanhá-los de recomendações de investimentos, bem como estabelecer um programa de trabalho aos países em desenvolvimento, geralmente pautados na exportação de seus produtos primários; mais liberdade de composição de reservas externas; no estabelecimento de vínculos entre a ajuda financeira internacional e a alocação do DES como condição de acesso aos mercados internacionais, e, sobretudo: melhores acessos aos recursos dos mercados financeiros privados. Em verdade, o DES permite uma espécie de “joint operations” que possibilitou, *Know-How*, o período de crescimento industrial do período Geisel³⁰⁰, sob o milagre econômico financeiro³⁰¹, foi marcado por grandes somas de capitais refinanciados que possibilitaram o “afastamento de distúrbios financeiros” justamente, no consenso estabelecido entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos que atuou em “áreas” tanto distintas na Economia Internacional. Enquanto os primeiros preocuparam-se com crescimento industrial, crescimento de produção de manufaturas e exportação de suas commodities: os países desenvolvidos operacionalizaram as vendas e o comércio através do sistema financeiro em mecanismos de extração de investimentos que, refinanciaram dividas e discutiram o valor desses mesmos produtos no comércio internacional. Em exemplo, temos durante o período que se estende por toda a segunda metade da década de 70, a compra de petrodólares como saída à supervalorização desse óleo

AI/RV/10/74. ASSUNTO: RELATÓRIO DA VIAGEM A WASHINGTON/NEW YORK, DE 29/9 A 4/10/74. POR OCASIÃO DA ASSEMBLÉIA ANUAL DE GOVERNADORES DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL/BANCO MUNDIAL. EM 10 DE OUTUBRO DE 1974.

³⁰⁰ João Paulo dos Reis Velloso, ex Ministro da Fazenda do Governo Geisel tratou a respeito que: “Com o II PND, passamos a dominar o paradigma industrial da época, que eram metalurgia e indústrias mecânicas. Em 1983 e 1984, quando houve aqueles enormes superávits na balança comercial, o Brasil dominava o paradigma da época. E tinha começado a emergir o novo paradigma, à base da informática. Depois vieram as tecnologias de informação e comunicação. Só que o Brasil tomou o bonde errado quando fez a Lei de Informática. Primeiro, porque não se faz política econômica por lei, uma vez que, se for preciso mudar a política econômica no ano seguinte, tem que fazer uma nova lei”.³⁰⁰

³⁰¹ Ver, Ratna Sahay and Rishi Goyal. Volatility and Growth in Latin America: An Episodic Approach. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/seminars/eng/2006/growth/rg1.pdf>. Acesso em 10 maio. 2011.

combustível, como foi estruturado por Henry Kissinger durante o governo de Richard Nixon.

Os Estados Unidos de um lado e os países europeus de outro estão chegando a uma solução de compromisso sobre a questão de reciclagem dos petrodólares. Diz que até o final da semana haverá um anúncio de que por um ano será reforçada para 1975 a “oil facility” de 3,6 bilhões de dólares para 6 bilhões de dólares. De outro lado os países membros da OCDE se poriam de acordo para complementar o plano Kissinger que prevê a criação de um fundo paralelo para financiar os déficits de balanço de pagamentos dos países industrializados e aprovar uma fórmula para subsidiar as taxas de juros de empréstimos do “oil facility” aos países mais pobres.³⁰²

As principais críticas sobre este modelo de sistema se concentram na possibilidade de comprometimento da capacidade futura do sistema em alcançar objetivos primários, como um sistema monetário baseado no DES. Resultado da reduzida eficiência dos governos em adotarem reservas permanentes. Os custos indiretos para os países em desenvolvimento poderiam facilmente exceder mais benefícios diretos ao próprio sistema. A confiança da comunidade financeira internacional nos DES e num sistema monetário neles baseado depende de um conjunto de fatores, muitos dos quais substanciais e importantes no funcionamento e comportamento dos mercados de câmbio; também é ingente a tarefa de estabelecer-se a confiança geral nas alocações de DES no financiamento do desenvolvimento econômico, além das exigências puramente políticas para tais alocações. As contas dos participantes nestes acordos devem mostrar “obrigações” nas alocações totais dos recursos, incluídas aquelas destinadas e assumidas pelos países em desenvolvimento; isto provocaria, nos países desenvolvidos, um novo desafio que estaria na impulsão de recursos, garantidores de novas responsabilidades que precisariam ser ampliadas, discutidas e traçadas em metas para todos os países. Entretanto,

1. O sistema estabelecido em Bretton Woods não consegue demover as tendências inflacionárias dos países em desenvolvimento e se ligam ao fato de que as decisões sobre futuras alocações de DES venham a tornarem-se mais complexas, ante as crescentes necessidades de desenvolvimento e, muito

³⁰²BRASEMB/WASHINGTON. CONFIDENCIAL. DPF/DPB/DCS REUNIÃO DO FMI. PETRODOLÁRES. DOCUMENTO N° 651.5 (018), 663. 63 (00) 14 DE JANEIRO DE 1975.

provavelmente, venham a ser influenciadas por pressões potenciais para alocações nas mais diversas atividades e funções; a despeito do consenso geral que, em princípio, estas deverão corresponder às necessidades globais de reserva;

2. Parte das alocações de DES aumentaria diretamente a demanda agregada, pois os DES recebidos através dos financiamentos são gastos e, não, retidos. As políticas econômicas nacionais estão em reincidência de estresse fiscal, pois o estabelecimento da diversificação de financiamentos tenderia a aumentar as pressões expansionistas em tal sistema, corroborando a tese de um centro propulsor de inflação através das políticas econômicas dos países em desenvolvimento faz aumentar a distância em relação aos países desenvolvidos³⁰³.

3.5 A política externa financeira como vocação universal: Figueiredo/A inércia da política econômica e ascensão do Direito Especial de Saque.

Na política interna do Brasil, o processo gradual de estruturação dos partidos políticos, com descompressão³⁰⁴ do regime militar, desafogaram dos complexos procedimentos político-militares³⁰⁵ as regras para a sucessão presidencial³⁰⁶. Ainda que, a sucessão do General Ernesto Geisel, pelo General João Batista Figueiredo tenha ocorrido por escolha das Forças Armadas: o governo Figueiredo consolidou a transição para a democracia e

³⁰³ Ver, Baldacci, Emanuele. Assessing Fiscal Stress. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2011/wp11100.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2011.

³⁰⁴ Para Bolívar Lamonier: “Passamos, portanto, da “descompressão” gradual e controlada do governo Geisel (1974-1979) ao que chamei de disputa regulada, e desta, com o decorrer da “Nova República”, a uma situação de virtual ingovernabilidade. O eventual paradoxo que esses extremos possam sugerir desaparece se lembrarmos a passagem do governo Figueiredo ao de José Sarney: um período em que nem os remanescentes do agonizante regime militar, nem as lideranças da Nova República, órfãs desde o início, conseguiram reorganizar um sistema de poder com real capacidade decisória. (LAMONIER, 1990: 20)

³⁰⁵ Para Luciano Martins: “Mais importante que quaisquer clivagens ideológicas (nada fáceis de estabelecer), inter e intra dos novos partidos, foi o fato de os complexos procedimentos requeridos para a sua formação (tal como a realização de convenções em pelo menos um quinto dos municípios em pelo menos nove Estados) terem reativado consideravelmente a vida político-partidária e a competição política em todo o país. Isso deu crédito à crença difusa de que a liberalização era “irreversível”, uma crença que, na época, era compartilhada também por alguns latino-americanistas. Como parte dessa visão otimista, as lideranças dos dois principais partidos de oposição – PMDB e PP – se convenceram, primeiro, de que não poderiam aumentar substancialmente suas forças legislativas na próxima eleição (novembro de 1982), ou mesmo de constituir a maioria no Congresso e, em segundo lugar, que, com o PP como mediador, poderiam negociar uma “solução política” com o governo Figueiredo para a escolha o próximo presidente em 1984”. (MARTINS, 1988: 127)

³⁰⁶ Ver, Eurico de Lima Figueiredo. Os militares e a Democracia. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1980, p, 133.

consigo apresentou a falta de movimentação em matéria de política econômica.³⁰⁷ O crescimento econômico sustentado pelo afrouxamento da política monetária³⁰⁸, com sucessivas desvalorizações cambiais que, impulsionaram as exportações: estabeleceu a inflação e a era das indexações, conjuntamente a introversão das atividades econômico-financeiras do Brasil. Macroeconomicamente, além das sucessivas desvalorizações da moeda brasileira, a política econômica contou com o arrocho creditício para o país entre os principais bancos comerciais internacionais³⁰⁹, e a reorganização das políticas de empréstimos do Fundo Monetário Internacional.

A Comissão de Desenvolvimento do FMI/BIRD foi recomendada pelo extinto "Comitê da Junta de Governadores para a Reforma do Sistema Monetário Internacional do FMI e Questões Afins", equipe formada por autoridades do Banco Central do Brasil, tendo em vista a necessidade do prosseguimento do estudo a respeito da questão geral da transferência de recursos reais para os países em desenvolvimento, apresentou em seu documento: "Capital Markets: Developments and Prospects" de 1986, uma revisão dos desdobramentos da situação da dívida brasileira. Segundo o documento, os bancos comerciais não estariam satisfeitos com a divisão da carga de financiamento entre os diversos tipos de credores, o que estaria dificultando a elaboração de novos pacotes de "concerted lending". Além disso, continuavam dando grande importância às políticas econômicas pautadas pela restrição fiscal. As perspectivas de curto prazo para volta de países ao mercado internacional de compras estariam limitadas a financiamentos

³⁰⁷ Para o historiador Boris Fausto, os problemas econômicos no governo Figueiredo se encontraram na seguinte questão: "dentre várias causas da inflação, destacamos na sua relação, na aparência surpreendente, com o êxito das exportações. Como se explica isso?" (FAUSTO, 1995: 504) Para Fausto, após a saída de Mario Henrique Simonsen e o retorno de Delfim Neto já como responsável pelo "milagre econômico" ocorreu no mesmo período da ascensão das exportações, queda do preço do petróleo e o crescente endividamento do Estado brasileiro durante os anos de 1980. Desta forma, a articulação na conjuntura internacional por aberturas comerciais e financeiras, reescalou a política econômica do Brasil, dando o último crescimento econômico de 4 ou 5%.

³⁰⁸ Para Ignacio Rangel: "O paradoxo fundamental da nossa inflação reside no fato de que ela se exacerba nas fases recessivas dos ciclos amainando quando passamos às fases expansivas ou ascendentes. Por outras palavras, a taxa de inflação se eleva quando a demanda torna-se mínima e declina com o advento das fases "a" dos ciclos – nossos ciclos breves ou "jugulares brasileiros". Ora, se, como se tornou elegante dizer, não temos ciclos e nem sequer nos detivemos a correlacionar os movimentos de conjuntura com os da inflação, então esta se converte, de fato, num fenômeno incompreensível, passível de numerosas explicações que não descem ao fundo da questão, mas podem ser mais ou menos plausíveis, embora insustentáveis, como essa inefável teoria da inflação inercial". (RANGEL, 1987: 31)

³⁰⁹ Ver, Anoop Singh. Macroeconomic Volatility: The Policy Lessons from Latin America. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2006/wp06166.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2011.

comerciais de curto prazo, num primeiro estágio, e a co-financiamentos e empréstimos transferíveis ou bônus vendidos a um pequeno grupo de bancos, posteriormente. Emissões públicas de bônus somente em longo prazo.

O compromisso assumido durante o Governo Figueiredo foi de restabelecer o fluxo de estabilidade macroeconômica, por conta do uso prolongado dos recursos do FMI, como política 'imprescindível' que atravessaria a moratória da dívida externa no Governo José Sarney³¹⁰, corroborando ao processo que levou a securitização da dívida externa brasileira no Governo Itamar Franco³¹¹. Segundo o Relatório:

TEMA - POLÍTICAS DO FUNDO. a) Limites de Acesso aos Recursos do Fundo. 24. A Política de Acesso Ampliado (PAA), estabelecida em 1981, tem como objetivo possibilitar o acesso a maiores volumes de recursos que os originalmente previstos no Convênio a partir de 1983, tal política vem sendo revista anualmente pela Diretoria Executiva, à luz de fatores relevantes, tais como a magnitude dos problemas de pagamentos dos países-membros e a posição de liquidez do Fundo. Situação Atual: o acesso dos países-membros aos recursos do Fundo na PAA, durante 1986, está sujeito aos limites de 90 ou 110% da quota em um ano, a 270 ou 330% em três anos, e a um limite cumulativo de 400 em 440%, dependendo do nível de desequilíbrio no balanço de pagamentos e do grau de ajustamento do país. No caso das facilidades especiais - financiamento compensatório e estoques reguladores - os percentuais são de 83 e 455, respectivamente. 25. Com os limites em vigor, o acesso máximo do Brasil aos recursos do Fundo, em 1986, é de DES 2.852 milhões ou DES 3.437,32 milhões, já deduzido o valor sacado no acordo com o Fundo, suspenso ao final de 1984 (DES 2.992,5 milhões).26. O corpo técnico do FMI preparou estudos, visando subsidiar as discussões do limite percentual de acesso aos recursos do Fundo e concluiu que: - não existem pressões sobre a liquidez do Fundo que justifiquem uma diminuição nos limites de acesso; - é provável que, durante 1987, um maior número de países, com dificuldades de pagamentos e grandes desequilíbrios estruturais, solicite assistência financeira ao Fundo; - problemas relacionados ao **uso prolongado dos recursos do Fundo (grifo nosso)** e às necessidades de preservar o seu caráter rotativo, devem ser tratados individualmente e não via redução generalizada dos limites de acesso; e -uma redução dos atuais limites de acesso pode ser interpretada como um recuo, por parte

³¹⁰ Para Ana Lúcia Pereira: "A política externa do governo José Sarney aponta traços predominantemente de continuidade em relação ao regime anterior. As condições adversas para a atuação no meio internacional culminaram em um quadro de busca de adaptação e reação, em uma realidade em acelerada transformação. A ruptura interna e externa desse processo aconteceria somente no final da década de 80 com a liberalização política e econômica. O início do processo de redemocratização indicava um rumo diferenciado para a política externa brasileira. O presidente Tancredo Neves, pertencendo à oposição fez uma inflexão no sentido de convergir com a nova agenda internacional, buscando diminuir os confrontos externos, especialmente com os Estados Unidos". (PEREIRA, 2003: 91)

³¹¹ Para Jete Jane Fiorati, "Surgem os chamados Project Finance, os Bonds e novas formas de securitização na área financeira e os incentivos e medidas protetivas na área produtiva, também conhecidas como Medidas Relativas a Investimentos em matéria de Comércio. Assim muitos setores da atividade econômica no interior dos Estados, ricos ou pobres, passam a ser comandados diretamente pelo investimentos estrangeiro privado (...) Os Estados com sua capacidade econômica exaurida passam a vender o seu patrimônio para estes investidores estrangeiros, empresas, fundos de pensão, bancos de investimentos, fundos de investimentos em geral. Para o Terceiro Mundo, isto implicou não somente uma abertura econômica maior, mas também uma inserção maior no sistema produtivo e comercial internacional, o que, além de um crescimento econômico, acarretou-lhes maior vulnerabilidade a crises internacionais. (FIORATI, 2003: 423)

do Fundo, na responsabilidade em promover o processo de ajustamento internacional.³¹²

Ainda que, o debate principal que atravessou toda a década de 1980 na opinião pública nacional tenha sido a resistência do Brasil aos planos do FMI³¹³, por conta da insolvência em suas contas³¹⁴ e a “quebra generalizada³¹⁵” expressão de Delfim Neto, para explicar a situação financeira do Brasil nas suas relações externas: certamente, a re-estabilização dos fluxos de capitais fomentar-se-ia concomitantemente à negociação da dívida externa brasileira, pois se observou, inicialmente, que o fluxo de capitais para países em desenvolvimento havia sofrido uma significativa redução no período subsequente à crise da dívida em 1982, porém revelou recuperação gradual a partir de 1985-86³¹⁶ e estabilização a partir de meados da década de 90.

³¹² II REUNIÃO DO COMITÊ INTERINO. TEMA – PANORAMA ECONÔMICO MUNDIAL. ARQUIVO ITAMARATY, BRASÍLIA. PASTA V DOCUMENTO MSG: 0F00902A 27/06/1986 MINUTA: URGENTE DISTRIBUIÇÃO: DPF/SGPL.BANCO CENTRAL DO BRASIL.

³¹³ Para Gesner Oliveira: “Convém registrar, ademais, que a importância do fenômeno da resistência impõe restrições óbvias às avaliações dos programas do FMI que estejam baseadas em meras comparações de desempenho nos períodos anteriores e posteriores aos programas. O mesmo pode ser afirmado em relação a exercícios comparativos entre grupos de países que recorreram ao FMI e aqueles nunca assinaram acordos de alta condicionalidade. Diante de tais resultados, como interpretar as sucessivas frustrações com os programas do Fundo nas últimas três décadas? Um primeiro fator está associado à natureza recessiva da abordagem do Fundo que fortaleceu a oposição ao FMI e inviabilizou potenciais coalizões que pudessem dar base de sustentação para um plano consistente. Um segundo fator foi a crônica resistência à estabilização associada a parâmetros estruturais (como a concentração da renda) e se manifestou sob a forma de rejeição sistemática às recomendações do Fundo. Isto é, não se resistiu apenas e tão somente às prescrições do FMI, mas verificou-se um adiamento sistemático de qualquer disciplina macroeconômica. (OLIVEIRA, 1993: 165)

³¹⁴ Para Edmar Bacha “Existem muitas medidas e instrumentos aos quais um país pode recorrer para alterar o seu desempenho comercial, ao mesmo tempo em que cumpre suas obrigações com a comunidade internacional nos termos dos acordos com o FMI e com o GATT. A situação não é muito diferente do caso dos déficits orçamentários, para cuja redução o governo dispõe de inúmeras alternativas políticas. O Fundo sempre fez questão de não se imiscuir na “microeconomia” das finanças do governo. (BACHA, 1987, p. 110)

³¹⁵ Para Antonio Delfim Netto, os desequilíbrios nas bolsas e mercados financeiros, “Estamos envolvidos numa retórica, terrível, que torna difícil identificar a realidade. Os fatos tornaram-se visíveis apenas na crise. Mas estou convencido que os problemas financeiros internacionais não estão relacionados ao “modelo asiático”. Há uma bolha de valorização nas bolsas de valores. As ações estão em Fundos de investimento e principalmente fundos de pensão. Transformaram-se num problema político, especialmente nos Estados Unidos. Uma queda das bolsas em São Paulo, na Croácia ou em Seul representa problemas graves para os aposentados norte-americanos. Por isso, os EUA se prontificam a “ajudar” os países em crise. Ao fazê-lo estão na verdade salvando os Fundos de seu próprio país, que aplicaram no Oriente sem análise de risco, por recomendação de empresas irresponsáveis. Expansão de crédito internacional na década de 1980. O fluxo só surgiu porque os países emergentes ofereceram aos capitais dos países desenvolvidos taxas de retorno absolutamente inacreditáveis. É claro que eles viriam para o Brasil, por exemplo, onde estamos pagando, há anos, juros de 30%. A crueldade de um ajuste com o da Coreia está no fato de que os fundos de pensão norte-americanos sairão ilesos, e o povo coreano pagará a conta. Vai se esfolar durante dez anos, porque o Estado assumirá a dívida e a repassará aos cidadãos. (NETTO, 1998: 186)

³¹⁶ Ver, THE FINANCIAL MARKET ACTIVITIES OF INSURANCE AND REINSURANCE

Portanto, já no final da década de 1980 e, sobretudo, no início dos anos 90, os fluxos de capital em direção aos países em desenvolvimento tornam-se progressivamente mais intensos, notadamente no que diz respeito a um grupo reduzido de países, tais como Brasil, Argentina, México, Venezuela, China, Hungria, Coréia e Turquia. Os fluxos de investimentos diretos para países em desenvolvimento, por exemplo, passaram de um valor médio anual de US\$ 17 bilhões no período entre 1987 e 1990 para US\$ 29 bilhões em 1991 e US\$ 37 bilhões em 1992.³¹⁷ Ainda assim, o combate à inflação, às indexações na economia brasileira e a crise da dívida externa foram proposições que se arrastaram em uma crise de entendimentos do Brasil com seus credores nas dependências do FMI³¹⁸ até meados dessa mesma década. O crescimento econômico assistido no Brasil durante o Governo Figueiredo replicou ao governo José Sarney margens de crescimento econômico volátil, marcadamente vulnerável, também pela ausência de estrutura em matéria de política financeira, em performances que demonstraram mais a propensão, por vezes, determinante, de uma “tolerabilidade” ao desenvolvimento econômico.³¹⁹

3.6 Balanços: *International Financial Playing*: a política externa financeira e seus interesses cooperativos na coalização de políticas internacionais.

Alguns instrumentos foram desenvolvidos pelo Brasil, para o

COMPANIES. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfstr/2002/02/pdf/chp3.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2011.

³¹⁷ CRUSABREM 02/05/93 01:23 De: BRASEMB/WASHINGTON. PARA EXTERIORES. MSG: 0F00902A 02/05/93 01:10 DISTRIBUIÇÃO: DPF/SGPL Descritor: EFIN, CONFIDENCIAL. NBR742 509B8P/JDAM QD BRASSTEC. USABREM. 011751 0F00902A Teka 01

³¹⁸ Para Edmar Bacha: “Poder-se-ia adotar a atitude cínica de que tudo não passa de um jogo mutuamente ilusório, no qual todos os participantes sabem muito bem que, sem financiamento, a fiscalização não pode ser eficaz, que o Fundo jamais declarará o México inadimplente, e que os bancos jamais recorrerão à cláusula de inadimplência. Segundo esta interpretação, o único a ser iludido nesse baile de máscaras seria o governo norte-americano (ou melhor, o Congresso norte-americano), pois, em última análise, o avalista do acordo não é nem o governo mexicano nem o FMI, e sim o Tesouro dos EUA”. (BACHA, 1987, p. 118)

³¹⁹ Ver, ADROGUÉ, Ricardo, CERISOLA, Martin, GELOS, Gaston. Brazil’s Long-Term Growth Performance—Trying to Explain the Puzzle. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/seminars/eng/2006/growth/mc2.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2011.

inter/relacionamento no mercado internacional e no mercado nacional de financeiros durante os Governos Militares. No FMI, operações de créditos financeiros passaram a ser pautados da seguinte maneira:

1. O giro de financiamento para países em desenvolvimento, com vistas também ao aprimoramento do sistema financeiro internacional, manteve avanços técnicos, que produziram permanentemente um ciclo de novos investimentos com os países credores. Geralmente, os países credores que possuem reservas de liquidez internacional, repassam tais reservas aos países em desenvolvimento, para a produção de uma nova rodada de investimentos.
 2. A negociação de títulos entre os países membros do FMI aprimorou investimentos, em áreas tradicionalmente estatizadas, mobilizados, para abertura dos mercados financeiros para um crescimento “liquefeito” dos ativos financeiros que se reproduziram de maneira contínua.
 3. Já para o Brasil, tal atividade, livre e multiplicadora de investimentos foi um importante instrumento, desenvolvido em parceria com o Tesouro Nacional, e nos investimentos de Títulos Públicos, garantidos e assegurados aos investidores de todo mundo, num ciclo ininterrupto de ações de investimentos, garantindo também vantajosos retornos financeiros.
 4. A rentabilidade que o Banco Central do Brasil garante aos investimentos a médio e longo prazo; a garantia de liquidez em mercado de ações brasileiras pelo BC; alta rentabilidade, com segurança, inclusive na contenção de grandes investimentos especulativos – fora de acordo - por conta de sua regulação em relação à política econômica e assim do crivo governamental. Tal sistema é controlado e austero em relação aos seus investimentos. Assim, sua captação acompanha internacionalmente, a conjuntura do crescimento internacional, e a sua receita, mantém-se pareada, tanto com o mercado de investimento, quanto à disciplina de reinvestimentos nos órgãos
-

multilaterais.

5. As políticas comerciais adotadas pelos governos brasileiros, geralmente, mantêm poucas contenções aos produtos importados, exceto em alguns casos, como têxteis e calçados, que sofrem com o monopólio do governo, que cria como mecanismo de salvaguarda de suas exportações de matérias-primas, concessões comerciais.
 6. O financiamento de produtos destinados às exportações, recebem grande apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), que concentra grande parte dos investimentos empresariais do país, aumentando a concorrência aos produtos internacionais. O BNDES, sempre alvo de críticas pelos países credores, por manter-se como fonte de benefícios aos empresários nacionais, e por desenvolver barreiras na fluidez da livre concorrência e do livre comércio: desenvolve aportes financeiros do governo na produção industrial nacional, ferindo, as leis de antidumping internacional.
 7. O sistema tributário brasileiro: verdadeira barreira para os empresários com interesse de produção no mercado nacional. Limitador de acessos aos investimentos no mercado internacional, por conta da alta tributação às empresas. E, que expõe o país permanentemente, como produtor de protecionismos e contendas comerciais.
 8. Os déficits fiscais produzidos pela sustentação dos governos às suas agendas e compromissos políticos de desenvolvimento. Administração e burocracia sempre crescente no aparelhamento do Estado e as despesas acumulativas e permanentes de seu funcionamento.
-

**CAPÍTULO 4 – O LEGISLADOR NO
DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL: A POLÍTICA
EXTERNA FINANCEIRA REDEMOCRATIZADA.**

4.1 Sarney, Collor e Itamar: a securitização da dívida externa.

4.1.1 Governo José Sarney/Condicionalidades Internacionais.

O período compreendido entre 1985-1990 teve como uma de suas principais características o desafio de consolidação da democrática no país. Findo o regime militar, após 21 anos, o país se pôs a urgente demanda de recuperação de sua normalidade institucional, a gestão de um novo ordenamento constitucional (consagrado pela Carta de 1988) e a estabilização econômica³²⁰. Em sintonia com o que ocorria nos demais países do Cone Sul, esse conjunto de mudanças enquadrava o Brasil à terceira onda de democratização³²¹.

Nesse marco temporal, a diplomacia brasileira viu-se acossada pelos impactos resultantes do processo que levaria ao término da Guerra Fria e pelas restrições advindas da crise da dívida externa³²². Já na década de 90, tais constrangimentos condicionam sensivelmente a formulação da política externa brasileira, que passa a buscar uma nova sintonia num sistema internacional caracterizado pelo fim do conflito Leste-Oeste e pelo veloz impacto da globalização econômica³²³.

Ainda que se detecte que as premissas da ação diplomática do país tenham sido mantidas, é forçoso reconhecer que, ao Itamaraty, foi imposta a necessidade de estabelecer contato com novos atores e interesses sociais. Mesmo que significativamente distante da atenção da mídia e da opinião pública, a política externa passou a figurar como espaço das negociações

³²⁰ Ver, Eduardo Giannetti da Fonseca. *As Partes & o Todo*. São Paulo: Editora Siciliano, 1995, pp, 95-116.

³²¹ Ver, Cândido Mendes. *Collor: anos luz, ano zero*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993, p, 97.

³²² Ver, João Paulo dos Reis Velloso. *O Último Trem para Paris: de Getúlio a Sarney “milagres” choques e crises do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, pp, 95-116.

³²³ Ver, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. *O Senhor e o Unicórnio: a economia dos anos 80*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1984, pp, 27-80.

político-partidárias; no qual, as nomeações dos chanceleres Olavo Setúbal por Tancredo Neves em 1985, e de Roberto de Abreu Sodré pelo presidente Sarney em 1986 representam nítidos resultados das negociações partidárias, que acabaram por retirar do corpo diplomático a tradicional chefia do Itamaraty³²⁴.

Assim, com Olavo Egídio Setúbal (1985-1986) e, posteriormente, Roberto Costa de Abreu Sodré (1986-1990) à frente do Ministério das Relações Exteriores, coube ao governo José Sarney de Araújo Costa (1985-90) a difícil tarefa de recuperar a projeção internacional brasileira num contexto em que as pretensões dos países em desenvolvimento por uma ordem econômica internacional, fundamentada no direito ao desenvolvimento, mediante a cobrança coletiva do Sul por recursos financeiros e tecnológicos, perderam força.

O colapso da dívida externa brasileira³²⁵, induziu uma série de desentendimentos entre a equipe econômica comandada por Francisco Neves Dornelles e Ernane Galvêas e o representante do Fundo Monetário Internacional para Brasil, América Latina e Caribe, Jacques De Larosiére. As discussões teriam sido provocadas, por conta da ausência de um plano estruturado por parte da equipe econômica brasileira em relação aos credores externos. De Larosiére, após encontros com a equipe brasileira teria retornado a Washington com a missão de recomençar os entendimentos sobre a situação do Brasil, pois não havia elementos, mínimos, suficientes, para o estabelecimento de um pacote de ajuda do órgão. Durante as negociações com o FMI, Dílson Domingos Funaro passou a reunir-se com Jacques De Larosiére, no período que compreendeu a demissão repentina de Francisco Dornelles pelo presidente José Sarney. Ainda sob forte resistência aos planos do FMI, por parte do Ministro do Planejamento João Sayad, Funaro inicialmente, tentou manter a postura política existente. Vários técnicos da sua equipe visitaram a sede do Fundo para fazer avançar as negociações sobre o programa. Entretanto, essas conversas foram

³²⁴ Cf, Pinheiro, 2004, p. 15.

³²⁵ Ver, Silent Revolution: The IMF 1979-1989, October 1, 2001, Chapter 9 - Containing the Crisis, 1983-85. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/history/2001/ch09.pdf>. Acesso em: 15 maio, 2011.

inconclusivas, e Funaro, logo mudou para uma postura mais radical³²⁶. Em discurso na Câmara dos Deputados, Funaro tratou sobre o FMI que:

Felizmente, este País não fechou o acordo, nos últimos dias do Governo passado, um acordo de 15 anos que nos deixaria profundamente amarrados, em situação que não poderia ter sido negociada posteriormente, devido a contratos assinados no exterior e com o Fundo Monetário Internacional. Na realidade, toda renegociação da dívida levava no seu bojo a decisão brasileira de escolher caminhos de, inclusive, podermos escolher caminhos condenados pelo Fundo, como, por exemplo, o congelamento de preços. Em acordos anteriores, um dos pontos mais importantes era que o Brasil mantivesse a liberação dos seus preços. Portanto, a falta de acordo, a garantia de que este País escolhesse realmente seus caminhos, era indispensável. Desde o primeiro momento V. Exas, o Executivo e a Nação brasileira queriam se livrar de acordos que nos cerceassem. E assim foi feito, após uma luta muito dura e difícil onde todos os organismos internacionais – que os bancos, quer o Clube de Paris, quer os governos dos países credores – nos indicavam apenas um caminho: o acordo com o Fundo Monetário.³²⁷

Ainda sob tais desentendimentos, o Decreto-Lei nº 2. 283 que estabeleceu o Plano Cruzado em 1986 entrou em vigor ao mesmo tempo, em que expirava 1,5 bilhão em Direito Especial de Saque de um resgate original de 4 bilhões de DES que o governo brasileiro não quis utilizar tendo, optado, por créditos oriundos de bancos privados. As discussões sobre a dívida externa passaram a se concentrar no Clube de Paris, em pedidos por reprogramações de pagamentos, sem que houvesse aval do Fundo Monetário Internacional³²⁸.

Em 20 de fevereiro de 1987, o presidente José Sarney declarou ao mundo e ao Fundo Monetário Internacional a “moratória” sobre os pagamentos de juros de médio e longo prazo de bancos estrangeiros. Conforme explicado em telegrama enviado no mesmo dia por Funaro para Bancos Credores, o governo brasileiro iria depositar o principal da dívida em uma conta vinculada no Banco Central, e os demais pagamentos seriam feitos através de empréstimos de curto prazo e de crédito comercial³²⁹.

Para o Executive Board do Fundo Monetário Internacional as medidas tomadas pelo governo brasileiro faziam parte de um cenário internacional

³²⁶ Idem, p, 372-383.

³²⁷ Disponível em:

http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&txPagina=1120&DataIn=25/03/1986&seq=1456. Acesso em: 15 maio. 2011.

³²⁸ Brazil: From the Cruzado Plan to Default. Growth, the Elusive Goal:1985–87. P, 453. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/history/2001/ch10.pdf>. Acesso em 16 maio. 2011.

³²⁹ Ver, Luiz Gonzaga de Mello Belluzo & Paulo Nogueira Batista Junior. A luta pela sobrevivência da moeda nacional: ensaios em homenagem a Dílson Funaro. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992, pp, 51-91.

formado pela resistência dos países em desenvolvimento como Venezuela, Iugoslávia, Uruguai e México em reestruturar a dívida externa.³³⁰ Nesse sentido, o Executive Board propôs o plano do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James A. Baker em que os países deveriam adotar como devedor principal e abrangente às políticas estruturais macroeconômicas apoiadas pela comunidade financeira internacional, para promoção de crescimento e ajuste do balanço de pagamentos e redução da inflação. Posteriormente, o FMI seria chamado para, em conjunto aos empréstimos através de bancos multilaterais de desenvolvimento, apoiar a adoção deste plano influenciando os devedores principais a uma orientação do pagamento das dívidas, e por último: os bancos privados seriam convidados a operar em relação à política de empréstimos aos países em desenvolvimento. Entretanto os países em desenvolvimento não aceitaram o Plano Baker, que por sua vez, estacionou e as negociações, novamente, paralisaram.

Desta vez, o Fundo Monetário decidiu adotar permanentemente as políticas de vigilância “Enhanced Surveillance” e “Condicionalidades” como catalisadoras de financiamentos internacionais em reforço a fiscalização dos procedimentos para empréstimos dos países membros, apoiado, a princípio, pelo grupo dos 10 países mais industrializados (G-10) e também pelo Grupo dos 24 países em desenvolvimento (G-24)³³¹. Para tanto, o Plano de Nicholas F. Brady, Secretário do Tesouro dos Estados Unidos dos governos Ronald Regan e George H. W. Bush conseguiu paulatinamente demover a crise da dívida externa, do sistema financeiro internacional através da estruturação securitária; proposta adotada para atacar sensivelmente o problema de fiança

³³⁰ Para Alan Greenspan: “Em termos mais amplos, por que será que a América Latina sacolejou de uma para outra crise econômica e saltitou entre regimes civis e militares, nas décadas de 1970, 1980 e 1990? A resposta simples é que, com muito poucas exceções, a América Latina não conseguiu desmamar-se do populismo econômico que, em sentido mais figurado, desarmou todo um continente em sua competição com o resto do mundo. Senti-me ainda mais desanimado ante a constatação de que, não obstante os inquestionáveis maus resultados econômicos das políticas populistas praticadas por quase todos os governos da América Latina, numa época ou noutra, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tais consequências não pareceram atenuar o impulso de recorrer ao populismo econômico. (GREENSPAN, 2008: 323) Ver, The Baker Plan, Development of the Plan. Silent Revolution: The IMF 1979-1989, October 1, 2001, Chapter 10 - Growth, the Elusive Goal: 1985-87. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/history/2001/ch10.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2011.

³³¹ Enhanced Surveillance. Silent Revolution: The IMF 1979-1989, October 1, 2001, Chapter 10 - Growth, the Elusive Goal: 1985-87 p, 429. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/history/2001/ch10.pdf>. Acesso em: 16 maio. 2011.

das dívidas externas desses países e que acabaram sendo avalizada através dos títulos do Tesouro Americano que as refinanciaram de acordo com a realidade de pagamento de cada país.

Essa articulação entre o FMI e a securitização da dívida através de títulos do tesouro americano, formou a ascensão do papel dos DES como mecanismo fundamental de negociação do Brasil junto à instituição, pois o Fundo se recolocou com agente financeiro determinante sobre os balanços de pagamentos tendo no Tesouro Americano o avalista das dívidas exteriores.

O Brasil, por sua vez, decidiu adotar o Plano Brady, inicialmente para atrair investimentos, classificados pelo Tesouro Nacional como “New Money Bond”; instrumento mais atrativo do ponto de vista financeiro, destinado aos credores que prestariam “dinheiro novo” ao país e que acabou, compondo, os créditos relativos ao “1988 New Money Trade Deposit Facility”, oriundo do acordo de reestruturação nesse mesmo ano que fez parte dos planos da dívida mobiliária. De acordo com o plano,

Brazil Investment Bond (BIB) ou “Exit bond”
 Emissor: República Federativa do Brasil
 Montante emitido: US\$ 1,06 bilhão
 Montante atual: US\$ 464,54 milhões (principal / julho 2003)
 Data de emissão: 31 de agosto de 1989
 Data de vencimento: 15 de setembro de 2013
 Coupon: 6% a.a.
 Convenção para cálculo: mês calendário/ano com 360 dias
 Datas de pagamento de juros: 15 de março e 15 de setembro
 Amortização: 30 pagamentos semestrais, início em 15.03.1999
 Forma do título: ao portador ou nominativo
 Denominação: US\$ 250.000,00
 Condições para resgate: resgatáveis antecipadamente³³²

Tal política de atração de capitais coadunou-se à dívida externa do Brasil³³³, e a composição dos investimentos em carteira, por exemplo, baseou-

³³²Disponível em:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/divida_publica/downloads/bradiescaracteristicas_prn.pdf. Acesso em: 10 jan. 2011.

³³³ Em todo o processo de dívida externa do Brasil, sobretudo no período de maior embate no de 1987, as principais autoridades envolvidas nos planos e negociações do Brasil no exterior, expuseram a necessidade de relacionamento aberto com o FMI, num debate público que tornou o órgão internacional: visível na opinião pública nacional. Desta forma, há farto e rico material sobre todo o processo de moratória que descreve em minúcias as negociações externas, as necessidades financeiras internas e os impactos sociais. Para André Lara Resende: “Neste período, seria fundamental um acerto com o FMI, através de um acordo viável e definitivo. A principal meta a ser atingida seria, em termos ideais, a

se em grande parte em “flight capital”³³⁴. Verificou-se análogo aumento nos

redução do déficit em conta corrente, independente dos objetivos de redução do déficit público e da inflação, que são problemas graves, mas que nada tem a ver com o FMI diretamente. A suspensão unilateral dos pagamentos, de forma ordenada e no contexto de negociações com o FMI, deveria servir ainda para iniciar pressões objetivas junto aos bancos, hoje muito conscientes dos seus interesses no desenho de soluções de longo prazo que visam ao financiamento dos países endividados. A questão dos bancos brasileiros no exterior é delicada. Os dados a respeito não estão disponíveis para que se possam avaliar corretamente as implicações, neste contexto, da suspensão de pagamentos. O volume de créditos desses bancos aos países da América Latina e aos demais países em dificuldades é de aproximadamente US\$ 6 bilhões dos quais US\$ 4 bilhões são do Banco do Brasil. Em caso de dificuldade de algum banco privado no exterior, o Banco do Brasil compraria parte dos créditos. Dado o equilíbrio relativo atual dos bancos privados no exterior, e se for bem sucedido o caráter não traumático da suspensão de pagamentos, não ocorrerão maiores problemas com os nossos bancos no exterior. Que se consegue com tudo isso? Primeiro, escapar da inadimplência desordenada e, segundo, três meses de tregua para reorganizar a economia em torno de um projeto coerente e com credibilidade. Nada mais que isto – e não é pouco”. (RESENDE, 1987: 29)

Para Dércio Garcia Munhoz: “O Brasil poderia fazer uma proposta concreta de ajustamento de sua economia, viabilizando um processo de lento resgate de sua dívida externa, baseado em duas condições necessárias, mas isoladamente não suficientes: estabelecerem-se taxas de juros em níveis em torno de 5.0% a.a. com o que os dispêndios do país ficariam próximos de US\$ 4,5 bilhões anuais; abertura de mercado pelos países industrializados – especialmente Alemanha, Estados Unidos e Japão –, promovendo verdadeiramente importações oriundas do Brasil”. (MUNHOZ, 1983: 48)

Para Luciano Coutinho: “Finalmente, não é ocioso ressaltar que a negociação externa soberana exige firmeza e credibilidade. A credibilidade só poderá ser minimamente restaurada com a substituição dos atuais ministros, cuja imagem está irremediavelmente desgastada no exterior. A firmeza precisa ser demonstrada, de saída, a partir de uma declaração unilateral de moratória, com prazo definido para o acerto provisório – evitando-se enquanto é tempo o desastre nacional, político e econômico”. (COUTINHO, 1983: 54)

Para Paulo Nogueira Batista Jr: “Torna-se necessário, portanto, considerar a possibilidade de redefinir a maneira com são estabelecidos os tetos para as necessidades de financiamento do setor público e para a expansão dos ativos domésticos líquidos das autoridades monetárias. Dada a impossibilidade de prever a taxa de inflação com uma margem de segurança adequada, o estabelecimento de metas em cruzeiros nominais comporta riscos substanciais. Na verdade, a utilização de metas nominais cria uma verdadeira armadilha para o Brasil e para o FMI e coloca os responsáveis pela política econômica diante de dilemas de difícil solução. Por um lado, se a meta de inflação, que serve de base à fixação em termos nominais dos tetos fiscais e monetários, não for realista, a execução do programa pode tornar-se extremamente difícil ou até mesmo impossível, contribuindo para agravar a já difícil situação de balanço de pagamentos do Brasil e para viabilizar, e para viabilizar uma renegociação eficiente da dívida externa brasileira. Por outro lado, se a projeção oficial de inflação for realista, a sua divulgação poderá contribuir para acelerar o próprio processo inflacionário. A melhor solução para este dilema parece ser aquela que foi apontada nesta nota: deve-se procurar definir metas fiscais e monetárias que estejam explicitamente relacionadas à taxa de inflação efetiva”. (JUNIOR, 1983: 67)

Para Pedro Mallan: “O programa convencional de estabilização do FMI, além de conceitualmente equivocado para as condições atuais da crise da economia mundial (conforme tem procurado demonstrar personalidades, no caso insuspeitas, com H. Kissinger), não está sendo apropriadamente traduzido para o contexto institucional da economia brasileira, como se procurará mostrar nessa seção. Apesar disso, e dado o emocionalismo excessivo como o qual o tema é por vezes tratado, deve ser dito aqui que o FMI é uma peça fundamental em qualquer estratégia de ajustamento que deseje evitar o rompimento com o sistema financeiro internacional. Com efeito, o FMI ainda é o mais importante agente na negociação com os bancos privados e só através de sua intermediação é possível obter novos créditos negociados. Além deste papel, um FMI ampliado aparece com o mais forte candidato a instituição-líder na implementação de soluções institucionais de mais longo prazo em uma próxima fase do ajustamento internacional que é cada vez mais evidente diante da inviabilidade da fase ora em curso. Esta é a razão pela qual dedicamos, neste documento, especial atenção ao papel do FMI – é a necessidade de uma postura mais firme, porém madura e responsável, nas negociações em andamento – bem como às inevitáveis rodadas futuras”. (MALLAN, 1983: 80)

³³⁴ Para Eliana Cardoso e Albert Fishlow: “O Brasil esperou demais para recorrer ao FMI – formalmente, só o fez após a eleição, embora houvessem sido estabelecidos alguns contatos antes disso. Já em março de

fluxos de investimentos desde gênero que, foram apresentados pelo Governo Sarney como medida reparadora a falta de liquidez internacional.³³⁵ Posteriormente, propostas por expansão monetária difundiram a política batizada como “choque heterodoxo” que, atravessaria a gestão dos Ministros da Fazenda, Bresser Pereira³³⁶, e Maílson da Nóbrega³³⁷.

Entretanto, negociações estruturais alicerçadas no Plano Brady passaram a se tornar pauta para a regularização da dívida externa brasileira no Governo Fernando Afonso Collor de Mello, e abriram a nova “era” das condicionalidades nas relações com o Fundo Monetário Internacional.

4.1.2 Governo Fernando Collor de Mello/Transparência Internacional.

A transição para a década de 90 criou novas expectativas tanto no que se refere ao âmbito da realidade doméstica quanto externa do Brasil. A inauguração do governo de Fernando Affonso Collor de Mello (1990), com uma

192 as reservas líquidas do Banco Central eram negativas. Entretanto, praticamente até o último instante, os tecnocratas afirmaram sua capacidade e insistiram em que o Brasil era diferente de seus pródigos vizinhos. De fato, antes de ir ao FMI, o Brasil armou seu próprio projeto espartano para apresentar aos bancos privados, um plano que requeria um mínimo de financiamento e exalava confiança: É precisamente essa combinação de ajuste no curto e no longo prazo que criará as precondições para que a economia brasileira encontre um caminho de crescimento econômico relativamente mais estável, com menores desequilíbrios, sem ser ameaçada por pressões inflacionárias crescentes ou pela imprevisibilidade de fatores externos. (...) Fora exatamente essa combinação a grande ausente nos três anos anteriores. A política econômica concentrava-se em demasia sobre os objetivos de curto prazo, sendo alterada com muita frequência. Imperaram as medidas ad hoc. As soluções foram concebidas para problemas imediatos, mas frequentemente introduziram novas distorções que posteriormente inibiram uma política efetiva. O governo fracassou em eliminar a carga de subsídios creditícios e incentivos tributários herdada do passado, bem como em estabelecer prioridades significativas. Praticamente não houve apoio político interno. (CARDOSO&FISHLOW, 1989: pp 45-46)

³³⁵ Ver, Carlos Eduardo Carvalho. Liquidez e choques antiinflacionários. In: A Luta pela Sobrevivência da Moeda Nacional: ensaios em homenagem a Dílson Funaro. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992, pp, 126-203.

³³⁶ Para Luiz Bresser Pereira: “No livro Inflação e Recessão, que escrevi antes que o congelamento geral fosse batizado de choque heterodoxo, denominei essa estratégia de “política heróica de combate à inflação”. Heróica porque radical, heróica porque envolve alguns riscos para a economia e muitos para seus autores, que poderão perder seus cargos caso ela não logre eliminar a inflação, não se deve entretanto, exagerar esses riscos, porque quando não dá certo, como ocorreu em Israel na primeira tentativa, pode-se tentar uma segunda vez, como está ocorrendo agora. E o mais provável é que dê certo, como aconteceu com o Plano Austral na Argentina”. (PEREIRA, 1987:44)

³³⁷ Ver, Maílson da Nóbrega. Sistema financeiro: por que salvar; como não regular. Disponível em: <http://www.mailsondanobrega.com.br/detalheArtigo.php?ParentID=138>. Acesso em: 18 maio. 2011.

plataforma eleitoral baseada na conquista da estabilidade econômica e promoção da modernidade, seria acompanhada por uma agenda internacional que objetivava aproximar o país do grupo de nações industrializadas, superando sua identificação com o Terceiro Mundo. Contando com os chanceleres não-diplomatas, José Francisco Rezek (março/1990 – abril/1992) e Celso Lafer (abril/outubro 1992), o novo governo empenhou-se em promover mudanças na política externa brasileira em temas delicados e controversos, como meio-ambiente, direitos humanos e segurança internacional e, sobretudo, na área de energia atômica.

A abertura comercial³³⁸ e financeira operada no Brasil a partir de 1990 teve como missão coadunar-se com as práticas de transparência e governança internacional³³⁹ para os balanços de pagamentos, na imediata, demonstração

³³⁸ Ver, Eduardo Haddad. Liberalização Comercial, Espaço e Desenvolvimento Regional. In: Economia Brasileira: perspectivas do desenvolvimento. São Paulo: Editora Centro Acadêmico Visconde de Cairu – FEA-USP, 2005, pp, 197-243.

³³⁹ Os princípios do código de transparência do FMI são: A) Os objetivos fundamentais e o marco institucional da política monetária devem estar claramente definidos nas leis e regulamentos pertinentes, incluídas, segundo corresponda, a carta, orgânica do Banco Central. B) O objetivo fundamental da política monetária deve definir-se nas leis. C) As responsabilidades do Banco Central devem definir-se em leis. D) As leis que dispõem a criação do Banco Central devem autorizar a este a empregar os instrumentos de política monetária necessários para o sucesso de seus objetivos de política. E) Deve dar-se a conhecer ao público a responsabilidade institucional em matéria de política cambial. F) Devem definir-se as leis as modalidades gerais de redução de contas respectivas a aplicação da política monetária e as demais funções que se assumem ao Banco Central. E) Em circunstâncias excepcionais, o governo está autorizado a revogar as decisões de política do Banco Central, devem especificar em leis as condições que se pode invocar esta faculdade e a forma em que se dará a conhecer ao público. F) Devem especificar-se em leis os procedimentos para a nomeação do presidente e dos membros do órgão diretivo do banco central, assim como no período de duração de seus cargos e os critérios gerais para sua saída. G) Deve definir-se claramente a relação institucional entre as operações monetárias e fiscais. H) Se, o Banco Central está autorizado a outorgar crédito, antecipados ou adicionais ao governo, devem dar a conhecer ao público as condições em que podem se utilizar e os correspondentes limites. I) Deve dar-se a conhecer ao público os procedimentos para a participação direta do Banco Central ao governo e os depósitos do governo ao banco central. J) Deve dar-se a conhecer ao público os procedimentos para a participação direta do Banco Central aos mercados primários de títulos de Estado, de permitir-se esta participação, assim como nos mercados secundários. L) A intervenção do Banco Central no resto da economia (por exemplo, mediante a propriedade de participações de capital, a representação em juntas diretivas, a realização de compras ou a prestação de serviços remunerados) deve realizar-se em forma aberta e pública com acordo a princípios e procedimentos claros. M) Deve dar-se a conhecer ao público a forma em que se distribuem as utilidades do Banco Central e em que se mantém seu capital. N) Devem definir-se claramente as funções de agente de governo que desempenhe o Banco Central. O) Deve dar-se a conhecer ao público as funções que desempenhe o Banco Central: a) na gestão da dívida pública interna e externa e as reservas de divisas. b) como banco do governo. c) como agente fiscal do governo e como assessor em matéria de política econômica e financeira no âmbito da cooperação internacional. P) Dever dar-se a conhecer ao público a divisão de funções entre Banco Central, o Ministério da Fazenda ou um organismo público independente, com respectivo as emissões primárias de dívida, a organização do mercado secundário, os serviços de depósitos e os mecanismos de compensação e liquidação para a negociação de títulos do Estado. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/mae/mft/code/spa/code2s.pdf> Acesso em: 18 jan. 2010.

da capacidade de gestão governamental dos recursos financeiros para a manutenção do nível de estabilidade macroeconômica; condição que estabeleceu uma verdadeira “avalanche” em matéria de gestões de transparência política por conta dos sucessivos reveses nas relações dos países em desenvolvimento com o FMI.

A relação do Brasil com o órgão contou com a sólida posição da Ministra Zélia Cardoso de Mello sobre a cooperação, inicial, ao plano Brady, transmitido em discurso no Comitê Interino do FMI, em 29 de setembro de 1990. Segundo a Ministra,

Senhor Presidente, em um ponto seremos inflexíveis: só vamos celebrar um acordo com os bancos comerciais se estivermos confiantes de que podemos nos encaixar nele. Deixe-me reiterar que não vamos repetir oportunismos do passado, quando foram feitos compromissos que logo se revelaram irrealistas e contraproducentes em termos de estabilidade interna do país. Estamos convictos de que esta é a única maneira de restaurar, numa base duradoura, uma nova parceria construtiva com a comunidade financeira internacional. Outra limitação importante da estratégia da dívida atual é que a iniciativa de redução da dívida tem sido até agora basicamente limitada aos débitos dos bancos comerciais. Gostaria de destacar a importância conceitual da idéia do cancelamento da dívida prevista na iniciativa para a América, lançado pelo Presidente Bush. Esta iniciativa, apesar de suas limitações, deve definir a base para um tratamento mais amplo do assunto, abrangendo a dívida oficial de outros países credores. O Clube de Paris já mostrou alguma flexibilidade, mas uma abordagem muito mais ousada é necessária. Iniciativas para reduzir a dívida pública pode certamente ser melhorada, e deve ser estendida aos países de renda média. Um maior grau de envolvimento do FMI e do Banco Mundial é necessária na definição das estimativas precisas das necessidades de longo prazo para o problema da crise da dívida. Este é um papel muito mais útil para as instituições internacionais do que servir como auditores da política interna dos países devedores. O Fundo, segundo o seu diretor, Sr. Michel Camdessus, tem sido sensível a esta abordagem, que deve ser adotada de forma mais decisiva.³⁴⁰

Ao mesmo tempo, que o Brasil se comprometia em desenvolver as práticas de transparência e Governança financeira internacional, a manifestada opção da Ministra Cardoso de Mello foi de reiterar o congraçamento e vinculação do Brasil ao FMI³⁴¹. De um ponto de vista prospectivo, o fluxo de

³⁴⁰URGENTÍSSIMO/TRANSMISSÃO VIA FACÍMILE/DELBRASONU/CARTÁTER:OSTENSIVO/DISTRIBUIÇÃO: DPF/FMI BIRD/ REUNIÕES ANUAIS. PALESTRA DA MINISTRA DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO/NÚMERO FA02006-00154/DATA: 29.10.90 Retransmito a seguir, discurso proferido pela Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, Zélia Cardoso de Mello, no Comitê Interino do FMI, em 29 de setembro de 1990.

³⁴¹ FMI/BIRD. Reuniões Anuais. Palestra da Ministra da Economia Fazenda e Planejamento, Zélia Cardoso de Mello, no Comitê Interino do FMI, em 28 de setembro de 1990. Número fax 02006-00154. Arquivo Itamaraty, MRE, pasta anos 90. Segundo a Ministra nesta nota, “Estou certa, minha opção seria para uma solução permanente que beneficiasse a todos. E não apenas por um espaço de tempo e que possa

capitais em nível crescente se estendeu às economias em desenvolvimento, corroborando, as propostas, de desenvolvimento com estabilidade econômica e política, reformas estruturais e ajustes macroeconômicos. O estabelecimento da proteção contra riscos de crises - modelo securitário dos Estados Unidos - foi peça-chave do modelo de redefinição financeira que envolveu, inclusive, o processo de negociação da dívida externa e o fortalecimento da industrialização nos países tradicionais nesta área, conforme comunicado ao Comitê de Governadores do Fundo Monetário Internacional, realizado pelo representante do Brasil no órgão, Alexandre Kafka³⁴².

Entretanto, a adoção de medidas econômicas oriundas do “Plano Collor”, bem como o confisco de ativos financeiros, fortificou o descontentamento da opinião pública nacional sobre a política econômica deste Governo³⁴³, e influiu na substituição da Ministra Zélia Cardoso de Mello pelo Embaixador e Diplomata de Carreira, Marcílio Marques Moreira.

O Ministro Moreira, pouco após o seu ingresso no Ministério da Fazenda em 1992 realizou a ratificação da Carta de Intenções Públicas ao FMI³⁴⁴ que selou o compromisso de empréstimo de US\$ 49 bilhões de dólares que foi

atrapalhar por mais tempo. Nós temos tentado diferentes remédios, ensaiando várias formas de negociação. Vamos ter coragem e a determinação para conceber uma solução definitiva ao problema do déficit externo, de modo que volte a nós e de nossa maneira a atenção para áreas reais de cooperação; para melhoria tecnológica, investimento, comércio e expansão econômica. Vamos ser ousados e permitir grandes inovações e flexibilizações na participação do financeiro internacional”.

³⁴² KAFKA, ALEXANDRE ROMM 13-310/0411 531/2, PRESS RELEASE nº 92/72/FOR IMMEDIATE RELEASE/September 21, 1992. Comunicado do Comitê Interino da Junta de Governadores do Fundo Monetário Internacional. Arquivo Itamaraty, Brasília-MRE.

³⁴³ Em entrevista ao Jornal Maranhão Hoje, o ex - Presidente Fernando Collor de Mello demonstrou retrospectivamente o processo de negociação da dívida exterior do Brasil e o papel de Jório Dauster na negociação com o FMI. Para Collor: “A grande surpresa foi o volume dos ativos, ninguém esperava tanto. Mas nós precisávamos de um tempo para respirar e dar os passos seguintes, como renegociar a dívida externa; restabelecer a confiança dos credores internacionais, abalada com a moratória de 1987; reiniciar as linhas de crédito; acenar com o programa liberal, mas com preocupações sociais. Não tínhamos celular, fizemos uma campanha sem qualquer memória em relação a eleições anteriores, coordenar uma logística nacional era uma coisa absurdamente difícil. Hoje, temos celulares, computadores de última geração, ninguém mais pensa em reservas de mercado, ninguém mais tem medo de privatizações, a dívida externa está equacionada, e o início foi ali, no meu governo. Meu negociador da dívida externa foi o embaixador Jório Dauster, que fez um extraordinário trabalho e reabriu as portas para o Brasil”. Disponível em: <http://www.maranhaohoje.com.br/index.php/politica/56-nacional/1259-vinte-anos-depois-fernando-collor-pede-desculpas-pelo-bloqueio-da-poupanca>. Acesso em: 15 dez. 2011.

³⁴⁴ Para Roberto Luiz Silva: “No Brasil, o progresso na estabilidade financeira e macroeconômica tem sido acompanhado por reformas estruturais que têm contribuído para a modernização da economia e para um crescimento produtivo. Estas reformas têm incluído a abertura contínua da economia através da liberalização do comércio e da circulação de capitais, um grande programa de privatizações, a desmonopolização e a desregulação de setores estratégicos da economia, e um fortalecimento essencial do sistema bancário público e privado. Medidas verificadas pontualmente na Carta de Intenções do Brasil apresentadas ao FMI”. (SILVA, 2003: 84)

liberado para pagamento em médio e longo prazo da dívida brasileira com quitação de saldo total pelo país em 2032.³⁴⁵ Ainda assim, a crise financeira e política não cederam às pressões em política interna. O Ministro Moreira optou em negociar pessoalmente formas de resolver o caso brasileiro, contudo, a instalação da Governança Internacional que iniciou suas atividades justamente no início dos anos de 1990, produziu vasta quantidade de material sobre a corrupção na América Latina³⁴⁶. Em entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, o ex Ministro tratou que sobre as políticas de transparência que:

Foi dos Estados Unidos, e todos os ministros, inclusive eu, endossamos. Mudei um pouco a forma, mas todo mundo certamente era contra a corrupção. Acho que a declaração não tinha a ver diretamente com o Brasil. Era um movimento meio geral, que começou na Itália com as “Mãos Limpas” e depois foi para o Japão. Também no Brasil o movimento anticorrupção não se implantou de repente, havia um componente internacional³⁴⁷.

Os novos rumos da ação internacional brasileira no governo Collor perderam impulso à medida que se estabeleceu como dispositivo internacional medidas de segurança e mesmo de novas posturas frente a questões globais; bem como, do impulso das reformas econômicas que visavam à liberalização da economia nacional, que se limitaram à anulação de tarifas, à abertura a novos segmentos de importação e à eliminação de alguns subsídios e incentivos fiscais para a produção. O processo de combate à corrupção interna no Brasil, que neste período foi iniciada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no caso PC Farias culminou no impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello. Nesse ínterim, o Ministro Moreira enviou ao Congresso Nacional o texto da Emenda Nº 3 do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional³⁴⁸ para aprovação da Nona Revisão de Quotas,

³⁴⁵ MOREIRA, Marcílio Marques: Diplomacia, política e finanças de JK a Collor: 40 anos de história por um de seus protagonistas. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

³⁴⁶ Ver, Compensatory and Contingency Financin. In: Extended and Specialized Lending. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/history/2001/ch15.pdf>. Acesso em: 18 maio. 2011.

³⁴⁷ Idem, p. 329.

³⁴⁸ De acordo com Artigo III, Seção 2 (b) do Convênio Constitutivo do FMI : “O Fundo poderá propor a qualquer momento um aumento das cotas dos países que eram membros em 31 de agosto de 1975, em proporção a suas quotas ditas até agora em quantidade acumulativa não superior as quantidades transferidas da Conta Especial de Desembolsos a Conta de Recursos Gerais com arranjo ao Artigo V, Seção 12 f) e j)”³⁴⁸. Que podem, inclusive, ser repassadas entre países já desenvolvidos”. Disponível em

permitindo ao organismo computar cerca de US\$ 50 bilhões adicionais para uso em suas operações de assistência financeira³⁴⁹.

4.1.3 Governo Itamar Augusto Cautiero Franco/Governança Internacional.

O início do governo de Itamar Augusto Cautiero Franco observou um contexto doméstico e internacional particularmente desfavorável. No ambiente doméstico, o governo enfrentava os desdobramentos da crise política que levava ao *impeachment* do presidente Collor, adensada por uma situação de desequilíbrio macroeconômico exacerbado. Em plano externo, o governo enfrentava uma agenda marcada por pressões crescentes dos Estados Unidos, particularmente em relação à implementação das reformas econômicas de cunho liberalizantes e à aprovação da nova legislação de propriedade intelectual. Adicionalmente, o fim do governo Collor deu lugar a questionamentos políticos e ideológicos de toda ordem, levando a agenda

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/aa/spa/index.htm>. Acesso em: 23 junho, 2009.

³⁴⁹ À Sua Excelência o Senhor Doutor Fernando Collor, Presidente da República. Senhor Presidente, Submetemos à alta consideração de Vossa Excelência o anexo texto da Emenda Nº 3 ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, com vistas à sua aprovação pelo Congresso Nacional. 2. O Fundo Monetário Internacional promove, a intervalos regulares, a revisão de seus recursos, com o objetivo de reajustar suas quotas. Recentemente, os países-membros aprovaram a Nona Revisão de Quotas, permitindo ao organismo contar com cerca de US\$ 50 bilhões adicionais, para uso em suas operações de assistência financeira. O processo se encontra em fase de aceitação pelos membros do Fundo Monetário, ainda não tendo sido autorizada a subscrição de novas quotas. 3. Paralelamente à revisão de quotas, empreendeu-se uma análise do Convênio Constitutivo do Fundo, tendo também sido aprovada pelos países-membros a introdução de mecanismos de dotassem o organismo de maior flexibilidade no trato de inadimplência por parte de países que se utilizam da assistência financeira concedida. Esses mecanismos são a suspensão dos direitos de voto e de representação perante os diversos órgãos decisórios do Fundo por parte de países em sistemáticos atrasos financeiros com o organismo. 4. À época da negociação e aprovação dos dois assuntos, o Comitê Interino -- órgão consultivo da Assembléia de Governadores do Fundo Monetário Internacional -- houve por bem vinculá-los, de sorte a que a Nona Revisão de Quotas não entrasse em vigor sem que a emenda ao Convênio Constitutivo se tivesse tornado efetiva. A recomendação foi acolhida pela Assembléia de Governadores. 5. O Brasil já completou os procedimentos internos necessários à aceitação das novas quotas que lhe foram alocadas. No entanto, a ratificação das modificações ao Convênio Constitutivo depende de aprovação pelo Congresso Nacional, uma vez que se trata de alteração de ato internacional firmado pelo Governo brasileiro e aprovado pelo Poder Legislativo. 6. Nessas condições, encaminhamos a Vossa Excelência, Senhor Presidente, o anexo projeto de mensagem ao Congresso Nacional, de conformidade com o artigo 49, inciso I, da Constituição Federal. Respeitosamente, Francisco Rezek, Marcílio Marques Moreira, Ministro das Relações, Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

diplomática a ser alvo de uma maior politização, merecendo destaques os temas que se encontravam em processo de ratificação no Congresso Nacional³⁵⁰. Em conseqüência, a iniciativa presidencial na condução dos assuntos internacionais foi marcadamente reduzida, pois a agenda política e econômica em plano doméstico sobrecarregava o Poder Executivo e se impunha como prioridade. Com a transição de governo, a política externa brasileira não chegou a observar grandes modificações. No plano geral, foram mantidos os compromissos da agenda regional com aprofundamento de relacionamento com os países vizinhos.

Em relação ao FMI, o Governo Itamar Franco avançou nas negociações entre Eliseu Resende, Ministro da Fazenda após a sucessão de Paulo Roberto Haddad e as autoridades americanas, bem como o Chairman do Federal Reserve (FED) Alan Greenspan e o Senador Americano Lloyd Betsen para a retomada de crédito com reforma fiscal e a conclusão do processo de dívida exterior do Brasil: produziram um grande debate nacional³⁵¹ sobre a adoção do programa do Consenso de Washington³⁵². De acordo com o relatório especial 45/93/FMI/Banco Mundial/Dívida Externa,

O presidente do BIRD, Lewis Preston, pediu ao Ministro da Fazenda, Eliseu Resende, que a missão técnica brasileira que apresenta o programa do governo Itamar Franco ao FMI faça também uma exposição aos técnicos do BIRD. Resende concordou, e a exposição aconteceu ontem à tarde. Preston pediu isso em resposta ao pleito de Resende, que quer a colaboração do BIRD com uma parcela dos recursos previstos pelo Plano Brady, para compra de garantias que viabilizem o acordo de redução da dívida externa do País com os bancos privados. "Queremos o apoio do BIRD ao nosso programa e assistência técnica em algumas áreas. Precisamos do entrosamento do BIRD e do FMI, porque o endosso de ambos é importante para concluirmos o acordo da dívida externa", explicou o ministro da Fazenda. Antes da conversa com Preston, Resende almoçou no dia anterior com o

³⁵⁰ Cf. HIRST; PINHEIRO, 1995,

³⁵¹ Ver, Paulo Nogueira Batista Junior. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: Em Defesa do Interesse Nacional. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995, p. 99.

³⁵² Para John Williamson, autor do programa conhecido como o Consenso de Washington: "Em termos mais amplos, a reposta é que os países devem procurar estabilizar suas taxas de câmbio efetivas atrelando-as a uma cesta de moedas. A taxa de câmbio efetiva é definida como a média geométrica ponderada pelo comércio das taxas de câmbio bilaterais com os parceiros comerciais e concorrentes de um país. A estabilização da taxa de cambio efetiva significa que, embora as variações da taxa de câmbio entre os principais países ainda influenciem as posições de concorrência e os custos de cada indústria e firma tomadas isoladamente, pelo menos estes efeitos tenderão a compensar-se mutuamente na economia como um todo, não atrapalhando, assim, o equilíbrio macroeconômico. Uma possível desvantagem de se atrelar a moeda a uma cesta de moedas – o que tem que ser comparado com o benefício macroeconômico – é o risco microeconômico imposto a cada agente do comércio exterior quando ele não tiver mais uma moeda internacional importante com a qual possam assinar contratos e em relação à qual suas próprias moedas sejam razoavelmente estáveis". (WILLIAMSON, 2004: 228)

vice-presidente da área que inclui o Brasil no BIRD, Sahid Husain. Husain disse ao ministro que existem três pontos importantes para o Brasil cuidar, enquanto assegura o sucesso de seu novo plano. São eles (1) a credibilidade do programa; (2) o apoio político ao programa dentro do Brasil; e (3) a cooperação ativa dos governos estaduais e municipais. Em seu encontro com o presidente do Federal Reserve Bank (Fed., o banco Central dos EUA) Alan Greenspan, o ministro ouviu que uma reforma fiscal é básica para permitir que a política monetária possa controlar a inflação. Resende disse que espera o apoio do governo dos EUA na conclusão do acordo da dívida externa, e Greenspan o orientou para tratar do assunto no Departamento do Tesouro.³⁵³

A flexibilização na regulamentação das leis financeiras internacionais integrou o plano de combate ao controle dos negócios bancários com títulos mobiliários que, por sua vez, formavam restrições sobre a atividade financeira de mercado³⁵⁴. Com Fernando Henrique Cardoso (outubro/1992 – maio/1993) e, posteriormente, o embaixador Celso Luiz Nunes Amorim (agosto/1993 – dezembro /1994) na pasta das Relações Exteriores, o governo de Itamar Franco preocupou-se em reafirmar o posicionamento internacional brasileiro como país em desenvolvimento, reforçando a identidade do Brasil como uma nação continental de interesses múltiplos na política e economia mundial. Para tanto, foi produzido o equilíbrio macroeconômico pautado pelo conceito de

³⁵³ CÂMARA DOS DEPUTADOS CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS. Seção de Documentação Parlamentar PESQUISA ASSUNTO: Projeto de Decreto Legislativo Nº 22 de 1993. SOLICITANTE: Roberto Sales. GUIA DE PESQUISA Nº 10806/92. FONE: 6754 FAX: Nº DE PÁGINAS: 10. (Incluída esta) DATA: 09/07/97. PESQUISADOR (A): Eduardo RAMAL: 6856 OBS: Se receber esta mensagem de forma legível, por favor comunique-nos. Fones: (061) 318-6856 ou 318-6857 - Fax: (061) 318-2294. Tais declarações poderão ser modificadas mediante declarações ulteriores, que especificarão expressamente ou as unidades territoriais a que se aplicará esta Convenção. Tais declarações ulteriores serão transmitidas à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e surtirão efeito trinta dias depois de recebidas. Arquivo Itamaraty-MRE.

³⁵⁴ Para Alan Greenspan: “Não é raro ver legisladores e reguladores se apressarem para promulgar novas leis e normas em repostas a falhas de mercado, incorrendo erros cuja solução demora décadas. Conforme eu vinha argumentando há muito tempo, o Glass-Steagall Act, que, em 1933, segregou dos bancos comerciais os negócios com títulos mobiliários, se baseou em premissas falsas. Os depoimentos perante o Congresso, em 1933, continham numerosos casos que deram a falsa impressão de que as atividades dos bancos com títulos mobiliários estavam solapando a solidez do mercado. Apenas depois da Segunda Guerra Mundial, quando os computadores possibilitaram a avaliação do sistema bancário com um todo, tornou-se evidente que os bancos que praticavam negócios com títulos mobiliários resistiram melhor à crise de 1930 que aqueles sem tais atividades. Poucos meses depois de minha posse no Fed, o Conselho de Governadores apresentou um proposta segundo a qual os bancos novamente poderiam vender títulos mobiliários em suas agências, sob condições muito restritivas. O Conselho de Governadores continuou a estimular a atenuação das restrições, e em vários de meus depoimentos defendi mudanças na lei. Somente em 1999 o Glass-Steagall foi revogado pelo Gramm-Leach-Bliley Act. Felizmente, o Gramm-Leach-Bliley Act, que restabeleceu a tão necessária flexibilidade dos setores financeiros, não é aberração. A conscientização quanto aos efeitos prejudiciais do excesso de regulamentação e a necessidade de constante adaptação da economia às novas realidades avançaram substancialmente nos últimos anos. Não podemos recuar”. (GREENSPAN, 2008: 362)

Good Governance. Tal programa foi responsável em selar às diretrizes de política externa norte-americana, representada, nesta negociação pelo Senador do Partido Democrata Lewis Preston, as medidas de saneamento bancário do sistema financeiro nacional. Bloqueando os bancos comerciais e forçando-os à venda com pagamento realizado pelo Banco Central através do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) para os bancos estaduais³⁵⁵: a implantação do plano real para estabilização da moeda brasileira estimulou a relação do Tesouro dos Estados Unidos com o Brasil, e selou o diálogo entre o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) e o Partido Democrata dos Estados Unidos. Duas principais características do programa acordado de Good Governance foram:

1. Diretrizes “inter allia” de políticas econômicas estáveis e equilibradas, eliminação de gastos governamentais desnecessários, aumentos dos investimentos em recursos humanos (saúde e educação, em especial), eliminação das condicionantes estruturais para o crescimento e para a criação de empregos, manutenção da taxas de câmbio realistas. Liberalização do comércio e dos regimes sobre investimentos e formação eficiente – sem altos custos sociais – de poupança líquida e “Good Governance”;
2. Indicação, com base em relatórios do Fundo, de que, entre duas categorias de países, “Strong Adjusters” e “Slow Adjusters”, de 1980 a 1994, a primeira – congregando países que têm executado políticas econômicas e reformas estruturais aconselhadas pelo FMI – Logrou obter melhores resultados que a segunda em termos de crescimento do produto e qualidade de vida.³⁵⁶

A “inter allia” da regulação fiscal e monetária de cada país, constituiu marco regulatório de importância para o funcionamento das relações financeiras internacionais e que neste período deixou de ser uma não realidade

³⁵⁵ Ver, Cleofas Salviano Junior. Bancos Estaduais: dos Problemas Crônicos ao Proes. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf. Acesso em: 19 maio. 2011.

³⁵⁶ MSG 0F00899B 01/05/93 17:54 DISTRIBUIÇÃO: DPF/DOE/DEMA/SGPL. DESCRITO EFIN. OSTENSIVO. NBR353 384BS7/CTG QS BRAZEXT USABREM 011053 0F00899B. BRASEMB/WASHINGTON: ASSUNTOS MONETÁRIOS INTERNACIONAIS. ARQUIVO ITAMARATY, BRASILIA.

aos países em desenvolvimento e passou a funcionar como instrumento fundamental para tais relacionamentos de créditos, empréstimos, avaliação de riscos e de transparência internacional. O código de transparência transformou as relações do FMI com os países membros paulatinamente em “interdependências governamentais”. Nesse sentido, o aperfeiçoamento de tais práticas seria irreversível no campo multilateral e no tocante ao estabelecimento de alto nível de exposição internacional do processamento dos investimentos financeiros. No caso do Brasil, a transparência internacional advogou a favor do plano de estabilização macro-financeira ³⁵⁷ tendo sido determinante para a redução da inflação e do prosseguimento dos ajustes que avançaram na representação exterior do Ministro Celso Luiz Nunes Amorim, que, realizou a programação bi-lateral Brasil – Estados Unidos durante o ministério de Ciro Gomes³⁵⁸, substituto de Rubens Ricupero após seu pedido

³⁵⁷ MSG 0F00899B 01/05/93 17:54 DISTRIBUIÇÃO: DPF/DOE/DEMA/SGPL. DESCRITO EFIN. OSTENSIVO. NBR353 384BS7/CTG QS BRAZEXT USABREM 011053 0F00899B. BRASEMB/WASHINGTON: ASSUNTOS MONETÁRIOS INTERNACIONAIS. ARQUIVO ITAMARATY, BRASILIA. A “Enhanced structural adjustment facility (ESAF)” e demais esforços do Fundo no sentido de rever esses programas em busca de modalidades alternativas, advoga, para todos os países com problemas de balanço de pagamentos, tratamento não-discriminatório e programas de empréstimo dentro da “systemic transformation facility”, hoje vigente apenas para as ex-repúblicas da ex-união soviética e países do leste europeu. Enfatiza, igualmente, a atribuição singular do fundo de “surveillance” com objetivo de promover políticas econômicas com vistas ao bem estar da economia internacional como um todo. Nessas condições, conclama o FMI empregar existentes e/ou novos mecanismos para estimular países com substancial impacto sobre a economia internacional a seguir políticas adequadas aos objetivos globais. Com base no princípio de tornar o direito especial de saque (SDJ) a principal reserva internacional – contido no acordo constitutivo do FMI – e ante instável quadro de ajustes no balanço de pagamentos de economias em desenvolvimento, sujeitas a esforços de reforma e estabilização, o comunicado apóia a recomendação do diretor executivo de alocar SDR 36 bilhões para restaurar as reservas internacionais ao nível das últimas duas décadas, bem como sugere suplementação adicional correspondente às demandas por reservas dos novos membros.

³⁵⁸ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/ 00002.005134/94-51 INFORMAÇÃO PARA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA. SGIE/04 de outubro de 1994/FMI/BIRD. Assembléia Anual Conjunta. Participação do Brasil. 220 Realizou-se, em Madrid, de 30 de setembro a 2 de outubro corrente, a Assembléia Anual Conjunta do Banco Mundial/Fundo Monetário Internacional, que contou, como de hábito, com a participação de delegação brasileira, chefiada pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Ciro Gomes. 2. À margem da programação oficial, o Ministro da Fazenda manteve dois encontros bilaterais: um, com o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Senador Lloyd Bentsen. Em ambos os encontros, a atitude das autoridades norte-americanas caracterizou-se por palavras cordiais e de reconhecimento aos esforços empreendidos no âmbito do Programa de Estabilização Econômica em curso no Brasil. O Secretário Bentsen manifestou-se “estimulado” com os resultados das medidas adotadas e com a queda já obtida na taxa de inflação, o que, ao seu ver, demonstraria uma reversão completa em relação à situação anterior do Brasil. Foram no mesmo sentido as manifestações do Subsecretário Summers, que sublinhou a avaliação positiva que o Tesouro norte-americano faz do Programa de Estabilização e disse que a equipe econômica “tem funcionado muito bem” e deixado “importantes inovações” na gerência do Plano Real. (Recebido pelo SGIE em 26/10/94) Fls. 2 da Informação N° 220, de 04/10/94 do MRE. 3. Também nos encontros informais com os membros das demais delegações e com o “staff” do Banco Mundial e do Fundo Monetário Nacional, bem como na programação oficial de conferências da Assembléia Anual Conjunta, foram sempre positivas as

de demissão.

4.1.4 Fernando Henrique Cardoso/Vigilância Internacional.

A implantação do plano real de estabilização da moeda³⁵⁹, com Fernando Henrique Cardoso ainda a frente do Ministério da Fazenda fomentou na formação da agenda econômica multilateral³⁶⁰, uma reorganização,

referências ao Programa de Estabilização em andamento, em contraste com a postura pessimista que a comunidade financeira internacional mantinha em relação ao Brasil no passado recente. Respeitosamente, Celso L. N. Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

³⁵⁹ Para Antonio Kandir, a aplicação do plano real através da Unidade Real de Medida (URV): “À medida que se generalizou como indexador, gradualmente, conforme a ampliação de limites fixados pelo governo e a adesão voluntária dos agentes econômicos, a URV reparou a imperfeição temporal do sistema anterior de indexação. À proporção que avançava sua utilização, produziu a sincronização e padronização dos reajustes dos vários preços da economia. Progressivamente, um número cada vez maior de preços passou a variar diariamente, sofrendo a mesma atualização monetária. Com isso, se preparou a cena para a entrada do real em condições favoráveis. Não foi um processo simples e de resultados imediatos. A URV precisava de tempo para cumprir suas funções. Não por acaso, esperou-se quatro meses, da sua criação até a introdução da nona moeda”. (KANDIR, 1994: 77)

³⁶⁰ O Ministério das Relações Exteriores, durante o período de estabilização do Plano Real, participou de negociações protecionistas internacionais que, visavam, justamente, manter resistência ao plano de estabilidade macroeconômica do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em documento: “(B) O reforço do sistema multilateral pela diminuição de medidas unilaterais e bilaterais prejudiciais ao sistema, pela execução plena dos resultados da rodada Uruguai e pelo abarcamento de novas áreas de discussão e negociação (lembrou o “*Unfished Business*”, na área de serviços. (C) O equacionamento de possíveis desequilíbrios entre instituições regionais e multilaterais de modo a otimizar os ganhos recíprocos de complementares, sem que as iniciativas regionais se tornem muito mais atrativas e de que surja o risco de “reabrir a divisão norte-sul”, e (D) A integração dos países menos avançados no comércio internacional. Quanto a este último desafio, reconheceu a tendência à erosão de preferências e a obtenção de ganhos da rodada Uruguai inferiores aos dos outros países, tendo argumentado que os ganhos dos menos avançados tenderão a ser maiores, de um ponto de vista dinâmico de longo prazo. 18. Em breve e improvisado discurso, o Secretário-Geral das Nações Unidas mencionou as importantes iniciativas do BIRD e do FMI para os países africanos. Ateve-se à exposição de que o êxito dos esforços de política econômica em busca do desenvolvimento está condicionado substancialmente pela existência do requisito fundamental da paz e de que papel das Nações Unidas se orientaria primordialmente para as atividades relacionadas à consecução desse objetivo. 19. Ilustrou a importância de sua tese com dados sobre os conflitos militares potenciais e em curso na África, chamou atenção às atividades de prevenção de conflitos, de assistência às populações atingidas e de operações de paz. Argumentou a existência de crescentes problemas de natureza política e social, como os relacionados à “micro-nacionalismos” emergentes e direitos humanos. No contexto geral de seu discurso, deixou claro o seu apoio à idéia, muitas vezes suscitada nas discussões que se seguiram, de que as instituições internacionais - até por razões de restrição orçamentária - devem reforçar suas atividades nas áreas de sua competência e em que detenham mais largas vantagens comparativas e especialização técnica. 20. Carlos Fortim foi à voz crítica do conjunto de expositores. Discordou das avaliações de Camdessus quanto aos ajustes econômicos. Ressaltou que o fato de os “*Strong Adjusters*” terem exibido taxas de crescimento mais elevadas não é prova de que o ajuste constitui solução para os países africanos. “*Strong Adjusters*” são também aqueles que mais acesso têm aos financiamentos das instituições de Bretton Woods, o que eleva a taxa de inversões e assegura crescimento mais elevado. Tal circunstância é que explica o êxito e não o simples ajustamento. 21. Em

paulatina, da legislação financeira nacional, com o objetivo de reconstruir “vias de investimentos” no Brasil. Como apontou o economista Antonio Kandir, ainda às vésperas da execução definitiva do plano real, foi substancialmente determinante, para a construção do valor moeda naquele instante, os limites impostos ao controle da quantidade de moeda pela internacionalização financeira³⁶¹. E, que, por sua vez, corroborou as políticas de internacionalização financeira do Brasil, asseguradas em espaço institucional na Constituição de 1988, (sistema financeiro) no artigo 192, no cumprimento e promoção da participação dos investimentos estrangeiros, na formação do capital do país. Dando destaque na política econômica: para o encontro de

contraste com a visão de Ruggiero, Fortin sustenta que são desprezíveis os ganhos da rodada Uruguai para os países mais pobres, tanto no curto como no longo prazo. Isto ocorre em função da redução das margens de preferência e do aumento de preços de alimentos importados em função da eliminação de subsídios praticados pelos europeus. 22. Fez discurso pautado na idéia, base para a formulação da agenda da IX UNCTAD em 1996, de que a economia mundial se caracteriza por dois indissociáveis processos, a globalização e a liberalização dos fluxos econômicos, à partir dos quais se devem maximizar as oportunidades de crescimento e desenvolvimento para os países, com a minimização dos riscos de marginalização e instabilidade. 23. Referiu-se à questões essenciais associadas aos dois processos, como a volatilidade dos fluxos de capitais para PEDS, as flutuações das taxas de câmbio e o desemprego. Examinou prospectivamente o crescimento do conjunto dos PEDs, estimado em 1995 a uma taxa média de 4,5% e das regiões: América Latina, com redução de 3,7 em 1994, para 2 por cento em 1995. Ásia e Pacífico, com aumento de 5,3 em 1994, para 6 por cento em 1995 e África, região para a qual as previsões ainda são incertas. 24. Fez complementarmente reflexões acerca do impacto sobre os PEDS do problema da dívida, dos investimentos diretos estrangeiros, do movimento de preços das “Commodities” e do comércio internacional Embora compreendesse um grande número de questões em diversos planos - comercial, financeiro, de investimentos e políticas em desenvolvimento em geral, o discurso de Fortin, certamente o mais crítico do diálogo, serviu para confirmar o distanciamento das organizações de Bretton Woods e da OMC em relação ao pensamento clássico da UNCTAD no sentido de promover debate conceitual crítico sobre as questões da política econômica e de economia internacional, de relevante interesse aos países em desenvolvimento. 25. Em avaliação sintética preliminar do diálogo, depreende-se a cautela, de forma mais explícita (BIRD) ou mais matizada (FMI), por parte das instituições de “Bretton Woods” em avançar entendimento e consenso sobre a tese de coordenação entre essas instituições e as Nações Unidas, em que pese ao apoio a essa ideia não só no âmbito da ONU (a agenda para o desenvolvimento), mas também do próprio G-7. A atuação do Secretário-Geral das Nações Unidas, ao manter posicionamento que prioriza a paz e coloca o desenvolvimento como subsidiário desta, não contribuiu para reforçar a idéia de maior coordenação. 26. Nesse quadro, a coordenação se limitaria à intensificação de contatos e de trabalhos comuns, no âmbito de projetos e arranjos de cooperação. Assim, não caberia às Nações Unidas, notadamente ao ECOSOC e subsidiariamente à UNCTAD - como “Think Thank” - atuar como foro articulador dessa coordenação, mediante exame conjunto das políticas e objetivos das organizações. Assim, além da falta de disposição política para a coordenação, verifica-se como ainda muito pouco amadurecidos os reais mecanismos que possam vir a regê-la”. CRSCABRAZ TG 00883H 08/07/95 PEMU – DPF, CRSCABRAZ 08/07/95 17h25min De: DELBRASGEN PARA: EXTERIORES MSG OF00883H 08/07/95 17:26 Minuta: NORMAL Distribuição: DPF/DOE/DNU/DCI Descrito:PEMU BRAS CONFIDENCIAL COD SET:67 LU QD BRAZEXT .SCABRAZ 081034 OF00883H TEKA 08 De DELBRASGEN PARA EXTERIORES em 08/07/95 (LMNO-5460616) DESCR= PEMU BRAS CARAT = CONFIDENCIAL PRIOR = NORMAL DISTR = DPF/DOE/DNU/DCI/ RTM = ONUBRS/USABREM/INGBREM. (8ª?) Parte TEL 00883. PEMU BRAS. CONFIDENCIAL.DPF/DOE/DNU/DCI. ECOSOC. Segmento de alto nível. Diálogo ONU - Instituições de **Bretton Woods**. Protecionismo, com restrições de natureza ambiental e/ou social ao comércio, em substituição ao protecionismo com base em instrumentos clássicos de política comercial, como tarifas e subsídios. CELSO AMORIM.

³⁶¹ Cf, Kandir, 1994, p, 83.

objetivos nas perspectivas internacionais, inclusive, na formação, acompanhamento e planejamento de câmbio e assim no valor da moeda, como plataforma de uma agenda de médio e longo prazo.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidência concorreu com uma série de entraves nas relações financeiras internacionais, por conta de problemas relacionados a crises financeiras nos países em desenvolvimento. A crise mexicana, por exemplo, desencadeou antes mesmo de suas problemáticas experiências a atitude de tornar a cooperação, em um instrumento eficaz para a tranquilização dos mercados. A criação de liquidez, por exemplo, foi restringida aos controles do FMI através dos mecanismos de “surveillance”. O monitoramento mais rígido, e apoiado pelo grupo dos vinte quatro países em desenvolvimento, bastaria tanto na contenção de liquidez, como também expandiria o desenvolvimento financeiro através do DES, conforme foi comunicado por Larry Summers, então Subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, na reunião de primavera do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional, realizada em Washington em 26 de abril de 1995³⁶².

³⁶²BRASEMP WASHINGTON/RECEBIDO EM 29/04/95/17:43/?NºOF00893A/RELAÇÕES FINANCEIRAS. REUNIÃO DO COMITÊ INTERINO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. QUESTÕES CENTRAIS. AGENDA./CRUSABREM/2904/95/17:45/DE BRASEMB WASHINGTON PARA EXTERIORES/MSG OF00893A/29/04/95/17:45/MINUTA:URGENTÍSSIMO/DISTRIBUIÇÃO: EFIN BRAS FMI/CONFIDENCIAL/CONFIDENCIAL/CONFIDENCIAL SEDNET/QD BRAZEXT/USABREM 291737 OF 00893A TEKA 29/DE BRASEMB WASHINGTON PARA EXTEIORES EM 29/04/95 (ACT-DB?C9D?1)/DESCR=EFIN BRAS FMI/CARAT=CONFIDENCIAL/PRIOR-URGENTE/DISTR=DPF/PARTE=PRIMEIRA/893 1355 - A reunião de primavera do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional realizou-se em Washington em 26 de abril permeada por duas questões centrais, a persistente queda do dólar no mercado de câmbio e os reflexos da crise mexicana sobre outras economias emergentes. Ligada a essas duas questões centrais, a discussão iniciada em Madri sobre alocação de direitos especiais de saque também esteve presente nas reuniões preliminares e nos contatos realizados à margem do evento. 2. A recente queda do dólar, que rompeu a barreira dos oitenta yens na semana anterior à da realização da reunião do Fundo, na maior baixa desde a Segunda Guerra Mundial, não foi incluída formalmente na agenda do Comitê Interino, mas foi mencionada em praticamente todos os discursos. As implicações desse oscilação da moeda norte-americana no maior mercado do mundo em volume (como salientou o Secretário Robert Rubin em seu discurso, o mercado de câmbio movimenta em uma semana mais do que o comércio internacional em um ano) são sentidas em praticamente todas as áreas de atuação do FMI. Ademais, questões relevantes como a alocação de DES, que passa pelo impacto do aumento de liquidez internacional sobre o mercado de câmbio, e a cooperação entre Bancos Centrais dos países industrializados, na esteira da crise mexicana, apresentam estreitar vinculação com a volatilidade das cotações de moedas. A crise do México, por sua vez, levou os agentes econômicos a voltarem os olhos para o FMI, à espera de uma ação catalisadora que movimentasse recursos, ao mesmo tempo em que condicionaria a política econômica mexicana, a exemplo do ocorrido durante a crise da dívida. Contudo, as profundas modificações verificadas no cenário internacional dos últimos quinze anos, com os empréstimos-ponte "jumbo" de Bancos comerciais sendo substituídos por aplicações de carteira administradas por fundos de investimento, encontraram um FMI despreparado para exercer o papel que lhe coube no passado. 3. No exame dessas duas questões, ficou evidente que a questão da queda do dólar mereceu maior atenção por parte dos participantes do que as implicações da crise do México, como

Em verdade, a globalização³⁶³, conceito formado para problematizar a participação das questões sociais nas estruturas institucionais internacionais, havia se fixado como diretriz para as relações entre os países. Após a posse do Presidente, tais debates se acentuaram. A preocupação, principalmente com a tolerância dos países africanos no ambiente de economia de mercado, livre concorrência e livre comércio foi apresentada na Economic and Social Concl (ECOSOC- ONU) nas seguintes proposições:

A fim de evitar os efeitos negativos dessas mudanças, ou questões específicas que, na sua avaliação, devem ser apreciadas: (A) Como minimizar os efeitos negativos de crises financeiras potenciais de um país (como a do México) sobre outros mercados?

evidenciam os discursos e o comunicado final da reunião. O próprio discurso do Secretário do Tesouro norte-americano, que comento em comunicação à parte, faz breve menção à crise mexicana, em tom "cautiously optimistic" ao mesmo tempo em que assinala, em diferentes momentos, que as recentes oscilações do mercado de câmbio não refletem os fundamentos econômicos das economias industrializadas. Ademais, a crise mexicana, se, por um lado, inspirou os dois grandes temas da agenda da reunião (a saber, o aperfeiçoamento das rotinas de monitoramento ("surveillance") e a criação de um mecanismo para atender a situações de emergência derivadas da súbita retração de capitais de curto prazo), por outro redundou em resultados concretos pífios. Os EUA lograram incluir no câmbio comunicado final da reunião menção às flutuações no mercado de câmbio praticamente idêntica à proferida por Rubin em seu discurso. Já, a menção ao mecanismo de contenção de crises ("safety net") e vazada em termos vagos e imprecisos, postergando para a reunião anual, em outubro, eventual decisão.

4. Mesmo que a questão cambial tenha predominado nas discussões sobre a da criação de uma "safety net" ela não foi tratada de maneira concreta e objetiva. Nesse sentido, o resultado palpável da reunião foi conclamar os países industrializados a intensificar os esforços de cooperação no sentido de tranqüilizar os mercados. Contudo, nenhum mecanismo foi esboçado para esse fim, nem foi apontado um Fórum (como, por exemplo, o BIS) para a realização de consultas.

5. No que diz respeito à crise mexicana e à prevenção de eventos semelhantes, o foco das discussões caiu sobre o monitoramento dos países, em detrimento da constituição de uma "safety net". A posição norte-americana, apresentada por Larry Summers na reunião anual do BID em Jerusalém, de requerer dos países membros do Fundo a apresentação periódica de informações estatísticas relevantes, transparentes e confiáveis, foi totalmente endossada pelo Comitê Interino e poder ser o início de uma transformação das rotinas de "surveillance" do Fundo, a começar pelas consultas periódicas do Artigo IV. Nesse cenário, o Diretor-Gerente Michel Camdessus logrou relativo êxito ao incluir no comunicado final a expressão "In a symmetrical manner" ao referir-se à intensificação do monitoramento, o que dificulta a caracterização de membros de segunda classe do FMI, os monitorados, em oposição aos de primeira classe, os que utilizam as informações.

6. A "safety net", em torno da qual criou-se expectativa, não se materializou, nem foi indicada a possibilidade de vir a se materializar no futuro. Ao contrário, ao considerarem a liquidez do Fundo "adequada" e ao darem preferência ao General Agreement to Borrow o lugar de uma alocação de DES, as autoridades econômicas reunidas no Comitê Interino sinalizaram que não haverá recursos adicionais provisionados para tratar de crises com a mexicana. Aparentemente, um monitoramento mais rígido e freqüente bastaria, na visão dos vinte e quatro representantes reunidos no FMI, para prevenir crises de liquidez em economias emergentes, que, se vierem a eclodir, seriam tratadas caso a caso.

7. A questão da alocação de DES que tanta polêmica causou em Madri foi mais uma vez adiada, sendo considerada virtualmente ultrapassada. Conforme havia me adiantado o Subsecretário do Tesouro para Assuntos Internacionais, Larry Summers, a oposição do Congresso norte-americano à aprovação do pacote mexicano evidenciou o custo político que teria o trâmite doméstico da questão, o que levou os EUA, a meu ver, a arrefecerem o ânimo que demonstraram em Madri. Sem a insistência norte-americana, questão esvaziou-se, pelo menos a curto prazo. Paulo Tarso.

³⁶³ Ver, Ladislau Dowbor, Otavio Ianni e Paulo-Edgar A. Resende. *Desafios da Globalização*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003, p. 15.

(B) Que medidas devem ser tomadas para estabilizar o regime internacional de taxas de câmbio mediante a coordenação de políticas macroeconômicas e qual o papel da cooperação multilateral nesse contexto? (C) Qual será o papel da FMI na regulação dos mercados financeiros e na "surveillance" das políticas e condições econômicas dos países? (C) Como consolidar os mercados financeiros emergentes em países em desenvolvimento (PEDS) e minimizar os seus riscos? (D) Como as instituições financeiras internacionais podem promover o influxo de capitais na África e em outras regiões menos avançadas, para viabilizar a sua participação no crescimento da economia mundial? (E) E que lições retirar da experiência, dos últimos cinco anos, de aconselhamento de políticas e de apoio financeiro para as economias em transição?³⁶⁴

A síntese da posição brasileira sobre o desenvolvimento econômico baseado na economia de livre mercado foi de manter resistência, oriundas da Secretária das Relações Exteriores, às propostas por maiores aberturas internacionais por desenvolvimento, apoiadas nas seguintes proposições,

1. Volatilidade dos fluxos de investimento;
2. Incapacidade de resposta do papel de "surveillance" do FMI;
3. Insuficiência de DES para os países em desenvolvimento;
4. Dificuldade de acesso ao General 'General Arrangements to Borrow;
5. Lento acesso aos acordos de empréstimos;
6. A necessidade de redução da dívida dos países altamente endividados;
7. A necessidade de reconstituição de um fundo complementar;
8. A necessidade de aumento de proficiência na gestão política e administrativa dos bancos de reconstrução do pós-guerra;
9. A não utilização da "surveillance" como condicionante para a obtenção de financiamento do FMI.³⁶⁵

³⁶⁴ CRSCABRAZ/08/07/95/11:08/DE:DELBRASGEN/PARA:EXTERIORES/MSGF00883B/08/07/95/
MINUTA: NORMAL/DISTRIBUIÇÃO: DPF/DOE/DNU/DCI/DESCRITOR:PEMU
BRAS/CONFIDENCIAL/CONFIDENCIAL/CONFIDENCIAL/COD SET: 57/SEDNET/QD
BRAZEXT/,SCABRAZ 081034 OF00883B TEKA 08/DE DELBRASGEN PARA EXTERIORES EM
08/07/95 (LMNO - 5056572)/DESCR=PEMU
BRAS/CARAT=CONFIDENCIAL/PRIOR=NORMAL/DISTRIBUIÇÃO=DPF/DOE/DNU/DCI/PARTE/COMPL
EMENTAR/RTM=ONUBRMS/USABREM/INGBREM/2A PARTE TEL 00883. PEMU BRAS.
CONFIDENCIAL.DPF/DOE/DNU/DCI. ECOSOC. SEGMENTO DE ALTO NÍVEL. DIÁLOGO
PONU-INSTITUIÇÕES DE BRETTON WOODS.
...KAMAL (PAQUISTÃO), E CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA
ONU, b. BOUTROS-GHALI, DO DIRETOR-GERAL DO FMI, MICHEL CAMDESSUS, DO
PRESIDENTE DO BANCO MUNDIAL, JAMES WOLFENSOHN, DO DIRETOR DA OMC,
RENATO RUGGIERO, E DO SECRETÁRIO GERAL INTERINO DA UNCTAD, CARLOS FORTIN.

³⁶⁵ BRI368/CTUSABREM/08/10/95/00:51/DE: EXTERIORES/DPF/PARA: WASHINGTON/MSG
OF01818A/08/10/95/00:27/MINUTA: DSS0035. TEL URGENTÍSSIMO/DISTRIBUIÇÃO:
DCI/DMC/DIR/DCS/DESCRITOR: EFIN FMI
BIRD/CONFIDENCIAL/CONFIDENCIAL/CONFIDENCIAL/DE EXTERIORES PARA BRASEMB
WASHINGTON EM 08/10/95 (DSS-7284744)/COD DST:DPF/EFIN FMI BIRD/CONFIDENCIAL
URGENTÍSSIMO/DPF/DCI/DMC/DIR/DCS/REUNIÃO ANUAL FMI/BIRD. WASHINGTON, 07 A
13.10.95. AGENDA E SÍNTESE DA POSIÇÃO BRASILEIRA/01818 10026.

O mote da questão se fixou no problema em se ter a economia do país alicerçada na dependência de capitais internacionais, fato que consubstanciou a livre entrada e saída de capitais, impulsionada pela disputa de investimentos em multinacionais no período. No entanto, duas questões prementes e basilares para o funcionamento do desenvolvimento do país acabaram postergadas:

1. A necessidade de expansão de captação de poupança nacional;
2. A necessidade de qualificação dos recursos humanos, como componente fundamental para o aprimoramento do conhecimento tecnológico³⁶⁶.

A Secretária de Relações Exteriores foi notificada sobre o descontentamento por parte da Delegação Brasileira com os planos do governo Fernando Henrique Cardoso que inquiriu, formalmente, maior protagonismo de suas opiniões sobre as negociações com o FMI, alicerçadas em um sem número de reivindicações por mais instrumentos e mecanismos de empréstimos. O comunicado do Itamaraty ao então Ministro da Fazenda Pedro Malan, revela que ademais dos programas de estabilização internacional dos mercados de capitais, a priorização com metas sociais desenvolvidas tratadas no BIRD, Banco Mundial e OMC³⁶⁷, deveriam ser apresentadas ao FMI, já que,

REFTEL 893 E ADIFAX 507. Informo Vossa Excelência, a seguir, a respeito dos principais pontos da ³⁶⁶Segundo Roberto Teixeira da Costa: “O desenvolvimento não poderá ser constituído com forte dependência da poupança externa, que deve ser vista como ingrediente complementar e não como base do processo”. (COSTA, 2007: 256)

³⁶⁷ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/Minuta de Aviso/Tipo: Aviso/Página: 1/Anexos: 00/Destinatário: Excelentíssimo Senhor Pedro Sampaio Malan - Ministro de Estado da Fazenda/Caráter:Reservado/Prioridade:Urgentíssimo/Distribuição: DPDFD/SGA/DNU/DPC/ÍNDICE: FMI-BIRD/ASSEMBLÉIA ANUAL CONJUNTA DE GOVERNADORES. COOPERAÇÃO COM A ONU E A OMC. POSIÇÃO BRASILEIRA/CLASSIFICAÇÃO: EFIN FMI BIRD BRAS Vossa Excelência estará conduzindo no período de 1º a 3 de outubro próximo, em Washington, a Delegação brasileira às Reuniões Anuais Conjuntas da Assembléia de Governadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, das quais participarão, igualmente, representantes deste Ministério. As agendas desses encontros darão continuidade aos debates que se realizaram no âmbito do Comitê Interino e do Comitê de Desenvolvimento, por ocasião das reuniões de abril último, notadamente no que respeita às questões relativas à liquidez internacional, como a 11ª Revisão de Quotas do FMI e o "General Arrangements to Borrow", à surveillance do Fundo e aos novos padrões para a disseminação de dados e, especialmente, à dívida dos países pobres altamente endividados. Apesar de não fazer parte da temática principal dos eventos em pauta, a questão do fortalecimento da cooperação entre as Instituições de Bretton Woods, a ONU e a OMC vem despertando crescente interesse nestes foros multilaterais, devendo desempenhar papel importante na estratégia de desenvolvimento preconizada por esses organismos em suas repercussões em países como o Brasil. 2. O tema do adensamento da colaboração entre o Sistema das

a reunião, dos países em desenvolvimento em blocos, garantiria maior representatividade no órgão. Desta forma, o FMI passou também a ser inquirido sobre seu programa de “condicionalidades”, em uma profunda discussão sobre a função da instituição para o sistema financeiro e monetário internacional; queixas sobre a racionalização dos seus recursos produziram a opinião de revisão das instâncias decisórias internacionais, em prol de entendimentos que estabelecessem regionalmente mecanismos de cooperação, conforme foi apresentado pela Delegação Brasileira. Composta pelo Ministro da Fazenda, Governador Titular do Brasil do FMI-BIRD, pelo Presidente do Banco Central, na qualidade de Governador Alternativo e pelos representantes dos Ministérios da Área Econômica, membros da COFIEX e funcionários diplomáticos da Embaixada em Washington, o relatório foi

Nações Unidas e as Instituições de Bretton Woods foi objeto de significativa atenção da Delegação brasileira na Sessão Substantiva do ECOSOC no presente ano, tendo resultado na adoção da Resolução 50/227, que incorpora a idéia, defendida pelo Brasil, de que a interação entre os referidos organismos deve ocorrer em todos os Secretariados, como desejam alguns países do Grupo dos Dez. Além disso, verificou-se consenso em torno da convocação de Reunião Especial de Alto Nível do ECOSOC próxima às reuniões conjuntas do FMI-BIRD, o que poderá ocorrer já em 1997, com o objetivo de aproveitar a presença de autoridades ministeriais e dos dirigentes das instituições financeiras e comerciais.

3. No que se refere ao tema da revitalização da cooperação internacional para o desenvolvimento, o Governo brasileiro vem preconizando, em diversas instâncias da ONU, e em particular, no âmbito dos Grupos de Trabalho de Alto Nível da Assembléia Geral sobre a Agenda para o Desenvolvimento e sobre o Fortalecimento da Organização, a revalorização e a atualização dos debates substantivos sobre os temas da agenda econômica internacional nas instâncias decisórias centrais do Sistema das Nações Unidas, defendendo um enfoque integrado desses organismos também no plano conceitual dos debates e da formulação de estratégias de cooperação. Cumpre também ressaltar a preocupação dos países em desenvolvimento de que a maior cooperação entre a ONU e o FMI-BIRD não venha a introduzir condicionalidades adicionais na ajuda das Nações Unidas para o desenvolvimento, e que a reforma dos campos econômico e social da ONU não represente um mero esforço de "downsizing" do sistema multilateral em questão.

4. No que concerne ao fortalecimento da cooperação entre as instituições de Bretton Woods e a Organização Mundial do Comércio, em consonância com o artigo III.5 do Acordo Constitutivo da OMC - "Com o objetivo de alcançar maior coerência na formulação das políticas econômicas em escala mundial, a OMC cooperará, no que couber, com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e com os órgãos a eles afiliados" - encontram-se em fase de discussão acordos entre a OMC e o FMI; e entre a OMC e o Banco Mundial. Estes acordos reconhecem a interdependência entre os âmbitos de atuação dessas instituições e a necessidade de manterem colaboração mais estreita, com vistas à formulação de uma política econômica global mais coerente.

5. A eventual assinatura dos mencionados acordos viria formalizar a tradicional colaboração entre a OMC e as Instituições de Bretton Woods, que durante as últimas décadas vinha ocorrendo informalmente, mediante a realização de consultas e a contribuição de pesquisas no âmbito do FMI-BIRD para a elucidação de questões relacionadas ao sistema multilateral de comércio. A colaboração mais estreita entre as referidas instituições certamente contribuirá para a maior consistência das medidas tomadas com relação aos seus membros.

6. O Governo brasileiro vem mantendo posição favorável ao estreitamento da cooperação entre os organismos acima referidos e vê com simpatia os atuais esforços de maior coerência na atuação dessas instituições. Nesse sentido, estimo que estaria de acordo com tal postura a eventual inclusão no discurso de Vossa Excelência à próxima Assembléia de Governadores do FMI-BIRD de uma menção à temática em pauta, especialmente no que se refere à necessidade de que a maior colaboração entre os organismos econômicos multilaterais tenha como objeto principal a consistência das políticas econômicas globais com metas de desenvolvimento e de superação das desigualdades sociais.

articulado da seguinte maneira:

12. No que se refere à revitalização da cooperação internacional para o desenvolvimento, cumpre assinalar que, na ótica dos membros do G-7, que dispõe de maioria no Comitê Interino, a coordenação entre as instituições de Bretton Woods e as Nações Unidas deve, sobretudo, engendrar racionalização dos recursos disponíveis, aproveitando as vantagens comparativas de cada agência, postura que não descarta entendimento e, até mesmo, compatibilização de visões, desde que leve em consideração a posição brasileira de que *"a reforma do Sistema das Nações Unidas deve ser abrangente e não seletiva. A racionalização das despesas deve adequar-se às necessidades da Organização... refletindo compromissos e concessões por parte dos diversos grupos de interesses, ao espelhar a realidade política do Pós-Guerra fria"*.

13. O Governo brasileiro preconiza a revalorização dos debates substantivos sobre os temas da agenda econômica da atualidade nas instâncias decisórias centrais do Sistema das Nações Unidas, defendendo, dessa forma, enfoque integrado desses organismos também no plano conceitual dos debates e da formulação das estratégias da cooperação, evitando que a reestruturação do sistema das Nações Unidas represente meramente um esforço de *downsizing*. Além disso, cumpre ressaltar a preocupação dos países em desenvolvimento de que a maior cooperação entre a ONU e o FMI-BIRD não venha a introduzir condicionalidades adicionais na ajuda das Nações Unidas ao desenvolvimento. 14. Cumpre lembrar que por ocasião das reuniões de outono no âmbito do FMI-BIRD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estará realizando a reunião de seu Comitê de Governadores, no próximo dia 28 de setembro. Além disso, prevê-se a realização de diversos seminários e palestras sobre temas ligados a política financeira e de desenvolvimento, dos quais participarão diversas autoridades brasileiras. 15. Tendo em vista a amplitude e importância dos assuntos que serão tratados por ocasião do próximo encontro anual do FMI-BIRD e o fato de que diplomatas desta Divisão tradicionalmente integrarem a delegação brasileira nessas reuniões, consulto Vossa Senhoria sobre a participação da Secretaria de Estado nos eventos em tela.³⁶⁸

Todavia, os planos dos Estados Unidos para o FMI passariam a

³⁶⁸ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/MEMORANDUM PARA O SENHOR CHEFE DA DPDF/DPDF/79/EFIN FMI BIRD BRAS/URGENTE/RESERVADO/FMI-BIRD/REUNIÕES ANUAIS DE OUTONO/SETEMBRO/OUTUBRO DE 1996/REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA. Como é de conhecimento de Vossa Senhoria, realizar-se-ão em Washington, no período de 1º a 3 de outubro próximo, as Reuniões Anuais do Conselho de Governadores do FMI-BIRD, precedidas entre os dias 27 e 30 de setembro pelas reuniões dos Vice-Ministros e Ministros do G-24 (27 e 28 respectivamente) e dos Comitês Interino (29) e de Desenvolvimento (30). A delegação brasileira será chefiada, conforme a praxe, pelo Senhor Ministro da Fazenda, Governador Titular do Brasil em ambos os organismos, e pelo Presidente do Banco Central, na qualidade de Governador Alternativo e devendo ser ampliada em relação a reuniões passadas, à luz do temário em pauta, será composta por representantes dos Ministérios da Área Econômica, membros da COFIEIX e funcionários diplomáticos da Embaixada em Washington. 2. Elenco, a seguir, os principais assuntos, no âmbito do Comitê Interino e do Comitê de Desenvolvimento, que devem ser objeto de discussão nas referidas reuniões, cujos principais temas se equiparam aos das reuniões de abril último: COMITÊ INTERINO (A) Liquidez: 11ª Revisão de Quotas, "General Arrangements do Borrow" (GAB) e alocação dos Direitos Especiais de Saque (DES)³. O Diretor-gerente do FMI vem defendendo a proposta de duplicação das quotas do organismo (o último aumento ocorreu em 1990), cujo montante atual é de DES 145 bilhões e que representaria aumento da liquidez potencial do sistema financeiro internacional e da capacidade de "socorro" do FMI, o que não é visto favoravelmente pelos países do G-7, devido principalmente ao problema do "moral hazard". O Comunicado do Comitê Interino nas reuniões de abril passado recomendou a conclusão tão rápida quanto possível do processo de negociação da ampliação dos recursos do fundo, posição que também foi defendida pelo Ministro Pedro Malan.

contabilizar, sobretudo, o “custo FMI” para o país. No período que compreendeu o início da crise financeira asiática, ou a crise dos tigres asiáticos, logo após a crise do México: o Congresso Americano passou a debater a real necessidade de existência do FMI como agente regulador e financiador de ajudas aos países em desenvolvimento. Congressistas como William Simon, Ex- Secretário do Tesouro, o então presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan, o então Secretário do Tesouro Robert Rubin e o deputado da Secretaria do Tesouro Lawrence Summers: entraram em inflamada discussão entre Executivo e o Congresso Americano sobre a proposta de extinção do Fundo Monetário Internacional. A inviabilidade do FMI, ademais das pressões dos países em desenvolvimento por mais recursos, divulgadas na expressão “Bail Out” pelo Senador Simon, estaria no volume de financiamentos, créditos e processos políticos contra a própria instituição. A incapacidade de resposta financeira dos países em desenvolvimento às suas próprias economias, a demanda permanente por mais empréstimos e, sobretudo a desmesurada utilização do FMI como responsável por injeção de capitais: fez o Executivo Americano, expressado pelo Presidente Bill Clinton aumentar o volume de reembolsos ao FMI.³⁶⁹

Nesse ínterim, a solução encontrada pelo representante para Brasil, América Latina e Caribe, Alexandre Kafka foi de aumentar a liquidez internacional através de uma emissão de DES sem aporte de capitais³⁷⁰. Para

³⁶⁹ BRASEMB WASHINGTON/RECEBIDO EM:18/12/97 07:34/NºOF02046A/PSL/QD BRAZEXT/USABREM 171925 OF01925 OS/DE BRASEMB WASHINGTON PARA EXTERIORES EM 17/12/97/(JRST-GEBF<GBA)/CARAT=OSTENSIVO/PRIOR=NORMAL/DISTR=DPFD/DESCR=EFIN/FMI/EUA/PARTE=PRIMEIRA/RTM-CORBREM, JAPBREM/CRISE FINANCEIRA/FMI/PARTICIPAÇÃO DOS EUA NOS PACOTES DE AJUDA FINANCEIRA. DISCUSSÕES INTERNAS
Resumo: Comenta as discussões entre o Executivo e o Legislativo norte-americanos sobre o comprometimento dos Estados Unidos nos esforços de solução da crise nos mercados financeiros internacionais. A continuidade da crise financeira no sudeste asiático tem gerado, nos Estados Unidos, discussões entre o Executivo e o Legislativo sobre o alcance da participação norte-americana nos pacotes de ajuda financeira aos países dessa região, negociados sob a coordenação do Fundo Monetário Internacional. No debate, que tem tido repercussão significativa na imprensa doméstica e tem instituições formadoras de opinião, questionam-se desde a validade da ajuda norte-americana aos países em crise até a conveniência, do ponto de vista dos objetivos estratégicos nacionais, da contribuição dos EUA ao FMI passando pela discussão sobre a própria eficácia do Fundo.

³⁷⁰ BRASEMB WASHINGTON/RECEBIDO EM:30/11/97 08:23/NºOF01948A/IVO/QD BRAZEXT/USABREM 281925 OF01948A/TEKA CO/DE BRASEMB WASHINGTON PARA EXTERIORESEM28/11/97/(DMLCEH7B;17)/CARAT=CONFIDENCIAL/PRIOR=URGENTE/DISTR=DPFD/DCS/DAOCII/DESCR=EFIN/PARTE=PRIMEIRA/FINANÇAS/FMI/SITUAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL.BRASIL.ALMOÇO COM O DIRETOR-EXECUTIVO DO FMI. Recomendo à atenção do Senhor Ministro de Estado. Resumo: Em encontro comigo, o Professor

Kafka, ainda que tal proposta se fizesse impopular nos círculos do Executivo e do Congresso Americano precisaria ser apresentada como forma de encorajar os técnicos do FMI a respeito do plano econômico preparado pela equipe comandada pelo Ministro Pedro Malan.

Dessa forma, ademais dos acordos firmados sobre a rigidez nos gastos públicos, déficits fiscais, o Ministro Malan selou o compromisso do país na contenção do déficit no balanço de pagamentos, através do elemento doméstico, entre os níveis de investimento e de poupança interna. A recuperação da poupança interna, ora em curso no Brasil, contaria com dois componentes:

1. O aumento da poupança privada e a diminuição da despoupança do setor público. Neste último caso, as iniciativas do governo teriam por objetivo o controle do déficit consolidado do setor através do Programa de Privatização, nos acordos na área fiscal entre a União e os Estados da Federação e nas reformas do Estado e da Previdência.
2. A inclusão de flexibilização da legislação trabalhista, a agilização dos processos judiciais e o fortalecimento do sistema financeiro.³⁷¹

Com maior participação da iniciativa privada na economia do país, o Ministro destacou no Comitê de Desenvolvimento (Comitê Ministerial Conjunto da Assembléia de Governadores do Banco e do Fundo sobre a Transferência de Recursos reais para os países em desenvolvimento) em 22 de setembro, em Hong Kong que, a capacidade de poupança e de investimentos no Brasil precisaria acompanhar os níveis dos países desenvolvidos. E para tanto, a gestão governamental precisaria destacar-se nos avanços de combate à

Alexandre Kafka, Diretor-Executivo do FMI, fez uma avaliação da situação financeira internacional e do Brasil. Dando continuidade aos encontros que regularmente mantenho com autoridades da comunidade financeira, almocei, hoje, dia 28, com o Professor Alexandre Kafka, Diretor-Executivo do FMI. Da conversa emergiram as seguintes observações, feitas pelo Diretor do Fundo, que me pareceram de interesse transmitir a Vossa Excelência.

³⁷¹ Ver, ANEXO A – Processo Anual, 1997, Maço/Negociações Brasil-FMI.

corrupção, medida inicial para a tentativa de estabelecimento de uma âncora no FMI para a moeda brasileira e quiçá para as moedas latino-americanas. Segundo o relatório deste Comitê,

No que tange à questão do combate à corrupção e da melhoria da gestão governamental (governance), o comunicado mais uma vez expressa à necessidade de incrementar o envolvimento do Banco Mundial e do FMI nessas questões, embora fique claro que a responsabilidade primária sobre o assunto, bem como a iniciativa de requerer ajuda, compete aos países membros isoladamente. O texto do comunicado se encontra em consonância com as posições defendidas na constituency brasileira e atende à preocupação de se levar em conta essa questão nos empréstimos e decisões do banco comenta quando elas afetarem significativamente um projeto ou a atividade econômica do país. Ainda no que se refere à questão da corrupção, o Ministro Malan, durante almoço do Comitê de Desenvolvimento, fez discurso em que defendeu a criminalização da propina internacional, a eliminação da dedutibilidade de propinas para efeitos de pagamento de impostos, a instituição de regras que proibam a utilização dos paraísos fiscais com vistas à evasão de impostos e previnam a utilização abusiva das legislações sobre sigilo bancário.³⁷²

Em verdade, o problema enfrentado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso na transição para o seu segundo mandato foi, novamente, uma crise internacional gestada a partir da moratória da Rússia. A moratória russa passou a influir nos investimentos praticados pelos bancos comerciais, bem como na propagação do “hedge fund”³⁷³. O aumento do custo entre a captação

³⁷² RECEBIDO EM: 26/09/97/08:33/OF00509A/SEDNET/QD BRAZEXT.HGKBRCG 260912 OF00509A OS DE CONSBRAS HONG KONG PARA EXTERIORES EM 26/09/97 (GL=?B1<5C1) CARAT=OSTENSIVO/PRIOR=NORMAL/DISTR=DPF/DESCR=EFIN/FMI/BIRD/PARTE=PRIMEIRA/REUNIÃO ANUAL FMI/BIRD. COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO. COMUNICADO FINAL/RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA BRASEMB WASHINGTON. Transmito: "509 61825. O Comitê de Desenvolvimento (Comitê Ministerial Conjunto da Assembléia de Governadores do Banco e do Fundo sobre a Transferência de Recursos reais para os países em desenvolvimento) reuniu-se em 22 de setembro, em Hong Kong, para discutir e aprovar o comunicado final (segue por fax) à Assembléia de Governadores, bem com debater demais questões de interesse dos governadores. O Brasil esteve representado por Pedro Malan, que em seu discurso enfatizou posição da Constituency da qual o Brasil é parte nos seguintes temas: Necessidade de aumento de capital da MIGA (Multilateral Investment Guarantee Agency) facilitação do investimento privado em infra-estrutura e combate à corrupção e melhoria dos padrões de gestão governamental (Governance).

³⁷³ A crise financeira, neste período que cobre a moratória russa, foi gestada também pelo desenvolvimento de investimentos de alto risco produzidos no interior do sistema financeiro internacional a partir do “Long Term Capital Management”. Em encontro bilateral, Brasil-EUA, o Ministro Pedro Malan tratou com autoridades do governo americano sobre a necessidade de maior protagonismo dos EUA sobre os investimentos de alto risco que formaram a base “hedge fund”. De acordo com a comunicação da reunião pelo Itamaraty: “
3. Malan mencionou a questão do “Burden shifting” com as economias emergentes decorrente da moratória russa, com a quintuplicação dos “spreads”, sem base em mudanças na economia real dos países afetados, o que demonstrou incapacidade dos mercados de diferenciá-los da Rússia. Malan mencionou a importância dos esforços do governo norte-americano em apoiar a América Latina e citou o discurso do Presidente Clinton no “Council on Foreign Relations”, no dia 15 de setembro, e a reunião ministerial do G-22, ocorrida no último dia 5, como iniciativas significativas. O Ministro da Fazenda acrescentou que, das conversas que manteve o Treasury Secretary Rubin e o Chairman do FED, Alan Greenspan, notou terem ambos a percepção de que “estamos lidando com algo que ultrapassa” a situação de alguns países específicos. Além disso, o recente problema com o “Long Term Capital Management Fund” demonstra

e a oferta de capitais pelos bancos, o spread, passou a agir negativamente sobre as reservas dos países em desenvolvimento, e no caso do Brasil, passou a agir também na desvalorização da sua moeda conforme relatou o representante do país, Ministro Marcos Caramuru de Paiva ao então Diretor do Departamento de Pesquisa do FMI, Michel Mussa. Por sua vez, Mussa conceituou a economia do Brasil como: "hyperinflation carnival" referindo ao país um crônico histórico de crises financeiras atreladas à ausência de direção e 'predestinação' à acefalia em matéria de diretriz econômica³⁷⁴.

as implicações sistêmicas da crise. Malan frisou que esta não se restringe ao universo das relações bilaterais entre países nem se resolverá com uma série de operações de ajuda como as da Tailândia e da Coreia do Sul. Por conseguinte, para a América Latina melhor curso de ação é adotar medidas de coordenação anti-crise com antecedência.

4. Eizenstat retrucou que "Brazil is the firewall, and the US is going to do its part". Perguntou a Malan sobre os prazos para anúncio das metas de superávit fiscal primário e como estas serão postas em vigor, sobre a reação do Congresso Brasileiro às medidas, e se o executivo teria de recorrer a decretos presidenciais para implementá-las. Em sua resposta, Malan discorreu sobre o Programa Trienal de Ajuste Fiscal do governo e disse que estavam sendo finalizadas as conversas com o FMI para o anúncio das metas de superávit (o que ocorreu no dia seguinte, com a divulgação do comunicado conjunto das autoridades brasileiras e da direção do FMI). MABA/QD BRAZEXTE.USABREM 161840 OF01737Z RE/DE BRASEMB WASHINGTON PARA EXTERIORES EM 16.10.98 ([JRST-EC@D:E@2](#))/COLEÇÃO: DPF/REPETIÇÃO PARA CORREÇÃO DE CARÁTER NO CAMPO ASSUNTO/DESCR=EFIN/BRAS/EUA/CARAT=RESERVADO/PRIOR=NORMAL/DISTR=DPFD/DECS/PARTE=ÚNICA. Reuniões anuais do FMI/BIRD. Encontros bilaterais do Ministro Pedro Malan. Conversa com o "Under Secretary for Economic, Business and Agricultural Affairs", Stuart Eizenstat. Resumo: Relata encontro mantido entre o Ministro Pedro Malan e o "Under Secretary for Economic, Business and Agricultural Affairs" do Departamento de Estado, Stuart Eizenstat, à margem das reuniões anuais do FMI/BIRD. O Ministro Malan discorreu sobre a relação entre o quadro político e a adoção de medidas fiscais pelo governo brasileiro, o andamento das conversas do FMI e países do G-7, os princípios gerais de atuação que o Brasil pretende adotar no programa de prevenção de crise. Malan também mencionou alguns dos obstáculos ao prosseguimento dos entendimentos em Washington.

³⁷⁴

DE: BRASEMB WASHINGTON/RECEBIDO EM 16.10.98/20:44/MABA/QDBRAZEXT.USABREM 161824 OF01736Z OS/DE BRASEMB WASHINGTON PARA EXTERIORES EM 16.10.98/([JRST-HFCG=HC5](#))/COLEÇÃO:DPF/DESCR=EFIN/BID/CARAT=OSTENSIVO/PRIOR=NORMAL/DISTR=DPFD/DPC/PARTE=ÚNICA/COMITÊ HEMISFÉRICO DE ASSUNTOS FINANCEIROS. REUNIÃO NO BID. FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS FINANCEIROS DO HEMISFÉRIO. Resumo: Informa sobre reunião do Comitê Hemisférico sobre assuntos financeiros, realizada no BID, no último dia 5, à margem das reuniões anuais do FMI/BID. Para o Brasil, um dos pontos de maior interesse durante a reunião foi a intervenção do Diretor do Departamento de Pesquisa do FMI, Michel Mussa, cujo tom de crítica sobre a situação econômica brasileira não foi condizente com sua posição de funcionário de uma instituição multilateral da qual o Brasil é membro. Realizou-se, no último dia 5, no Banco Interamericano de Desenvolvimento, encontro do Comitê Hemisférico sobre assuntos financeiros, à margem das reuniões anuais do FMI/BIRD. A parte inicial do encontro consistiu na apresentação, por parte do Diretor do Departamento de Pesquisa do FMI, Michel Mussa, e do economista chefe do BID, Ricard Haussman, respectivamente, de avaliação sobre a situação econômica e financeira dos mercados emergentes, com ênfase na América Latina, e sobre a possível participação do BID nos esforços de cooperação internacional para superar problemas criados pela volatilidade nos mercados financeiros. Além dos representantes, de ministérios das finanças dos países do Hemisfério, estavam presentes Guillermo Perry, economista Chefe do Departamento Regional da América Latina e do Caribe do Banco Mundial, e Cláudio Lozer do Departamento do hemisfério ocidental do FMI. O Brasil foi representado pelo Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Ministro Marcos Caramuru de Paiva. 2. A curta apresentação inicial de Michel Mussa concentrou-se em comentários sobre gráficos representativos dos fluxos de capitais para os mercados emergentes, do comportamento das taxas de

Em resposta, o Presidente Fernando Henrique Cardoso discursou no Palácio Itamaraty, asseverando as metas, diretrizes, e inovações em matéria de política econômica, dando ênfase, especial, aos choques externos e a problemática expressão do Ministro Mussa sobre as faltas cometidas na condução do Brasil. Segundo o Presidente,

Nunca me faltou determinação para responder aos choques externos com medidas duras. Nos últimos quatro anos, o Brasil não ficou e nem ficará, em nenhum momento, sem direção. É preciso ter clareza, por outro lado, de que existem problemas que são nossos. É sobre estes que eu gostaria de lhes falar hoje. São problemas que teremos que resolver, para tirar as dúvidas que, a cada crise externa e de forma crescente, pairam sobre a nossa capacidade de manter o rumo. Vivemos um momento de definição. É meu dever apresentar ao povo brasileiro uma visão sobre o que precisa ser feito.

Há uma condição fundamental para qualquer plano de governo, para qualquer candidato que venças as eleições, se de fato quisermos afastar as sombras sobre o nosso futuro. Há anos o Brasil luta contra o déficit público, mas apenas no período recente conseguimos progredir a ponto de vencer a inflação, que mascarava o real significado do déficit. Para consolidar a estabilidade e retomar o desenvolvimento é preciso avançar mais, e a crise internacional apenas fez com que se tornasse mais urgente.

Eu tenho a convicção de que nenhuma crise externa será capaz de nos derrotar. Nosso destino está em nossas mãos, como sempre esteve. O principal problema é simples: O Estado não tem sido capaz de viver no limite de seus próprios meios. E por isso não cumpre o seu papel no processo de desenvolvimento brasileiro e fragiliza a nossa economia.

Os governos federal, estaduais e municipais tem tido dificuldades em restringir seus gastos totais ao que as suas receitas lhes permitem. Por isso, não atendem apropriadamente a seus cidadãos e sobrecarregam a economia privada. Os governos gastam mais do que ganham por vários motivos. Às vezes são maus governos e administram o seu dinheiro de forma irresponsável. O fim da inflação tornou essas coisas mais fáceis de serem percebidas. E fez o povo entender com mais clareza o que é um bom governo e o que representa a moralidade na administração do dinheiro público.³⁷⁵

spreads, das variações das taxas de câmbio entre as principais moedas, de índices das bolsas de valores e de banco nos maiores mercados financeiros internacionais e das tendências de comércio entre países desenvolvidos em desenvolvimento. A sessão de perguntas que se seguiu aos comentários iniciais, cujo foco foi o de pedir esclarecimentos sobre a situação brasileira, entretanto, ensejou uma série de comentários, por parte de Mussa, extremamente crítico ao Brasil, e muitas vezes em tom irônico ou mesmo jocoso. 3. Entre as opiniões expressas por Mussa, cito as seguintes: "O Brasil encabeça a lista dos países que causam preocupação. Algo deve ser feito rapidamente, pois se o país for levado a uma situação extrema, o impacto sobre os vizinhos será sentido". "Os Bancos privados estão preocupados em evitar um "disaster scenario in Brazil"". "O resultado das eleições no Brasil não soluciona o problema. É importante que o Presidente Cardoso anuncie um pacote para acalmar os mercados"., "Os mercados memoraram o resultado das eleições presidenciais no Brasil com uma queda de 6 por cento"., " O real deve ser desvalorizado em 15 por cento"., " O período com a desvalorização (excessiva) do real e que o Brasil volte a um "hyperinflation carnival".

Paulo Tarso.

³⁷⁵

TATIANA ROSITO/DE: PAULO ROBERTO DE ALMEIDA (SMTP:pralmeida@mre.gov.br)/RESPONDER: PAULO ROBERTO DE ALMEIDA/ENVIADA: QUINTA FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1998/11:39/PARA: LUIZ GUILHERME LEITO RIBEIRO; MONICA HIRST/FUNCEB; PAULO BORBA CASELLA;RAUL FERNANDO LEITE RIBEIRO;SCTERUR ECONOMIQUE/PARIS; SONIA CAMARGO IRI/PUC RJ;TATIANA ROSITO;UZIEL NOGUEIRA;VERA THORSTENSEN/GENEBRA;VIGEVANI;VICTOR

A crise financeira no triênio 1997-98-99 produziu, no interior do sistema financeiro internacional, mecanismos de transposição de investimentos especulativos aos países em desenvolvimento. No período que segue a crise da moratória russa e a crise mexicana, conhecidas sob as expressões de efeito orloff e efeito tequila: continuamente foram propagados e disseminados investimentos baseados no "hedge fund" através do Long Term Capital Management³⁷⁶. O efeito direto sobre a moeda brasileira foi de uma profunda desvalorização do real, conseqüentemente assistida por uma baixa, significativa nas reservas brasileiras internacionais. Como os investimentos do país, bem como a poupança interna, seguem a invariável operação limítrofe e constitucional de 12% sobre os seus movimentos: ao invés de uma propagação, por parte do governo, de títulos indexados no sistema financeiro internacional, uma equiparação da legislação financeira do Brasil aliada as

SUKUP/UBA; WASHINGTON; SOLF GRABENDORFF; IVES CHALOULT/UNB/EN: PRESIDENTE/ DISCURSO Transmito em anexo o importante discurso presidencial pronunciado na manhã de 23/09/98 no Itamaraty. Paulo Roberto de Almeida, Conselheiro, Chefe da Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento Min. das Relações Exteriores (DPFD, Anexo I, 724)70170-900 Brasília, DF - Brasil
 TEL(55.61) 211-6025/6935/6945/Fax: 322.8145 E-mail: pralmeida@mre.gov.br
 Diretor Geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editor Adjunto da Revista Brasileira de Política Internacional/e-mailx: pra-mre@uol.com.br; pralmeida@guarany.cpd.unb.br

³⁷⁶ O Long Term Capital Management foi apresentado pelo Ministro Pedro Malan às autoridades do FMI E BIRD como um problema de implicação sistêmica, advindo, maiormente, dos programas de investimentos financeiros do Leste-Europeu e da Ásia. Segue a comunicação do Ministro Malan com o "Under Secretary for Economic, Business and Agricultural Affairs", Stuart Eizenstat. MABA/QD BRAZEXTE.USABREM 161840 OF01737Z RE/DE BRASEMB WASHINGTON PARA EXTERIORES EM 16.10.98 (JRST-EC@D:E@2)/COLEÇÃO: DPF/REPETIÇÃO PARA CORREÇÃO DE CARÁTER NO CAMPO SSUNTO/DESCR=EFIN/BRAS/EUA/CARAT=RESERVADO/PRIOR=NORMAL/DISTR=DPFD/DEC S/PARTE=ÚNICA. Reuniões anuais do FMI/BIRD. Encontros bilaterais do Ministro Pedro Malan. Conversa com o "Under Secretary for Economic, Business and Agricultural Affairs", Stuart Eizenstat. Resumo: Relata encontro mantido entre o Ministro Pedro Malan e o "Under Secretary for Economic, Business and Agricultural Affairs" do Departamento de Estado, Stuart Eizenstat, à margem das reuniões anuais do FMI/BIRD. O Ministro Malan discorreu sobre a relação entre o quadro político e a adoção de medidas fiscais pelo governo brasileiro, o andamento das conversas do FMI e países do G-7, os princípios gerais de atuação que o Brasil pretende adotar no programa de prevenção de crise. Malan também mencionou alguns dos obstáculos ao prosseguimento dos entendimentos em Washington. 1737 61615. REFTELS 1483, 1543, 1563 e 1736. Entre os encontros bilaterais que manteve durante o período das reuniões anuais do FMI/BIRD, o Ministro Pedro Malan concordou em avistar-se com autoridades do governo americano, como o Assessor de Política Econômica do Presidente Clinton e Diretor do "National Economic Council", Gene Sperling, bem como o Subsecretário Para Assuntos Econômicos do Departamento de Estado Stuart Eizenstat. Enquanto o encontro com Sperling, no último dia 8, na Casa Branca, foi reservado, estive presente à conversa com Stuart Eizenstat, no dia 7, no escritório da Delegação brasileira, na qual também participou o Diretor Executivo do Brasil no Banco Mundial, Murilo Portugal. 2. O Ministro Malan já se havia encontrado com o Undersecretary Eizenstat no dia 4 de setembro, por ocasião da realização em Washington do "Regional Surveillance Meeting of Western Hemisphere Countries". Naquela época, Eizenstat havia solicitado à Malan um relato sobre o andamento das conversas entre o Brasil e o FMI a respeito de um programa para prevenção de crises internacionais.

diretrizes de transparência do Fundo Monetário Internacional produziu o programa de estabelecimento de metas de prestação de contas públicas pelos governos, estados e municípios na regulamentação da lei complementar N° 101/2000, ou a Lei de Responsabilidade Fiscal que, passou a dispor sobre,

I - finanças públicas; II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público; III - concessão de garantias pelas entidades públicas; IV - emissão e resgate de títulos da dívida pública; V - fiscalização das instituições financeiras; VI - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; VII - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.³⁷⁷

A Lei de Responsabilidade Fiscal teve impacto imediato na manutenção da reserva externa e interna do Brasil, pois o conjunto de medidas funcionou como importante dispositivo distintivo dos investimentos especulativos que continuaram a se propagar na Ásia, e também na contenção do mercado de títulos de rentabilidade pré-fixada, títulos indexados, que atuavam na corrosão da moeda³⁷⁸ estabelecendo o dólar como indexador³⁷⁹. Diante de muitas crises estabelecidas no interior do FMI, por conta de uma série de críticas enviadas

³⁷⁷ Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/EntendendoLRF.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2011.

³⁷⁸ Em tese de doutoramento na Fundação Getúlio Vargas, o economista Daniel Valente Dantas, apresentou a correlação entre o mercado de títulos indexados e a independência da existência da inflação. Para o economista, os títulos indexados fixam-se sob a base dos ativos financeiros na sua relação com o estoque de capital humano. Segundo o autor: “O título indexado é um ativo de rendimento real previamente conhecido, ou seja, seu rendimento real independe da inflação. A incerteza quanto à taxa de inflação, por criar riscos tanto do lado do credor quanto do devedor, costuma estimular o desenvolvimento destes ativos, principalmente os de longo prazo, onde a incerteza quanto à taxa de inflação é maior. A existência simultânea de mercados de títulos indexados e não indexados por ser explicada por duas linhas de raciocínio. A primeira é que os indivíduos normalmente têm uma idéia do que será a inflação para os próximos períodos, e sabem que os índices de preços não a medem de forma exata. Portanto, o portfólio de risco mínimo por esta linha de raciocínio seria constituído de uma mistura de títulos indexados com títulos de retorno nominal pré-fixados. Uma outra explicação é que como existem outros tipos de ativos na economia como capital fixo e capital humano, cujos retornos dependem da inflação em alguma instancia, há indivíduos cujos rendimentos são positivamente correlacionados com a inflação e outros cuja correlação é negativa, dando margem ao surgimento do mercado de títulos de rentabilidade pré-fixada. Estes títulos funcionam como mecanismo de proteção contra as incertezas inflacionarias para ambos os lados. Diferenças de expectativas também podem justificar a existência destes títulos. As diferenças de aversão ao risco, dotações iniciais e expectativas, costumam por em movimento os mercados de títulos indexados, os de renda nominal fixa e os de ações. A priori não se pode afirmar qual dos três deve apresentar rentabilidade real esperada superior. Na maior parte das vezes é de se esperar que as ações, por possuírem riscos elevados, apresentem maior retorno. Porém tudo depende das correlações entre os retornos destes ativos entre si e com o estoque de capital humano”. (DANTAS, 1987: 91)

³⁷⁹ Ver, Gustavo H.B. Franco. O plano real e outros ensaios. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1995, p, 104.

ao órgão, sob o comando do Diretor-Gerente Michel Camdessus³⁸⁰: o Fundo acatou o pedido de demissão de Camdessus e abriu processo para o estabelecimento de uma nova composição da direção do órgão conforme comunicado pelo então Embaixador de Washington, Rubens Barbosa, ao Itamaraty.³⁸¹ A composição de novas políticas no FMI, a partir dos anos 2000,

³⁸⁰ Ver, Paul Blustein. Vexame. São Paulo: Editora Record, 2001, p. 127.

³⁸¹ SEDNET/QD BRAZEXT.USABREM/112033 OF02110Z OS/DE BRASEMB WASHINGTON PARA EXTERIORES EM 10.11.1999/(DML-E3>?7;633)/CARAT=OSTENSIVO/PRIOR=NORMAL/DISTRIB=DPF/DCS/PARTE=ÚNICA/DESCR-EFIN/REF/ADIT=TEL 02090 1999// Política financeira. FMI. Renúncia do Diretor-Gerente. Repercussão./Nr. 02110/ Resumo= Comenta a repercussão na imprensa local da renúncia do Diretor-Gerente do FMI, Michel Camdessus e especulações sobre sua sucessão. MG. Aditel. 2090. Obteve expressiva repercussão na mídia local a decisão do Diretor-Geral do FMI, Michel Camdessus, de renunciar ao cargo na metade de seu terceiro mandato consecutivo à frente da entidade. Camdessus, que deverá permanecer no cargo até fevereiro vindouro - o que, aliás, lhe permitirá participar, a convite do Embaixador Ricupero, da próxima Conferência Ministerial da UNCTAD (Bangkok, fevereiro de 2000) ainda no cargo --, concedeu ontem entrevista à imprensa em que reafirmou o fato de que a decisão resultara de motivos estritamente pessoais e que não o fizera antes em razão da crise asiática e suas repercussões sistêmicas. Acredita-se que, a par das críticas de que tem sido alvo, teriam pesado igualmente na sua decisão a exaustão provocada pela sucessão de crises internacionais a partir de 1994 e a rotina de constantes viagens. 2. Entre as principais realizações de Camdessus à frente do FMI, cargo que assumiu no início de 1987, a imprensa especializada ressalta ampliação do "membership" do Fundo com adesão de diversos países da Europa do Leste (Cuba, Coréia do Norte e Taiwan permanecem dos poucos países que ainda não ingressaram na instituição), fato que também lhe rendeu ácidas críticas, sobretudo em vista da percepção de que, no caso da Rússia, o Fundo não teria se cercado de suficientes garantias quanto à utilização adequada dos recursos financeiros a ela destinados, que montam a cerca de US\$ 10 bilhões. 3. Em balanço que realizou de sua gestão na referida entrevista, Camdessus considerou a redução, em termos globais, das taxas de inflação como o aspecto mais positivo; não deixou, contudo, de externar sua frustração com a propensão de se considerar o FMI o "bode expiatório" de toda e qualquer crise sistêmica e com a suspicácia com que são vistos os programas de estabilização ("still a bad word", nas suas palavras) os quais constituíram, a seu ver, ingredientes essenciais para o desenvolvimento no mundo. Sob seu comando, o FMI também foi duramente atacado pelo rigor do receituário adotado inicialmente no caso da crise asiática - com acentuada desvalorização das moedas afetadas e elevado grau de austeridade fiscal --, que, embora corrigido posteriormente, se acredita teria contribuído para o agravamento e alastramento da instabilidade que se abateu sobre a região. 4. Outro importante foco de criticismo à atuação de Camdessus pode ser encontrado no Senado norte-americano, sobretudo em sua ala conservadora, que dele cobrava maior controle (accountability) dos recursos destinados aos programas de ajuste levados a cabo pelo FMI na esteira da crise asiática, particularmente no caso da Rússia. Com efeito, em 1998 o líder da maioria no Senado, Trent Lott, teria mesmo pedido a renúncia de Camdessus por considerá-lo "um socialista francês" inadequado para o cargo. 5. Camdessus também era visto em alguns círculos como hábil e tenaz operador político, que soube exercer o cargo com a necessária firmeza de propósitos e convencer os governantes mais recalcitrantes a levar adiante as necessárias e difíceis reformas estruturais. De fato, nunca deixou ele de atender prontamente as demandas de Washington, como no caso do "pacote" de ajuda ao México em 1995 - quando o Congresso norte-americano deixou de aprovar o "bailout" concebido pelo Tesouro --, que exigiu esforço extraordinário do Fundo para evitar o aprofundamento da crise é seu efeito contaminador na região. Na verdade, o atual Diretor-Gerente do Fundo procurou encontrar, nos treze anos em que presidiu a instituição, um "modus vivendi" capaz de conciliar, de um lado, as demandas dos países desenvolvidos que mais contribuem (como os europeus sempre cautelosos com a inflação e outras regiões que apresentam especial sensibilidade para as taxas de crescimento) e, de outro, as legítimas expectativas e necessidades decorrentes do alto grau de vulnerabilidade de algumas economias emergentes e dos países mais pobres. 6. Naturalmente, já se começa a especular sobre a sucessão de Camdessus, tendo os analistas locais ventilado, como possíveis candidatas, os nomes de Jean-Claude Trichet, Presidente da "Banque de France", Gordon Brown, Ministro das Finanças britânico, Mario Draghi, Diretor do Tesouro Italiano,

contaria com o forte componente social já como promoção por desenvolvimento sustentável, conforme apresentou o Chanceler britânico do Erário, The Rt. Hon Gordon Brown MP, ao Embaixador brasileiro em Londres, Luiz Felipe Palmeira Lampreia.

Prezado Ministro,

Dirigimo-nos à V. Excia, na posição de parceiros do Reino Unido na área de desenvolvimento, para informá-lo acerca do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Organização das Nações Unidas e pelo Banco Mundial na elaboração dos "Princípios e Recomendações Para Otimização de Políticas Sociais". Acreditamos que o desenvolvimento dos Princípios consolidaria os princípios sociais já acordados por meio da estrutura da ONU, no trabalho desenvolvido pelas instituições financeiras internacionais. Gostaríamos de contar com o seu apoio para dar continuidade a debates positivos sobre esta iniciativa. Recentes crises financeiras em diversas partes do mundo vieram salientar a necessidade de se complementar políticas econômicas robustas, enfatizando a proteção da população mais vulnerável e o apoio, a longo prazo, do processo de desenvolvimento sustentável. Por este motivo, foi solicitado ao Banco Mundial a elaboração de Princípios e Recomendações para Otimização de Políticas Sociais para discussão durante as Reuniões de Primavera de 1999 das Comissões de Desenvolvimento. O processo de elaboração deverá acolher trabalhos anteriormente acordados por outros fora. O texto provisório (cópia anexa) tem como parâmetro os acordos contidos na Declaração de 1995, resultante da Reunião de Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague. A Declaração contém importantes compromissos para a erradicação da pobreza, promove o emprego integral e produtivo e aprimora a integração social. A Reunião de Cúpula também reafirmou que os objetivos na área de desenvolvimento social devem ser incluídos na elaboração e implementação de programas de reestruturação. O texto provisório dos Princípios contém quatro elementos: universalizar o acesso aos serviços básicos, como saúde, educação e água; propiciar a todos os homens e mulheres meios para que possam conquistar subsistência segura e sustentável, além de condições de trabalho decentes; promover a implementação de sistemas de proteção social para reduzir a vulnerabilidade da população durante os períodos de turbulência; fomentar a integração social por meio de políticas que aproximem as pessoas ao invés de segregá-las e que promovam a coesão da população. Estamos urgindo com o Banco Mundial e o FMI que acolham estes princípios sem suas discussões e elaborações de programas e que testem suas medidas em si próprios.³⁸²

Caio Koch-Weser, Secretário de Finanças da Alemanha (e ex-Diretor do Banco Mundial), Andrew Lagayette, que perdeu a indicação para a presidência do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento, para o alemão Horst Koehler em 1998. Como se sabe, o cargo tem sido tradicionalmente ocupado por europeus, de moda a contrabalançar a predominância de Washington na instituição que sedia e pelo fato de os EUA reservarem para si mesmos a escolha do presidente do Banco Mundial.⁷ A aparente divisão que existiria entre as fileiras européias, em razão do considerável número de aspirantes ao cargo, e a polêmica que caracterizou a atuação de Camdessus estariam ensejando, desde já, especulações de que os EUA poderiam vir a apoiar um candidato não-europeu. Com efeito, matéria publicada no "New York Times" de hoje, 10/11, reproduz declarações pelas quais alto funcionário do Tesouro (não identificado) sinaliza a intenção da atual administração de ter um papel mais atuante no caso e ressalta que potenciais candidatos deverão, antes de mais nada, ter "strong credibility in the markets". RUBENS BARBOSA

³⁸² POL 011/001/99/12 DE AGOSTO DE 1999/BRITISH EMBASSY BRASÍLIA/EXCELENTÍSSIMO SENHOR EMBAIXADOR LUIZ FELIPE PALMEIRA LAMPREIA/MINISTRO DE ESTADO/MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, PALÁCIO DO ITAMARATY/BRASÍLIA DF 70170-900
Prezado Ministro Lampreia,

O segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso acompanhou a conjuntura internacional, alicerçada em planos de desenvolvimento social e de congraçamento de políticas voltadas às questões de sustentabilidade econômica, e conduziu suas diretrizes até a sucessão presidencial. A transição deste segundo governo para o Governo Luis Inácio Lula da Silva foi elogiada pelo novo Diretor Gerente do FMI, Horst Köhler, que, imediatamente, destacou o plano do novo governo brasileiro de despontar a aceleração de crescimento econômico com equidade social³⁸³.

4.1.5 O Primeiro Governo Lula: retomada de crédito e o novo papel do FMI.

O início do Governo Lula, em 2002, marcou categoricamente um novo padrão das novas relações exteriores financeiras do Brasil, expressivamente,

Tenho a honra de anexar uma tradução informal da carta conjunta do Chanceler britânico do Erário, The Rt. Hon Gordon Brown MP, e da Secretária de Estado para o Desenvolvimento Internacional, The Rt. Hon Clarke Short MP, a qual trata dos Princípios de Política Social. Os referidos princípios são resultado do acordo provisório firmado durante a Reunião de Primavera da Comissão de Desenvolvimento do Banco Mundial e do FMI. Em aditamento à Reunião de Cúpula Mundial (de Copenhague) para o Desenvolvimento Social, a Comissão de Desenvolvimento solicitou às Nações Unidas que levasse os Princípios à prática por meio de providências concretas. Uma Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU (denominada "Copenhague mais Cinco") será realizada em junho próximo para quantificar o progresso alcançado na implementação do Programa de Ação de Copenhague. A próxima reunião preparatória do Copenhague mais Cinco acontecerá, em Nova Iorque, a partir de 30 de agosto. Os Princípios não tratam exclusivamente de práticas de política social a serem adotadas em tempos de crise ou choques externos que de quando em quando ocorrem. Eles também favorecem a elaboração de recomendações para otimização e implementação de sólidas estruturas de políticas sociais em períodos de estabilidade, as quais reduzem a possibilidade de novas crises advirem e melhoram a capacidade de tratar os impactos sociais adversos sofridos pela população mais pobre. Favorecerão os países em desenvolvimento, os quais, ao invocar os Princípios, poderão exercer influência sobre instituições financeiras internacionais, bem com poderão influenciar a formulação dos programas de financiamento para assegurar a proteção dos cidadãos mais vulneráveis. Também espera-se que contribuirão para promover o desenvolvimento sustentável e o progresso no sentido de se atingir as metas de desenvolvimento internacionais. TRADUÇÃO INFORMAL DA CARTA CONJUNTA DO CHANCELER DO ERÁRIO E DA SECRETARIA DE ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL BRITÂNICOS 9 DE AGOSTO DE 1999 AOS MINISTROS DE FINANÇAS E DE ÁREAS SOCIAIS EM IMPORTANTES PAÍSES-PARCEIROS NA COOPERAÇÃO BRITÂNICA PARA O DESENVOLVIMENTO

³⁸³ Ver, Horst Köhler. Press Release No. 03/11. January 28, 2003. International Monetary Fund 700 19th Street, NW Washington, D.C. 20431 USA. IMF Managing Director Meets Brazilian President Lula da Silva. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2003/pr0311.htm> Acesso em: 8 jun. 2011.

pelos avanços, já obtidos, com a disciplina fiscal, do significativo controle da inflação, de sólida estruturação dos compromissos macroeconômicos que passaram a desempenhar com “êxito” o combate aos choques financeiros externos durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Durante os primeiros anos do governo Lula, o compromisso político internacional assumido com demais países em âmbito cooperado e os altos índices de crescimento econômico fortaleceram progressivamente, o método utilizado para o desenvolvimento do Direito Especial de Saque na política econômica conduzida pelo Ministro Guido Mantega.³⁸⁴

Entre os anos de 2002 a 2006³⁸⁵, o Brasil passou a contabilizar uma

³⁸⁴ Para o Economista Guido Mantega, o Brasil passou por uma série de estádios de desenvolvimento econômico, em sucessivos vieses capitalistas. Segundo o autor: “A guisa de conclusão pode-se observar que o Modelo Democrático-Burguês construiu sua interpretação da dinâmica social brasileira a partir de uma avaliação errônea do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção do Brasil das décadas de 50 e 60, tidas como fundamentalmente pré-capitalistas, quando já vigorava a acumulação de capital em escala alargada, de modo a comprometer sua visão da situação das classes sociais brasileiras, a deturpar os interesses político-econômicos destas e escamotear suas principais contradições e antagonismos. Esse equívoco originou-se numa concepção evolucionista da história, onde esta foi concebida como uma sucessão quase linear de estádios ou modos de produção, impulsionados fundamentalmente pelo desenvolvimento das forças produtivas. Dessa forma, o caminho para o socialismo torna-se uma estrada de mão única, com várias etapas a percorrer, passando, inevitavelmente, pelo capitalismo em sua forma clássica. Como no Brasil não houvera ainda, no entender dessa corrente de pensamento, um capitalismo plenamente implantado, cabia implementá-lo, uma vez que deveria tratar-se de uma sociedade feudal ou pré-capitalista. Perdía-se, assim, a especificidade de um capitalismo atrasado e dependente, que emergira no quadro de um sistema capitalista mundial em estágio avançado e que, por isso, não se parecia com os casos clássicos de desenvolvimento capitalista, certamente tomados como paradigmas. Em função disso, apoiava-se e reforçava-se o capitalismo, ao invés de criticá-lo e combatê-lo”. (MANTEGA, 1992: 209)

³⁸⁵ A partir dos 2000, as propostas por Reformas no FMI, tomam maior espaço nas discussões no órgão. A participação do governo brasileiro é decisiva para a consolidação do modelo macroeconômico adotado pelo país. Telegrama enviado pelo Embaixador Roberto Abdenur, ao Ministério das Relações Exteriores: “5. O Diretor-Gerente do FMI, Rodrigo de Rato ressaltou a necessidade de promover-se maior coordenação de políticas entre os países sistematicamente relevantes, afirmando sua convicção de que a estratégia de médio prazo proposta para o FMI reforçaria sua capacidade de contribuir para esse objetivo. Agregou que, para além da preocupação com os desequilíbrios regionais, é preciso preservar e expandir o sistema de comércio multilateral, resistindo às pressões protecionistas. Recordando o momento crítico que vivem as negociações da Rodada Doha, de Rato alertou para os elevados custos de seu eventual fracasso. Com relação aos preços do petróleo, atribuiu a atual volatilidade mais a constrangimentos do lado da oferta e preocupações geopolíticas do que ao aumento da demanda. Criticou o baixo nível de investimento do setor, que seria hoje menor do que no início dos anos 90. Com relação às economias emergentes, sugeriu que se preparassem para um ambiente internacional gradualmente menos favorável por meio da aceleração de seus processos de reformas estruturais, pois muitos países ainda não estão em condições de utilizar a política fiscal de maneira anticíclica. 6. O Ministro das Finanças da China, Zhou Xiaochuan, discorreu sobre os problemas decorrentes dos elevados preços da energia e de matérias primas. Ainda assim, a economia chinesa cresceu 10,2% no primeiro trimestre, com uma inflação de apenas 1,2%. Mencionou as medidas de reforma que vêm sendo adotadas no setor financeiro e na redução de impostos agrícolas, mas não apresentou novidades sobre a política cambial (v. adiante). Foi enfático ao propor que todos permaneçam vigilantes para “proteger o sistema de livre-comércio”, que tem apoiado o rápido processo de globalização. 7. O Ministro saudita Al-Asaf, falando em nome dos países árabes, criticou os comentários do “*Global Economic Outlook*” sobre o potencial especulativo da reciclagem de petro-dólares, afirmando que não são a principal fonte do aumento do consumo mundial. Procurou rebater

expansão vigorosa da economia real na casa percentual de 4,9%, dentre indicadores tais como: demanda doméstica; consumo interno/privado; fixação de limites nas despesas públicas; investimento no produto interno bruto; solidez na formação e expansão do Índice de Preços ao Consumidor e nos registros dos instrumentos das atividades de balanço de investimento estrangeiro direto, Conta Corrente e demais demonstrativos externos³⁸⁶ alicerçados na abundância de liquidez internacional, conforme comunicou o então Embaixador do Brasil em Washington, Roberto Abdenur.

Segundo o Fundo, os mercados financeiros estariam no momento desfrutando de um “*sweet spot*”, com forte recuperação da atividade econômica e dos lucros empresariais, principalmente nos EUA, ao mesmo tempo em que a inflação e os juros permanecem, de um modo geral, em níveis bastante baixos. Os papéis de economias emergentes, por sua vez, vêm-se beneficiando da abundância de liquidez tendo os “*EMBI spreads*” sofrido considerável redução, associada também à diminuição da *percepção* de risco pelos investidores. Os fluxos de capitais para os mercados emergentes estariam em processo de recuperação, contribuindo para a conseqüente redução dos custos financeiros dos empréstimos. O FMI entende que a baixa inflação, os altos índices de produtividade, e a relativa “folga” na economia global devem em princípio ajudar a manter os juros em níveis baixos ainda por algum tempo. Mesmo com a *percepção* da tendência de elevação dos juros, sobretudo nos EUA, entre o corrente ano e o próximo, os investidores estariam ainda otimistas quanto ao limitado potencial de impacto dessa elevação sobre os mercados. O Fundo não deixa, porém, de reconhecer que uma eventual elevação dos juros redundaria em conseqüente redução do apetite por risco, com óbvias implicações para os emergentes.³⁸⁷

os argumentos do Diretor-Gerente, sobre os preços do petróleo afirmando que vinham sendo causados pelo aumento da demanda, apesar do “esforço dos produtores”, embora tenha admitido que muitos deles têm adotado “estratégias conservadoras de investimento” na ampliação da capacidade de suas refinarias.

ESTRATÉGIA DE REFORMA DO FMI

Ver, Valor Econômico, 21/09/2006: “A Reforma do FMI e o menor peso do Brasil”. Ver, Folha de São Paulo, 11/09/2006: “Após derrota em processo de reforma, ministro brasileiro ataca e ironiza o FMI”. Ver, Valor Econômico, 18/09/2006: “Reforma no FMI está longe do consenso”. Ver, Valor Econômico, 18/09/2006: “Divergências atuais têm origem na criação do Fundo”.

³⁸⁶ Neste período o Brasil também registrou crescimento de 4,9% nas seguintes estimativas do FMI. Brazil: Basic Data, 2004-2010. IMF. Merchandise trade balance; Services, income, and transfers (net); Capital and financial account; Foreign direct investment; Portfolio investment; Other capital (net); Errors and omissions; Change in net international reserves; Current account (in percent of GDP); Outstanding external debt (in percent of GDP); Total debt service ratio (in percent of exports of goods & services); Gross reserves/short-term external debt (residual maturity, in percent)

<http://www.imf.org/external/np/sec/pn/2010/pn10111.htm>

³⁸⁷ De: BRASEMB WASHINGTON Recebido em: 07/04/2004 19:36 N° MG009812 DE BRASEMB WASHINGTON PARA EXTERIORES EM 07/04/2004 (CAL - G: 9FF9 = F55) Coleção: DSP CARAT = OSTENSIVO, PRIOR = NORMAL, DISTR = DSF/DEUC, DESCR = EFIN, RTM = ALEBREM, INGBREM, FRABREM, JAPBREM, ARTBREM, CATEG = MG. // Finanças. Economia Mundial. FMI. “Global Financial Stability Report”/Nr. 00981. RESUMO = Informo. O FMI divulga nova edição do “*Global Financial Stability Report*”, que manifesta otimismo cauteloso quanto ao fortalecimento econômico e diminuição da vulnerabilidade financeira global. O relatório alerta que: “Esse panorama financeiro benigno é temperado por desequilíbrios econômicos globais, especialmente relacionados a eventuais dúvidas quanto à sustentabilidade dos fluxos de capital para os EUA, e seus efeitos sobre o dólar. Por enquanto, o Fundo verifica estabilidade dos fluxos públicos e privados para este país, que estariam permitindo a continuação de um ajuste ordenado do valor do dólar. Ressalva, no entanto, que uma súbita alteração do apetite (sobretudo asiático) pela moeda norte-americana poderia

Em verdade, a maior flexibilidade estrutural, possibilitada pela renovação das políticas de desenvolvimento no FMI, BIRD e Banco Mundial, possibilitou uma maior tomada de decisão em relação à formação de reservas internacionais, calculadas pelo nível de envolvimento dos ativos dos mercados financeiros dos países em desenvolvimento. O emprego da taxa de juros da economia real como forte instrumento de formação capital³⁸⁸ e de reservas internacionais promovidas pelo câmbio³⁸⁹, fortaleceu robustamente a

causar sua depreciação, de modo violento, com efeitos nocivos sobre os mercados financeiros, principalmente os emergentes, expondo certas vulnerabilidades estruturais que haviam ficado em segundo plano, diante da perspectiva em geral mais otimista. O FMI avalia, no entanto, que esse cenário mais dramático é razoavelmente improvável. Um dos principais desafios das autoridades econômicas, nesse momento, é, segundo o Fundo, o de administrar corretamente a transição de uma conjuntura de juros baixíssimos, em ambiente quase deflacionário, para outra, de crescimento robusto. Nesse contexto, sugere que uma “estratégia de comunicação” seria essencial para a adequada condução das expectativas do mercado, evitando-se mal-entendidos que venham a contribuir para aumento da volatilidade e da especulação. De todo modo, ecoando opiniões expressas durante a Assembléia Anual do BID em Lima, o “*Global Financial Stability Report*” recomenda a todos os países que aproveitem o atual panorama financeiro benigno para perseverarem em seus esforços de reforma: aos emergentes, que principalmente reduzam a vulnerabilidade de suas dívidas públicas; aos de economia avançada, que fortaleçam sua regulamentação e não permitam complacência em casos como o da Parmalat na Itália, ou dos fundos de investimento nos EUA. A propósito, o documento destina seção específica (intitulada “*Emerging Market Borrowers Improve Debt Structure: Case Studies*”), para ilustrar casos exitosos, especialmente do Brasil e do México, em que se logrou melhora da estrutura das dívidas internas e externas, bem como o aprimoramento dos mercados domésticos de títulos. Com relação a nosso País, ressalta o sucesso do lançamento de títulos no exterior, entre 2003 e 2004, incluindo CACs, e elogia a contínua redução da dívida doméstica atrelada ao dólar. Menciona os esforços do Governo de “fortalecimento das práticas de gerenciamento da dívida doméstica mediante a implementação de novas modalidades de operação para os mercados primário e secundário” além de louvar o alargamento da base de investidores domésticos por meio do “Tesouro Direto”. Destaca, ainda, a diminuição dos fluxos de investimento direto para o País em 2003 (estimada em 43% em relação a 2002), que atribui à interrupção dos processos de privatizações em larga escala nos setores de telecomunicações e energia. Também menciona o bom desempenho do setor bancário, no Brasil e em outros países latino-americanos, a despeito das dificuldades de crescimento verificadas no último ano.. O texto integral do “*Global Financial Stability Report*” encontra-se disponível no endereço <http://www.imf.org/external/pubs/ft/GFSR/2004/01/index.htm>

³⁸⁸ Para a economista Maryse Farhi : “No início de fevereiro de 2005, reconhecendo que a pressão sobre a taxa de câmbio provinha igualmente de operações financeiras e que essas operações estavam dificultando a elevação da taxa de juros projetada para prazos mais longos, o BCB decidiu ofertar derivativos de câmbio, denominados de *swaps* reversos com características opostas às dos *swaps* cambiais emitidos em 2002. Os novos *swaps* têm o propósito de proporcionar aos investidores um retorno semelhante à compra de reais contra dólares e sua aplicação contra dólares e sua aplicação à taxa de Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Para o BCB, a operação tem resultado equivalente ao de uma compra futura de dólares pagando os juros do CDI. Nesse sentido, este derivativo de câmbio contém todos os ingredientes buscados pelos investidores, através de complexas operações de engenharia financeira. Vale dizer, a autoridade monetária, da mesma forma que em 2002, forneceu liquidez aos investidores além de ter contribuído para a elevação do volume de derivativos de câmbio real. No balanço do período, contata-se que a atuação da autoridade monetária, no mercado à vista (compra de US\$ 34, 7 bilhões de janeiro de 2004 a março de 2006) e no de derivativos, não impediu a continuidade da valorização do real embora possa ter reduzido seu ritmo”. (FARHI, 2006: 165)

³⁸⁹ Para o economista João Sicsú: “O Brasil deve tentar buscar reduzir as barreiras às suas exportações para que a economia brasileira possa realizar megassuperávits comerciais com o exterior – no espírito das idéias de Harry White– e, dessa forma, o Banco Central possa acumular reservas de acordo com a estratégia de diversos países que sofreram ataques especulativos nos anos de 1990. Com mais reservas, o Banco Central pode aumentar a sua capacidade de interferir na taxa de câmbio para reduzir a sua

economia, sobretudo na oferta de capitais de longo prazo. De acordo com o relatório do Banco Mundial “Perspectivas Econômicas Globais - 2005: Comércio, Regionalismo e Desenvolvimento” sobre os Países em Desenvolvimento, (PEDS),

O crescimento dos PEDS está em 5,45 e 5,1% em 2005 e 2006, respectivamente. “Recentes esforços de redução de déficits governamentais e em conta-corrente, bem como redução de dívida, possibilitam à maioria dos PEDs suportar taxas de juros mais elevadas, sem a necessidade de ajustes excessivos”, afirma o relatório. Essa perspectiva favorável representaria sólido ponto de partida para um crescimento de mais longo prazo. Fortalecimento dos fundamentos econômicos, maior flexibilidade estrutural, ambiente favorável aos investimentos e aceleração do processo de redução das barreiras comerciais permitiriam aos PEDs, segundo o BIRD, lograr rápido crescimento per capita, capaz de atingir cerca de 3,5% por ano entre 2006 e 2015, o dobro da taxa de crescimento dos anos 90. Ainda que sujeita a riscos globais e a riscos específicos em cada país, essa taxa de crescimento permitiria a todas as regiões, à exceção da África Subsaariana, reduzir à metade a pobreza, até 2015, conforme a primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio.³⁹⁰

volatilidade. O regime de câmbio flutuante deve ser mantido, mas deve ser administrado: a sua volatilidade deve ser reduzida ao mínimo possível. Para tanto, o Banco Central precisa acumular reservas para intervir no mercado cambial. (SICSU, 2005: 201)

³⁹⁰ Nº : MG03239Z DE BRASEMB WASHINGTON PARA EXTERIORES em 17/11/2004 (CAL - ; @8E<8) COLEÇÃO: DSF CARAT = OSTENSIVO, PRIOR = NORMAL, DISTR = DSF/DEUC/DECAS/DHS/CGFOME, DESCR = EFIN, RTM = ARTBREM, INGBREM, FRABREM, ALEBREM, CHNBREM, CATEG = MG//Finanças. BIRD. “*Global Economic Prospect 2005*”./Nr. 03239 RESUMO= Informo. O Banco Mundial divulga relatório “Perspectivas Econômicas Globais - 2005”, que avalia positivamente o panorama macroeconômico global e, em particular, dos países em desenvolvimento, para os quais projeta crescimento médio de 6,1% em 2004 e 5,4% em 2005.

Para Roberto Adenur, o relatório desenvolve da seguinte maneira o processo de estabilidade macroeconômica no período: Para 2005 e 2006, o relatório prevê diminuição do ímpeto de crescimento mundial (3,2%), com expansão comercial menos acelerada, a qual deverá afetar os países de baixa e de média renda de forma apenas moderada, tendo em vista as reformas estruturais realizadas por boa parte deles, o que os torna hoje menos vulneráveis a um ambiente externo potencialmente menos benigno. Segundo o relatório, o crescimento registrado do Leste Asiático deverá continuar a superar o de outras regiões, ainda que a um ritmo menos acelerado, com expansão de 7,8% em 2004, de 7,1% em 2005 e 6,6% em 2006. Em seguida, viria o Sul da Ásia, com crescimento projetado em 6% este ano. A América Latina, por sua vez, deverá crescer 4,7% em 2004, recuperando-se sensivelmente do Índice de apenas 1,6% em 2003, mas diminuindo o seu ritmo de crescimento para 3,7% nos dois anos seguintes. À despeito do bom desempenho da região, o BIRD singulariza negativamente a Argentina, que, conforme projeta, “estará experimentando significativa desaceleração com o desgaste da vantagem competitiva decorrente da depreciação de 2002”. Para o Brasil, estima crescimento entre 3,7% e 3,9% este ano. Quanto aos riscos ao panorama, econômico latino-americano, afirma que, face ao expressivo endividamento da região, seu desempenho dependerá do grau de êxito com que cada país absorverá a elevação dos juros e do serviço de suas dívidas. Nesse contexto, a capacidade de manutenção de seus programas de consolidação fiscal seria fundamental para a minimização desses riscos. O tom otimista do relatório em sua seção de análise macroeconômica é, porém, matizado pelo reconhecimento de relativa vulnerabilidade global às altas nos preços do petróleo, a potenciais aumentos abruptos das taxas de juros associados a ajustes nas contas correntes dos EUA, além de eventuais dificuldades no esforço de desaquecimento da economia chinesa. Por isso considera não haver espaço para complacência, instando os países sobretudo aos mais ricos, a combater os persistentes desequilíbrios que afligem a economia mundial. O texto do relatório do BIRD pode ser acessado, em sua íntegra, no endereço eletrônico daquela instituição:

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTDECPROSPECTS/GEPEXT/EXTGEP2005/0>,

No caso do Brasil, seu relacionamento com o FMI foi fortalecido neste novo programa de desenvolvimento, sobretudo, na superação das históricas divergências estruturais da relação Brasil-FMI, e na fortificação dos laços do Presidente Lula com o Diretor-Gerente do FMI, o socialista e ex Ministro da Economia e Finanças da França, Dominique Strauss-Khan. Pela confiança depositada no Brasil durante a eleição presidencial de 2002, em nota, o Presidente anunciou no ano de 2006, o pagamento antecipado, do financiamento realizado durante a eleição do primeiro mandato e que foi utilizado para tranquilizar os mercados financeiros, no valor aproximado e em única parcela de US\$ 15,5 bilhões ao FMI. Segundo o Presidente:

Escrevo a Vossa Excelência, não apenas para dar-lhe notícia desses progressos, mas principalmente para, uma vez mais, expressar o meu reconhecimento por seu papel decisivo, na qualidade de Diretor-Gerente do FMI, em favor do bom relacionamento do Brasil com o Fundo. Agradeço, sobretudo, sua atuação corajosa no momento crítico da aprovação do programa acordado com o Brasil em setembro de 2002. Em agosto daquele ano, juntamente com outros candidatos presidenciais, mas já na condição de favorito segundo as pesquisas de opinião, tornei público o compromisso de cumprir o acordo que o Governo Brasileiro viesse a firmar com o FMI, afastando qualquer temor de descontinuidade institucional ou de risco de que o País deixasse de honrar seus compromissos externos. Palavra dada, palavra cumprida.³⁹¹

O pagamento desta parcela única do Brasil ao FMI possibilitou a renovação de expectativa e confiança sobre o país a longo prazo, que por sua vez, aproveitou o momento para resgatar rendimentos políticos positivos da opinião pública nacional e internacional. Diante do salto qualitativo e quantitativo sobre a política externa financeira, o Brasil rumou com os demais países do mundo, em uma projeção de crescimento econômico francamente em expansão. O governo Lula seguiu em direção ao segundo mandato, avaliado positivamente, pelo então Diretor-Gerente do FMI, Rodrigo de Rato,

³⁹¹ LUIS INÁCIO LULA DA SILVA, PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: A SUA EXCELÊNCIA HORST KÖHLER, PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA. BRASÍLIA, 10 DE JANEIRO DE 2006. ARQUIVO ITAMARATY, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MRE, BRASIL. N°: MG01262. Em nota oficial o Presidente Lula continua apresentando a evolução da economia brasileira e apontando as perspectivas de desenvolvimento do Brasil. Segue em nota: “Essa decisão resultou do fortalecimento das contas externas e dos outros fundamentos macroeconômicos do Brasil. a inflação vem declinando consistentemente e deveremos fechar este ano com 5,6% comparados com os 12,5% de 2002. A economia cresceu 4,9% em 2004. Neste ano de 2005, alcançaremos um superávit comercial da ordem de US\$ 44 bilhões de dólares e, pelo segundo ano consecutivo, um superávit na conta corrente do balanço de pagamentos próximo a 2% do Produto Interno Bruto. O Banco Central do Brasil acumulou reservas internacionais que já alcançavam US\$ 54,8 bilhões, já deduzidos os recursos devidos, no acumulado nos doze meses até novembro de 2005 alcançavam 4,9 do PIB. Esses são alguns dados que ilustram o quanto a economia brasileira se consolidou e se robusteceu, em termos absolutos e relativos, ao longo dos últimos anos”.

que tratou de assegurar os desafios sociais e econômicos do Brasil em conformidade aos planos macroeconômicos do FMI, conforme o comunicado nº 07/06 de 10 de janeiro de 2006³⁹².

4.1.6 O Segundo Governo Lula: investimentos de títulos brasileiros

Ainda no ano de 2006, a Câmara de Comércio Brasil-EUA realizou em Cingapura, em 17 e 18 de setembro, por ocasião das reuniões anuais do FMI-BIRD, a “Brazil Economic Conference”. O jantar para 100 pessoas contou com a participação do Secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles e dos economistas-chefe do Banco Itaú e do Banco Votorantim. A proposta central da equipe econômica foi de elevar a taxa de investimento do Brasil para 25% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2010, com redução de taxas de juros com vistas às reformas de infra-estrutura, com aumento da razão crédito/PIB para 50%, além da redução de impostos e despesas correntes do setor público e da continuação da implementação de reformas institucionais, bem como consideração tributária, abertura do mercado de resseguros, previdência do setor público, pequenas e médias empresas, simplificação do registro de novas empresas.³⁹³

³⁹² Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2006/pr0607.htm>. Acesso em: 9 de jun. 2011

³⁹³ DE BRASEMB CINGAPURA PARA EXTERIORES EM 26/09/2006/05:32/Nº MG00457/DE BRASEMB CINGAPURA PARA EXTERIORES EM 26-09-2006 (MJOM-K9DE=A<99)COLEÇÃO: DSF/CARAT = OSTENSIVO/PRIOR = NORMAL/DISTR - DSF/DAOC II/DOC/DESCR = EFIN-BRAS/RTM = USABREM/REF/ADIT = TEL 438, TEL 439/CATEG = MG// Brasil-EUA. “Brazil Economic Conference 2006”. Cingapura, 17 e 18 de setembro. Participação de autoridades da área econômica// Nr. 00457 Resumo = Relata a realização em Cingapura da “Brazil Economic Conference 2006”, organizada pela Câmara de Comércio Brasil-EUA em Cingapura, em 17 e 18 de setembro, por ocasião das reuniões anuais do FMI-BIRD. Participaram o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central do Brasil. A Câmara de Comércio Brasil-EUA realizou em Cingapura, em 17 e 18 de setembro, por ocasião das reuniões anuais do FMI-BIRD, a “Brazil Economic Conference 2006”, tendo como convidado de honra no jantar de abertura o Ministro de Estado da Fazenda. Na manhã seguinte, realizou-se seminário com a participação do Presidente do Banco Central do Brasil e representantes de outras entidades da área econômica e do setor privado. 2. O jantar contou com a participação de cerca de 100 pessoas, entre brasileiros que estavam na cidade para as reuniões e representantes do setor empresarial e financeiro local e regional. O Ministro Guido Mantega fez exposição, em português com tradução simultânea, centrada nos avanços da economia desde 2003 e nos desafios para o próximo governo. Esses

Essa agenda foi construída de acordo com as relações bilaterais de Brasil e Cingapura, promovida pela Embaixada do Brasil naquele país, e que teve como proposição central: a negociação direta de títulos brasileiros com o mercado financeiro singapuriano, conforme foi comunicado pelo Encarregado de Negócios do Itamaraty Ronaldo Costa Filho ao Senhor Fernando Antonio Gomes, Chefe do Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais do Banco Central do Brasil (DERIN). Conforme a comunicação,

Senhor Chefe,

Tendo em vista a Reunião Anual do FMI e do Banco Mundial, que ocorrerá em Cingapura, em setembro próximo, o Embaixador do Brasil naquela cidade avaliou que o evento poderia constituir ocasião para a realização de encontros paralelos entre as autoridades brasileiras com suas contrapartes locais. O objetivo seria maximizar a presença de representantes governamentais brasileiros, em contexto que se reflita positivamente sobre o relacionamento entre os dois países.

2. Relaciono, a seguir, a título de sugestão, temas (a serem, eventualmente, ampliados) que poderiam ser tratados nas reuniões bilaterais por cada uma das autoridades brasileiras:

- Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central:

a) questão do tratamento de Cingapura como “paraíso fiscal” pela Receita Federal;

b) intercâmbio geral sobre políticas macro-econômicas;

c) investimentos de Cingapura no Brasil, tanto diretos e em infra-estrutura como nos mercados financeiros e de títulos brasileiros;

d) estabelecimento de mecanismos regulares de consulta.

- Presidente do BNDES e Presidente do Banco do Brasil:

teriam como principal objetivo consolidar o ciclo de crescimento iniciado em 2004 e elevar a taxa de crescimento do PIB acima de 5% anuais, além de manter o emprego, reduzir as disparidades regionais e aumentar o grau de abertura e a competitividade da economia brasileira. 3. Os principais instrumentos para o novo ciclo de desenvolvimento seriam, além da manutenção dos pilares macroeconômicos atuais, a elevação da taxa de investimento para 25% do PIB até 2010, os investimentos em infra-estrutura (energia, transporte e logística), a redução da taxa de juros e o aumento da razão crédito/PIB para 50%, além da redução de impostos e despesas correntes do setor público e da continuação da implementação de reformas institucionais em consideração (tributária, abertura do mercado de resseguros, previdência do setor público, pequenas e médias empresas, simplificação do registro de novas empresas). 4. No seminário da manhã seguinte, fiz breve discurso introdutório sobre o adensamento das relações Brasil-Sudeste Asiático nos últimos tempos. O Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, fez exposição sobre os desafios da política monetária diante do provável ciclo de ajustamento por que ela passará a economia global nos próximos tempos. Meirelles enfatizou o compromisso do Banco Central com a meta de inflação e realçou o ajuste das contas externas realizado pelo Brasil nos últimos anos. 5. Seguiram-se as apresentações do Secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, e de representantes da BOVESPA, BM&F e CVM. Os economistas-chefe do Itaú e do Banco Votorantim, a cargo da análise das perspectivas da economia brasileira após o ciclo eleitoral, não esconderam seu ceticismo em relação à capacidade de o Brasil aumentar sua taxa de crescimento econômico no futuro próximo, neutralizando parte do otimismo injetado pelas apresentações anteriores. O seminário foi encerrado com exposição de diretores da Usiminas sobre os planos de expansão da empresa, a nona maior aciaria do mundo, contribuindo positivamente para a sensibilização do público local sobre as oportunidades de investimento no Brasil. 6. Por oportuno, informo que o tema “paraíso-fiscal” foi levantando no seminário pelo Embaixador Choo Chiau Beng, que dirigiu pergunta ao Secretário Kawall. Este explicou as restrições da legislação brasileira e observou que o tema estava sob análise dos setores competentes. Affonso José Santos, Encarregado de Negócios, a. i. TR

- a) investimentos de Cingapura no Brasil, tanto diretos e em infra-estrutura como nos mercados financeiros e de títulos brasileiros;
- b) intercâmbio geral sobre políticas de investimentos e financiamento.
- c) reabertura de agência do Banco do Brasil em Cingapura, tendo em vista a transformação deste país em centro financeiro do sudeste asiático. A crescente presença, neste mercado, de empresas brasileiras e de cingapurianas no Brasil, bem como a crescente liberalização do mercado financeiro local, para bancos estrangeiros - política oficial a partir de 1999, visando justamente à transformação de Cingapura em "hub" financeiro - , são fatos que conduzem a se cogitar em reabrir a agência do Banco do Brasil naquele país, especializada em financiamento ao comércio e aos investimentos brasileiros e cingapurianos e, também, na área de pessoa física;
- d) estabelecimento de mecanismos regulares de consulta.

3. Muito agradeceria habilitar-me a indicar ao Embaixador do Brasil em Cingapura se há interesse no agendamento dos encontros em apreço.

Cordiais saudações,

(Ronaldo Costa Filho)

Chefe da Divisão de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros.

FAS.³⁹⁴

A expansão de negócios realizados com títulos brasileiros acentuou o volume de créditos, a realização futura de gastos de consumo, o investimento presente e, sobretudo, a expansão dos empréstimos bancários com progressão de depósitos compulsórios junto ao Banco Central, instrumentos combinados da política monetária do Governo Lula, por desenvolvimento a médio prazo e de uma política mais agressiva a riscos a longo prazo.

Ainda assim, Em 2007 e 2008³⁹⁵, o Brasil junto aos demais países do sistema multilateral, passou a enfrentar distúrbios financeiros que se avolumaram, rapidamente, até meados de 2008³⁹⁶. As operações econômicas do Brasil neste período registraram uma estagnação do seu ritmo com retardo na evolução progressiva, por conta da paulatina inversão de capitais estrangeiros, ocorridos com o início da crise de créditos, de hipotecas e de suas execuções, nascidas da crise dos subprimes e na falência do banco de investimentos Lehman Brothers nos Estados Unidos. Em 2009, durante o período de crise das instituições financeiras internacionais, de bancos privados e também os bancos de investimentos, e a problemática recuperação das grandes montadoras de automóveis como a General Motors nos Estados

³⁹⁴ PARA: DIVERSOS BRASIL/EXPEDIDO EM 27-07-2006/18:28/No.: MG02684/DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES EM 27-07-2006 (E87DD7;D33)/COLEÇÃO: DSF/ILUSTRÍSSIMO SENHOR FERNANDO ANTONIO GOMES/CHEFE, INTERINO, DO DERIN/BANCO CENTRAL DO BRASIL/DIVERSOSBRASIL/FAX=3414/3770/CARAT=OSTENSIVO/PRIOR=URGENTE/DISTR=DSF/DESCR=EFIN=FMI-BIRD/CATEG=MG//REUNIÃO ANUAL DO FMI E DO BANCO MUNDIAL. CINGAPURA, SETEMBRO DE 2006. SUGESTÃO DE ENCONTROS ENTRE AUTORIDADES/Nr. 02684.

³⁹⁵ Ver, George Soros. The New Paradigm For Financial Markets: the credit crisis of 2008 and what it means. New York: PublicAffairs, 2008, pp 81-153.

³⁹⁶ Ver, Fareed Zakaria. O mundo pós-americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp 229-274

Unidos: o Brasil demonstrou sinais e perspectivas positivas de retomada de crescimento econômico, pois o planejamento da equipe econômica mostrou que a opção do governo, em resposta a crise internacional, seria de expandir o consumo interno com diversos programas de incentivos creditícios que seriam oferecidos a população. O custo, de tal opção, foi imediatamente a alta exposição e vulnerabilidade externa que o país passou a sofrer diante da contínua reversão de investimentos estrangeiros, e principalmente, no declínio dos preços de suas commodities, base fundamental, da sua economia de exportação até o ano de 2009-2010.

A crise dos mercados financeiros internacionais conduziu, igualmente, a um aperto de liquidez para as companhias brasileiras e empresas financeiras nacionais. O acesso ao investimento para as empresas nacionais, tornou-se limitado por conta da valorização cambial, especialmente para as pequenas e médias empresas nacionais, que passaram a sofrer maiores pressões externas, principalmente no setor têxtil, com a propagação de produtos importados que se beneficiaram com a valorização do real em aproximadamente 23% em relação ao dólar, entre meados de setembro e o fim de dezembro 2008. O declínio de preço dos produtos, a depreciação da moeda estrangeira e o alijamento dos bancos comerciais internacionais e de investimentos na participação da formação da taxa de câmbio: propiciaram nas contas externas, uma grande saída de reservas, ainda que houvesse um estoque confortável. As receitas do governo federal declinaram perto de 7 % em termos reais de Janeiro a Maio de 2009 comparado com o mesmo período em 2008.³⁹⁷

O governo Lula, passou também a registrar, gastos expressivos e acúmulo de despesas fiscais e reorganizações de investimentos do Tesouro Nacional redirecionados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para a formação de recursos – subsídios – para o financiamento do setor industrial e/para manutenção de concorrência aos produtos importados. Segundo Nelson Barbosa, Ministro Interino da Fazenda, haveria já no ano de 2009 um aumento visível da taxa de inflação decorrente do acumulado entre 2008 e 2010: “No primeiro quadrimestre de 2009, a inflação foi de 1,72%, pelo

³⁹⁷ Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/sec/pn/2010/pn10111.htm> Acesso em: 09 jun. 2011.

IPCA, e em 2010 ela chegou a 2,65%, um aumento de 0,93 ponto percentual”.

³⁹⁸ O desafio de colocar a economia do Brasil para desenvolver-se internamente e voltar-se para o crescimento da demanda nacional, elevando o consumo, através de isenção fiscal, bem como a redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em produtos da chamada “linha branca”: para a compra de automóveis: em subsídios do Governo na facilitação e expansão de crédito para a compra de imóveis; incluindo diversas promoções e adiantamentos de créditos como a utilização de FGTS; liberalização de saque dos abonos de PIS/PASEP: demonstram e dão evidência: o seu engajamento em desenvolver socialmente, a estruturação permanente de um ‘crédito social’, para a manutenção do crescimento econômico; ainda que, tal opção, apresente uma conta alta aos próximos governos.

Dados conflitantes sobre a inflação, crescimento econômico e a real situação da conta corrente do país³⁹⁹, combinados aos superinvestimentos em estatais como a Petrobras: evidenciam também a preferência do Governo Lula por uma agenda nacional-desenvolvimentista⁴⁰⁰ e seus compromissos com os países em desenvolvimento, como o bloco BRIC; mesmo diante de uma problemática situação financeira internacional, que registra os Estados Unidos com a taxa de desemprego de 9,7% e um ritmo de estagflação; os países da Europa - Ocidental no endurecimento fiscal e cortes de suas despesas governamentais; países da Ásia assim como países da África, dependentes do crescimento da China.

³⁹⁸ Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/audio/2010/junho/a020610.asp> Acesso em: 09 jun. 2011.

³⁹⁹ De acordo, com o Padrão Especial de Disseminação de Dados (PEDD) expõe em descrição detalhada as estatísticas econômicas do Governo correspondentemente aos metadados do Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/sddsp.htm?perfil=1> Acesso em: 9 jun. 2011.

⁴⁰⁰ Ver, Joao Sicsu. Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2005.

4.1.7 Balanços

4.1.7.1. O Brasil e as reformas do sistema financeiro internacional.

Os principais instrumentos construídos na relação Brasil-FMI ao longo do Governo Lula e Fernando Henrique Cardoso foram:

1. Padrões regulatórios para as operações financeiras internacionais na supervisão e regulação bancária. Contabilidade; Auditoria; Divulgação de Balanços; Avaliação de Patrimônio e Administração Corporativa.
 2. Intensificação da Surveilleince do FMI, como meio de conter as repentinas inversões de investimentos capitais nas economias dos países membros em curto prazo.
 3. Intensificação da “Special And General Data Dissemination Initiatives”, como forma de “maior transparência” das políticas financeiras, adotadas pelos países membros no FMI, na divulgação de dados oficiais de balanços, projeções e cenários de desenvolvimento macroeconômico.
 4. Desenvolvimento de maior acesso e trânsito suplementar em relação ao New Arrangements To Borrow (NAB), como instrumento de redefinição de bônus, títulos e empréstimos para os países subdesenvolvidos.
 5. Aprimoramento e efetivação no controle do setor privado, através do mercado de capitais, como prevenção e tentativa de solução de crises financeiras internacionais.
 6. MORAL HAZARD: o perigo/risco de crises financeiras. Segundo este princípio, os países devem estar cientes de seu comprometimento e comportamento com as relações internacionais financeiras, e assim não serem responsáveis por desestabilizações e/ou alterações do desenvolvimento em curso.
-

Desta forma, não haveria maiores “surpresas” em macroeconomia.

7. LENDER OF LAST RESORT: “emprestador de última hora”. Para limitar as crises, adotou-se como meio de limitá-las em ambiente microeconômico, sufocando prováveis prolongações e conseqüentemente a não proliferação no sistema internacional de financeiros.
8. BURDEN SHARING: “Partilha de Carga”: expressão utilizada para instrumentalizar a proteção da Política Internacional financeira de possíveis desvios e fortes crises de confiança em seu interior.
9. ACCOUNTABILITY & CREDIBILITY & SURVEILLANCE: repaginação ou reconfiguração dos papéis desses mecanismos, respectivamente, de transparência/prestação de contas e crédito para o desenvolvimento de parcerias de investimento. Monitoramento, controle e fiscalização da saúde financeira dos países no FMI. Segundo o próprio órgão, deveria ser aprimorado os mecanismos de surveillance, constantemente, como meio de combate, as “variações ou inversões repentinas de fluxo de capitais”, realizadas pelos países em seus novos governos e políticas econômicas.

4.1.7.2 As reformas do sistema financeiro internacional.

A multilateralização financeira passou a desempenhar na dinâmica dos fluxos de capitais o papel de precípuo e permanente construtor de créditos para os países em desenvolvimento. A cooperação internacional tornou-se proa das relações internacionais e ganhou ao longo do século XX⁴⁰¹ o caráter de

⁴⁰¹ Em dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas IPEA, há o seguinte levantamento de toda a trajetória financeira e de Investimento Direto Estrangeiro na segunda metade do século XX entre países em desenvolvimento e desenvolvidos: “Do ponto de vista da distribuição geográfica dos fluxos globais de IDE, caracterizou a internacionalização dos anos 1980 e 1990 a sua tendência à concentração nos países desenvolvidos. Em meados de 1970 a participação das economias avançadas não passou de 69%. Durante o período de 1975 a 1984, entre 1/3 e 1/4 dos fluxos de investimento direto foi dirigido para o mundo em desenvolvimento, mas na década de 1980 os países desenvolvidos absorveram 78% dos investimentos mundiais, sendo que em termos de investimentos realizados, a participação dos países desenvolvidos foi preponderante: 97%. Nos anos 1990, os países em desenvolvimento aumentaram sua participação nos ingressos mundiais de IDE para 27%, mantiveram esse peso entre 2001-2003 e aumentaram para 33%

centralizador dos negócios financeiros e centro decisório para as operações financeiras entre os países.

A busca permanente por reformas no sistema financeiro internacional⁴⁰², sobretudo após a crise financeira mundial em 2008 - na proposta de queda do consenso de Washington⁴⁰³ - revela uma estratégia de desenvolvimento para crescimento econômico pautada exclusivamente na produção de uma complexa engenharia financeira operada, controlada e regulada pelo Poder Executivo dos países organizados multilateralmente⁴⁰⁴ em contendas

entre 2004-2006. No caso dos investimentos realizados por tais países, sua participação passou de zero para 12% em 2002. Por último, outra característica importante do IDE após 1980 tem sido sua crescente preferência pelo setor de serviços. Desde meados dos anos 1980 que a composição setorial do IDE vem apresentando mudanças significativas, tanto em termos de fluxos quanto de estoque. Durante a década de 1950, os investimentos estiveram basicamente direcionados para uma gama de produtos primários e, particularmente, voltados para indústria de transformação, mas o setor de serviços vem se tornando o destino da maior parte dos investimentos diretos. Do estoque mundial de IDE, na década de 1970, o setor de serviços respondia por apenas 1/4; em 1988, passou para 44%; em 1990, para 50%; em 2002, para 60% (UNCTAD, 1991, p.15). Esse crescimento refletiu o amplo direcionamento das operações de F&As para o setor de serviços, que respondeu por 33% dessas operações, em 1988, contra 64% do setor secundário; em 2001 nesse quadro se inverte completamente com os serviços respondendo por 62% das fusões e das aquisições mundiais, contra 33% da indústria. A tendência de concentração dos investimentos diretos no setor de serviços esteve estreitamente associada à onda de reestruturação industrial e tecnológica em curso, com forte componente de interpenetração patrimonial. A indústria dos serviços foi até recentemente uma atividade basicamente nacional. O movimento de internacionalização e de maior liberalização desse setor abriu novas oportunidades para o crescimento das atividades das corporações transnacionais. A participação dos serviços na produção nacional dos países desenvolvidos alcançou 72% e nos países em desenvolvimento, 52%. Fonte: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_estadonacao2007.pdf

⁴⁰² Para Alan Greenspan, o mercado financeiro não deveria sofrer com regulamentações e leis para o seu funcionamento. Segundo o autor: “Não é raro ver legisladores e reguladores se apressarem para promulgar novas leis e normas em repostas a falhas de mercado, incorrendo erros cuja solução demora décadas. Conforme eu vinha argumentando há muito tempo, o GlassSteagall Act, que, em 1933, segregou dos bancos comerciais os negócios com títulos mobiliários, se baseou em premissas falsas. Os depoimentos perante o Congresso, em 1933, continham numerosos casos que deram a falsa impressão de que as atividades dos bancos com títulos mobiliários estavam solapando a solidez do mercado. Apenas depois da Segunda Guerra Mundial, quando os computadores possibilitaram a avaliação do sistema bancário com um todo, tornou-se evidente que os bancos que praticavam negócios com títulos mobiliários resistiram melhor à crise de 1930 que aqueles sem tais atividades. Poucos meses depois de minha posse no Fed, o Conselho de Governadores apresentou um proposta segundo a qual os bancos novamente poderiam vender títulos mobiliários em suas agências, sob condições muito restritivas. O Conselho de Governadores continuou a estimular a atenuação das restrições, e em vários de meus depoimentos defendi mudanças na lei. Somente em 1999 o Glass-Steagall foi revogado pelo Gramm-Leach-Bliley Act. Felizmente, o Gramm-Leach-Bliley Act, que restabeleceu a tão necessária flexibilidade dos setores financeiros, não é aberração. A conscientização quanto aos efeitos prejudiciais do excesso de regulamentação e a necessidade de constante adaptação da economia às novas realidades avançaram substancialmente nos últimos anos. Não podemos recuar”. (GREENSPAN, 2008: 362)

⁴⁰³ Ver, Moisés Napim. ASCENSÃO E QUEDA DO CONSENSO DE WASHINGTON: O Consenso de Washington ou a Confusão de Washington? Fonte: <http://www.funcex.com.br/bases/64-Consenso%20de%20Wash-MN.PDF>

⁴⁰⁴ Para Jeffrey Sachs: “Pode parecer muito imprudente pedir ao mundo rico que assuma a responsabilidade de ajudar os mais pobres dos pobres a escapar da armadilha da pobreza. A tarefa não é apenas ingrata e infundável, como pode quebrar a economia – ou, pelo menos, é o que se costuma pensar. Afinal, os próprios programas de bem estar social do mundo rico não se revelaram um peso insustentável?”

reguláveis que versam sobre a reação sistêmica e em cadeia, atualmente lastreada na produção de uma “economia verde” e/ou de um desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a política externa brasileira para o desenvolvimento sustentável já aponta uma contenda entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no sistema financeiro internacional e na Economia Mundial. A contestação está na responsabilidade sobre a captura de carbono, em suas emissões, e na definição de um cálculo seguro dos reais retornos financeiros através da estocagem e eliminação do carbono da atmosfera. Medido através do custo de produção de energias renováveis, e do cálculo da taxa global do apoio público no benefício tecnológico através de subsídios: tais custos e subsídios do aquecimento global estão sendo calculados sobre o PIB dos países e apresentam graves distorções entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para as próximas décadas.

O Brasil tem sido recorrentemente apresentado, por suas autoridades, nas instituições multilaterais, como debatedor dos controles macroeconômicos sobre os financiamentos das novas tecnologias deste novo século. Nas Reuniões Anuais de Primavera do FMI realizadas em Cingapura com o tema “Energias Renováveis” em 2009, o Brasil debateu o seguinte relatório:

O relatório completo de 100 páginas apresentado pela administração para a consideração dos governadores do BIRD/FMI sobre energia limpa pode ser encontrado em [http://siteresources.worldbank.org/dEVCOMMINT/Documentation/21046509/DC2006-0012\(E\)-CleanEnergy.pdf](http://siteresources.worldbank.org/dEVCOMMINT/Documentation/21046509/DC2006-0012(E)-CleanEnergy.pdf) e inclui três pilares: (i) energia para o desenvolvimento e acesso dos mais pobres; (ii) transição para uma economia com baixas emissões de carbono; e (iii) adaptação à mudança climática. As principais conclusões do estudo apontam, em relação a cada um dos pilares, para (i) a possibilidade de que a necessidade de recursos para o financiamento de projetos seja coberta pelo setor privado e por recursos adicionais setor público, sendo o maior fluxo de recursos privados dependente de reformas amplas dos marcos regulatórios nacional; (ii) a necessidade de um marco regulatório global estável e de longo prazo, com responsabilidades diferenciadas, para estimular os investimentos privados que permitam a transição para uma economia com baixas emissões de carbono; (iii) o progresso no combate à pobreza tem sido posto em cheque por cada vez mais frequentes mudanças climáticas e eventos decorrentes. O risco relativo a esses eventos deve ser incorporado nas estratégias de combate à pobreza e desenvolvimento sustentável, com uma combinação de financiamento público e privado.⁴⁰⁵

Os países ricos não estão numa confusão fiscal suficiente com os problemas que já assumiram? Como pode o mundo rico assumir a responsabilidade por bilhões de pessoas que vivem fora de suas fronteiras, em países com populações em crescimento rápido? São todas questões razoáveis. Felizmente, elas têm respostas razoáveis. Quanto mais se pensa, mas se percebe que a questão não é se o mundo rico tem condição de ajudar os pobres, mas se pode dar-se ao luxo de não ajudá-los”. (SACHS, 2005: 331)

⁴⁰⁵ DE BRASEMB CINGAPURA PARA EXTERIORES EM 20/09/2009 (MJOM -90DJ77)

A proposta brasileira, na Reunião da 15ª Conferência das Nações Unidas para o Clima (COP-15) foi de uma contribuição aos investimentos ao crédito de carbono, na cifra de US\$ 10 bilhões por ano entre 2010 e 2032 para conter as emissões de dióxido de carbono (CO₂), num total de US\$ 160 bilhões em dez anos.⁴⁰⁶ O país ainda apresentou a seu favor, instrumentos e recursos para o desenvolvimento sustentável, bem como a reciclagem de materiais industrializados, a produção de bioenergia e biocombustíveis. Há uma intersecção, entre estes instrumentos e o potencial poupador de recursos que que são avalizados pela política externa do Brasil que, segue corroborando na estruturação de padrões regulatórios para as operações financeiras internacionais brasileiras.

Ainda que, as atividades produtoras tradicionais à base de alto consumo de combustível fóssil estejam sendo revistas e sendo consideradas como “perigosas e catastróficas” para o meio ambiente: a proteção do meio ambiente está sendo rearticulada no sistema financeiro internacional em políticas de renovação de investimentos para combustíveis, motores e instrumentos de produção industrial, com o objetivo de engajamento total dos países do sistema ONU na redefinição financeira entre, consumo de carbono e o crescimento econômico na Economia Internacional. Para Paul Samuelson e William D. Nordhaus a acumulação de capital e tecnologia constitui no século XXI um ponto de fusão que, poupará recursos e substituirá as atividades atuais poluentes⁴⁰⁷. Para Nicholas Stern, a responsabilidade sobre novas formas de combustíveis não poluentes precisa ser partilhada no sistema financeiro internacional entre os países e apoiada pelo Fundo Monetário Internacional em suas linhas de créditos para desenvolvimento⁴⁰⁸. Neste campo, para Gesner Oliveira tais créditos dariam condições de estabilidade ao mercado mundial de

COLEÇÃO: DSF. CARAT=OSTENSIVO. PRIOR=NORMAL.
 DISTR=DSF/DTS/ABC/DEUC/DACCESS/CGFOME/DRN. DESCR=EFIN- FMI- BIRD.
 RTM=USABEM, INGBREM, ONUBRMS, SCABRAZ. CATEG=MG. FINANÇAS E
 DESENVOLVIMENTO. FMI/BIRD. REUNIÕES ANUAIS. COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO.
 CINGAPURA, 18 DE SETEMBRO. RELATO. Nr. 00438. RESUMO= Relata a reunião do Comitê de
 Desenvolvimento do BIRD/FMI, realiza em Cingapura, em 18 de setembro, que teve como temas
 principais a boa governança e o combate à corrupção, o relacionamento do BIRD com os países de renda
 média e os relatórios sobre energia limpa e desenvolvimento, Educação para todos “AID for Trade”

⁴⁰⁶Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-proposta-de-ricos-para-reduzir-co2-e-ridicula,485523,0.htm>. Acesso em: 17 jun. 2011.

⁴⁰⁷ Cf. Samuelson; Nordhaus, 1999, p, 525.

⁴⁰⁸ Cf. Stern, 2011, p, 10.

comércio e na superação de crises através do fortalecimento das relações dos países com o FMI e o Banco Mundial⁴⁰⁹. O impacto positivo sobre o comércio aumentaria o intercâmbio entre os países e diversificaria os seus produtos, justamente porque há em curso o estreitamento das relações sociais entre povos, comunidades e sociedades que, sinalizam para Dipak Dasgupta, o progresso da economia na idéia de um capital social⁴¹⁰. Esse capital social para Joseph Stiglitz, ampliaria acordos sobre um conjunto de incentivos comuns e padrões básicos, entre todos países, sobre a imposição de tributos sobre as emissões de carbono ao invés de redução de suas emissões na regulação e prevenção de crises do sistema financeiro⁴¹¹, formando para Pinguelli Rosa: a interligação da produtividade mundial ainda que na globalização financeira⁴¹².

⁴⁰⁹ Cf. Oliveira, 1996, p, 188.

⁴¹⁰ Cf, Dasgupta, 2011, p, 15.

⁴¹¹ STIGLITZ, Joseph. People In Economics. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2009/12/pdf/people.pdf>. Acesso em: 06 maio.2011.

⁴¹² Cf. Pinguelli, 2005, p, 368.

APONTAMENTOS FINAIS

Considerando os objetivos deste trabalho – a produção de historiografia, ainda inexistente, a indicação da formação de centro decisório de poder para a produção de capitais pelo Brasil e a estruturação da política externa financeira como área inteligível de conhecimento, a partir da proposta metodológica apontada por Oliveira (1993) –, no primeiro capítulo procurou-se demonstrar que a constituição tradicionalista na formação de negócios financeiros do Império até a Primeira República, traduz a evolução dos negócios da nação aos domínios do Estado, com seu monopólio sobre os planos econômicos e a política financeira.

Considerando ainda o período selecionado, obtém-se que as relações político-financeiras do Brasil têm se caracterizado por um processo expansão dos negócios públicos, operacionalizado na formação das instituições administrativas do Estado brasileiro. - As negociações de autoridades diplomáticas, militares e do Conselho Imperial de posse e controle sobre a movimentação das finanças no Banco do Brasil, passaram a operacionalizar, acordos financeiros internacionais, protagonizando paradigmas e conceitos sobre o desenvolvimento econômico para o país. Desse modo, do governo Imperial até o término da Primeira República, observa-se que a produção de capitais não chega a registrar mudanças drásticas de agenda, mas de intensidade. A política externa financeira, paulatinamente, sistematizou-se, da profissionalização da diplomacia, se ajustando as variações registradas no plano internacional e na própria agenda diplomática brasileira. Deste modo, no período analisado, as relações do Brasil e os negócios de seus governos sofreram variações apenas em sua intensidade.

Nesse sentido, o segundo capítulo pretendeu demonstrar que o retorno a democracia e as transformações registradas no plano internacional no Pós Segunda Guerra, condicionaram sensivelmente a política financeira, que, passou a trabalhar na construção de uma nova identidade e visão internacionais. A consolidação da política externa financeira, na análise das

relações Brasil-FMI, demonstra que ela passou por um processo de ajustes, expressos tanto no discurso quanto nas atitudes tomadas pelo Executivo no que tange à postura internacional do país frente ao Sistema Financeiro Internacional. A reforma constante que o FMI sofreu na relação com os países membros, fortaleceu o desenvolvimento econômico mundial dos primeiros 25 anos de funcionamento do órgão, e é uma referência de progressão e crescimento econômico. Entretanto, - A participação de países em desenvolvimento e no caso o Brasil do sistema financeiro internacional é de reconhecida limitação. Nesse sentido, o trabalho que é exercido institucionalmente demonstra graves disparidades localizadas na ausência de uma definição clara de objetivos em matéria de desenvolvimento financeiro para o Brasil. Cabe notar que a política externa financeira do Brasil no FMI é incisivamente atuante e concentra esforços para o desenvolvimento internacional com vistas a uma economia regionalizada que apresentou muita evolução nas décadas que se seguiram pós-45. Linhas de “desenvolvimento estratégico”, como foram apresentadas ao longo dos primeiros anos de FMI pelo Itamaraty, tipificaram um modelo de relacionamento, bastante conflitante com os países desenvolvidos, desvendando as determinações e preferências da diplomacia brasileira em ambiente multilateral.

O terceiro capítulo procurou demonstrar que a relação Brasil-FMI caminhou para um gradual emaranhamento. Com a melhora da situação externa do Brasil no fim dos anos 60 e começo dos 70, os acordos com o FMI tornaram-se complexos, logo na inicial fase do apogeu econômico (1969) - O milagre econômico brasileiro formou responsabilidade sob uma série de compromissos que se tornaram basilares do modelo implantado por Delfim Neto, com a mão-de-ferro de Emilio Garrastazu Médici e a determinação nacionalista do então Ministro de Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa capazes de impulsionar o Brasil a “cruzar por dentro” a crise financeira internacional de 1969.

A análise dos documentos e das relações financeiras indicou que durante os governos militares houve uma nítida concentração de esforços diplomáticos para o estabelecimento de vínculos mais estreitos e sólidos com os EUA, com

o bloco Europeu e com países da América do Sul – garantido a continuidade do processo de regionalização em que havia ingressado a política externa brasileira até o Governo Figueiredo. Por conseqüência, a política externa em direção ao FMI não encontrou subsídios governamentais que lhe garantissem maior ressonância, registrando-se, ao contrário, que sua própria legitimidade passa a ser contestada.

A perseverança da política externa financeira como vocação universal na administração, controle e Anti-Dumping Financeiro como pré-condição para o milagre econômico, recebendo em contrapartida a absorção sistêmica de petrodólares e a ascensão do Direito Especial de Saque como fomento a expansão econômica do país em suas implicações, industriais e comerciais: fortaleceu a negociação financeira entre Brasil-FMI, em investimentos, em áreas tradicionalmente estatizadas, imobilizadas, na sua relação com os mercados financeiros, alicerçando o crescimento econômico, que por sua vez, foi ajuizado em Títulos Públicos, garantidos e assegurados aos investidores na contraparte do Estado na captação e fomento de ativos financeiros.

Em seguida, no quarto capítulo, foram analisadas as relações Brasil-FMI ao longo do processo de reestruturação da dívida externa. A capacidade de legislar no FMI revelou nas negociações da securitização da dívida externa, condicionalidade, transparência, governança e vigilância internacional, como contra-abertura a retomada de crédito. Outrossim, viabilizou, também, os investimentos de títulos brasileiros, em negociações diretas, por autoridades, como pôde ser visto na Embaixada de Cingapura durante o Governo Lula. - A expansão de negócios realizados com títulos brasileiros acentuou o volume de créditos, a realização futura de gastos de consumo, o investimento presente e, sobretudo, a expansão dos empréstimos bancários com progressão de depósitos compulsórios junto ao Banco Central, instrumentos combinados da política monetária do Governo Lula, por desenvolvimento a médio prazo e de uma política mais agressiva a riscos a longo prazo.

Por outro lado, constatou-se que o processo de formulação da política externa financeira para o FMI ainda é substancialmente desprovida de embasamento estrutural. Considerando a relação entre a diplomacia e o Sistema Financeiro Internacional, obteve-se que, apesar das negociações financeiras produzidas para o desenvolvimento do Brasil, inexistem mecanismos de articulação e canais fluidos de participação além desses dois segmentos. O que evidencia que a prática diplomática brasileira em temas financeiros permanece restritiva, insular. O que, por conseqüência, compromete a participação mais ampla de setores e atores sociais, como é o caso do setor privado, que se mantém a margem dos processos negociadores.

Neste sentido, torna-se fundamental repensar o processo de formulação da política financeira para o FMI, e o Sistema Financeiro Internacional. Considerando tratar-se de uma política pública, não há sentido ou justificativa plausível para a exclusão ou limitação de atores sociais na construção da agenda externa do país. Em que pese haver temas nitidamente sensíveis (como os de segurança), não é possível sustentar a premissa de que a política externa seja uma dimensão estritamente estatal, portanto, passível de desenvolvimento diferenciado do conjunto das políticas desenvolvidas pelo Estado: saúde, economia, etc. Ainda que a participação de mais atores na formulação da agenda externa do país implique num processo mais conflitivo, é certo sustentar que sua pauta será, proporcionalmente, mais legítima.

Por fim, procurou-se destacar que o adensamento das relações Brasil-FMI passa diretamente pelo tema financeiro e pela negociação de finanças. Assim, que a política externa financeira, para manter coerência entre o discurso diplomático a manutenção de seu sentido estratégico, necessita definir os vetores capazes de articular os interesses nacionais às possibilidades e interesses definidos por demais investidores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDENUR, Roberto. **O tema de desenvolvimento na agenda internacional**. Revista Política Externa. Vol. 3 N°3 Dezembro-Janeiro-Fevereiro 1994-95.
- ABRUCIO, Luiz Fernando. **Os Barões da Federação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- ABREU, Alzira Alves de. **Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB**. Paris: Université René Descartes, 1975. 303f. Tese (doutorado). Université René Descartes.
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Momento de decisão: os anos 1970 e a mídia no Rio de Janeiro**. In: UM ESTADO em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro (orgs). Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmiento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- ABREU, Marcelo Paiva. **A ORDEM do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- ORICO, Oswaldo. **Confissões do exílio - JK**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- ALBUQUERQUE, J Guilhon (org). **Crescimento, Modernização Política Externa e Diplomacia para o Desenvolvimento**, vols 1 e 2 "Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990). São Paulo: Cultura Editores Associados – Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Usp, 1993.
- ALBUQUERQUE, J Guilhon. **Instituição e Poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1980.
- ALMEIDA, Lucio Flavio Rodrigues de Almeida. **Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. São Paulo: Editora UFSC, 2006.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Estudo das Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo: Editora Unimarco editora, 1999.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da Diplomacia Econômica do Brasil**.
-

São Paulo: Editora SENAC; Brasília: FUNAG, 2001.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: dos descobrimentos a globalização.** Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

ALVES, Henrique L. **Juscelino Kubitschek o construtor de Brasília.** Brasil, Editora Catedra, 1983.

ALEXANDER, Robert Jackson. **Juscelino Kubitschek and the development of Brazil.** Athens: Ohio Univ, 1991.

ARAÚJO, Braz José de. **A política externa no governo de Jânio Quadros.** In: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Org.) Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura – Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996, vol.1.

ARBILLA, José Maria. **A diplomacia das idéias: a política de renovação conceitual da política externa na Argentina e no Brasil (1989-1994).** Dissertação de Mestrado, Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1997.

ARBIX, Glauco. **Inovar ou Inovar.** São Paulo: Editora Papagaio, 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto de Almeida. **Formação Diplomática Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império.** São Paulo. Editora SENAC; Brasília; FUNAG, 2001.

ARON, Raymond. **Estudos Políticos.** Trad. De Sérgio Bath, 2.o. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações.** Trad. Sérgio Bath. Brasília. Editora Universidade de Brasília. Instituto de Pesquisa de relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial.** Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX.** São Paulo: Contraponto/Ed. da UNESP, 1996.

AKYÜZ, Ylmaz. **O debate sobre a arquitetura financeira internacional: reformando os reformadores.** São Paulo, Revista Política Externa: Paz e

Terra, 2001, Vol. 09 N°4.

BARROS NETO, Sebastião do Rego. **A Execução da Política Externa Brasileira**. Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1996.

BACHA, Edmar. **Recessão ou Crescimento: o FMI e o Banco Mundial na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 4. Ed.rev. e aum. São Paulo: Ática, 1990. 2 v. (Biblioteca básica).

BALEEIRO, Aliomar. **Uma Introdução à Ciência das Finanças**. F Rio de Janeiro: Editora Forense, 1978.

BANDEIRA, Moniz. **A Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Brasil. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2007.

BARBOSA, Francisco de Assis. **JK: revisão na política brasileira**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

BARROS NETO, Sebastião do Rego. **O Brasil e a Rússia**. In: FONSECA, Jr. Gelson. & CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. *Temas de política externa brasileira*. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1994, 2.v. BASTOS, Dr. A. C. Tavares. *Cartas do Solitário*. Rio de Janeiro: Editora, Harvard College Library, 1863.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

BATISTA, Paulo Nogueira. **A política externa de Collor: modernização ou retrocesso?** São Paulo, Revista Política Externa: Paz e Terra, 1993, Vol. 01 N°4.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. **Em Defesa de Critérios de Desempenho Indexados**. In. *A Tragédia do Plano Cruzado*. Folha de São Paulo, 1987.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. **O Brasil e a economia internacional: recuperação e defesa da autonomia nacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BATISTA JUNIOR. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. In: *Em Defesa do Interesse Nacional*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

BRAILLARD, Philippe. (org) **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa:

Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **O Brasil na Década de 1940: autoritarismo e democracia**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento documental**. São Paulo: T. Queiroz, 1991.

BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello. **O Senhor e o Unicórnio: a economia dos anos 80**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1984.

VIANNA, Sérgio Besserman. **O pós-Guerra (1945-1955)**. In: GIAMBIAGI, Fabio. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. São Paulo: Editora Elsevier, 2005.

BENEVIDES, Maria Vitória. **O governo Kubitschek: desenvolvimentismo econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Estudos brasileiros/Paz e Terra; 8).

BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BESOUCHET, Lidia. **Mauá e seu tempo**. São Paulo: Editora Anchieta, 1942.

BIELSCHOWISC, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BLUSTEIN, Paul. **Vexame: os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial**. Tradução Renato Bittencourt. – 2.o. ed – Rio de Janeiro: Record, 2002.

BOJUNGA, Cláudio. **JK: o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1994.

Borges de Macedo. **A Liberdade no Império**. São Paulo: Editora Convívio, 1977.

BORUERI, Rogério, SABOYA, Mauricio (orgs). **Aspectos do desenvolvimento fiscal**. Brasília, IPEA, 2007.

BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

BRUM, Argemiro Jacob. **O Brasil no FMI**. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1984.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia 1929-1989**. Tradução Nilo Odália – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

O BRASIL de JK / Org. Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2ª Ed, 2002.

CACHAPUZ, Antônio. **As operações com o FMI e a competência privativa do Senado Federal**. IN: O Brasil e os Acordos Econômicos Internacionais: perspectivas jurídicas e econômicas à luz dos acordos com o FMI. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

Coleção de Leis do Império do Brasil – 1871. Tomo I. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1587-28-junho-1869-552307-norma-pl.html>

CALLEO, David P. **Keynes and the 'Pax American'**. In: The End Of The Keynesian Era: essays on the disintegration of the Keynesian political economy. London: The Macmillan Press LTD, 1977.

CALÓGERAS, João Pandiá. **A Política Monetária do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.

CAMARGO, Aspásia de. **A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)**. In: HISTÓRIA Geral da Civilização Brasileira / Sob a direção de Boris Fausto. São Paulo: Difel, 1981. T.3. v.3.

CARMAGO, ASPÁSIA. **O Golpe Silencioso**. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1989.

CAMPOS, Lauro. **A crise da Ideologia Keynesiana**. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1980.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A Lanterna na Popa**. Rio de Janeiro. Editora Topbooks. 1994.

CAMPOS, Roberto. **Antologia do Bom Senso**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1996.

- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Ensaio Imprudentes**. Rio de Janeiro, Record, 1986.
- CARDOSO, Fernando Henrique. MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- CARDOSO, Eliana A. & FISHLOW, Albert. **Macroeconomia da Dívida Externa**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- CARONE, Edgar. **A Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro, Difel, 1976.
- CARONE, Edgar. **A Terceira República: 1937-1945**. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1976.
- CARRAZONI, André. **Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1939.
- CARRILHO, Maria. **Democracia e Defesa**. Lisboa: D. Quixote, 1994.
- CARVALHO, José Murilo. **Nação e Cidadania: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.
- CASAGRANDE, Elton Eustáquio. **As teorias keynesianas do investimento**. São Paulo: Editora UNESP Cultura Acadêmica, 2002.
- CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. **A Diplomacia da Revolução Brasileira**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1964.
- CASTRO, Paulo Rabello. **Macroeconomia Madrasta, Microeconomia Mirrada**. São Paulo: Fórum Gazeta Mercantil, 1983.
- CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **A Política Externa Brasileira 1822-1985**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: editora Ática, 1992.
- CERVO, Amado Luiz. **Os grandes eixos conceituais da política exterior do Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional, ano 41, número especial, "40 anos", 1998.
- CERVO, Luiz Amado. **O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais: Velhos e Novos Paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.
-

- CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.
- CHESNAIS, François. **Tobin or not Tobin**. São Paulo: UNESP, 1999.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo, Editora Moderna, 1999.
- CINTRA, Marcos. CARDIM, Carlos Henrique (orgs) **Seminário O Brasil e a Alca**. Câmara dos Deputados. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI/FUNAG) Brasília, 2002.
- CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- CORRÊA, Luiz Felipe Seixas. **Diplomacia e História: uma aliança estratégica para a integração Brasil-Argentina**. In: Brasil-Argentina: a visão do outro. Brasília: FUNAG, 2000.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- COSTA, José Luiz Machado e. **Balanço estratégico na América do Sul e o papel do Brasil na construção de uma visão sul-americana de defesa: condicionantes, singularidade e parâmetros**. São Paulo: Revista Política Externa: Paz e Terra, 1999. VOL.7, Nº4.
- COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 3. Ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: J. Olympio; EDUFF, 1986. V.6.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2003.
- CORBISIER, Roland. **JK e a luta pela presidência: campanha civilista**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.
- COSTA, Roberto Teixeira Da. **Mercado de Capitais: uma trajetória de 50 anos**. São Paulo: Editora Imprensa Oficial, 2007.
- COUTINHO, Luciano. **Pontos Mínimos para uma negociação Externa Soberana e Realista**. In. A Tragédia do Plano Cruzado. Folha de São Paulo, 1987.
- COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record, 2001. II. (Coleção Metrópole).
- CUNHA, Vasco Tristão Leitão. **Diplomacia em Alto Mar: Depoimento ao**
-

CPDOC. Entrevista Aspásia Camargo, Zairo Cheibub, Luciana Nóbrega e Silva, Letícia Pinheiro. – 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

D´ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas: 1951-1954.** São Paulo: Editora Ática, 1992.

DASGUPTA, Dipak. **The Role of Short-Term Debt in Recent Crises.** Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2000/12/dadush.htm>. Acesso em: 06 maio. 2011.

DANESE, Sérgio. **A diplomacia no processo de formação nacional do Brasil.** São Paulo, Revista Política Externa: Paz e Terra, 1999, Vol. 08 N°01.

DANTAS, Daniel Valente. **Indexação.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1987.

DANTAS, San Tiago. **Política externa independente.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DELFAUD, Pierre. **Keynes e o keynesianismo.** Portugal: Publicações Europa-América, LDA, 1977.

DEUTSCH, Karl. **Análise das relações internacionais.** Brasília. Editora UNB. 1982.

DILLARD, Dudley. **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1984.

DINIZ, Eli. **A Progressiva Subordinação das Oligarquias Regionais ao Governo Central.** In: Getúlio Vargas & a economia contemporânea. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

DOURADO, Autran. **Gaiola aberta: tempos de JK e Schmidt.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DOWBOR, Ladislau, IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo-Edgar A. **Desafios da Globalização.** 5.o. Ed, Petrópolis, Vozes, 2003.

DULCI, Otávio Soares. **UDN e o anti-populismo no Brasil.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986.

DUPAS, Gilberto. **O discurso hegemônico do livre mercado e a vulnerabilidade dos grandes países da periferia.** In: Seminário o Brasil e a Alca. Brasília: Câmara dos Deputados, Coodenação de Publicações: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

- DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
- DUROSELLE, J. **Europa de 1815 hasta nuestros dias – vida politica y relaciones internacionales**. México. Fondo de Cultura Economica. 1998.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império Perecerá**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.
- FARHI, Maryse. **O impacto dos ciclos de liquidez no Brasil: mercados financeiros, taxa de câmbio, preços e política monetária**. In: Política econômica em Foco. Boletim Semestral do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Economia do Instituto de Economia da Unicamp. Nov. 2005/Abr. 2006. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim7/Versao_Integral_7.pdf Acesso em: 9 jun. 2011.
- FARIA, Fernando Antonio. **Arquivo de Sombras: a privatização do Estado brasileiro nos anos iniciais da Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1996.
- FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias/ Aspásia Camargo e Walder de Goés**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. (Coleção Brasil Século XX).
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. EDUSP, 1994.
- FERNANDES, Santiago. **Ouro a relíquia bárbara: de Bretton Woods ao FMI no Rio**. Rio de Janeiro. Editora Fondo de Cultura Economica. 1967.
- FERREIRA, José Medeiros. **A Mudança de Regime e as Relações Internacionais**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. Imprensa e modernização dos anos 50: a reforma do Jornal do Brasil. Anuário Brasileiro da Pesquisa em Jornalismo. São Paulo, nº 2, 1993.
- FERREIRA, Oliveiros S. **A crise na política externa: autonomia ou Subordinação?** Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub Figueiredo. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. **Os militares e a Democracia**. Rio de Janeiro:
-

Editora Graal, 1980.

FILHO, Fernando P. de Mello Barreto. **Regras multilaterais para investimentos: tratamento nacional.** São Paulo, Revista Política Externa: Paz e Terra, 1996, Vol. 05 N°1.

FILHO, Luís, Viana. **O Governo Castelo Branco.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

FILHO, Silvério T. Baeta Zebral. **Notas acerca das políticas subjacentes aos programas de ajustamento apoiados pelo FMI: desafios, racionalidade e críticas.** In: O Brasil e os Acordos Econômicos Internacionais: perspectivas jurídicas e econômicas à luz dos acordos com o FMI. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

FIORATI, Jete Jane. **Dívida Externa e investimentos na América Latina: um paralelo entre as atribuições do FMI e da OMC.** In: O Brasil e os Acordos Econômicos Internacionais: perspectivas jurídicas e econômicas à luz dos acordos com o FMI. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. **As Partes & o Todo.** São Paulo: Editora Siciliano, 1995.

FONSECA Jr, Gelson. & BELLI, Benoni. **Novos desafios das Nações Unidas: prevenção de conflitos e agenda social.** Política Externa, vol. 10, jun./jul./ago. 2001.

FONSECA Jr., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: O Capitalismo em construção: 1906-1954.** São Paulo: Editora Brasilense, 1987.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Estudos e Discursos.** Digesto Econômico, São Paulo. Editora Comercial. 1961.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Problemas Políticos Brasileiros.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975.

FRANCO, Gustavo H.B. **O plano real e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1995.

FRIEDMAN, Milton. **A monetary history of the United States : 1867-1960.** New Jersey: National Bureau of Economics Research. Princeton University Press book, 1963.

- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Nona Edição. São Paulo, Editora Nacional, 1969.
- FURTADO, Celso. **Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional**. In: Política Externa, Vol.1, nº4, São Paulo: Paz e Terra/USP, 1993.
- GARCIA, Eugênio Vargas. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos 1493-2008**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2008.
- GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência Americana e Alemã no Estado Novo**. São Paulo: Editora Símbolo, 1977.
- GAULLE, Charles de. **Memórias de Esperança**. Rio de Janeiro, Editora MM, 1971.
- GIDDENS, Anthony. **O debate Global Sobre a Terceira Via**. 1. Ed São Paulo: UNESP, 2007.
- GREENSPAN, Alan. **A era da Turbulência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- GOES, Walder de. **O Brasil do General Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978.
- GONÇALVES, Williams da Silva. **O Campo Teórico das Relações Internacionais**. In: BRIGAGÃO, Clóvis (Org.). Estratégias de Negociação Internacional – Uma Visão Brasileira. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- GOLDENSTEIN, Lídia. **Da Heterodoxia ao FMI a política econômica de 1979 a 1982**. São Paulo. Mestrado, 1985.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- GUDIN, Eugenio. **Rumos de Política Econômica**. Relatório apresentado à Comissão de Planejamento Econômico sobre a Planificação da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, 1945.
- GUERRA, Jacinto. **JK triunfo e exílio, um estadista brasileiro em Portugal**. Brasília: Thesaurus, 1988.
- HADDAD, Eduardo. **Liberalização Comercial, Espaço e Desenvolvimento Regional**. In: Economia Brasileira: perspectivas do desenvolvimento. São Paulo: Editora Centro Acadêmico Visconde de Cairu – FEA-USP, 2005.
- HAYEK, Friedrich August Von. **O Caminho da Servidão**. São Paulo. Editora Globo, 1977.
-

- HELIODORO, Affonso. **JK exemplo e desafio**. Brasília: Thesaurus, 1991.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Será o fim da guerra fria um desastre para o Terceiro Mundo?** São Paulo: Revista Política Externa, Vol. 1 N°4, 1993.
- HIRST, Mônica; PINHEIRO, Letícia. A política exterior do Brasil em dois tempos. Revista Brasileira de Política internacional. Ano 38, nº 1, 1995.
- HIRST, Mônica. A política externa do segundo governo Vargas. IN: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (org). *Sessenta Anos de Política Externa. 1930-1990: Crescimento, modernização e política externa*. São Paulo, 1996. Cultura Editora Associados.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos – O breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Impérios – 1875-1914**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HOLLAND, Stuart. **Remodelando Bretton Woods**. In: *Política Externa*. Vol. 4. Editora Paz e Terra, 1996.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras.
- IANNI, Octávio; DOWBOR, Ladislau, e RESENDE, Paulo-Edgar A. **Desafios da Globalização**, 5.o. Ed, Petrópolis, Vozes, 2003.
- IANNI, Octavio. **Imperialismo e Cultura**. Petropolis, Vozes, 1976.
- INTERNATIONAL, MONETARY FUND. (series). *International financial statistics Supplement*. Periódicos. PUC-SP. 1981 até 1988.
- INTERNATIONAL, MONETARY FUND. (series). *World economic outlook International Monetary Fund*. Periódicos. PUC-SP. 1980 até 1990.
- INTERNATIONAL, MONETARY FUND. (series). *Occasional paper International Monetary Fund – FMI*. Periódicos. PUC-SP. 1981 até 1988.
- INTERNATIONAL, MONETARY FUND. (series). *Occasional paper International Monetary Fund – FMI*. Periódicos. PUC-SP. 1980 até 1987.
- INTERNATIONAL, MONETARY FUND. (series). *International financial statistics yearbook International Monetary Fund – FMI*. Periódicos. PUC-SP.
-

1979 até 1992.

INTERNATIONAL, MONETARY FUND. (series). Boletim del FMI Fondo Monetario Internacional. Periódicos. PUC-SP. 1972 até 1985.

INTERNATIONAL, MONETARY FUND. (series). World economic and financial surveys International Monetary Fund. Periódicos. PUC-SP. 1986 até 1987.

INTERNATIONAL, MONETARY FUND. (series). Estadísticas Financeiras Internacionales Anuario Fondo Monetario Internacional - FMI. Periódicos. PUC-SP. 1983 até 1997.

INTERNATIONAL, MONETARY FUND. (series). Estadísticas Financieras Internacionales Fondo Monetario Internacional – FMI. Periódicos. PUC-SP. 1981 até 1999.

INTERNATIONAL, MONETARY FUND. (series). Finanças & desenvolvimento Fundo Monetario Internacional - FMI, Banco Mundial - BIRD. Periódicos. PUC-SP. 1966 até 1998.

JAGUARIBE, Helio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

JAMES, William. **O Pragmatismo**. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

JENKINS, Lord Roy. **Roosevelt**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2005.

JUREMA, Abelardo de Araújo. **Juscelino & Jango: PSD & PTB**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1970.

KALECKI, Michal. **Teoria de la dinámica econômica: ensayo sobre los movimientos cíclicos y a largo plazo de la economía capitalista**. México, Fondo de Cultura Económica, 1995.

KAPUR, Devesh. **FMI: cura ou doença**. São Paulo, Revista Política Externa: Paz e Terra, 1998, Vol. 07 N°3.

KEYNES, John Maynard. **John Maynard Keynes**. Organizador Tamás Szmercsányi; tradução Miriam Moreira Leite. – 2. Ed São Paulo: Ática, 1984.

KISSINGER, Henry. **La Diplomacia**. México. Fondo de Cultura Económica, 1996.

KOTLER, P. **O Marketing das Nações**. São Paulo: Futura, 1997.

KRUGMAN, Paul. **A Desintegração Americana: EUA perdem o rumo no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

LACERDA, Carlos. **Depoimento/ Pref. de Ruy Mesquita**. org. do texto, notas

e seleção de documentos Claudio Lacerda. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. (Brasil Século 20).

LAFER, Celso. **The planning process and the political system in Brazil, a study of Kubitschek's target plan, 1956-1961**. Ithaca: Cornell University, 1970 Tese (doutorado). Cornell Univ. Faculty of Graduate School.

LAFER, Celso. **Novas dimensões da política externa brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.º 3, vol. 1, fevereiro de 1987.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAFER, Celso. **O Brasil e a crise mundial. Paz, poder e política externa**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

LAFER, Celso. **O sistema político brasileiro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LAMONIER, Bolívar (org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Diplomacia brasileira, palavras, contextos e razões**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

LAINO, Domingo. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Editora Global, 1979.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. **O Senado nos Anos finais do Império: 1870-1889**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.

LESSA, Antonio Carlos Moraes. **A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do nacional-desenvolvimentismo (1974-1979)**. Revista Brasileira de Política Internacional, ano 38, n.º 1, janeiro-junho de 1995.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Vértice Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro São Paulo: Vértice : Revista dos Tribunais, 1988.

LEVINE, Robert. M. **Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998.

LILLEY, Peter. **Two Critics of Keynes: Friedman and Hayek**. In: *The End Of The Keynesian Era: essays on the disintegration of the Keynesian political economy*. London: The Macmillan Press LTD, 1977.

LIMA, OLIVEIRA. **Cousas Diplomáticas**. Lisboa. A Editora. 1908.

- LIMA, OLIVEIRA. **Nos Estados Unidos**. Leipzig. F.A. Brockhaus. 1899.
- LIMOEIRO, Miriam Cardoso. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- LIRA, Heitor. **História de Dom Pedro II, 1825-1821**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- LOPES, Lucas. **Memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.
- LOTT, Henrique Teixeira. **Henrique Teixeira Lott (depoimento)**. Rio de Janeiro: CPDOC-Programa de História Oral, 1982.
- MALLAN, Pedro. **A Questão Externa**. In. A Tragédia do Plano Cruzado. Folha de São Paulo, 1987.
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- MARANHÃO, Ricardo. **O Estado e a política "populista" no Brasil (1954-1964)**. In: HISTÓRIA Geral da Civilização Brasileira / Sob a direção de Boris Fausto. São Paulo, Editora Difel, 1984. T.3. V.3.
- MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek**. 5. ed. São Paulo : Brasiliense , 1988. 105p. (Coleção tudo é história; 14).
- MARTINS, Carlos Estevam. **A evolução da política externa brasileira na década de 64/74**. Estudos do Cebrap, n.º 12, 3.º trimestre, 1975.
- MARTINS, Luciano. **A liberalização do regime autoritário no Brasil**. In: Transições do Regime Autoritário: América Latina. O´DONNELL, SCHMITTER & WHITEHEAD, orgs; (tradução de Adail U. Sobral e Ronaldo Lazarte; revisão técnica da tradução do inglês Walter Lellis Siqueira. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- MARTINS, Luciano. **A condição de “país emergente” no contexto das transformações globais**. São Paulo, Revista Política Externa: Paz e Terra, 1998, Vol. 07 Nº2.
- MENDES, Cândido Mendes. **Collor: anos luz, ano zero**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.
- MELLO, Evaldo Cabral. **O Norte Agrário e o Império: 1871-1889**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1999.
- MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Trad. De Ivone
-

- Jean. Brasília. Editora de Brasília, 1981. (Coleção Pensamento Político, 25);
- MILLET, Damien: TOUSSAINT, Éric. **50 perguntas respostas sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas, SP: Editora Papyrus, 1995 – (Coleção Estado e Política).
- MORAES, José. **Juscelino: o homem, a candidatura, a campanha**. [Belo Horizonte]: Imp. Oficial, 1955.
- MOREIRA, Marcílio Marques. **Diplomacia, Política e Finanças**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.
- MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Oswaldo Biato. - Brasília: Editora da Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.
- MOTTA, Marly Silva Da. **Rio de Janeiro: de cidade capital a Estado da Guanabara**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- MOURA, Gerson. **Sucessões e Ilusões**. Brasil. Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1991.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. **Negociações com os Bancos Credores – A Urgência na Redefinição de Objetivos**. In. A Tragédia do Plano Cruzado. Folha de São Paulo, 1987.
- NABUCO, Joaquim. **Um Estadista no Império**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.
- NAPOLEÃO, Aluizio. **Juscelino Kubitschek, audácia, energia, confiança**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- NETTO, Antonio Delfim. **Crônica do Debate Interditado**. Rio de Janeiro, Topbooks: 1998.
- NETTO, Antonio Delfim. **O problema do café no Brasil**. São Paulo, Publicado para o Instituto de Pesquisas Econômicas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.
- NOBREGA, Mailson Da. **Sistema financeiro: por que salvar; como não regular**. Disponível em: <http://www.mailsondanobrega.com.br/detalheArtigo.php?ParentID=138>. Acesso
-

em: 18 maio. 2011.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984.

OHMAE, Kenichi. **O Fim do Estado Nação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **De Geisel a Collor**. São Paulo: Editora Papyrus, 1994.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re (li) gião: SUDENE, NORDESTE, planejamento e conflito de classes**. 2. Ed. Rio. OLIVEIRA, Francisco. SUDENE. In: DICIONÁRIO Histórico – Biográfico Brasileiro Pós-30 / Coord. Geral Alzira Alves de Abreu e Israel Beloch; coordenação dos verbetes biográficos Sérgio Tadeu de Niemeye Lamarão; coordenação dos verbetes temáticos Fernando Lattman-Weltman. 2. Ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. V.5.

OLIVEIRA, Gesner. **Brasil-FMI: frustrações e perspectivas**. Ed. Bial. 1993.

OLIVEIRA, Gesner. **Brasil Real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio**. São Paulo: Editora Mandarim, 1996.

Oliveira, Jose Teixeira de. **O governo Dutra: algumas realizações diretrizes doutrinárias, um período de paz**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1956.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **A Marcha do Amanhecer**. 1962.

OLIVEIRA, Laércio Rodrigues de. **As repercussões do acordo com o FMI sobre os ajustes da economia brasileira**. IN: O Brasil e os Acordos Econômicos Internacionais: perspectivas jurídicas e econômicas à luz dos acordos com o FMI. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional da Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Os partidos políticos brasileiros: o Partido Social Democrático**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1973. p. irreg. Tese (mestrado) . Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Márcio. **Brasília, uma alegoria mítica da nação**. Teoria e Sociedade, Revista do Departamento de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte, p.215-238, jun.2001.

- QUADROS, Jânio. **A nova política externa do Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 4, n.º 16, outubro-dezembro de 1961.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PERDIA, Roberto Cirilo. **Plano Austral nova estratégia do FMI**. São Paulo. 1986.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política externa do Governo Sarney: a nova república diante do reordenamento internacional (1985-1990)**. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2003.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1983**. São Paulo. Brasiliense, 1994.
- PEREIRA, Luiz Bresser. **Pré-Requisitos Para a Reforma Monetária**. In: A Tragédia do Plano Cruzado. São Paulo: Editora Folha, 1987.
- PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. **O ideal republicano e seu papel histórico no segundo reinado: 1870-1889**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1983.
- PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira, 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.
- POMER, León. **Conflictos em la Cuenca Del Plata**. Buenos Aires, Editora Riesa, 1984.
- POPPER, Karl. **Conjecturas e Refutações**. Brasília. Editora UNB, 1973.
- PREBISCH, Raul. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.
- PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. Colab. Isabelle Stengers; trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1996.
- RAMOS, Plínio de Abreu. **O PSD mineiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993. 218p. (Coleção Reconquista do Brasil. 2º série; 174)
- RANGEL, Ignacio. **A Inflação Inercial e o Choque Heterodoxo**. In. A Tragédia do Plano Cruzado. Folha de São Paulo, 1987.
- RANGEL, Vicente Marotta. **Do conflito entre a Carta das Nações Unidas e os demais acordos internacionais**. São Paulo, 1954.
- RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean Batiste. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo. DIFEL, 1967.
-

RESENDE, Andre Lara. **Crise externa: avaliação do impasse neste momento.** In. A Tragédia do Plano Cruzado. Folha de São Paulo, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos.** São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

RIBEIRO, Dílson. **O repórter e o Estadista.** Brasília: Projecto Editorial, 2002.

RIBEIRO, Maria de Fátima. **Os acordos do FMI e seus reflexos no sistema tributário nacional.** IN: O Brasil e os Acordos Econômicos Internacionais: perspectivas jurídicas e econômicas à luz dos acordos com o FMI. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

RICUPERO, Rubens. **O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular.** IN. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (org). Sessenta Anos de Política Externa. 1930-1990. Crescimento, Modernização e Política Externa. São Paulo, 1996. Cultura Editora Associados.

RICUPERO, Rubens. **Diário de Bordo a Viagem Presidencial de Tancredo.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

RICUPERO, Rubens. **O Brasil e o Dilema da Globalização.** São Paulo: Editora Senac, 2001.

RIEDINGER, Edward Anthony. **Como se faz um Presidente: a campanha de J. K.** Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ROCKEFELLER, Nelson. **As Condições de Vida Nas América.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1969.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução e contra revolução.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1975, v. 5. A Política Internacional.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse Nacional e Política Externa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ROSA, Luiz Pinguelli. **Tecnociências e Humanidades: novos paradigmas, velhas questões.** São Paulo, Paz e Terra, 2005.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Rousseau e as Relações Internacionais.** Brasília, UNB, 2003.

ROTHBERG, Danilo. **O FMI sob ataque: recessão global e desigualdade entre as nações.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

S. Rose. **Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil/1930-1954.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

- ROUBINI, Nouriel. **Political Cycles and the Macroeconomy**. Massachusetts Institute of Technology, 1997.
- SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1985.
- SANTOS, Joaquim Ferreira dos. **Feliz 1958: o ano que não devia terminar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- SANTOS, Luís Cláudio Vilafañe G. **O Brasil entre a América e a Europa**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SARAIVA, José Flávio Sombra Saraiva. **Relações Internacionais Contemporâneas – da construção do mundo liberal à globalização (de 1815 aos nossos dias)**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- SARAIVA, José Flavio Sombra; CERVO, Amado Luiz. **O crescimento das Relações Internacionais do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) 2005.
- SEITENFUS, Ricardo. **Relações Internacionais**. Barueri, SP: Manole, 2004.
- SENNES, Ricardo. **Serviços Financeiros e internacionalização das empresas brasileiras: políticas públicas e estratégias privadas**. São Paulo: Aduaneiras, 2009.
- SERRA, José. IN: **Brasil-FMI: frustrações e perspectivas**. Prefácio. São Paulo. Editora Biental, 1993.
- SETTE, Lindenberg. **Diplomacia para o desenvolvimento**. IN. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (org). **Sessenta Anos de Política Externa. 1930-1990**. São Paulo, Cultura Editora Associados. 1996.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. Ed. rev e atual. São Paulo, 2007.
- SILVA, Adroaldo Moura da. **FMI X Brasil a armadilha da recessão**. São Paulo. Gazeta Mercantil. 1983.
- SILVA, Alexandra de Mello. **Desenvolvimento e multilateralismo: um estudo sobre a Operação Pan-Americana no contexto da política externa de JK**. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, v. 14, nº2, p.209-239, jul./dez. 1992.
- SILVA, Alexandra de Mello e. **Idéias e Política Externa: a atuação brasileira**
-

na Liga das Nações e na ONU. Revista Brasileira de Política Internacional, ano 41, n.º 2, 1998.

SILVA, Carlos Eduardo Lins Da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro.** São Paulo: Editora Summus, 1991. (Novas buscas em comunicação; v.39).

SILVA, Ricardo. **A ideologia do Estado Autoritário no Brasil.** São Paulo: Editora Argos, 2004.

SILVA, Roberto Luiz. **O Brasil e os Acordos Econômicos Internacionais: perspectivas jurídicas e econômicas à luz dos acordos com o FMI.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Brasil 2002.** Rio de Janeiro: APEC, 1978.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Ensaio Sobre Economia e Política Econômica.** Rio de Janeiro: APEC, 1971.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil (1500/1820).** São Paulo, Companhia Editora Nacional.

SKIDMORE, Thomas. **De Getúlio a Castelo.** 4º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo: 1964-1985.** São Paulo. Editora Paz e Terra. 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A verdade sobre o ISEB.** Rio de Janeiro: Avenir, 1978. (Coleção Depoimento; v.4).

SOUSA, Octavio Tarquínio. **História dos Fundadores do Império do Brasil.** Jose Olimpio. Rio de Janeiro, 1947.

SOUTO, Cíntia Vieira. **A Diplomacia do Interesse Nacional: a política externa do Governo Médici.** Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2003.

STERN, Nicholas. **Leveraging through the International Financial Institutions.** Disponível em:

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/gmr/2008/eng/gmr.pdf><http://www.imf.org/external/pubs/ft/gmr/2008/eng/gmr.pdf>. Acesso em: 06 maio. 2011

STUART, Ana Maria. **Política Externa e Democracia Argentina.** São Paulo, Revista Política Externa: Paz e Terra, 2001, Vol. 10 N°01.

STUMPF, André Gustavo & FILHO, Merval Pereira. **A segunda Guerra: a sucessão de Geisel.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnoille. **A retirada da Laguna: episódio da Guerra**

do Paraguay. São Paulo: Melhoramentos, 1928.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre Economia Brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

TAVARES, Maria da Conceição. **Além da estagnação: Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil.** IN SERRA, José. América latina: Ensaio de Interpretação Econômica. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1979.

THORSTENSEN. Vera. **OMC - Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais.** São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TOLEDO Caio Navarro de. **ISEB, fábrica de ideologias.** São Paulo: Editora Ática, 1977.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

TRAGTENBERG. Mauricio. **O Xá está Frio.** In: A falência da Política. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Conhecimento e Política.** Rio de Janeiro: Forense, 1978.

VAITSMAN, Maurício. **Quanto custou Brasília.** Rio de Janeiro: Ed. PS., 1968. (Coleção Livro- Verdade; 1)

VALE, Osvaldo Trigueiro do. **O General Dutra e a Redemocratização de 45.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **O Último Trem para Paris: de Getúlio a Sarney “milagres” choques e crises do Brasil moderno.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

VELLOSO, Raul. **Por que o Brasil não é um país de alto crescimento?** José Olímpio, São Paulo, 2006.

VIANA, Oliveira. **Problemas de Política Objetiva.** Companhia Editora Nacional. 2ed, 1947.

VIEIRA, R. A. AMARAL. **Crônica dos anos Geisel.** Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1987.

VIGEVANI, Tullio. **O contencioso Brasil X Estado Unidos da informática:**

uma análise sobre formulação da política exterior. - São Paulo: Editora Alfa Omega.

VIZENTINI, Paulo G. F. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964).** Petrópolis: Vozes, 1995.

VIZENTINI, Paulo G. F. **Relações Internacionais do Brasil: De Vargas e Lula.** São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do governo JK (1956-61).** In: **SESSENTA anos de política externa brasileira, 1930-1990 – crescimento, modernização e política externa / Org. José Augusto Guilhon Albuquerque.** São Paulo: USP, Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais, 1996. V.1
VUSKOVISC, Pedro. **O FMI e a crise econômica a América Latina.** Novos Estudos. CEBRAP. 1986.

WADE, Robert. **Fluxos de capitais: a briga que vem por aí.** São Paulo, Revista Política Externa: Paz e Terra, 1999, Vol. 07 N°04.

WILLIAMSON, John. **A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional.** Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2004.

ZAKARIA, Fareed. **O mundo Pós-Americano.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZILLER, Adelchi Leonello. **A marcha contra o golpe (a Campanha de Juscelino).** Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Fo., 1956.

ANEXOS

ANEXO A - Processo Anual, 1997, Maço/Negociações Brasil-FMI.

BRASEMB LONDRES/RECEBIDO EM:18/12/97
 11:31/NºOF01925A/SEDNET/QD BRAZEXT/INGBREM 181305
 OF01925A OS/DE BRASEMB LONDRES PARA EXTERIORES EM
 18/12/97/(CME-
 EGJ9D=K9)/CARAT=OSTENSIVO/PRIOR=NORMAL/DISTR=DPF/
 DAOC I/DAOC II/DE I/DESCR=EFIN/PARTE=PRIMEIRA/RTM-
 CORBREM, USABREM/FINANÇAS/CISE ASIÁTICA/CRÍTICAS AO
 FMI NA IMPRENSA
 BRITÂNICA/CONTINUAÇÃO/RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA
 PARA AS EMBAIXADAS EM SEUL E WASHINGTON

Resumo: Informo. O Debate sobre o FMI prosseguiu hoje no Financial Times com artigo de Stanley Fischer, segundo homem na direção do fundo, e editorial no qual o jornal questiona o acerto dos programas adotados na Ásia. Fischer defende o aperto fiscal e monetário, e a conseqüente desaceleração econômica, como indispensáveis para reverter uma situação de fuga de capitais e ampla depreciação cambial. Defende também a abertura do setor financeiro dos países da área como forma de encorajar o ingresso de novos recursos privados do exterior. O FT, por sua vez, considera que o aumento das taxas de juros provavelmente agravou o problema, sustenta a necessidade de maior transparência na concepção dos programas de ajuste e afirma que o FMI terá de explicar-se caso fracasse seu esforço na Ásia.

1925

51240HS - ADITEL 1902. Na seqüência do debate em torno dos programas do FMI em relação à Ásia, o Financial Times volta hoje a publicar dois interessantes textos, ambos encimados por títulos expressivos (a edição de

hoje do FT traz também um acara pela qual o Diretor do Departamento de Relações Externas do Fundo Shaliendra Anjaria reage especificamente ao artigo de Jeffrey Sachs resumido no Tel. de Referência).

2. No primeiro, "IMF - The Right Stuff", o economista Stanley Fisher, segundo homem na hierarquia do Fundo, rebate as críticas feitas ao organismo. Segundo ele, tais críticas (aos programas adotados na Ásia) podem ser agrupadas em três categorias gerais: A) Quanto à natureza "contracionista" dos programas., B) Quanto ao cronograma (demasiado acelerado, segundo os críticos) de abertura dos setores financeiros nacionais dos países afetados., C) Quanto ao emprego de recursos oficiais para resgatar empresas e bancos privados. Fischer aborda as duas primeiras, e afirma que a última merece tratamento à parte. Resumo, a seguir, de forma esquemática, os argumentos principais do artigo:

- Quando o FMI foi chamado a assistir Tailândia e Coréia, ambos tinham reservas seriamente debilitadas e enfrentavam grave crise de confiança - para corrigir a situação, era inevitável reduzir o ritmo de crescimento e isto é ainda mais verdadeiro em se tratando de casos de reestruturação financeira e não de estabilização macroeconômica.

- Em seus programas, o FMI precisa estimar uma taxa de crescimento., para a Coréia, previu expansão de 2,5 por cento a 3 por cento em 1998, e essa não é uma meta "contracionista".

-O aperto fiscal pedido pelo Fundo é apenas o necessário para cobrir os custos da reestruturação do setor financeiro e viabilizar um quadro sustentável no balanço de pagamentos.

-Tendo em vista que as linhas de financiamento externo "evaporaram" nos últimos meses, e que o afluxo de capital transformou-se em maciça saída êxodo de recursos, não era possível pensar em aumentar o endividamento governamental.

-A reversão desse quadro, por sua vez, exige taxas de juros mais elevadas, capazes de deter a fuga de capitais. Juros mais altos, por outro lado, geram dificuldades para os bancos, mas estes já estavam em crise antes do aperto monetário (e não por causa dele)

- outro argumento para juros mais altos é a depreciação cambial sofrida pelas moedas dos países asiáticos: Uma maior desvalorização agravaria a situação

das empresas com dívidas em moeda estrangeira e poderiam contribuir para uma crise sistêmica de alcance global.

- Quanto à abertura do setor financeiro, pareceria estranho que países necessitados de capital tomem providências para dificultar o ingresso de recursos privados externos.

- Uma das lições da crise é que a proteção ao setor financeiro é mais uma forma de protecionismo, com todas as implicações em termos de ineficiência de desempenho abaixo da média mundial daí decorrentes.

- Há muitas incertezas sobre como lidar com a situação na àsia Oriental. Os programas adotados pelo FMI diferem dos tradicionais especialmente por sua ênfase na reestruturação do setor financeiro. Mas o fundo sempre aprendeu com seus críticos, e continuaria a fazê-lo.

3. O Financial Times não se convenceu com as explicações de Stanley Fisher. Em editorial intitulado "The IMF and its critics" o jornal reconhece, porém, que o Fundo não é responsável quer pelo resgate de credores privados estrangeiros, pois este seria o desejo das grandes potências que dominam o organismo, quer pelo "excesso de poder" mencionado por certos críticos, já que tal poder seria o preço natural a pagar pela própria existência de um instrumento como o FMI. O FT comenta a afirmação de Fischer segundo a qual o aperto fiscal e monetário era necessário para "estabilizar a situação", mas recorda que, desde o anúncio dos respectivos pacotes, as moedas da Tailândia e da Coréia caíram mais de 30 por cento em relação ao dólar. Assim, na opinião do Financial Times, o FMI não conseguiu restaurar a confiança, provavelmente porque os juros mais altos agravam a enfermidade subjacente. O jornal discorda da ideia de que o Fundo não tenha uma missão a cumprir e de que devesse ser substituído por outros órgãos. Considera, no entanto, que é razoável pedir maior transparência dos programas e seus pressupostos. E conclui: "The IMF is Powerful. Its Programs in Ásia are not yet working. If they fail, the fund will have much to explain." Rubens Barbosa

- EEOOTT - PARÁFRASE AUTOMÁTICA (COMANDO DSTU)18/12/97 :35:20

BRASEMB WASHINGTON/RECEBIDO EM:18/12/97
07:34/NºOF02046A/PSL/QD BRAZEXT/USABREM 171925

OF01925 OS/DE BRASEMB WASHINGTON PARA EXTERIORES
EM 17/12/97/(JRST-
GEBF<GBA)/CARAT=OSTENSIVO/PRIOR=NORMAL/DISTR=DPF
D/DESCR=EFIN/FMI/EUA/PARTE=PRIMEIRA/RTM-CORBREM,
JAPBREM/CRISE FINANCEIRA/FMI/PARTICIPAÇÃO DOS EUA
NOS PACOTES DE AJUDA FINANCEIRA. DISCUSSÕES
INTERNAS

Resumo: Comenta as discussões entre o Executivo e o Legislativo norte-americanos sobre o comprometimento dos Estados Unidos nos esforços de solução da crise nos mercados financeiros internacionais.

A continuidade da crise financeira no sudeste asiático tem gerado, nos Estados Unidos, discussões entre o Executivo e o Legislativo sobre o alcance da participação norte-americana nos pacotes de ajuda financeira aos países dessa região, negociados sob a coordenação do Fundo Monetário Internacional. No debate, que tem tido repercussão significativa na imprensa doméstica e tem instituições formadoras de opinião, questionam-se desde a validade da ajuda norte-americana aos países em crise até a conveniência, do ponto de vista dos objetivos estratégicos nacionais, da contribuição dos EUA ao FMI passando pela discussão sobre a própria eficácia do Fundo.

2. A posição do Poder Executivo, expressa não só pelo Presidente Clinton, mas repetidamente enfatizada por autoridades da área econômica como o Presidente do Federal Reserve Alan Greenspan, o Treasury Secretary Robert Rubin e o Deputy Treasury Secretary Lawrence Summers, é de que a participação norte-americana nos pacotes de ajuda é fundamental para os interesses estratégicos do país, pois a manutenção da estabilidade do sistema financeiro internacional afasta o risco de contágio sobre a economia norte-americana resultante de uma ampliação da crise. Alan Greenspan, durante depoimento ao "House Banking Committee" do Congresso em novembro último, assim expressou o pensamento do Executivo com relação aos efeitos da crise asiática: "We all have strong concerns that the contagion that has occurred and the weakness that has occurred in the asian markets be stabilized

as quickly as possible because while this may be inevitable in a very dynamic financial system, nonetheless, these contagion problems slow down overall world economic growth, including our own, and as soon as we can get them resolved, the better. It's in everybody's interest, and especially the interest of the US, that this weakness in the asian economic and financial system be reversed as quickly as feasible".

3. A posição da área econômica do Executivo norte-americano - principalmente do FED - reconhecendo os riscos a que está exposto o país caso se alastre a instabilidade nos mercados financeiros asiáticos, tem sido a de evitar entrar no mérito político das discussões ocorridas no Congresso sobre a conveniência da ajuda financeira a concorrentes comerciais dos EUA e procurar agilizar as medidas que considera adequadas para conter a crise. Nessa estratégia de contenção, o FMI, qualificado por Lawrence Summers como "Primary vehicle of support for crises like this", e visto como desempenhando papel benéfico para os Estados Unidos na medida em que, como instituição multilateral, permite que seja compartilhada a carga da responsabilidade pelas condições de ajuste impostas pelos programas de ajuda. Como declarou Summers, 'We will continue as we have, since the Mexico crisis, to work to strengthen the IMF's capacity to respond through its emergency financing mechanism'. Em termos práticos, isto significa que o Executivo tem claro interesse em que o Congresso aprove a contribuição norte-americana de US\$ 3,5 bilhões ao "New Arrangement to Borrow" (NAB) para que, caso de necessidade, liquidez extra seja injetada no sistema financeiro internacional em condições livres de risco para os países prestadores.

4. Em meados de novembro último, entretanto, a liderança republicana no Congresso vinculou, no "Foreign Operations Bill", a aprovação da contribuição norte-americana ao NAB a um elenco de projetos sobre temas controversos como a liberação dos atrasados devidos às Nações Unidas, a reorganização do Departamento de Estado e contribuições norte-americanas a organismos internacionais envolvidos com apoio ao planejamento familiar e aborto. A barganha que os republicanos tentaram realizar ao sujeitas as contribuições ao FMI e à ONU à concordância da adoção de uma linguagem mais dura com relação ao aborto na "Foreign Operations Bill", levou o Executivo a retirar a iniciativa da pauta do Congresso. Essa atitude foi interpretada como

demonstrando ambiguidade da administração Clinton sobre a participação do país nos esforços de solução da crise. Assim que terminar o recesso parlamentar, no final de janeiro do próximo ano, o Executivo deverá voltar a solicitar a aprovação dos US\$ 3,5 bilhões ao NAB, bem como a liberação dos recursos para o aumento da quota dos EUA no Fundo. A conjunção do impacto da crise asiática como fato de que 1998 será um ano eleitoral, entretanto, tem suscitado opiniões de analistas no sentido de uma maior dificuldade para a aprovação dos recursos pelo Congresso, o qual deverá discutir extensivamente a questão da efetividade do FMI.

5. Os debates até agora havidos entre as autoridades da área econômica do governo e os membros do congresso revelam considerável desconhecimento, por parte destes, do custo real da participação dos Estados Unidos no Fundo. Apenas a título de ilustração, diante de pergunta de um congressista republicano, sobre quanto custaria anualmente aos "taxpayers" a contribuição norte-americana ao FMI o "Deputy Treasury Secretary" Summers teve que explicar que "The IMF has not cost american taxpayers one penny in the 50 years of its existence. It makes loans which, with a very small number of quite minor exceptions, have been repaid in full, and the exceptions are more than fully reserved against (...) We make a quota allocation to the IMF which scores at zero under our budget system because it is treated, in effect, as a risk-free loan". Essa, aliás, é a justificativa básica para a defesa, pelo FED e pelo tesouro, para que se aprove a contribuição ao NAB: Diante do quadro de que poderão ser mais recorrentes às necessidades de ajuda a países em crise financeira, as autoridades econômicas norte-americanas querem que o auxílio seja efetuado sob o guarda-chuva do FMI, cujas fortes condicionalidades asseguram risco zero aos empréstimos.

6. Quanto ao tema da eficácia do papel do Fundo na prevenção de crises financeiras, e na promoção da estabilidade monetária internacional, transparece, na ala conservadora do Congresso, a tendência a avaliar negativamente a atuação do FMI nos últimos anos, havendo opiniões favoráveis à retirada dos Estados Unidos dessa instituição. A representante mais radical do pensamento conservador norte-americano sobre o FMI e a

"Heritage Foundation", que tem divulgado ensaios, inclusive do Ex-Secretário do Tesouro William Simon, que advogam a extinção do Fundo e argumentam que a ajuda do FMI à Ásia será utilizada como "Bail Out" de países que adotam política econômica insatisfatórias. Como demonstram as discussões, a posição radical da "Heritage Foundation" encontra eco entre diversos congressistas.

7. Em resposta as críticas advindas do Congresso e de "Think Tanks" conservadores, o FED e o Tesouro enfatizam, por outro lado, o papel do Fundo na crise do México em 95, no esforço de estabilizar a economia da Rússia e na negociação dos pacotes com os países asiáticos, e contra-argumentam que é do interesse comercial dos EUA evitar desvalorizações e instabilidades monetárias.

8. A participação dos Estados Unidos nos esforços de solucionar as crises financeiras verificadas após 1995, portanto, tem sido iniciativa isolada do Executivo, o qual tem-se utilizado, para esse fim, dos recursos do "Exchange Stabilization Fund", que não dependem de aprovação do Congresso. O Estatuto que estabeleceu o ESF em 1933 autoriza o Secretário do Tesouro, com a aprovação do Presidente, a fornecer empréstimos a outros países, desde que obedecidas as obrigações dos EUA junto ao FMI no sentido da manutenção de um sistema monetário internacional estável. Os fundos do ESF, que totalizam US\$ 42 bilhões, foram a fonte do empréstimo de US\$ 12 bilhões para o México em 1995, e serão a das contribuições norte-americanas aos pacotes de ajuda negociados recentemente com os países asiáticos, incluindo a Coreia do Sul, na condição de "second line of defense", ou seja, após esgotados os recursos adiantados pelo FMI e outras instituições financeiras.

9. AS críticas do Congresso à utilização discricionária pelo executivo do "Exchange Stabilization Fund", a falta de consenso para aprovação da "foreign operations bill" antes do recesso parlamentar, a repercussão negativa na Coreia do Sul das pressões norte-americanas no estabelecimento das condicionalidades no pacote de ajuda coordenado pelo FMI (vide tel de referência) e a posição interna expressa pelas correntes mais conservadoras ao papel do Fundo na solução de crises financeiras formam um quadro no mínimo contraditório da atuação dos Estados Unidos nos esforços de estabilização financeira. A cisão entre o Executivo e o Legislativo deixam o

Presidente Clinton na desconfortável posição de anunciar publicamente que o "papel do FMI continua sendo central", mas ter que jogar a maior parte do encargo financeiro da ajuda sobre o Japão e as instituições internacionais, por falta de consenso para a aprovação do "Foreign Operations Bill".

10. Transmito a Vossa Excelência por fax a cópia de documento do Banco Mundial sobre as condições do pacote de ajuda à Coréia do Sul coordenado pelo FMI. Paulo Tarso.

BRASEMB LONDRES/RECEBIDO EM:16/12/97
 17:23/NºOF01902A/SEDNET/QD BRAZEXT/INGBREM 161857/
 OF01902A OS/DE BRASEMB LONDRES PARA EXTERIORES EM
 16/12/97/(JSR-
 IGDH>ID6)/CARAT=OSTENSIVO/PRIOR=NORMAL/DISTR=DPF/D
 AOC I/DAOC II/DE I/DESCR=EFIN/PARTE=PRIMEIRA/RTM-
 CORBREM, USABREM/FINANÇAS/CRISE ASIÁTICA/CRÍTICAS
 AO FMI NA IMPRENSA
 BRITÂNICA/CONTINUAÇÃO/RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA
 PARA AS EMBAIXADAS EM SEUL E WASHINGTON

Resumo: Informo. Ao longo da última semana, os conservadores Financial Times e The Economist trazem duras críticas ao desempenho do FMI na crise das economias do leste asiático. De modo geral, os autores das matérias opinam que o organismo estaria aplicando o remédio errado à situação - medidas de restrição da atividade econômica que caberiam num quadro tradicional de inflação de descontrole fiscal - e tal vez contribuindo até mesmo para agravar o problema, inclusive a falta de confiança por parte dos investidores internacionais. A Economist vai mais longe e ratifica suspeitas de ingerência excessiva dos EUA, e de que algumas das exigências feitas pelo FMI poderiam ter o objetivo de favorecer interesses americanos.

Não é mais preciso voltar atrás no tempo ou consultar economistas "de esquerda" para encontrar duras críticas ao Fundo Monetário Internacional., Basta abrir as páginas do Financial Times ou da revista The Economist. Na

semana passada, eloquentes matérias seguiram essa linha.

2. No dia 9, o importante articulista Martin Wolf, do FT, apontou três defeitos principais na atuação do organismo em relação à crise na Ásia: primeiro, ao impor um forte aperto na atividade econômica, o FMI corre o risco de abalar ainda mais a confiança do mercado, ao invés de restaurá-la., Segundo, ao insistir na abertura mais rápida dos influxos de capital, pode exacerbar a vulnerabilidade financeira dos países afetados., Terceiro, grandes operações de "salvamento" podem encorajar novas e maiores irresponsabilidades, sobretudo de parte dos emprestadores. Depois de afirmar que os países da Ásia Oriental não padecem dos males da imprevidência fiscal e da alta inflação, Wolf afirma que tratar de uma "deflação dívida" (seu diagnóstico da situação) como se fosse a velha doença do déficit fiscal/inflação é procedimento tão científico quanto as sangrias aplicadas no passado aos enfermos dos mais diversos tipos. Tratando especificamente do caso coreano, Wolf conclui de modo sombrio: Por mais doentes que estejam os bancos e empresas daquele país, logo estarão ainda pior(em função dos remédios prescritos pelo fundo).

3. Dois dias mais tarde, novamente no Financial Times, foi a vez de o hoje bem menos celebrado Jeffrey Sachs ir à carga. Segundo ele, chegou a hora de o mundo olhar seriamente para o FMI. Sachs define o organismo como uma entidade "small and secretive", que adota decisões capazes de afetar centenas de milhões de pessoas sem maior debate público ou mesmo diálogo com um universo mais amplo de economistas. A fim de evitar prejuízos para algumas dúzias de bancos internacionais, o FMI teria adotado um programa draconiano na Coreia, sem mesmo conhecer em maior profundidade as especificidades do país. Sachs menciona os elogios feitos pelo fundo, em seu relatório anual de 1997, à "Continued impressive macro-economic performance" da Coreia, e também, da Tailândia. E concorda com eles: Não há razões "fundamentais" para a calamidade financeira na Ásia, salvo o próprio pânico entre os investidores. Não haveria, portanto, motivo para os dolorosos programas de reajuste macroeconômico. Ao contrário, as medidas forçadas pelo FMI teriam intensificado ainda mais esse ambiente de pânico e levado os bancos coreanos para a beira do "default". Sachs considera que o FMI teria contribuída para resolver a crise, acalmando os mercados, se tivesse

destacado os aspectos positivos e não as fraquezas da economia da Coréia. Depois de criticar o desempenho do fundo também no caso da Rússia, Sachs chega a três conclusões: Primeiro, o FMI está investido de poder excessivo., Segundo, o "Board" do fundo deveria cumprir seu papel de supervisionar o secretariado, e não apenas referendar passivamente as propostas da burocracia., Terceiro, as operações do FMI deveriam ser dadas ao conhecimento do público e submetidas a debate mais amplo.

4. Em sua edição desta semana, a economicamente ortodoxa The Economist vai ainda mais longe e chega a dar razão aos críticos que vê o dedo dos EUA no programa imposto à Coréia: 'Some of the demands have Washington's fingerprints all over them'. A revista menciona medidas incluídas no pacote preparado pelo fundo - referentes à desregulamentação de importações e, especialmente, abertura do setor bancário - que integram com destaque a agenda das demandas dos EUA no relacionamento bilateral e interessariam diretamente a bancos e empresas americanos. Embora ressaltando que o envolvimento de Washington não chegou ao nível verificado no resgate do México, a matéria aponta David Lipton, funcionário do tesouro norte-americano, como canal de interlocução com o fundo no processo de negociação com as autoridades coreanas. Tal como Sachs, a revista menciona também o caso da Rússia, no qual, em sentido inverso (ao invés do excessivo rigor fiscal cobrado da Coréia, maior leniência para ajudar a posição do presidente Ieltsin), o FMI teria deixado que considerações de natureza política (o desejo dos EUA e do G-7) prevalecessem sobre critérios de cunho econômico. Em resumo, The Economist expressa sua concordância com as críticas que vem sendo feitas, sobretudo na Ásia, ao desempenho do Fundo: 'Bad policies, too much politics', justamente, segundo a revista, os males que o organismo deveria contribuir para curar. Rubens Barbosa

BRASEMB WASHINGTON/RECEBIDO EM:30/11/97
 08:23/NºOF01948A/IVO/QD BRAZEXT/USABREM 281925
 OF01948A/TEKA CO/DE BRASEMB WASHINGTON PARA
 EXTERIORES EM 28/11/97/(DML-
 CEH7B;17)/CARAT=CONFIDENCIAL/PRIOR=URGENTE/DISTR=D

PFD/DCS/DAOC

II/DESCR=EFIN/PARTE=PRIMEIRA/FINANÇAS/FMI/SITUAÇÃO

FINANCEIRA INTERNACIONAL.BRASIL.ALMOÇO COM O
DIRETOR-EXECUTIVO DO FMI.

Recomendo à atenção do Senhor Ministro de Estado

Resumo: Em encontro comigo, o Professor Alexandre Kafka, Diretor-Executivo do FMI, fez uma avaliação da situação financeira internacional e do Brasil. Dando continuidade aos encontros que regularmente mantenho com autoridades da comunidade financeira, almocei, hoje, dia 28, com o Professor Alexandre Kafka, Diretor-Executivo do FMI. Da conversa emergiram as seguintes observações, feitas pelo Diretor do Fundo, que me pareceram de interesse transmitir a Vossa Excelência:

(A) Na opinião do Diretor-Geral do Fundo, Michel Camdessus, com o amplo pacote de medidas econômicas adotadas, recentemente, pelo governo brasileiro, somado às medidas fiscais complementares desta semana, restabeleceu-se inteiramente a confiança no Brasil por parte de comunidade financeira internacional. As medidas, tomadas, "com presteza e determinação", pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram consideradas pelo senhor Camdessus como adequadas e suficientes.,

(B) No que se refere à crise financeira asiática, descreveu o professor Kafka a situação, a partir da seguinte classificação de países: Indonésia e Tailândia já teriam suas "crises resolvidas" uma vez que estão tomando as medidas necessárias com a ajuda da comunidade internacional. , China e Hong Kong estão reagindo, de maneira eficaz, à crise. Não solicitaram programa de ajuda ao Fundo, porém suas "imensas reservas" lhes dão bastante tranquilidade para superar suas dificuldades financeiras.,

(C) A Malásia constitui, na realidade, a maior preocupação do FMI, que considera a situação daquele país "um caso perigoso", pois se recusa a adotar as medidas necessárias para o saneamento de seu desequilíbrio fiscal,

(D) Quanto ao Japão, seu governo, que é "competente porém pouco corajoso", pode, na avaliação do Diretor-Executivo do Fundo, resolver sem grandes

dificuldades sua crise financeira. As elevadas reservas com as quais conta aquele país também lhe dão uma boa margem de conforto para proceder aos ajustes econômicos.

(E) Uma das origens da crise financeira está no excesso de créditos existentes nos mercados internacionais causada pela liberação de fluxos de capitais, sem controle adequado por parte das instituições financeiras. Tal avaliação não é, de resto, reconhecida pelo receituário tradicional do fundo, naturalmente favorável à liberação de capitais, conforme lembrou o Professor Kafta.,

(F) Outra causa da crise seria a pouca transparência demonstrada pelas autoridades monetárias, que relutam, muitas vezes, em publicar dados estatísticos sobre os movimentos de capitais. Este mesmo aspecto me havia sido referido pelo "Deputy" do Tesouro Lerry Summers em encontro recente que com ele mantive por ocasião da Assembléia Especial do BID para a eleição do Presidente Enrique Iglesias. Também apontou o Diretor-Executivo do Fundo, como causa da crise, a "falta de coragem política" dos governos, que hesitam em adotar as medidas necessárias no momento mais apropriado, pelo receio de desencadear desconfianças quanto à estabilidade do mercado.

(G) Não há, concluiu o alto funcionário do FMI, "Panacéia" para resolver as dificuldades financeiras. É preciso adotar "políticas cuidadosas" em matéria fiscal e de fluxos de crédito, "ainda que isto venha a custar uma situação recessiva".,

(H) O Professor Kafka teria sugerido, esta semana, ao Diretor-Geral Camdessus que submetesse à Diretoria do Fundo (países-membros) uma proposta de emissão pelo FMI de direitos especiais de saque sem contrapartida de aporte de capital de países-membros. Tal "moeda" serviria para injetar liquidez no mercado, cobrindo os desequilíbrios nos balanços de pagamento. Embora tivesse visto a sugestão com opositiva, Camdessus teria lembrado a provável objeção por parte de Europa e do Congresso norte-americano para a iniciativa., e

(I) Com respeito ao Brasil, em particular, reiterou o Professor Kafka que a "situação do país mudou muito, desde o pacote econômico e fiscal", adotado, de forma "espontânea e corajosa", antes que assumisse caráter emergencial. Notou, a propósito, que as medidas obtiveram apoio da população brasileira, que, graças ao êxito do plano real, já perdeu o hábito de conviver com altas

taxas de inflação. Esta mesma avaliação teria sido efetuada por missão técnica do Fundo que regressou, "bastante encorajada", do Brasil, no último fim de semana passado. Paulo Tarso

DELBRASONU/RECEBIDO EM:10/11/97/FJSF/QD
 BRAZEXT/ONUBRMS 101203 OF01817A OS/DE DELBRASONU
 PARA EXTERIORES EM 10/11/97/(LCCJ-
 GEBF<GB4)/CARAT=OSTENSIVO/PRIOR=NORMAL/DISTR=DPFD
 /DNU/DAOC II/DESCR=EFIUN/ONU/PARTE=PRIMEIRA/LII
 AGNU/SEGUNDA COMISSÃO/BRIEFING DO DIRETOR-GERAL
 DO FMI SOBRE A CRISE ASIÁTICA.

Resumo: Camdessus trata de forma positiva o tema da globalização financeira, e descreve as ações tomadas pelo FMI para prevenir e atuar em situações de emergência, como no caso da crise asiática. Enfatiza a importância de políticas macroeconômicas adequadas e o papel preventivo dos governos.

1817

20937

ADIFAX 1038. Informo. O Diretor-Geral do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, compareceu à II Comissão da AGNU para falar sobre "crise financeira asiática e oportunidade de globalização".

1. Em seu pronunciamento, Camdessus procurou destacar o sentido positivo da globalização financeira na aceleração do crescimento econômico mundial, distribuição mais eficaz de recursos no mundo e criação de novos empregos. Ao reconhecer os reflexos negativos da recente turbulência financeira asiática, naquela região e em outras partes do globo, argumentou, no entanto, que as perspectivas para o crescimento da economia mundial continuam bastante promissórias -- "The best in the las 30 years".

3. Quanto aos riscos da globalização e à ameaça de marginalização econômica os mesmos só podem ser afastados mediante a adoção de "sound macroeconomic policies" e fortalecimento dos mercados internos. Embora o FMI se encontre bem situado ("in good position") para acompanhar as políticas econômica dos países e exercer papel de supervisão (surveillance")

internacional sua ação é limitada no entanto pela própria soberania dos governos e pelo mandato atribuídos ao Fundo.

4. Camdessus referiu-se ao progresso na criação das "enhanced structural adjustment facilities" (ESAF), para alívio dos países mais endividados, e à proposta de emenda do acordo do Fundo para permitir "(...) a special one-time allocation of about 30 billion that would equalize all member's ratios of SDF allocations to quotas and would double the amount of SDRS allocated to date".

5. Camdessus citou, ainda, as iniciativas recentemente implementadas pelo FMI para reforçar o seu papel na prevenção e equacionamento de crises, como a colaboração com o Banco Mundial e bancos regionais na implementação de reformas de "segunda geração" nos países, e o aumento do capital de base do Fundo para US\$ 290 bilhões, com a ampliação das quotas nacionais e a introdução dos "New Arrangements to Borrow"(NAB) -- destinados à assistência financeira de emergência.

6. O Diretor-Geral do Fundo procurou também ilustrar a importância dos mecanismos de "surveillance" do FMI, inclusive o "Banco de disseminação de dados especiais (SDDB)" , para a prevenção de crises. A maior transparência de informações para o mercado, postulou, contribui para fortalecer a confiança do mercado na condução da política econômica interna.

7. No caso específico da crise asiática, Camdessus descreveu os esforços realizados pelo FMI para alertar as autoridades tailandesas a tempo sobre os riscos de colapso financeiro. Reconheceu que a economia tailandesa já vinha mostrando sinais de perda de competitividade e fragilidade financeira há vários meses, e afirmou que, se a crise demorou a manifestar-se na Tailândia, isso terá decorrido da pouca transparência no fluxo de informações macroeconômicas para o mercado.

8. Como lições positivas da crise asiática, procurou valorizar a relativa rapidez com que o FMI pode mobilizar vultosos empréstimos de emergência para a Tailândia (US\$ 17 bilhões) e para Indonésia (US\$ 23 bilhões), e destacou "the instant and outstanding demonstration of Asian Solidarity", bem com a disposição da ASEAN em examinar a implantação de mecanismos de "surveillance" macroeconômica sub-regionais, e a semelhantes àqueles em exame pelo G-7 e a APEC.

9. Respondendo à perguntas, o Diretor-Geral do FMI reiterou a disposição do

FMI em dialogar de forma construtiva com as Nações Unidas. Postulou que o Fundo estaria melhor preparado para atuar em situações de crise caso pudesse contar com melhores meios, mas recordou que o papel de supervisão bancária, por exemplo, cabe antes aos governos. Aduziu, por último, que o processo de liberalização da conta de capitais decidido na reunião de Hong Kong deve se conduzido de forma "prudente", e calcado em medidas voltadas para a promoção da estabilidade macroeconômica e fortalecimento dos mercados financeiros internos. Celso Amorim

CRHGKBRCG/26/07/97/06:57

DE CONSBRAS HONG KONG/PARA : EXTERIORES/MSG
OF00502A/26/09/97/06:49/MINUTA: NORMAL/DISTRIBUIÇÃO:
DPF/DCS/CASG/SPD/DESCRITOR:FIN/BRAS/EUA/CONFIDENCIA
L/CONFIDENCIAL/CONFIDENCIAL/SEDNET/COD DST:DPF/QD
BRAZEXT. HGKBRCG 260711 OF00502a TEKA CO/DE
CONSBRAS HONK KONG PARA EXTERIORES EM 26/09/97 (GL-
7082722)/CARAT=CONFIDENCIAL/PRIOR=NORMAL/DISTR=DPF/
DCS/CASG/SPD/DESCR=EFIN/BRAS/EUA/PARTE=PRIMEIRA/RT
M=USABREM/BRASIL-ESTADOS UNIDOS. ENCONTRO ENTRE O
MINISTRO DA FAZENDA PEDRO MALAN E O SUBSECRETÁRIO
DO TESOUREO LAWRENCE SUMMERS/RETRANSMISSÃO
AUTOMÁTICA PARA BRASEMB WASHINGTON

Resumo: Relata o encontro entre o Ministro Pedro Malan e o Sub-Secretário do Tesouro dos EUA, Lawrence Summers, à margem da reunião anual conjunta do FMI e do BIRD em Hong Kong.

502 61200. REFTEL 500. O Ministro Pedro Malan recebeu a visita, no última dia 22, a pedido da parte norte-americana, do Deputy-Secretary of the Treasury, Lawrence Summers, que esteve acompanhado do Assistant Secretary of the Teasury for International Affairs, David Litpon, e do Deputy Assistant Secretary for Asia, The Americas and Africa, Daniel Zelikow. Do lado brasileiro, estiveram presentes também os secretários de assuntos

internacionais dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, Ministro Marcos Caramuru e Conselheiro Roberto Jaguaribe.

2. De início, o Sub-Secretário afirmou reconhecer os avanços obtidos pela economia brasileira nos últimos anos, após a introdução do Plano Real, evidenciada hoje pelos baixos índices de inflação, reservas internacionais crescentes e aumento do PIB. Ressaltou, no entanto, que, de acordo com o que se comenta no mercado financeiro internacional, se há uma lista de países que poderiam sofrer ataques especulativos contra a sua moeda, o Brasil estaria incluído nela. Solicitou, então, informações sobre as medidas que o país vem tomando para reverter tal fato.

3. Na mesma linha de argumentação apresentada ao Sub-Secretário do Departamento de Estado, Stuart Eizenstat, durante encontro realizado anteriormente (vide tel de referência), o Ministro Malan listou as diferenças dos casos tailandês e brasileiro, inclusive no que se refere ao déficit no balanço de pagamentos: Os métodos de financiamento (concentração de recursos de curto prazo X médio e longo prazo), sua magnitude (8 por cento do PIB x 4,3 por cento do PIB) e sua duração (nos últimos 13 anos, a Tailândia apresentou déficits superiores a 6 por cento do PIB).

4. Diante da insistência de Summers em abordar o tema - ao dizer que no caso mexicano também havia entrada maciça de investimentos de médio e longo prazo e, nem assim, evitou-se a crise -, o Ministro Malan enfatizou as mudanças estruturais pelas quais vem passando a economia brasileira nos últimos anos. Afirmou, que, mesmo após a venda dos ativos do Estado por meio do Programa de Privatizações (cerca de USD 50 bilhões nos próximos três anos), o país terá condições de financiar seu déficit em conta corrente e reverter a atual tendência de crescimento do déficit no balanço de pagamentos. Lembrou que as privatizações têm-se concentrado em setores de infraestrutura, o que, em breve, irá refletir positivamente sobre a produtividade da economia e a competitividade das exportações.

5. Além disso, o governo vem trabalhando na direção de corrigir o elemento doméstico do déficit no BP, a saber, o desequilíbrio entre os níveis de investimento e de poupança interna. Informou que a recuperação (...?) poupança interna, ora em curso no Brasil, tem 2 componentes: O (aumento?) da poupança privada e a diminuição da despoupança do setor

público(?). Neste último caso, enumerou as iniciativas do governo que tem por objetivo o controle do déficit consolidado do setor: O Programa de Privatização, os acordos na área fiscal entre a União, Estados da Federação e as reformas do Estado e da Previdência que tramitam hoje no Congresso Nacional. Ademais, adiantou a que o governo vem preparando uma segunda geração de reformas, que incluirá a flexibilização da legislação trabalhista, a agilização dos processos judiciais e o fortalecimento do sistema financeiro.

6. Em seguida, o Sub-Secretário do Tesouro abordou o tema da (...?) tegração hemisférica, indagando sobre a posição do Mercosul com relação ao tema. O Ministro Malan afirmou que tal processo é inevitável, sobretudo em uma economia mundial cada vez mais globalizada e, ao mesmo tempo, de maior competição por novos mercados. Destacou porém, que o Brasil o Mercosul apenas como um passo para o estabelecimento de tal integração. Reafirmou o interesse dos países membros em fortalecer o mecanismo de integração Sub-Regional. Afirmou, porém, que o Brasil não considera que os dois processos sejam excludentes e incompatíveis. Quanto à questão do suposto desvio de comércio provocado pelo Mercosul, levantada por Summers, acrescentou que, apesar de um significativo aumento de seu comércio com os demais países membros do bloco, o Brasil continua apresentando uma composição bem diversificada de seu comércio exterior. Ademais, aumentou também o comércio do bloco como um todo com outras regiões do mundo.

7. Tal como Eizenstat no dia anterior, Summers referiu-se à visita do Presidente Clinton ao Brasil, e indagou sobre a possibilidade de assinatura de acordo para evitar a bitributação naquela ocasião. O Ministro da Fazenda repetiu sua opinião sobre o tema, salientando que, provavelmente, não haveria (haverá?) tempo suficiente para finalizar as conversações até o próximo mês. Houve, mais uma vez, consenso com relação à possibilidade de, durante a visita, ser anunciada, pelo menos, a intenção dos dois países em celebrar o acordo.

8. Finalmente, ao levantar o tema da recomposição dos recursos concessionais no âmbito do Banco Interamericano, o Sub-Secretário do Tesouro defendeu a proposta dos EUA, e solicitou o apoio do Brasil nas negociações que serão realizadas em breve. O Secretário Assistente Para Assuntos Internacionais, David Lipton, ressaltou a posição norte-americana a favor de que os recursos

em moeda local do FOE sejam destinados, exclusivamente, para os países prestatários de menor poder econômico relativo.

9. A esse respeito, o Conselheiro Jaguaribe lembrou que dentre todas as propostas apresentadas para a recomposição dos recursos concessionais do BID, somente a do GRULAC define claramente os custos que deverão assumir cada país membro. Nesse sentido, ressaltou que não há proposta sem custos, e que, no caso daquela apresentada pelos EUA, grande parte do Ônus recairia sobre os países prestatários. Lembrou que a maior parte das reservas locais em moeda local encontra-se em reais. Enfim, houve concordância sobre o fato de que Brasil, Argentina, Estados Unidos e México poderão resolver a questão em conversações conjuntas a serem realizadas em breve.

Azeredo Santos"

RECEBIDO EM: 26/09/97/08:33/OF00509A/SEDNET/QD
 BRAZEXT.HGKBRCG 260912 OF00509A OS
 DE CONSBRAS HONG KONG PARA EXTERIORES EM 26/09/97
 (GL=?B1<5C1)
 CARAT=OSTENSIVO/PRIOR=NORMAL/DISTR=DPF/DESCR=EFIN
 /FMI/BIRD/PARTE=PRIMEIRA/REUNIÃO ANUAL FMI/BIRD.
 COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO. COMUNICADO
 FINAL/RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA BRASEMB
 WASHINGTON

Transmito: "509 61825. O Comitê de Desenvolvimento (Comitê Ministerial Conjunto da Assembléia de Governadores do Banco e do Fundo sobre a Transferência de Recursos reais para os países em desenvolvimento) reuniu-se em 22 de setembro, em Hong Kong, para discutir e aprovar o comunicado final (segue por fax) à Assembléia de Governadores, bem com debater demais questões de interesse dos governadores. O Brasil esteve representado por Pedro Malan, que em seu discurso enfatizou posição da Constituency da qual o Brasil é parte nos seguintes temas: Necessidade de aumento de capital da MIGA (Multilateral Investment Guarantee Agency) facilitação do investimento privado

em infra-estrutura e combate à corrupção e melhoria dos padrões de gestão governamental (Governance).

2. No que se refere à necessidade de aumento do capital da MIGA, da qual o Brasil é um dos principais beneficiários, o comunicado final acolhe o consenso obtido no board de um aumento do capital em US 1 bilhão, sendo US 150 milhões em doação do BIRD, US 150 milhões em capital paid-in e US 700 milhões em capital exigível. Espera-se acordo final sobre o assunto até a próxima reunião do Comitê de Desenvolvimento, em abril de 1998, o que garantiram o funcionamento da MIGA para o médio e longo prazos. A principal resistência para o consenso obtido adveio dos Estados Unidos, que lograram, em contrapartida, incluir no comunicado a menção à necessidade de reach clear understandings on core policy issues as soon as possible. O principal objetivo dessa formulação é instituir inspection pannel para os recursos aprovados pela MIGA, o que significa condicionar os projetos aprovados a exigências adicionais, ao exemplo de critérios ambientais. De qualquer forma, logrou-se evitar a menção explícita no comunicado a novas condicionalidades.

3. Quanto à questão do incentivo à maior participação do setor privado no financiamento de investimentos em infra-estrutura, o comunicado apóia a implementação do programa de ação sobre o assunto, mas enfatiza a necessidade de contínuo financiamento do banco, não só devido à baixa participação do setor privado em infra-estrutura nos países em desenvolvimento (15 por cento do total dos investimentos), mas também pela importância do Banco no que se refere à disseminação de informações e provisão de serviços de consultoria. A principal preocupação brasileira em relação à iniciativa é evitar que o programa de ação a ser implementado compreenda contragarantias do setor público para projetos a serem realizados pelo setor privado, o que se considera contraditório em relação à proposta de gradual diminuição da participação do setor público no setor. No que tange à questão do combate à corrupção e da melhoria da gestão governamental (governance), o comunicado mais uma vez expressa a necessidade de incrementar o envolvimento do Banco Mundial e do FMI nessas questões, embora fique claro que a responsabilidade primária sobre o assunto, bem como a iniciativa de requerer ajuda, compete aos países membros isoladamente. O texto do comunicado se encontra em consonância com as posições defendidas

na constituency brasileira e atende à preocupação de se levar em conta essas questões nos empréstimos e decisões do banco comenta quando elas afetarem significativamente um projeto ou a atividade econômica do país. Ainda no que se refere à questão da corrupção, o Ministro Malan, durante almoço do Comitê de Desenvolvimento, fez discurso em que defendeu a criminalização da propina internacional, a eliminação da dedutibilidade de propinas para efeitos de pagamento de impostos, a instituição de regras que proibam a utilização dos paraísos fiscais com vistas à evasão de impostos e previnam a utilização abusiva das legislações sobre sigilo bancário. A esse respeito, o Ministro sugeriu a instituição de um prazo máximo para que os países aprovelem legislações de criminalização da propina, após o qual aqueles países que não tenham modificado suas legislações devem ser proibidos de participar de licitações para projetos do Banco.

5. Outra questão abordada no comunicado final foi a implementação da iniciativa HIPC. Encorajaram-se os credores bilaterais e as instituições multilaterais de desenvolvimento a proverem recursos adicionais para o financiamento da iniciativa, mantendo o princípio do Burden Sharing. No que concerne à contribuição do Banco Africano de Desenvolvimento para a iniciativa, notou-se expressamente a necessidade de recursos adicionais. O entendimento da constituency da qual é membro o Brasil é de que deve ser evitada a utilização de recursos do Banco Mundial para financiar o BAD. Finalmente, houve menção no comunicado à

CRHGKBRCG/26/09/97/07:00/DE:CONSBRAS HONG
 KONG/PARA: EXTERIORES/MSG
 OF0503A/26/09/97/06:51/MINUTA: NORMAL/ DISTRIBUIÇÃO:
 DPF/DCS/SPD/DESCRITOR:
 EFIN/FMI/BIRD/CONFIDENCIAL/CONFIDENCIAL/CONFIDENCIAL/
 SEDNET COD DST:DPF/QD BRAZEXT/HGKBRCG 260711
 OF00503A TEKA CO
 DE COMBRAS HONG KONG PARA EXTERIORES EM 26/06/97
 (GL-6981711)
 CARAT=CONFIDENCIAL/PRIOR=NORMAL/DISTR=DPF/DCS/SPD/
 DESCR= EFIN/FMI/BIRD/PARTE=PRIMEIRA/RTM=USABREM

//POLÍTICA FINANCEIRA.REUNIÃO ANUAL CONJUNTA DO FMI E BIRD. BALANÇO.//RETRANSMISSÃO AUTOMÁTICA PARA BRASEMB WASHINGTON./TRANSMITO:"RESUMO: RELATA SOBRE OS PRINCIPAIS PONTOS DA REUNIÃO CONJUNTA DO FMI E DO BIRD, E FAZ UM BALANÇO DOS RESULTADOS OBTIDOS PARA O PAÍS.

503 61230. ADITEL 499. A reunião conjunta das organizações de Bretton Woods este ano foi marcada por um grande simbolismo: O fato de ter sido realizada logo após a devolução de Hong Kong à soberania da China. As reflexões sobre a soma do dinamismo financeiro-comercial do território ao vigor e ímpeto de crescimento da economia do continente dominaram boa parte dos debates paralelos à conferência. As atenções foram também voltadas, em ampla escala, para as discussões sobre as recentes conturbações nos mercados cambiais asiáticos.

2. Quanto aos temas das reuniões oficiais, para uns - neste momento histórico de início da experiência chinesa de "um país, dois sistemas", e, ao mesmo tempo, de exaustivas análises sobre as causas e as consequências do "turmoil" cambial que se abateu recentemente sobre vários países da Ásia - não poderia ser mais oportuna a introdução das discussões em torno da questão da liberalização da conta de capital, paralelamente ao seguimento das negociações sobre a abertura do setor financeiro no âmbito da OMC. Para outros, apesar da grande liquidez da economia mundial atualmente, a ideia fundamental continua sendo a de garantir a dotação das duas instituições com os recursos e os mecanismos necessários para que estas promovam seus objetivos tradicionais de ajuste das contas externas (FMI) e de incentivo ao desenvolvimento de seus países membros (BIRD).

3. Com referência à liberalização dos fluxos de capital, destacaram-se as posições muito próximas dos países de economias emergentes à respeito da graduação e da adaptação do processo, de acordo com as realidades de cada país em particular, e a necessidade de os governos manterem seu direito de introduzir medidas que regulem a entrada de capital volátil de curto prazo para efeitos de controle de política macroeconômica. Para aqueles favoráveis a uma maior velocidade ao desenvolvimento da questão, apesar da convergência com

relação ao princípio, faltou consenso no que diz respeito a como deslançar o processo sem que haja riscos para as economias envolvidas bem como para o sistema financeiro internacional como um todo. O único ponto relevante em comum, que gerou uma decisão a favor, foi a ideia de que a jurisdição a ser obtida pelo Fundo para tratar do tema, com a emenda aos seus artigos, não incluirá os investimentos diretos estrangeiros.

4. No que concerne à capacidade das duas instituições de exercerem as duas funções, foram de significativa importância às decisões tomadas em Hong Kong sobre o aumento das quotas e da dotação de direitos especiais de saque (DES), que aumentarão significativamente a liquidez do fundo, posição há muito defendida pelo Brasil. A pequena queda da participação do país na distribuição das quotas (de 1,5 por cento para 1,45) será mais do que compensada com os benefícios da maior capitalização da instituição, que permitirá, por exemplo, que as intervenções do Fundo em momentos de crise, como o da Tailândia, sejam mais rápidas e consistentes, evitando-se, assim, maiores danos para a economia mundial, em geral, e para a economia dos países diretamente afetados, em particular.

5. Vale notar que, nas conversas paralelas às reuniões oficiais, foi aventada a ideia e criação de mecanismos regionais de proteção contra crises, uma espécie de Fundo Regional e de "Regional Surveillance", que contribuiriam com o FMI na prevenção e no encaminhamento de soluções, incluindo a alocação de recursos, em momentos de conturbação econômica em uma determinada região, de modo a permitir a recuperação mais rápida do país afetado por uma crise e a evitar que os efeitos adversos da mesma se alastrem pelas economias vizinhas. A ideia foi baseada na atuação recente de países asiáticos que financiaram com vultosos recursos, juntamente com o fundo, o pacto financeiro de ajuda à Tailândia.

6. Em conversas informais reservadas, Brasil e Estados Unidos manifestaram-se pouco entusiasmados com a ideia no caso da América Latina, em razão das dificuldades referentes à tomada de decisões dentro de um tal mecanismo financeiro, e baseados no fato de que cabe ao FMI o papel de auxiliar países em momentos de crise, sendo que, justamente, para aprimorar esta função foi decidido o aumento dos DES no âmbito da instituição. Não se manifestaram contrários, no entanto, nos casos em que outras regiões decidam-se por

desenvolver a idéia de apoio regional.

7. Outro ponto relevante da reunião, foi o tratamento dos temas, no âmbito do Comitê de Desenvolvimento, de combate à corrupção e de melhoria da governabilidade. Houve consenso quanto ao fato de que, por trás destes dois temas, está a questão maior da eficiência do setor público. Com relação a este ponto da agenda, destacou-se a posição do Brasil que defendeu uma postura pró-ativa por parte do FMI e do BIRD (como o cancelamento na participação de projetos ou de concorrências internacionais) nos casos em que a corrupção é conduzida pela ação de empresas transnacionais, estimuladas por seus governos de origem que oferecem incentivos tributários para pagamentos de propinas para fins de ganhos de concorrência.

8. Por tudo aquilo relatado nos parágrafos anteriores, a avaliação realizada por parte das autoridades brasileiras presentes ao encontro é a de que os resultados da reunião foram, em geral, positivos para o Brasil. As posições defendidas pelo país nos diversos temas da agenda foram refletidas nas decisões e nos comunicados dos Comitês, ao mesmo tempo em que foram aproveitadas as oportunidades surgidas para divulgar informações precisas e recentes sobre a realidade da economia brasileira, de modo a conter as especulações em torno da possibilidade de ataques externos contra a moeda nacional, motivadas pelas supostas ineficiências das políticas macroeconômicas adotadas ou pela inoperância das autoridades governamentais.

9. Nesse sentido, vale ressaltar a manutenção do grande interesse dos investidores e das instituições financeiras internacionais pelo Brasil, evidenciado pelo grande número de audiências paralelas solicitadas por representantes daqueles grupos a diferentes autoridades do Ministério da Fazenda e do Banco Central presentes ao evento oficial. Na ocasião, foram feitas ofertas para o lançamento de títulos do governo brasileiro no mercado externo, bem como foram solicitadas informações sobre a possibilidade de investimentos e participações diretas na economia brasileira, o que demonstra o crescente interesse que o país vem exercendo no capital externo.

10. De fato, em diferentes conversas com representantes do setor financeiro privado brasileiro (Banco Icatu e Banco Safra) e de instituições relacionadas à questão de investimentos externos no país (Andima e Brazilian-American

Chamber of Commerce) fui informado de que continua intensa a entrada de recursos de curto de longo prazo. Vale destacar que, imediatamente após a crise tailadesa, as reservas internacionais do Brasil aumentaram em USD 2 bilhões. As expectativas são de que a tendência de entrada crescente de capital externo continue ao longo do próximo ano.

11. Enfim, mais importante para o país no momento é o fato de que o setor privado externo tem dado grandes provas de confiança na continuação da estabilidade monetária e cambial, bem como na manutenção de taxas de crescimento econômico sustentável do país. Para isso, tem sido fundamental a consistência e a transparência da política macroeconômica que vem sendo adotada pelo governo, baseada nos princípios de política monetária restritiva, política cambial flexível, abertura ao comércio exterior e contenção e redução do déficit público consolidado.

Azeredo Santos

OTUSABREM/18/07/97/13:44/DE EXTERIORES/DPF/ PARA:
 BRASEMB WASHINGTON/MSG
 OF01181A/18/07/97/13:43/MINUTA:ASANOO35.DEP
 URGENTE/DISTRIBUIÇÃO: DMC/DAM I/DESCRITOR: EFIN
 ARGT/OSTENSIVO/OSTENSIVO/OSTENSIVO/ DE EXTERIORES
 PARA BRASEMB WASHINGTON EM 18/07/97 (ASAN-
 7587777)/COD DST: DPF/EFIN ARGT/OSTENSIVO
 URGENTE/DPF/DMC/DAMI//ARGENTINA. VISITA DE ROQUE
 FERANCEZ AOS EUA. ACORDO COM O FMI.//01181 61343

Retransmito a seguir, para conhecimento de Vossa Excelência, teor do Tel Nr. 839 recebido da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, em 17/07/97. "Resumo" Em sua visita aos EUA, o Ministro Roque Fernandez manteve contatos em Washington com autoridades do Tesouro e do FMI. Afirmou que até o final de setembro próximo estará praticamente definido o acordo "extended fund facilities" (EFE0 com o FMI para o período 1998-2000, assentado sobre três reformas básicas: A) Reforma trabalhista. B) Criação de um foro financeiro federal., e C) Reforma da Justiça. Minimizou preocupações

com a situação econômica brasileira, mas disse que a Argentina está preparada para enfrentar qualquer dificuldade, prevendo, neste caso, queda do PIB entre 1 e 2 pontos percentuais, cuja importância relativizou. O Ministro Roque Fernandez, em sua visita a Washington, confirmou que o acordo "extended fund facilities" (EFE) para o período 1998-2000, em negociação com o FMI, deverá estar praticamente definido até a próxima Assembléia Anual Conjunta do FMI-Banco Mundial, no final de setembro vindouro.

2. O acordo pressupõe, segundo o Ministro, a implementação de três reformas básicas:

A) Reforma trabalhista: A base seria o projeto enviado pelo executivo ao Congresso, o qual atenderia a cerca de 75 por cento das aspirações do governo. O restante compreende as negociações coletivas em nível de empresas e uma completa desregulamentação do setor de saúde, a fim de que as obras sociais sindicais enfrentem concorrência não só de suas congêneres mas também de empresas privadas na área de saúde., As outras duas reformas são no âmbito da Justiça e compreendem:

8) Criação de um foro financeiro federal., E

C) Reforma da Justiça: Estabelecimento do Conselho de Magistratura, sobre o qual já existem dois projetos de lei, um do Senado e um da Câmara dos Deputados.

3. Ainda em relação ao FMI, repercutiu nesta capital a notícia segundo a qual a Argentina estaria negociando e poderia ser o primeiro país a receber do FMI um empréstimo para a otimização de seu sistema político institucional, ou, como se denomina, "evidências de bom governo" ("good governance"). Referem-se aos gastos aplicados em saúde, educação, reforma tributária, do judiciário, reforço do direito de propriedade e transparência nos atos administrativos, nos três poderes.

4. A concordância do fundo em negociar com a Argentina tal tipo de empréstimo será certamente decorrência do sucesso argentino quanto ao controle da inflação e em obter o mais alto crescimento do PIB na América Latina no corrente ano, estimado em até 8 por cento. A Argentina, ademais, cumpriu todas as metas quantitativas acordadas com o FMI correspondentes ao primeiro semestre de 1997.

5. Segundo transpirou, nos encontros com Alan Greenspan, Robert Rubin e Lawrence Summers, Roque Fernandez procurou desdramatizar eventuais preocupações do governo argentino com hipotéticas dificuldades da economia brasileira.

6. A visita de Fernandez aos EUA permitiu concluir que a Argentina não deverá enfrentar pelos próximos dois a três anos dificuldades para obter créditos no exterior. O Ministro ouviu, contudo, a advertência do Secretário do Tesouro e de Summers no sentido de que o país deve estar preparado para eventual mudança do atual cenário de hiperliquidez internacional.

7. Dentre as metas a cumprir pela Argentina, duas ficaram absolutamente claras: A redução gradual da magnitude do déficit fiscal e a diminuição da relação entre dívida e PIB, no presente, próxima a 33 por cento.

8. O Ministro Fernandez descartou a possibilidade de a Argentina efetuar no momento uma operação de recompra da dívida externa como a realizada pelo Brasil e pelo México. Conforme adiantou o Secretário da Fazenda, Pablo Guidotti, a única razão pela qual a Argentina faria tal operação seria obter menores taxas de juros. Disse que a Argentina não necessita recomprar dívida para emitir bonos de longo prazo porque o país já emitiu bonos a vinte anos (em dólares e em marcos) e a trinta anos (em marcos).

9. Os vencimentos da dívida externa, que esta ano absorverão entre amortizações e juros cerca de US\$ 17,5 bilhões (valor que em 1998 ascenderá a US\$ 18 bilhões e em 1999 subirá ainda mais, atingindo a elevada cifra de US\$ 20 bilhões), constituem um importante desafio para a equipe econômica, que até agora tem se beneficiado das condições favoráveis do mercado financeiro internacional, valendo notar que a entrada de capitais na Argentina está próxima do nível recorde, desde a conversibilidade.

Seixas

Correa"

Exteriores

RTNIGBREM/16/05/97/11:29/DE EXTERIORES/DPF/PARA BRASEMB
MANAGUA

MSN

OF00153A/16/05/97/11:29/MINUTA/ESA0537/TEL

URGENTÍSSIMO/DISTRIBUIÇÃO=DCS/DESCRITOR: EFIN BRAS FMI
BIRD/RESERVADO/RESERVADO/RESERVADO/DE EXTERIORES PARA

BRASEMB MANÁGUA EM 16/05/97 (ESA- 7486766)/DOC DST: DPF/EFIN, BRAS FMI BIRD/RESERVADO URGENTÍSSIMO/DPF/DCS/FINANÇAS. ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS. DÍVIDA EXTERNA DOS PAÍSES POBRES INICIATIVA HIPCS/00153 61127/REFTEL 183. A "iniciativa em favor dos países pobres altamente endividados" ou "Heavily Indebter Poor Countries" (HIPCS) foi lançada em setembro de 1996, por ocasião da Assembléia Anual Conjunta do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, concretizando propostas que vinham sendo debatidas há mais de um ano no seio dessas instituições e do G-7.

2. A iniciativa HIPCS marca uma mudança radical nas políticas das Instituições Financeiras Internacionais (IFI) sem relação à questão da redução da dívida dos países pobres. Até então, as IFIS eram consideradas credores preferenciais. Não admitindo a reprogramação ou o perdão de seus créditos, apesar das decisões dos credores oficiais bilaterais no âmbito do Clube de Paris. A estratégia "fragmentada" da comunidade internacional em relação à dívida dos HIPCS demonstrou-se inadequada, na medida em que as instituições multilaterais começaram a responder por uma crescente parcela da dívida desses países, o que dificultava as suas ações no combate à pobreza e prejudicava a própria situação financeira das IFIS.

3. A iniciativa deverá envolver o cancelamento de grande parte da dívida de cerca de 20 países. Em sua maioria da África Sub-Saariana e da América Latina (Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua) os quais são elegíveis para a tomada de recursos em bases concessionais, nas IFIS (AID e FOE-BID). O objetivo principal da iniciativa é garantir que os países elegíveis cheguem a um nível sustentável de suas divisas, espelhado na redução da relação estoque da dívida/exportações para algo em torno de 200 a 250 por cento e da razão serviço da dívida para entre 20 e 25 por cento.

4. Os países elegíveis deverão obedecer às seguintes condições: 1) Ter pelo menos três anos de experiência na aplicação de um programa ESAF ("Enhanced Structural Adjustment Facility") ou de outro programa de ajuste estrutural análogo no âmbito do FMI. Ser elegível, no âmbito do Clube de Paris, para o menor de Nápoles, que prevê escalonamento e redução de até 67 por cento da dívida, ou de Lyon (que prevê reescalonamento ou redução de até 80 por cento) os países que preencherem essas condições poderiam ingressar

num segundo período de três anos de ajuste ao final do qual ("completion point") parte do valor presente do estoque da dívida em poder das IFIS e dos governos seria comprado pelo "trust fund" administrado pelo Banco Mundial.

5. Este "Trust Fund" conta hoje com US\$ 680 milhões de dólares (US\$ 500 milhões do BIRD e US\$ 180 milhões do FMI) teria seus recursos ampliados para US\$ 1 bilhão, mediante o aporte de recursos por parte de governos doadores e da renda líquida do Banco Mundial. As alternativas para o financiamento do "trust fund" compreendem ainda a venda de cerca de 5 por cento das reservas de ouro do FMI (cerca de US\$ 1 bilhão) que seriam utilizados para sustentar o auto-financiamento da "ESAF" facilidade mediante a qual o FMI participa da iniciativa HIPCS, o princípio do "burden sharing".

1.E. De que a implementação efetiva da redução da dívida depende do comprometimento de todas as partes - governos e agências multilaterais - estaria subjacente a todas as ações do âmbito da iniciativa.

6. NO que se refere às modalidades de financiamento, o Brasil tem visto com cautela a utilização da renda líquida do Banco Mundial o que elevaria o "spread" da instituição e encareceria os encargos para os países prestatários. Em seus discursos no âmbito do Comitê Interino do FMI, o Brasil já se manifestou favoravelmente à proposta do Reino Unido, apoiada pelos Estados Unidos, de venda das reservas em ouro, mas é pouco provável que ela tenha acolhida. Pela forte oposição de países como a Alemanha, França, Japão e Itália, que consideram que essa atitude enfraqueceria a saúde financeira da instituição a aumentaria indesejavelmente a liquidez nos mercados internacionais por ocasião de seu discurso na última reunião anual da Assembléia de Governadores do BID. Instituição que também participa da iniciativa. O Governador brasileiro, Ministro Antonio Kandir, reiterou o apoio do Brasil ao alívio da dívida dos HIPCSW e a disposição do país em fazer novos aportes de capital. Evitarão assim a utilização de renda líquida das IFIS.

7. A primeira operação no âmbito da iniciativa HIPCS aprovada este ano foi com a Uganda, que teve o valor presente de seu estoque da dívida reduzido de 280 por cento a 202 por cento das suas exportações, apesar de ainda não ter passado por dois programas completos de ajuste estrutural. Os esforços da Uganda nos últimos anos garantiram o desembolso de recursos para o abatimento de 20 por cento da dívida do país. Recentemente as diretorias do

FMI e do Banco Mundial aprovaram operação envolvendo a Costa do Marfim, com características marcadamente diferentes da primeira, com efeito, essa operação foi aprovada adotando-se o princípio de que, para países com comércio exterior representando mais de 40 por cento do PIB, a razão a ser levada em consideração é a do estoque da dívida /receita fiscal superior a 200 por cento. Burkina Faso e Bolívia devem ser os próximos países beneficiários da iniciativa. Note-se que a implementação da iniciativa tem se dado de forma flexível mediante a análise caso a caso dos países elegíveis.

8. O Brasil possui uma limitação legal para conceder reduções da dívida impedidas pela resolução 50 do Senado Federal. Espera-se aprovar nos próximos meses medidas que alterem essa legislação e que garantam maior flexibilidade para a participação do país na iniciativa em que um dos primeiros beneficiários será a Bolívia.

9. Finalmente, a iniciativa em favor dos HIPCS representa mecanismo de fomento à reinserção desses países nos mercados internacionais. O seu custo para a comunidade internacional é baixo se comparado ao benefício que ela poderá trazer para as nações altamente endividadas. Além da concessão do perdão da dívida por parte das IFIS. Talvez a maior inovação da iniciativa seja a possibilidade de quebra da "estratégia fragmentada" que tem marcado a atuação da comunidade internacional em relação às dívidas desses países, já que o sucesso da iniciativa, por definição, depende de coordenação entre os G-7, as instituições financeiras internacionais, as agências de desenvolvimento, os demais países credores e os próprios países devedores.
